

Um mundo e muitas vozes: da utopia à distopia?

Nair Prata
Sônia Caldas Pessoa
Ivanise Hilbig de Andrade
(Organizadoras)

Um mundo e muitas vozes:
da utopia à distopia?

NAIR PRATA
SÔNIA CALDAS PESSOA
IVANISE HILBIG DE ANDRADE
(organizadoras)

CONSELHO EDITORIAL DA INTERCOM
Presidente: Giovandro Marcus Ferreira (UFBA)

Allysson Viana Martins (Unir)
Ana Cláudia Gruszynski (UFRGS)
Ana Regina Barros Rego Leal (UFPI)
Ana Sílvia Lopes D. Médola (Unesp)
Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS)
Bruno Guimarães Martins (UFMG)
Cicilia M. Krohling Peruzzo (Uerj)
Dario Brito Rocha Júnior (Unicap)
Eduardo B. Vianna Meditsch (UFSC)
Erick Felinto de Oliveira (Uerj)
Eula Dantas Taveira Cabral (FCRB)
Fernando Oliveira Paulino (UnB)
Francisco Machado Filho (Unesp)
Iluska M. da Silva Coutinho (UFJF)
Izani Pibernat Mustafá (UFMA)
Joaquim Paulo Serra (UBI, Por.)
Luiz Claudio Martino (UnB)
Margarida M. Krohling Kunsch (USP)

Margarita Ledo Andión (USC, Gal.)
Maria Ataíde Malcher (UFPA)
Maria Cristina Gobbi (Unesp)
Maria Érica de Oliveira Lima (UFC)
Maria Immacolata V. de Lopes (USP)
Marialva Carlos Barbosa (UFRJ)
Nair Prata Moreira Martins (Ufop)
Nélia Rodrigues Del Bianco (UnB)
Patrícia Gonçalves Saldanha (UFF)
Pedro Gilberto Gomes (Unisinos)
Raquel Paiva de A. Soares (UFRJ)
Raúl Fuentes Navarro (Iteso, Mex)
Roseli Fígaro Paulino (USP)
Sandra L. A. de Assis Reimão (USP)
Sérgio Augusto S. Mattos (UFRB)
Simone Antoniaci Tuzzo (UFG)
Sônia Caldas Pessoa (UFMG)
Vanessa Cardozo Brandão (UFMG)

Um mundo e muitas vozes:
da utopia à distopia?

NAIR PRATA
SÔNIA CALDAS PESSOA
IVANISE HILBIG DE ANDRADE
(organizadoras)

São Paulo
Intercom
2021

The image features decorative geometric shapes in the bottom-left and bottom-right corners. These shapes are composed of multiple parallel lines forming a series of nested, right-angled triangles that point towards the center of the page. The lines are a dark brown color, and the spaces between them are white, creating a layered, architectural effect.

Um mundo e muitas vozes: da utopia à distopia?

Copyright © 2021 dos autores dos textos, cedidos para esta edição à Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - Intercom

Direção Editorial: Felipe Pena

Projeto Gráfico e Diagramação: Clauciane Pereira

Capa: Clauciane Pereira

Revisão: Nair Prata, Sônia Caldas Pessoa e Ivanise Hilbig de Andrade

Dados Internacionais da Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha Catalográfica

Um mundo e muitas vozes: da utopia à distopia? / Organizado por
Nair Prata, Sônia Caldas Pessoa e Ivanise Hilbig de Andrade.
- São Paulo: Intercom, 2021.
52 MB; PDF.

Bibliografia
ISBN 978-85-8208-130-3

1. Comunicação. 2. Utopia. 3. Distopia.
I. Prata, Nair. II. Pessoa, Sônia Caldas. III. Andrade, Ivanise Hilbig. IV. Título.

CCD 20. ed. 302.207

Todos os direitos dessa edição reservados à

Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - INTERCOM

Rua Joaquim Antunes, 705 - Pinheiros

CEP 05415-012 - São Paulo - SP - Brasil - Tel: (11) 2574-8477 / 3596-4747

<http://portalintercom.org.br> - email: secretaria@intercom.org.br

Sumário

- 008** Prefácio
Suzana Barbosa
- 010** Apresentação
Nair Prata, Sônia Caldas Pessoa, Ivanise Hilbig de Andrade

Parte 1 - 40 ANOS DO RELATÓRIO MACBRIDE: AVANÇOS E DESAFIOS NO CAMPO DA COMUNICAÇÃO

- 013** 1. Um mundo e muitas vozes: da utopia à distopia?
Muniz Sodré
- 019** 2. Informe MacBride: 40 años de utopías postergadas
Delia Covi Druetta
- 032** 3. Nomic: uma utopia improvável
Othon Jambeiro
- 048** 4. Um e muitas vozes ontem, hoje e amanhã
Fernando Oliveira Paulino
- 054** 5. As reviravoltas da Unesco e seus impactos na área acadêmica da Comunicação
Eduardo Meditsch

Parte 2 – VOZES EM CRISE: DISCURSOS, NARRATIVAS E SUSTENTABILIDADE

067 1. O público: personagem do relatório a leitor do acontecimento
Antonio Fausto Neto

076 2. Vozes em crise: discursos, narrativas e sustentabilidade
Zulu Araújo

082 3. Vozes em crise
Tiago Gomes

Parte 3 – UM BRASIL, MUITAS VOZES: COMUNICAÇÃO POPULAR, MOVIMENTOS SOCIAIS E A GARANTIA DA PARTICIPAÇÃO

088 1. Um Brasil, muitas vozes: a voz dos movimentos populares no exercício do direito de comunicar e vozes dissonantes
Cicilia M. Krohling Peruzzo

103 2. Epistemologia compreensiva: garantia para pluralidade de vozes
Raquel Paiva

115 3. As organizações da sociedade civil e o direito à comunicação: caminhos e perspectivas
Nilton dos Santos Lopes Filho

Parte 4 – O MUNDO HOJE: CAPITALISMO DE DADOS E IMPACTOS NA PLURALIDADE DE VOZES

122 1. A indústria da desinformação: fábricas de mentiras, ad-techs e as novas formas de resistência
Rose Marie Santini

139 2. Colonialidade automatizada: algoritmos e aprendizado de máquina nas plataformas de mídias sociais
Tarcizio Silva

156 3. Do entusiasmo à dependência: um relato de dez anos cobrindo tecnologia
Tatiana K. de M. Dias

167 Sobre os autores

Prefácio

Suzana Barbosa

Temos, para serem lidos e estudados, 14 textos de autores e autoras que nos oferecem as suas reflexões para o que o paratexto deste livro evoca. Cada um, cada uma nos apresenta uma abordagem original desde o Sul Global sobre o que o tema do Congresso Intercom 2020 trouxe como mote no seu chamamento à comunidade científica para revisitar, quatro décadas depois do seu lançamento, o histórico e polêmico Relatório MacBride que buscou estabelecer as bases para uma comunicação democrática. Se os desafios para a efetividade do que o documento da Unesco propugnava ainda estão presentes, uma de suas contribuições mais reconhecidas é a de ter estabelecido a informação e a comunicação na agenda mundial.

Este livro-coletânea que agora se publiciza tem como característica apreciável a diversidade de olhares e pontos de vista que enriquecem o tratamento para questões contidas no RMB e para temas derivados que estão no horizonte das investigações e preocupações atuais de pesquisadores/as, profissionais e ativistas da Comunicação, tais como: a desinformação, a platformização da sociedade, a lógica imperativa do mercado, a dataficação, o capitalismo de dados, a ordenação algorítmica, o controle dos meios e da infraestrutura por oligopólios da tecnologia, a garantia do direito à comunicação e à democratização do acesso à internet, a produção de conteúdos e narrativas contra hegemônicas, a comunicação popular, a comunicação pública, a

epistemologia compreensiva focada no agir comunitário e os aspectos relacionados à atuação da Unesco no campo da Comunicação. Assim, contextualiza, atualiza e também descortina perspectivas, configurando-se como um valioso aporte para o campo.

Para a organização deste livro-coletânea, escolheu-se não complicar a exposição. Os capítulos estão agrupados em quatro partes, as quais, para além de reproduzirem a ordem de realização das mesas do 43º. Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação –que ocorreu na primeira semana do Congresso Intercom 2020 – proporcionam coerência e unidade. A leitura da obra nos deixa o registro da exação com que trabalha cada autor/a.

Seria difícil não ressaltar a sua referencialidade e ineditismo. Certamente é a primeira vez, no Brasil, que uma instituição de alta expressão na área da Comunicação como a Intercom reúne em um único volume reflexões produzidas a partir do exame das questões e temas abordados no RMB, revisitando-o, apontando suas contribuições, equívocos, utopias, cotejando com o que hoje se impõe como desafios para a Comunicação e para as sociedades democráticas diante da ordem vigente do tecnofeudalismo – como nomeia o professor Cédric Duran (Universidade Paris VIII).

Em um contexto contemporâneo no qual distopias irrompem, requerendo resistência audaz, o Professor Muniz Sodré – no capítulo inicial deste livro-coletânea – sabiamente indica que o essencial talvez seja *muitos mundos e muitas pontes*.

Salvador, inverno de 2021

Apresentação

Nair Prata, Sônia Caldas Pessoa e Ivanise Hilbig Andrade

Em 2020, a INTERCOM convidou a comunidade científica a uma reflexão sobre o mundo, o Brasil e suas muitas vozes, e as imbricações dessa importante temática para o atual momento vivido no País. Pela primeira vez em mais de 40 anos, o 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM 2020 foi realizado na modalidade virtual, em função da pandemia da Covid-19. O maior congresso da área da Comunicação no Brasil, na América Latina e um dos maiores do mundo, teve parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), no período de 1 a 10 de dezembro de 2020. Realizado sem qualquer descontinuidade desde a fundação da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), em 1977, reuniu mais de três mil congressistas para debater o tema **"Um mundo e muitas vozes: da utopia à distopia?"**

O tema do Congresso propôs revisitar o Relatório MacBride quatro décadas após seu lançamento, em um ambiente de intensas mutações no universo comunicacional. Em 1980, o documento elaborado pela Unesco apresentava o resultado de um ousado e amplo debate realizado pela Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, presidida pelo Prêmio Nobel da Paz de 1974, Seán MacBride, e composta por especialistas de 16 países, entre eles o jornalista e escritor Gabriel García Márquez. O relatório intitulado originalmente *Many voices, one world: communication and society today and tomorrow* foi publicado em português, em 1983, com o título *Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação na nossa época*, e

anunciava as bases para uma nova ordem mundial da informação e da comunicação (Nomic), a qual seria mais democrática, justa e eficiente, que respeitaria ao mesmo tempo a pluralidade, a diversidade e a identidade dos processos e fluxos comunicacionais. Os desafios foram cuidadosamente mapeados pela comissão, bem como as estratégias para superá-los. Ao apontar quais caminhos seguir, o horizonte utópico apresentado pelo estudo soava factível.

O Relatório MacBride foi tão propositivo e democrático em termos de uma maior participação da sociedade e de países periféricos na produção e circulação de conteúdos comunicacionais, tais como jornalismo, entretenimento, formação e cultura, que, como forma de protesto, os Estados Unidos se retiraram da Unesco. A alegação foi de que as recomendações do documento prejudicavam seu comércio internacional de bens culturais e informacionais. Resultado: os caminhos apontados pelo relatório jamais chegaram e ser efetivamente implementados, sequer pelos demais países.

Neste livro reunimos os textos das discussões que tiveram lugar no 43º Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, evento integrante do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. O Ciclo de Estudos, consolidado com um dos momentos mais importantes dos nossos congressos, teve início com uma conferência do professor Muniz Sodré, intitulada "Um mundo e muitas vozes: da utopia à distopia?" e seguiu-se a realização de quatro mesas. A primeira mesa, "40 anos do Relatório MacBride: avanços e desafios no campo da comunicação", contou com a participação de Délia Crovi Druetta, Othon Jambeiro, Fernando Oliveira Paulino e Eduardo Meditsch. Na segunda mesa, "Vozes em crise: discursos, narrativas e sustentabilidade", o público acompanhou as apresentações de Antonio Fausto Neto, Zulu Araújo e Tiago Gomes. O tema da terceira mesa, "Um Brasil, muitas vozes: comunicação popular, movimentos sociais e a garantia da participação" foi objeto de reflexões de Círcia Peruzzo, Raquel Paiva e Nilton Lopes. A quarta e última mesa do Ciclo, intitulada "O mundo hoje: capitalismo de dados e impactos na pluralidade de vozes" foi composta por Rose Marie Santini, Tarcizio Silva e Tatiana Dias. Os textos são aqui apresentados de acordo com a conformação das mesas do Congresso.

Ainda que o distanciamento social tenha nos provocado inúmeros processos de afetação que dizem dos desafios comunicacionais em todo o mundo, ele nos aproximou, na modalidade virtual, em um campo profícuo de reflexões e interlocuções que, certamente, marcaram a importância das quatro décadas do Relatório MacBride. Para além disso, nos inquietou a pensar utopias e distopias e mundos possíveis para tantos sujeitos em situação de precariedade. Este livro aponta problemáticas, desvela trilhas e nos deixa perguntas para levarmos conosco em nosso caminhar cotidiano.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

The page features decorative geometric patterns in the corners. On the left, a vertical pattern of multiple parallel lines forms a series of nested chevrons pointing to the right. In the top right corner, a similar pattern of multiple parallel lines forms a series of nested chevrons pointing towards the top right.

1ª PARTE
40 ANOS DO RELATÓRIO MACBRIDE:
AVANÇOS E DESAFIOS NO CAMPO DA COMUNICAÇÃO

Um mundo e muitas vozes: da utopia à distopia?

Muniz Sodré

Como abordar o *leit-motiv* "um mundo e muitas vozes" no nosso âmbito da Comunicação?

Empiricamente, o que primeiro nos ocorre é a releitura, 40 anos depois, do famoso relatório da Comissão Macbride (Unesco, 1980) sobre a "nova ordem mundial da informação e da comunicação", que elencava a diversidade da comunicação como condição prévia para a participação democrática. Foi um documento relevante na época, especialmente à luz da formulação do estadista irlandês Sean Macbride -- um dos fundadores da Anistia Internacional, detentor do Prêmio Nobel da Paz em 1974 -- no sentido de que "a história humana é cada vez mais uma corrida que se aposta entre a comunicação e a catástrofe".

O relatório correspondia à Declaração da Unesco sobre os princípios fundamentais relativos à contribuição dos meios de comunicação para o fortalecimento da paz e da compreensão internacional, a promoção dos direitos humanos, a luta contra o racismo e o apartheid. Além disso, preconizava a proteção aos jornalistas de todo o mundo.

Doutrinariamente, esse documento parece guardar os traços de uma utopia cristã de unidade do mundo em meio à pluralidade democrática das vozes ou das formas de expressão. Uma clássica formulação de Santo Agostinho deixa isso claro: "A razão humana conduz à unidade". Mas ficamos desde já advertidos de que a crença na unidade absoluta -- seja ela referida a Deus ou à Cultura -- é o álibi para a intransigência.

A crença pertence às regiões do afeto, mas a intransigência dela decorrente pode ser cumulada de razões culturais. É muito difícil sair da própria pele, ou seja, da cultura própria, que costuma se atribuir uma posição hierarquicamente superior na dicção da verdade. A pluralidade das vozes garantida pela moderna eletrônica suscitou a utopia de uma interconexão cooperativa no campo da informação com alcance mundial. O Relatório Macbride é claramente utópico, ou seja, é um discurso sobre uma realidade que não tem lugar, mas reflete sobre o tempo presente, tentando passar por cima dele, antecipando um futuro imaginário.

Em princípio, não temos nada contra isso. Vale citar a francesa Drouin Hans: "Não somente a utopia é criativa, mas ela pode também ser considerada como método de pensamento, como experiência dos possíveis"¹.

Mas toda e qualquer utopia me parece uma espécie de sonho da razão, quer se trate de sono feliz ou de pesadelo. Eu estou citando aqui implicitamente a conhecida frase de Goya -- "O sonho da razão produz monstros" --, implicitamente porque estou considerando que a razão pode se harmonizar com a fantasia e gerar sonhos felizes, assim como pode renegar a aliança com a fantasia, deixá-la correr solta com o risco de produzir monstruosidades. Ou seja, deixar imagens do caos reinar sobre as ideias da ordem.

De um modo geral, porém, a utopia implica uma reflexão sobre a diferença absoluta, quero dizer, sobre a singularidade. A utopia supõe a singularidade irreduzível de uma ordem social que rejeita a ideia de uma outra determinada ordem social e política estabelecida. Quando se está diante de uma perspectiva dessas, o sujeito está diante do abismo do caos ou do anarquismo. A saída é criar alguma coisa de novo, para afastar a ordem dominante.

É possível comparar esse quadro com a metáfora do nômade, aventada por Gilles Deleuze: o naufrago chega por vontade própria a uma ilha abandonada, com a convicção de que todo mundo deveria fazer o mesmo, ou seja, ficar sentado, esperando, sem saber se seu exemplo será seguido ou não, mas sonhando -- vejam bem: sonhando -- com o ideal de sete bilhões de Robinsons Crusoeés, cada um rei no seu próprio banco de areia.

A utopia é a suposição de uma sociedade nômade, sem amarras. Isso é politicamente possível? Claro que não, mas é moralmente possível. Assim, pode haver utopias políticas, mas o seu território é o da moralidade e o seu instrumento estético é o imaginário. É que o pensamento mítico tradicional sempre acreditou na existência de uma dimensão metassocial e, exatamente devido a essa crença, é capaz de dar lugar a uma aliança forte entre o real e o imaginário, o visível e o invisível, o social e o metassocial.

¹HANS, Drouin. L'Education, une question philosophique. Anthopos, 1998.

Sejam oriundos da experiência afetiva das formas ou da matéria, os produtos da imaginação constituem um repertório individual ou coletivo de imagens, a que se dá o nome de *imaginário*. A estética do imaginário comporta palavras, mas com a reserva de que elas podem constituir grandes barreiras para o acesso ao que realmente importa e leva à ação, isto é, as emoções ou os sentimentos. Evidentemente, não se fala sem linguagem, mas há de fato muita ilusão encobridora na mediação entre homem e mundo operada pela ordem simbólica. O sentimento, o mito, a iluminação interna são formas de apreensão do mundo que elidem as barreiras da mediação. São formas predominantes na ordem imaginária.

Por isso, registra-se no imaginário o nível primordial dos fantasmas ou fantasias e aquele que Bachelard chamava de imaginação material, ou seja, as imagens já dadas em sua articulação com a organização simbólica. Bachelard distingue duas imaginações: "uma imaginação que dá vida à causa formal e uma imaginação que dá vida à causa material ou, mais brevemente, a *imaginação formal* e a *imaginação material*"². As imagens da forma, mais trabalhadas pela psicologia da imaginação (formas conscientes ou inconscientes) ou pela estética, são as que decorrem de uma causa interna, sentimental. As outras, saídas diretamente da matéria (a água, o fogo, o espaço, a pedra etc.) têm uma causa "substancial" ou material. As utopias são feitas de imagens.

Utopia significa não-lugar ou outro lugar, mas também outro tempo. Ela comparece no mundo da escrita, assim como no da oralidade. De fato, vários tipos de imaginário social concorrem para constituir utopias originalíssimas no nível das formações populares. No Nordeste brasileiro, era bastante conhecida a utopia de São Saruê, um país imaginário com abundância e felicidade para todos. O manuscrito deixado por Antônio Conselheiro, o místico rebelde de Canudos -- intitulado "Tempestades que se alevantam n' alma por ocasião do mistério da Anunciação" -- prometia aos fiéis, como em São Saruê, "rios de mel e ribanceiras de cuscuz". Coisas dessa ordem podem ser encontradas nas mais diferentes regiões do mundo.

Na civilização europeia, as narrativas e os romances utópicos alinham-se numa série que se estende por mais de quatro séculos. A escrita caracteriza-se de modo geral por uma qualidade literária medíocre, repetindo na maioria das vezes tanto o paradigma quanto a técnica narrativa. Entre os séculos XVI e XVIII, o romance utópico segue a fórmula da viagem imaginária, mais ou menos segundo o modelo de "A Utopia", de Thomas Morus, que é o criador desse neologismo. Falando na primeira pessoa, o narrador conta a sua descoberta da Cidade Ideal, em geral depois de uma viagem (naufágio etc.) à lua, debaixo da Terra etc. O narrador explora as suas ideias-imagens: a cidade é "outra" e deixa transparecer os seus mecanismos, diferentemente das sociedades europeias, que são opacas. Mesmo com técnicas romanescas toscas, essas narrativas podiam funcionar como lugares de exercício da imaginação social, como lugares exploratórios de alteridade social.

²Bachelard, Gaston. *L'Eau et les Rêves – essai sur l'imagination de la matière*. Librairie José Corti, 1942, p. 2.

Só na segunda metade do século XVIII é que esse velho paradigma começa a mudar, passando a acolher estruturas narrativas mais amplas. Na primeira metade, aparece o modelar *As Viagens de Gulliver* (1726), de J. Swift. Modelar, sim, porque faz aparecer a sociedade imaginária como contra-sociedade. *O Cândido* (1759), de Voltaire, inclui episódios utópicos, como o do Eldorado; a *Nova Heloísa* (1761), de Rousseau, descreve uma microssociedade ideal; *Aline e Valcour* (1788), de Sade, contrapõe num mesmo texto várias sociedades utópicas, e assim por diante.

O livro de Swift é tido como um verdadeiro laboratório de gêneros e temas utópicos. É contra-utópico e, mesmo agressivo. A ilha de Laputa, por exemplo, dirigida por uma comunidade de sábios que só pensam no progresso científico, tem esse nome porque é isso mesmo o que Swift pensa dessa comunidade: é uma puta. Noutra viagem, só os cavalos são sábios, e os homens são feios e fedorentos. Chamam-se os yahoos (exatamente como o site na internet).

Decorrem do modelo de Swift as duas contra-utopias (um verdadeiro medo da utopia) ou distopias do século XX. Elas aparecem no século XX, entre as duas guerras, como puro e simples fenômeno literário, com diferenças frente às utopias clássicas, porém com elas coincidentes em suas naturezas de "ideias-imagens". Este conceito dá conta das descrições de sociedades imaginárias que apresentam prefigurações de um saber, porém matizadas por fantasias, quimeras que constituem realmente a ficcionalização de conhecimentos.

Não se trata simplesmente de narrar ou fabular, mas de *fazer passar* fatos imaginários como verdades ou contra-verdades essenciais à vida social. A partir de dois exemplos clássicos -- os romances *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley e 1984, de Georges Orwell -- pode-se inferir como funcionam os mecanismos literários de inversão da sociedade paradisíaca em inferno vivido. Expõe-se aí o conflito entre os valores irredutíveis do indivíduo e as utopias realizadas. As utopias tornam-se parte do dispositivo totalitário a serviço do poder. É, aliás, o que acontece com toda utopia realizada: a utopia como máquina delirante, como imaginário autárquico de eterno poder.

Ora, a segunda metade do século passado jogou fortemente com uma utopia positiva, apostando em informação e seus desdobramentos tecnológicos como o solo supostamente natural de desenvolvimento das aptidões humanas para convivência e comunhão. Esse modo de raciocinar ainda é derivação de concepções civis que atribuem ao Estado alguma responsabilidade pelo tratamento da informação pública. Várias teorias caminharam neste sentido, inclusive por parte de agências oficiais que atribuíam à distribuição comunicativa de informações, tidas como relevantes, a centralidade dos processos de desenvolvimento socioeconômico em países emergentes no cenário internacional.

Era tão só uma suposição etnocêntrica, tributária da autodefinição de "Ocidente" como a civilização do progresso humano. As sociedades ditas avançadas autoconfiguravam-se pela ideia "panglossiana" de progresso ilimitado, a cujo reboque se punha a comunicação como suposta nova dinâmica do processo democrático. Apostava-se que o avanço exponencial da ciência e da técnica redundaria em mais felicidade -- à esquerda, o propalado "reino da liberdade", de Marx -- e que a modelagem societária propagada pelas instituições políticas, datadas de fins do século dezoito na Europa e nos Estados Unidos, daria aos homens mais liberdade e responsabilidade na condução da vida social.

Já se havia tornado claro que nenhuma dessas grandes convicções resistia à evidência das guerras mundiais e dos extermínios generalizados em regiões diversas do planeta, sempre impulsionados por conquistas tecnocientíficas, à sombra de abstrações filosóficas e políticas. Progresso ilimitado, por sua vez, seria apenas outro nome para a marcha suicida da civilização ocidentalizada.

Mas outras concepções, à margem do âmbito estatal, atribuíam ao campo da informação em si mesmo a possibilidade de progresso ou aperfeiçoamento do espírito. Assim, no solo utópico de reconfiguração das formas de vida ou, em última análise, do que chamamos de "humano", as esperanças sociais reavivam-se com novas designações. Na atmosfera emocional da globalização, a "comunicação" -- por mais vácuca ou conceitualmente insustentável que esta palavra pareça ao rigor do pensamento acadêmico -- passou a ser proclamada e vivida, graças ao desenvolvimento vertiginoso da tecnologia eletrônica, como uma funcionalidade indispensável ao mercado e às governanças políticas, assim como o território de uma nova utopia cultural.

Na verdade, como já se observava desde a época do Relatório Macbride, a comunicação tornou-se fator essencial à produção e passou a criar trabalho na proporção crescente da população ativa. Por outro lado, com a internet, o advento da "interatividade" fazia supor que a conexão generalizada entre usuários da rede eletrônica romperia com o monopólio da fala. A mídia tornava-se intercomunicativa graças a um *feed-back* sem mediações, tornava-se, portanto, *imediata*.

Assim foi-se ampliando o território utópico da transparência expressiva, deslanchado no século passado com o advento da imagem em todas as suas modalidades técnicas. Acreditava-se que a livre troca de informações e de ideias em escala global aperfeiçoaria automaticamente o mundo. A hipótese de uma democracia eletrônica surge no bojo da possibilidade técnica de uma comunicação instantânea e global, supostamente capaz de pôr diferenças culturais em jogo dialógico e, na arena política, de facilitar o contato direto entre um emissor e seus receptores.

Nesta segunda década do século XXI, verifica-se que a situação é bem mais complexa. A internet é um dispositivo revolucionário em termos tecnológicos, comparável às grandes transformações técnicas da modernidade, gerador de um novo espaço (virtual) superposto às clássicas coordenadas espaçotemporais.

No âmbito crescente da *midiatização* (articulação estrutural da mídia com organizações e instituições sociais), a comunicação eletrônica converte as tecnologias da informação em dispositivos de *machine learning* (expressão mais corrente para *inteligência artificial*) e, por meio da rede eletrônica, introduz um novo paradigma, com uma estrutura de interconexão invisível, em que tudo é, ao mesmo tempo, conexão e passagem na superfície reticular -- e na interioridade das pessoas, tornadas meros relés de transmissão --, assim como segredo criptográfico (com horizonte de tecnologia quântica) nos subterrâneos operativos.

O que está realmente em curso não é mais nenhuma utopia realizada nem a concretização do imaginário material recomendado pela Comissão Macbride. Trata-se mesmo de uma reconfiguração antropológica da vida humana, logo, do sujeito real. Sujeito não é uma essência, mas a resultante de processos variados de subjetivação -- o elemento histórico -- constantes de uma relação, raramente dialética, entre o ser vivo e a coisa. A separação entre um e outra sempre assegurou o domínio da consciência sobre o inerte, tornado instrumento ou objeto passivo de conhecimento. Agora, entretanto, as coisas, por meio da inteligência dita artificial e da sua presença conectiva na rede dos mecanismos de poder, aderem ao corpo humano, virtualmente convertido em tela.

A internet é uma forma radical de conexão entre sujeito, coisa e sistema. Alimentada pelo Big Data, hoje em mãos de empresas privadas com tendências monopolistas, a sua real articulação não se faz com direitos humanos nem com cooperação internacional, como sonhava Sean Macbride, mas sim com a volatilidade voraz do capitalismo financeiro.

As plataformas digitais constituem um novo tipo de mídia, com redes sociais planetariamente controladas. Os algoritmos são novos e insuspeitados editores, sem qualquer responsabilidade social. A palavra, o discurso, a linguagem estão sendo regidos por uma espécie de distopia realizada -- essa da vigilância total, da biometria totalitária e das autocracias políticas.

Por isso vale refletir sobre a exortação do Papa Francisco em sua última encíclica: "Sejamos capazes de reagir com um novo compromisso de fraternidade e amizade social que não se limite a palavras".

Essa exortação nos leva a sugerir, com relação à temática do congresso da INTERCOM, que talvez o essencial não seja "um mundo e muitas vozes", mas sim, muitos mundos e muitas pontes.

Senão, o desnudamento educativo da alma, sugerido por Fernando Pessoa, ou melhor, Alberto Caeiro em O Guardador de Rebanhos: "O essencial é saber ver. Saber sem estar a pensar. Mas isso (triste de nós que trazemos a alma vestida) isso exige uma aprendizagem de desaprender".

Informe MacBride: 40 años de utopías postergadas

Delia Covi Druetta

Antecedentes y contexto

A 40 años de la publicación de *Un solo Mundo. Voces Múltiples. Comunicación e Información en Nuestro Tiempo*, mejor conocido como Informe MacBride (1980), la historia del campo de conocimiento de la comunicación ha pasado por varios hitos, y ha experimentado una enorme evolución en su incidencia social, así como en los medios empleados para relacionarnos. En estas cuatro décadas se produjeron cambios profundos que van desde un nuevo modelo político-económico dominante, hasta el aumento y consolidación de las mediaciones tecnológicas que modifican el lugar que ocupan los emisores profesionales y empresariales, las audiencias y también las nuevas prácticas culturales.

Información y comunicación representan hoy un poderoso negocio de dimensiones globales, que configura un campo de disputa en el que se lucha por más ganancias simbólicas, políticas y económicas. Representan además, una lucha entre el derecho y la libertad de expresarse frente a la verdad. Cuando habíamos dejado atrás la dilucidación de este concepto, unido cercanamente a la objetividad, desde hace algunos años renace en modo de simulación a veces, de mentira deliberada otras, o de confusión en las interpretaciones de los hechos sociales por

falta de pericia profesional. La dimensión de esta falta de verdad es tal que, al mezclarse con sentimientos y priorizar miradas particulares, da lugar al concepto de posverdad que llega a poner en tela de juicio los procesos democráticos de algunos países.

El MacBride, llamado así por el nombre de quien fuera coordinador de aquella histórica Comisión, fue publicado en 1980 en un momento en que el mundo se aprestaba a pasar al modelo de globalización neoliberal. Por ello, desde su nacimiento los lineamientos que surgieron de este trabajo se ven limitados por las circunstancias históricas y sociales de entonces. En muchos sentidos, el informe emergió en un cambio de época que hizo difícil cumplir sus metas.

Su inspiración corresponde al período histórico que conocemos como Guerra Fría, así como a coyunturas nacionales que alimentaron el llamado movimiento de los países no alineados, comprometidos en denunciar y revertir la sumisión ideológica y cultural que padecían (Colussi, 2018). En el Informe MacBride tales reclamos se colocaron en el centro del discurso destacando la inequidad informativa, además de la falta de oportunidades para expresarse y narrar su propio devenir. Procurar un nuevo orden internacional de la información señalaba, en paralelo, la búsqueda de un nuevo orden económico internacional.

El debate acerca de estos temas despertó el interés de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, UNESCO, la cual creó a finales de los años 70, la Comisión Internacional para el estudio de los problemas de comunicación, presidida por el irlandés Sean MacBride quien había sido distinguido en 1974 con el Premio Nobel de la Paz, así como en 1977 con el Premio Lenin de la Paz. Impecables cartas de presentación para quien, con una mirada abierta e incluyente, invitó a países con distinto nivel de desarrollo e integró un grupo de análisis formado por 16 representantes de cada una de esas naciones. Entre ellos, como sabemos, estuvieron dos latinoamericanos: Juan Somavia de Chile y Gabriel García Márquez de Colombia.

Vista ahora y desde afuera, la elección de los participantes parece responder más a una construcción multicultural y transnacional que al tema a tratar, ya que en las discusiones intervienen países de desarrollo desigual y diferentes culturas. La mayoría de quienes participaron eran periodistas, algunos realizando otras actividades en paralelo. Para ampliarla la mirada y acercarse a información más específica, se integraron al grupo seis consultores vinculados a la información y la comunicación. Asimismo, durante los trabajos de la Comisión los participantes tuvieron acceso a numerosos documentos e investigaciones sobre el tema de reflexión.

Por su composición y las características profesionales de sus participantes, el tratamiento de la comunicación estuvo relacionada cercanamente al periodismo y a la multiculturalidad. Cabe hoy preguntarnos si esta perspectiva influyó en la delimitación de la comunicación como tema en la agenda pública, convirtiéndose a la postre en una suerte de sino que pudo quitarle especificidad como un campo de conocimiento que buscaba abrirse camino más allá de los medios y las industrias culturales.

La integración de la comisión estuvo así llena de señales, entre las que a mi juicio destacan: inclusión, cultura, periodismo y comunicación. Inclusión porque se tomaron en cuenta países históricamente relegados en consultas de este tipo, enfatizándose desde el título mismo del Informe que en este mundo existen voces múltiples que deben ser escuchadas. Cultura, porque aunque el tema central fue comunicación e información, quienes formaron parte de la Comisión de algún modo fueron embajadores culturales de sus respectivas identidades nacionales. Información y comunicación, porque el informe MacBride posicionó en la agenda mundial la discusión sobre este tema, hasta entonces soterrado por otros intereses y tal vez por la histórica invisibilidad del campo que hemos ido superando, parcialmente, durante estos 40 años desplegando mucho trabajo en su defensa y reconocimiento.

Entre 1977 y 1979³ se celebraron ocho reuniones dedicadas a compartir puntos de vista y abriéndose a las opiniones de especialistas externos. Como recordamos, el informe final se presentó en la Conferencia General de la UNESCO en Belgrado, en 1980, hecho que ahora celebramos recordando algunas observaciones, causas y recomendaciones expresadas entonces y aún vigentes.

El mandato

En el prefacio de la obra, escrito por Amadou-Mahtar M'Bow, entonces director general de la UNESCO, queda claro el valor de la comunicación cuando en su primer frase expresa: "La comunicación es la base esencial de la sociabilidad" (MacBride, 1980:7). El autor de este prefacio destaca el valor de la interdependencia entre las naciones, con lo que se adelanta a lo que en poco tiempo sería la globalización, enfatizando que va acompañada de desequilibrios y desigualdades, generadores de focos de tensión que aún no superamos.

Sean MacBride fue el encargado de escribir el prólogo del Informe, donde expresa: A menudo se interpretaban las protestas del Tercer Mundo contra el flujo dominante de noticias procedentes de países industrializados como otros tantos ataques contra la libre circulación de información. A quienes defendían la libertad de prensa se les acusaba de injerencia en la soberanía nacional. Había un gran debate contradictorio sobre las diversas concepciones del valor de la información, sobre la función, los derechos y los deberes de los periodistas, y sobre la contribución potencial de los medios de comunicación social a la resolución de los grandes problemas mundiales (MacBride, 1980:11)

³Cuatro reuniones se celebraron en París y las restantes fueron en Suecia (abril de 1978), Yugoslavia (enero de 1979), la India (marzo de 1979), y la última ellas se llevó a cabo en junio de 1979 en un país latinoamericano: México.

Al analizar este párrafo reconocemos que, con otros actores empresariales y profesionales del periodismo, así como con nuevos recursos para comunicarnos socialmente, hay retos que siguen vigentes. Han cambiado sus nombres pero los señalamientos son similares. Esto, que podría indicar una claudicación del Informe, en realidad nos habla del dinamismo del sector y, de manera destacada, de los diversos intereses que se mueven detrás de la información y la comunicación. A 40 años de esos pronunciamientos, medios tradicionales y digitales aún mueven sus hilos para evitar que las voces de este mundo sean múltiples.

El mandato de trabajo fue claro: reflexionar acerca de la importancia que tiene la comunicación entre pueblos y naciones, así como el valor de los medios de comunicación para contribuir a la paz mundial y la comprensión internacional. Dada la amplitud de abordajes que pueden merecer estos temas, la Comisión finalmente enfocó su trabajo a analizar las desigualdades existentes en materia de información con el fin de proponer una circulación informativa más equilibrada y libre, proclive a la comprensión y a la paz internacional, meta que fue colonizada por intereses económicos.

Cabe destacar que de inicio establecieron una diferencia conceptual entre información y comunicación. Para la Comisión comunicación es un intercambio de información, opiniones, hechos, entre individuos y pueblos. En cambio la información se considera un producto (noticias, datos, contenidos) derivado de actividades de los medios y las industrias culturales. Esta diferenciación sería también importante para muchas reflexiones posteriores acerca de ambos conceptos, ya que coloca a la comunicación más allá de los mensajes mediáticos, situándola en el amplio universo que representa el intercambio simbólico: pasar de los medios a las mediaciones (Martín-Barbero, 1987).

Los temas

El Informe MacBride consta de cinco partes y comentarios generales. Comunicación y sociedad; La Comunicación hoy; Problemáticas comunes; Marco institucional y profesional; La comunicación, mañana. Como es natural, el tratamiento y las reflexiones en torno a estos temas está situado en los tiempos en los que trabajó la Comisión. A la luz del contexto actual su enfoque puede parecer restringido a aspiraciones de otros tiempos, sin embargo, sienta las bases de una agenda de discusión que en muchos aspectos continúa vigente.

Tal como se señaló, el mandato original fue mejorar la circulación de información haciéndola equitativa. A esta idea central se suman algunos ítems que serían el germen de debates futuros: las políticas públicas, las industrias culturales, la formación de comunicadores y periodistas, así como la necesidad de contar con infraestructuras tecnológicas actualizadas. No obstante, el mandato central de lograr una mejor producción y circulación de la

información sigue siendo una utopía, a pesar de que las innovaciones tecnológicas de décadas recientes ofrecen canales digitales aptos para alcanzarla. Para entonces ya se percibía una tendencia concentradora de los mercados comunicativos, así como la deformación y tergiversación del contenido. Entre los temas destacados del mundo de finales de los 70 plasmados en el Informe, surgen varios que aún hoy nos preocupan: derechos humanos, género, hambre, pobreza, guerras, y el lugar de las audiencias.

A lo largo del texto se percibe la voluntad de seguir con el trabajo iniciado, no obstante, en razón de los cambios profundos que se avecinaban, quedaron pendientes al menos en el formato de una comisión que reflexionara sobre información y comunicación como la que encabezó Sean MacBride. Algunos han sido retomados por la academia y también por la propia UNESCO o por otras organizaciones internacionales, revisándolos con nuevas miradas y tomando en cuenta las urgencias marcadas por el tiempo. Algunos de los temas emergentes que marcan itinerarios de estudio a futuro, son los satélites, las organizaciones que actuaban entonces en el campo de la comunicación y los modelos conceptuales para estudiar la comunicación, incluidos en tres notas finales del Informe.

Quizá pidiéndole demasiado a una Comisión de integración tan plural y diversa, el Informe MacBride (salvo en sus notas sobre satélites) no recupera las ideas germinales de lo que a finales del siglo sería la sociedad de la información y el conocimiento. Llama la atención que en las sugerencias temáticas que cierran el documento figura la creciente interdependencia, preludio de la globalización, pero no la informatización de la sociedad y los inicios de una previsible mediatización digital social.

Recordemos que justo en esos años Simon Nora y Alain Minc publicaron su estudio *La información de la sociedad* (1981), cuya primera edición apareció en Francia en 1978. Esta obra había sido solicitada el 20 de diciembre de 1976 por el presidente francés Valéry Giscard d'Estaing al entonces Inspector General de Finanzas, señor Simon Nora. En ese texto los autores reflexionan, de acuerdo con la misión que se les confiara, acerca del futuro de la comunicación en términos de informatización y telemática en la sociedad francesa, así como los actores que intervienen tanto del estado como otros destacados socialmente. En su dos apartados finales, esta obra señala cuestiones del futuro: la posibilidad de conflictos culturales a partir de la emergencia de una sociedad de este tipo, el desarrollo de normatividad para una sociedad informatizada y la necesidad de socializar la información, ya que según los autores "Información y participación progresan juntas" (Nora-Minc, 1981:189).

Es en este punto que el MacBride no tuvo un acercamiento franco al tema de las innovaciones tecnológicas que entonces estaban surgiendo y que en poco más de una década estarían cambiando las prácticas culturales y sociales globales. Sin embargo, incluye un reconocimiento explícito al tema tecnológico como preocupación, vinculándola a la necesidad de investigar sus procesos ya que los gobiernos, según consideran, no están en condiciones de tomar decisiones acertadas y ceden ese espacio neurálgico a los técnicos. Cuatro décadas después

podemos señalar que esos técnicos, con altos salarios y prestaciones, toman algunas de las decisiones vitales del mundo tecnológico desde los grandes conglomerados que deciden sobre la materia (Google, Microsoft, Facebook, Apple, Amazon, Intel, Samsung, Netflix, entre otros).

Existe coincidencia entre ambos informes (MacBride y Nora-Minc) acerca de la falta de normalización entre los países, lo que interfiere en la cooperación regional e internacional. No obstante, el texto final del MacBride no muestra una preocupación explícita por el cambio cultural y económico que se avecinaba. En sus páginas las tecnologías fueron un tema mencionado pero no profundizado, quizá porque su enfoque fue más cercano a los contenidos, su producción y circulación, que a los recursos técnicos. Es posible señalar que tal vez como consecuencia del escaso interés del Informe por el proceso de digitalización que comenzaría apenas una década después, este tema no se integrara tempranamente a las agendas investigativas, en especial su enorme repercusión en las prácticas cotidianas.

La mirada latinoamericana

El contexto latinoamericano en los años del Informe MacBride era muy poco democrático y con escasa oportunidad para la expresión crítica. Fueron 20 años de golpes de Estado (12 en los años 60 y 10 en los 70) que convirtieron a la región en un botín de grupos internacionales con apoyos locales confinados a ciertos intereses que sin haber sido elegidos, gobernaban con mano dura y según su voluntad (Covi y Trejo, 2018)⁴.

Algunas décadas antes el escritor, periodista y diplomático italiano Cursio Malaparte, se propuso explicar cuáles son los métodos adecuados para tomar el poder en un Estado y cuáles son los mecanismos para defenderlo. En su ensayo Técnica del golpe de estado (1948) sostiene que el golpe de Estado es el instrumento empleado por las clases dominantes cuando pierden cualquier otro recurso de autoridad. Para este autor, esos grupos despliegan una estrategia que consiste en atacar a dos sectores sensibles del adversario: los servicios públicos y los medios de comunicación pública. Esta prematura afirmación se corrobora cuando advertimos que una de las primeras actividades de los golpistas latinoamericanos fue tomar instalaciones mediáticas para lanzar sus propios discursos.

⁴Durante la década los 60 América Latina pasó por 12 golpes de Estado (El Salvador 1960, 1961; Argentina 1962 y 1966; Perú 1962, 1962 y 1968; Ecuador, Honduras y República Dominicana 1963; Brasil 1964; y Panamá 1968). En la siguiente década los golpes fueron 10: Bolivia 1970 y 1980; El Salvador 1972 y 1979; Ecuador 1972 y 1975; Uruguay y Chile 1973; Perú 1975; Argentina 1976.

A partir de este contexto de escasa participación social crítica y gobiernos autoritarios, el MacBride pudo parecer tan solo una utopía más para la región. Gabriel García Márquez y Juan Somavia, como participantes de los trabajos de la Comisión y representantes latinoamericanos, condensan sus opiniones en seis puntos:

1) Señalan la significativa atención que el Informe dedica a la democratización, colocando este tema a la altura de exigencia, tanto a nivel nacional como internacional. Y al indicar que los medios de comunicación requieren de estructuras más democráticas, sostienen:

La promoción del acceso, la participación, la descentralización, la gestión abierta y la quiebra del poder concentrado en las manos de intereses comerciales o burocráticos es un imperativo universal y reviste una importancia especialmente crucial para los países del Tercer Mundo, dominados por unos regímenes minoritarios represivos (1981, pp. 475-475).

2) Afirman que la comunicación no se reduce a la información, sino que se sitúa en un debate global como una práctica a la vez política, económica y cultural.

3) Sobre las soluciones tecnológicas, advierten que constituyen un camino equivocado para enfrentar problemas comunicativos. Enfatizan que la tecnología no es neutra, así como tampoco está fuera de un sistema de valores, por lo que las soluciones que se escojan desde esta perspectiva tendrán, inevitablemente, repercusiones políticas y sociales.

4) Identifican la necesidad de desarrollar infraestructura de comunicación en los países del Tercer Mundo, sin exagerar su importancia. Esto, cuidando de que los países desarrollados no exporten, junto con la tecnología, valores vigentes en esas naciones, aparejados con intereses transnacionales. Este señalamiento tiene por objeto advertir que las tecnologías, si no son planeadas según los intereses de los países receptores, pueden ser vehículo de dominación cultural⁵. Esta oportuna advertencia fue, sin embargo, soslayada hasta el presente en el que la cultura de los países hegemónicos llegó de la mano de un caballo de Troya digital.

5) García Márquez y Somavia reclaman que el Informe no valore adecuadamente el papel que desempeña la investigación, que si se fomentara conduciría a hacer de la comunicación un tema central en los debates de ese tiempo, respaldando así algunas de las decisiones tomadas por esa Comisión. Ponen énfasis en una investigación profesional que de luz a los problemas comunicativos y visibilice los fenómenos estructurales que subyacen.

⁵El desconocimiento de esta advertencia concreta sobre las tecnologías da ahora, en plena pandemia, resultados negativos con soluciones inabarcables. Las innovaciones digitales llegaron a nuestra región imbuidas del espíritu de quienes las desarrollaron en países del llamado primer mundo y acompañadas por los valores de sus creadores.

Este reclamo seguramente se origina en el hecho de que es parcialmente cierto que sólo los países industrializados estaban realizando investigaciones sobre comunicación, tal como se expresa en Informe. En este sentido cabe mencionar que para entonces América Latina había ya realizado importantes contribuciones al campo, aunque con escasa difusión global. Y en este contexto, García Márquez y Somavia destacan la necesidad de impulsar los trabajos de investigación desde una perspectiva que consideran medular: la comunicación debe entenderse como proceso social.

6) En el punto final, los representantes latinoamericanos elogian la labor realizada en el seno de la Comisión con el fin de alcanzar consensos. Abordan también la estructura del Informe que adolece, como el mismo Sean MacBride reconoce, de un estilo coherente.

Como tal se trata más de un documento negociado que de un texto universitario. Esto pone de manifiesto su valor político y práctico, en la medida en que es el fiel reflejo de ciertas zonas de comprensión mutua en las cuales sería posible formular unas políticas concretas y prever una acción a cargo de un gran número de actores sociales en diferentes contextos nacionales e internacionales (1981, pp. 475-476).

Nuevos actores y temas para una agenda ampliada

A las dos décadas violentas de los 60 y 70, seguirán los años 80 conocidos como la década perdida para América Latina, caracterizada por devaluaciones, déficits fiscales y deudas externas que se volvían impagables, contexto en el cual el seguimiento de las recomendaciones del MacBride fue postergado o ignorado.

Son los años del abandono del modelo de industrialización que fuera reemplazado por el nuevo modelo político-económico neoliberal, cuyo terreno había sido preparado durante la década anterior (en algunos países incluso mediante gobiernos de facto y autoritarios). Este proceso de globalización neoliberal iniciado en los 80, tendría enorme influencia en las reformas que experimentan los sistemas nacionales de medios y también en la puesta en práctica de las sugerencias planteadas en el MacBride.

En una de las tres notas finales que incluye el Informe, aparece un listado de las Organizaciones profesionales de la comunicación y expresa:

Hay muchas organizaciones en este campo o en otros conexos, y se están creando nuevas organizaciones de carácter regional y subregional, lo cual demuestra el interés creciente por los múltiples problemas que plantea la comunicación en todos los planos y la necesidad más vivamente sentida por los profesionales de una cooperación oficiosa y no oficial (1981, pp. 483-484).

Impulsada por el ambiente general de reivindicación democrática de los medios, América Latina ya estaba integrando asociaciones del campo de la comunicación. Nuestra región vio nacer algunas asociaciones nacionales de investigación promovidas por destacados pioneros de nuestra área, que darían cuerpo y empuje al campo. En abril de 1974 se crea el ININCO, Instituto de Investigaciones de la Comunicación de Venezuela, cuyo primer director fue Antonio Pasquali, organización que nace con el fin de agrupar a investigadores del área. El ININCO tuvo como antecedente al Instituto de Investigaciones de Prensa, creado en 1958.

Tres años más tarde se crea la asociación brasileña que hoy nos reúne: INTERCOM, también con el propósito de aglutinar a profesionales y estudiosos de la comunicación. Creada en Sao Paulo en diciembre de 1977, ha sido un pilar del campo de conocimiento de la comunicación no sólo en Brasil, sino inspirador y guía para otros países latinoamericanos. Por su historia, el número de agremiados y la labor realizada, INTERCOM es la mayor asociación de investigadores de la región.

La Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación, es también producto de los años 70. Impulsada por destacados académicos de la región, ALAIC se crea en Caracas, Venezuela, en 1978, con el propósito de estimular la investigación científica de la comunicación latinoamericana. La Asociación daba así respuesta a la necesidad de organizar una investigación que en aquel tiempo era poco sistemática y estaba vinculada sobre todo a prácticas profesionales, en especial al periodismo.

El 24 de abril de 1979 nace con propósitos similares, la Asociación Mexicana de Investigadores de la comunicación, AMIC, que haría lo propio en el contexto mexicano. A partir de entonces serían varios los países que buscan reunir a sus investigadores del campo de conocimiento de la comunicación, algunas derivadas de agrupaciones anteriores de profesionales del periodismo.

Unir y cobijar a los investigadores de la región en una organización nacional o internacional, fue determinantes para que esas asociaciones se convirtieran en interlocutores de otros actores que estaban trabajando en favor de políticas públicas en esta materia. Este interés ya se había manifestando en la Conferencia Intergubernamental sobre políticas de comunicación en América Latina y el Caribe, realizada en San José, Costa Rica (1976); y desde luego en el proyecto de un Nuevo Orden Informativo Internacional que se concreta con los trabajos y el Informe de la Comisión MacBride.

Producto de esta atención generalizada que estaba recibiendo la comunicación a finales de los 70, es importante mencionar también a los posgrados en comunicación que surgieron en esos años. Desestructurados al comienzo, no tardaron en fijar un nexo sólido con la investigación, aunque dentro de los parámetros impulsados por la educación neoliberal. Mediante tesis de maestría y doctorado se encaró el estudio de problemas comunicativos cada vez más específicos en los diversos escenarios de América Latina y con ello germinó la urgencia por compartir resultados de las investigaciones en curso en seminarios y congresos, propiciando

reflexiones acerca de los hallazgos que se obtenían. Los posgrados fueron así el eslabón que permitió unir un interés global por la comunicación con estudios situados en diversos contextos y temas que se multiplicaron en la medida en que la comunicación ganaba protagonismo social.

Sin duda la fuerza con la que MacBride posicionó a la información y la comunicación en la agenda pública, fue un elemento esencial, inspirador, para impulsar la investigación y enseñanza profesional sobre estos temas. América Latina era entonces, como ya quedó expresado, tierra de conflictos y de disputas por el poder económico y político: había mucho que decir pero pocas condiciones para hacerlo. De esta contradicción se nutren muchos de los estudios germinales en la región que darían frutos destacados en áreas específicas de análisis del campo, como la comunicación alternativa, la economía política de la comunicación, las audiencias activas, el uso de los medios en la educación, entre otros temas.

Utopías postergadas: ¿Un solo mundo voces múltiples?

A pesar de los cambios radicales de los años 80, el Informe MacBride constituye un documento fundamental para la comunicación, ya que fortaleció su identidad. Desde entonces muchos docentes e investigadores buscan descubrir en el presente trazos de aquellas utopías.

Como ya mencionó, la última década del siglo XX se caracteriza por una expansión social del acceso, uso y apropiación de las innovaciones tecnológicas que se fueron entretendiendo con las prácticas cotidianas. Pero junto con el beneficio expresivo, de organización e interacción que los nuevos medios digitales ofrecen a sus usuarios, el caballo de Troya anunciado tempranamente en el MacBride, cabalga en el contexto actual de la digitalización: las tecnologías se importan junto con el modo de vida, la estructura comercial, política y social del país que las produce y vende.

En este contexto, las utopías postergadas son muchas, aunque por su protagonismo destacan algunas:

- 1) En lugar de un flujo equitativo y democrático, tenemos concentración y control de la información.
- 2) La verdad como parte sustantiva del periodismo se transformó con los conceptos *posverdad*, *fake news* y manipulación mediante algoritmos.
- 3) Los beneficios de la digitalización traen consigo nuevas inequidades, que emergieron con claridad durante la pandemia del SARS-CoV-2.
- 4) Las agendas de investigación están supeditadas a financiamientos burocratizados, con perspectivas a veces lejanas a las prioridades del campo.
- 5) La digitalización ha transformado radicalmente las prácticas cotidianas.

Se ha habla mucho sobre la concentración de las innovaciones digitales y sus servicios en unas pocas empresas, natural si recordamos que esta es la primera generación tecnológica que no hizo previsiones para su gestión desde el sector público. El manejo del negocio digital está en manos de compañías como Google, Microsoft, FaceBook, Twitter, Netflix, Apple, Amazon, Mercado Libre, entre otras, así como conglomerados globales que deciden más allá del poder político de los Estados. Pero, como se pregunta Mattelart: "... ¿está la empresa global a la altura de la nueva misión que se ha conferido a sí misma? (1998, pp. 122).

La distopía es que el nuevo orden informativo está construido con una suerte de pulverización informativa entre usuarios de redes digitales que, en pocos casos, se cohesionan tras un objetivo social. En general son actividades individualizadas y controladas por sus operadores. Hay muchas voces pero desarticuladas, incoherentes a veces y con narrativas individuales que van desde inventar datos hasta reorientar tendencias democráticas.

Desde que se propusiera el modelo social llamado Sociedad de la Información y el Conocimiento, se aceptó la existencia de brechas digitales. Imposible negarlas porque el acceso, uso y apropiación de estos recursos es reflejo de las condiciones estructurales de las naciones. Un sector comunicativo digital manejado exclusivamente desde el sector privado no tiene que responder a necesidades sociales sino a sus propios intereses, y así ocurrió. El desequilibrio señalado por el MacBride hace 40 años entre países desarrollados y dependientes no sólo no desapareció, sino que en estas cuatro décadas se acentuó orientándose al cultivo de consumidores. El aislamiento social producto del virus SARS-CoV2 mostró estas brechas y nos indicó que por mucho que se hable de redes sociales y de recursos digitales, en América Latina la mayor parte de los países sigue teniendo un alto componente analógico⁶.

Es innegable el beneficio expresivo que ofrecen las redes sociales digitales para ciertos sectores sociales históricamente relegados al silencio, pero lejos estamos de la búsqueda de información veraz planteada por el MacBride. El consumo se ha colocado por delante de las audiencias a las que se busca ganar como clientela, y los usuarios comunes en su mayoría desconocen las estructuras empresariales de los grandes consorcios digitales que definen su cotidianeidad.

Sacar provecho de la información disponible a nivel mundial sin aceptar cookies que orientarán nuestras preferencias y consumos es cada vez más difícil. Tampoco es posible, sin un registro previo y en ocasiones pagar, leer un amplio volumen de contenidos producidos por diferentes fuentes: el actual modelo de negocio se orienta hacia el pago por el acceso a la información.

⁶Como ejemplo, en México hubo que regresar a clases por televisión y radio en educación básica.

Pero muy preocupante en este panorama es una suerte de industria de noticias falsas, cada día más precisa, mediante *bots* maliciosos y algoritmos manipulados, que violentan los principios históricos de la información profesional, apegada a la objetividad frente a los hechos. Al incorporar sensaciones y puntos de vista personales en la información, proceso definido como *posverdad*, el espíritu del MacBride desaparece en la voluntad apreciativa de quien informa.

Para el campo de conocimiento de la comunicación, constantemente renovado en sus intereses investigativos por evoluciones tecnológicas y prácticas sociales, la nueva realidad representa un reto de dimensiones inabarcables. Investigar en este contexto, con financiamientos controlados y escasos, está lejos del espíritu del Informe que buscaba ampliar y profundizar estos estudios.

Es también fundamental mirar las prácticas cotidianas digitalizadas que establecen brechas de exclusión debido a falta de habilidades digitales o cognitivas, lugar de residencia, género, capital cultural, etcétera. En estos días escuchamos a algunos expertos sostener que vamos hacia la digitalización de las principales prácticas sociales. Antes de que eso suceda debemos alertar para que se reconozca a lo digital sólo como recursos emergentes, que están ayudando a solucionando problemas también emergentes. Estamos ante una situación inédita que debe ser registrada como tal escuchando todas las voces de los participantes; luego debemos analizarlas desde perspectivas multidisciplinarias críticas, para que al final sea posible convertir esos datos en propuestas que sigan algunas de las muchas utopías que nos entregó la Comisión MacBride hace 40 años.

¿Utopías postergadas? Si, pero vigentes. La actual coyuntura de confinamiento global por su singularidad nos puede dejar grandes enseñanzas y a partir de allí, merecer un mundo de voces múltiples sin contradicciones entre el derecho y la libertad de expresarse frente a la verdad.

Bibliografía

Colussi, M. (2018). Vigencia del informe MacBride. Disponible en: <http://www.plazapublica.com.gt/content/vigencia-del-informe-macbride>.

Crovi, D. y Trejo, R. Coordinadores. (2018). **Tejiendo nuestra historia. Investigación de la comunicación en América Latina**. México. UNAM. Coordinación de Humanidades.

MacBride, S. Coordinador. (1980) **Un solo Mundo. Voces Múltiples. Comunicación e Información en Nuestro Tiempo**, México. Fondo de Cultura Económica (FCE) y UNESCO.

Malaparte, Cursio (1948). **Tecnica del colpo di Stato**. Milano, Italia: Bompiani.

Martín Barbero, J. (1987). **De los medios a las mediaciones. Comunicación, cultura y hegemonía**. México. Editorial Gustavo Gili S.A.

Mattelart, A. 1998). La mundialización de la comunicación. Barcelona. Paidós.

Nora, S. Y A. Minc (1981). **Informatización de la sociedad**. México. Fondo de Cultura Económica.

Nomic: uma utopia improvável

Othon Jambeiro

1. Introdução

A proposta de uma Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação, mais pluralista, em termos informativos e culturais, precede historicamente o Relatório MacBride, mas foi este, dada a repercussão de seu diagnóstico e de suas recomendações, que acirrou a polêmica em torno do tema. A ideia em si, segundo Nordenstreng (p. 5), deriva do art. 28 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU, em 1948: "Toda pessoa tem direito a que reine, no plano social e no plano internacional, uma ordem capaz de tornar plenamente efetivos os direitos e as liberdades enunciadas na presente Declaração" (ONU, 1948).

Menções formais específicas foram feitas, em vários documentos, em distintos períodos, sendo o mais importante deles o chamado, abreviadamente, *Mass Media Declaration*⁷, aprovado pela Unesco, em 1978, que no final do seu preâmbulo afirma:

(...) consciente de las aspiraciones de los países en desarrollo en lo que respecta el establecimiento de un **nuevo orden mundial de la información y la comunicación,**

⁷O nome completo é: Declaración sobre los principios fundamentales relativos a la contribución de los medios de comunicación de masas al fortalecimiento de la paz y la comprensión internacional, a la promoción de los derechos humanos y a la lucha contra el racismo, el apartheid y la incitación a la guerra.

Proclama en este día veintiocho del mes de noviembre de 1978 la presente Declaración sobre los principios fundamentales relativos a la contribución de los medios de comunicación de masas al fortalecimiento de la paz y la comprensión internacional, a la promoción de los derechos humanos y a la lucha contra el racismo, el apartheid y la incitación a la guerra. (UNESCO, 1978, p. 11). Destaque do autor.

O relatório MacBride originou-se de debates travados no âmbito da Unesco nos anos 1960 e 1970 a respeito do controle, por parte de alguns países desenvolvidos, do fluxo de informação internacional, particularmente via agências de notícias, rádio e TV, mas também via filmes, seriados, música e outros produtos culturais. Em meados dos anos 1970 essas preocupações amadureceram, dando origem à reivindicação, particularmente dos países em desenvolvimento, de providências relativas ao unidirecional fluxo de informação e comunicação dominado pelos países desenvolvidos.

A queixa fundamental era a de que este domínio era exercido pelo controle dos meios de comunicação e de cultura de massa, estabelecendo uma via de mão única na circulação de informações e visões do mundo. Além disso, tal domínio mantinha a cultura dos países periféricos pouco representada ou representada pelo viés dos países centrais. Em suma, na reivindicação por uma nova ordem mundial estava embutida a visão de que as estruturas e serviços de comunicação e informação se encontravam a serviço dos poderes políticos e econômicos, particularmente das corporações internacionais detentoras da mídia, que controlavam os fluxos de informação e comunicação.

Os monopólios favoreciam a manipulação dos interesses e aspirações sociais, econômicas e culturais dos países em desenvolvimento. As tecnologias então em voga, sobretudo rádio, TV e imprensa, não estavam sendo destinadas a servir a uma melhor compreensão entre as nações nem às prioridades sociais: pelo contrário, priorizavam os interesses de grandes empresas, em prejuízo dos países em desenvolvimento, desprovidos de recursos e infraestrutura suficientes para competir internacionalmente e mesmo dentro de cada país. A nova ordem mundial que se propunha visava reduzir essas desigualdades por meio da reorganização internacional dos fluxos de informação e comunicação e do financiamento dos países periféricos para desenvolverem suas próprias infraestruturas nacionais, capacitar seus profissionais e produzir e divulgar suas próprias informações, e programas de comunicação e cultura.

Uma comissão⁸ foi instituída pela Unesco, na XIX Sessão da Assembleia Geral, em 1976, em Nairobi – Comissão Internacional para o Estudo de Problemas da Comunicação - presidida por um jornalista e político irlandês, Sean MacBride, com a missão de apresentar um relatório analisando a situação e apresentando propostas. Depois de

⁸Composta por um representante de cada um dos seguintes países: Estados Unidos, França, Zaire, Colômbia, União Soviética, Indonésia, Tunísia, Japão, Nigéria, Iugoslávia, Egito, Holanda, Chile, Índia, Canadá e Irlanda.

quase três anos de debates, estudos, análises, seminários regionais, a comissão apresentou, em novembro de 1979, um longo relatório, logo em seguida publicado em formato de livro, com 300 páginas, intitulado: "Comunicação e Sociedade Hoje e Amanhã - UM MUNDO, MUITAS VOZES - Para Uma Mais Justa e Mais Eficiente Ordem Mundial da Informação e Comunicação". Seu conteúdo estava impregnado da ideia de que a comunicação é essencial para o desenvolvimento humano, em todos os sentidos, e que, portanto, era imperativo eliminar ou ao menos estreitar as diferenças entre países, regiões e pessoas, no que concerne ao acesso e ao controle dos meios de comunicação e informação. Advogava contra a via de mão única dos fluxos, considerando-a antidemocrática, e propunha a instituição de um fluxo multilateral, dentro do conceito de uma Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação (Nomic). Reivindicava também, entre outras coisas, a profissionalização e o treinamento do pessoal atuante nos meios de comunicação dos países em desenvolvimento, no que se refere: (1) às técnicas de produção; (2) à ética profissional; (3) à legislação e às normas nacionais e internacionais; (4) ao direito de resguardo das fontes, de resposta, e de buscar, receber e divulgar informações. Submetido à apreciação na 21a. Conferência Geral da Unesco, em 1980, em Belgrado, o relatório foi aprovado por consenso.

Neste artigo, analisa-se as ações da Unesco em seguida à aprovação do Relatório MacBride, e argui-se que seu resultado foi praticamente nulo, no que concerne à implantação de uma Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação, tal como propunha. Seu resultado mais concreto constituiu-se de pequenas ações, de caráter assistencialista, geograficamente localizadas, apenas parcial e fragilmente vinculadas ao conceito de Nomic, quase sempre restritas ao financiamento de pequenas ações, estudos, cursos, conferências e mesas-redondas. Um resultado, portanto, acanhado, quando observadas as 82 recomendações feitas no Relatório. Argui-se aqui também que ao invés de um novo ordenamento, o que se verificou foi o incremento e a consolidação da ordem mundial de informação e comunicação então existente, em vigor até hoje, que é simplesmente a negação da nova ordem pretendida pelo Relatório. Argui-se também que, considerado o contexto mundial da atualidade, é completamente improvável a construção e implementação de uma nova proposta, com o propósito de fragmentar os monopólios das corporações transnacionais do setor e de equilibrar - tornando-o menos unidirecional e mais pluridirecional - o fluxo de informação e comunicação entre os países centrais e os periféricos.

2. O Relatório MacBride e suas Consequências

Para melhor compreender o pouco impacto obtido pelo Relatório é necessário que se examine primeiramente o ambiente internacional no qual ele foi gerado. A proposta de constituição de uma comissão internacional

destinada a analisar os problemas de comunicação no mundo nasceu da disseminação de um diagnóstico inicialmente subjetivo mas concordado internacionalmente por estudiosos, profissionais, políticos e governantes. Tornara-se necessário objetivá-lo, com dados da realidade, porque estava claro que se tinha chegado a uma situação em que a identidade cultural e nacional dos povos, notadamente os situados em países em desenvolvimento, estava fortemente ameaçada, por meio dos fluxos unidirecionais de informação e comunicação. Esses fluxos eram controlados por um pequeno grupo de países desenvolvidos e por corporações transnacionais que geriam agências de notícias, produtoras de programas de TV e de filmes, revistas infantis e juvenis e distintos outros produtos simbólicos de circulação internacional.

No período em análise, anos 1970, a sociedade mundial estava fortemente influenciada pelo aumento e sedimentação de um marcante desequilíbrio entre, de um lado, os princípios da economia de mercado, em acelerada expansão; e, de outro, em declínio notório, crescentemente enfraquecidas, as premissas sociais que tradicionalmente deram suporte aos serviços públicos, inclusive os de informação e comunicação. Novos valores culturais emergiam, influenciados por tendências oriundas dos países desenvolvidos, subordinados a processos de produção integrados direta ou indiretamente no mercado internacional. O uso das leis de livre mercado tornava-se mais imperativo em todas as atividades, sem exceção.

Quando provocadas, as grandes empresas que controlavam a mídia e a indústria cultural acirravam o combate contra qualquer tentativa de alteração no sistema empresarial do setor, inclusive do espectro eletromagnético, por meio do qual exploravam os serviços de rádio e de televisão. Esse domínio fazia com que o fluxo unidirecional de informação e comunicação, dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, mantivesse uma desmedida pressão dos primeiros sobre a vida social, econômica e cultural dos segundos. De fato, e isto vai aparecer intensa e extensamente no Relatório MacBride, os serviços informativo-culturais, cada vez mais referenciados a valores dos países centrais, prejudicavam a consolidação de uma consciência de identidade nacional e cultural, nos países periféricos. O modo de operação desses serviços obstava a comunicação entre os diversos grupos das sociedades nacionais, enfraquecendo os liames que permitiam às pessoas tornarem-se cômicas de seus interesses comuns. Além disso, a representação simbólica dos distintos grupos sociais dos países periféricos nos serviços informativo-culturais, era usual e crescentemente enviesada pelo olhar dos países centrais.

Os intensos debates, em dezenas de eventos específicos, conduzidos por MacBride, levaram a um extenso diagnóstico, com base no qual foram feitas à Unesco 82 recomendações, uma das quais, a de número 66, propunha que se iniciasse imediatamente a progressiva implementação de uma Nova Ordem Mundial da

Informação e Comunicação (Nomic)⁹. Uma outra, a 68, ressaltava a estreita relação entre a Nomic e a Nova Ordem Econômica Internacional, argumentando que a comunicação deveria ser vista como integral elemento nas estratégias de desenvolvimento¹⁰. As demais 80 abordavam, entre outros, temas como: políticas nacionais de comunicação; redes nacionais de rádio e TV; produção regional e nacional para radiodifusão; capacitação de profissionais; jornais comunitários; financiamento da comunicação nos países em desenvolvimento; taxaço de anúncios comerciais; uso do espectro eletromagnético; quebra de monopólios de países e de corporações transnacionais; direito de comunicação. Enfim, uma grande lista de assuntos polêmicos, a respeito dos quais o consenso foi conseguido na forma de redação: a maioria das recomendações se referiam a providências para o futuro e não a ações a serem de imediato implementadas. (UNESCO, 1980a, p. 253-272)

Submetido à Conferência Geral da Unesco, realizada em Belgrado, de 23 de setembro a 28 de outubro de 1980, o Relatório foi aprovado por consenso, na forma de uma Resolução, de número 4/19, na qual foi realçado seu sucesso em identificar um grande número de problemas de informação e comunicação e declarou-se a esperança de que o debate sobre os temas levantados pelo relatório tivesse prosseguimento. A Conferência aplaudiu o fato de o Diretor Geral da Unesco ter assegurado ampla distribuição do relatório e convidou os estados membros a fazer o mesmo, assim como a estudar suas conclusões e recomendações. Especificamente determinou ao Diretor Geral:

1. Tomar as medidas necessárias para dar continuidade às sugestões do relatório e à sua disseminação, inclusive dando suporte aos países que solicitassem.
2. Implementar na programação para 1981-1983 as recomendações do relatório que demandassem rápida aplicação.
3. Continuar os estudos necessários para tornar aplicáveis ações nacionais, regionais e internacionais relativos a problemas de comunicação apontados pelo relatório.
4. Examinar maneiras de propiciar a jornalistas conhecimentos sobre a realidade cultural, econômica, política e social de diferentes países.
5. Promover estudos e análises visando a formulação de propostas específicas e práticas para o estabelecimento de uma Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação e convocar uma reunião internacional de especialistas com este propósito (UNESCO, 1980b).

⁹"(We recommend) The progressive implementation of national and international measures that will foster the setting up of a new world information and communication order. The proposals contained in this report can serve as a contribution to develop the varied actions necessary to move in that direction." (UNESCO, 1980a, p. 268)

¹⁰"The close relationship between the establishment of a new international economic order and the new world information and communication order should be carefully considered by the technical bodies dealing with these issues. Concrete plans of action linking both processes should be implemented within the United Nations system. The United Nations, in approving the international development strategy should consider the communications sector as an integral element of it and not merely as an instrument of public information." (UNESCO, 1980a, p. 268)

Tomando o Relatório como fundamento, a Resolução indicou alguns dos objetivos que deveriam ser buscados pela Unesco a partir de então: (1) eliminação dos efeitos negativos de certos monopólios, públicos ou privados, e concentração excessiva; (2) busca da pluralidade de fontes e canais de informação; (3) garantia da liberdade de imprensa e de informação; (4) incremento da capacidade dos países em desenvolvimento de adquirirem seus próprios equipamentos, treinarem seus profissionais e desenvolverem seus sistemas de informação e comunicação de acordo com suas necessidades e aspirações; (5) garantia do respeito pela identidade cultural de cada povo. Por fim, a Resolução afirmou que a busca por uma Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação deveria se basear nos princípios fundamentais da Carta das Nações Unidas, e que se tivesse em conta que os problemas de informação e comunicação exigiam soluções distintas em cada situação, porque diferem de um país para outro, e mesmo dentro de cada país, e entre grupos no mesmo país.

Na mesma Conferência Geral a Unesco, juntando o Relatório MacBride a outros relatórios e declarações sobre problemas de comunicação, emitiu-se uma segunda Resolução, a 4/21, por meio da qual se criou o Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (International Programme for the Development of Communication-IPDC)¹¹. Além do Relatório MacBride foram tomados como fundamento para a criação do novo Programa: (1) a Declaração sobre os Princípios Fundamentais Relativos à Contribuição dos Meios de Comunicação de Massa para o Fortalecimento da Paz e a Compreensão Internacional, a Promoção dos Direitos Humanos e Contra o Racismo, Apartheid e o Incitamento à Guerra (conhecida, abreviadamente, como *Mass Media Declaration*), aprovada em 28 de novembro de 1978, na Conferência Geral da Unesco, realizada em Paris; (2) as declarações e recomendações das Conferências Intergovernamentais sobre Políticas de Comunicação, realizadas em San José (julho de 1976), Kuala Lumpur (fevereiro de 1979) e Yaoundé (julho de 1980); e (3) a solicitação explícita de criação do IPDC feita pela Conferência Intergovernamental para a Cooperação em Atividades, Necessidades e Programas para o Desenvolvimento da Comunicação, realizada em Paris, abril de 1980.

O objetivo do IPDC foi anunciado como sendo o de aumentar a cooperação e ajuda para o desenvolvimento das infraestruturas de comunicação dos países em desenvolvimento e de reduzir a distância entre eles e os países desenvolvidos, no campo da comunicação, contribuindo assim com os esforços para a criação de uma Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação. A Resolução fixou, de imediato, em \$1.750.000,00 as despesas de sua primeira fase, de 1981 a 1983; aprovou seus Estatutos; elegeu um Conselho Intergovernamental de 35 membros (6 da América Latina, nenhum do Brasil), representando igual número de países, para implementar os objetivos do Programa; e determinou ao Diretor Geral da Unesco que tomasse as providências necessárias com a relação a outras necessidades para seu funcionamento.

¹¹Este Programa foi originalmente proposto por representantes dos Estados Unidos na Conferência Geral da Unesco, em Paris, em 1978, com o propósito de propiciar ajuda aos países do terceiro mundo para suas necessidades de informação e comunicação. (Nordenstreng, 2010, p. 9; DeForrest, 1982, p. 74)

No que se refere à primeira Resolução, a de número 4/19, que aprovou o Relatório MacBride, ela aparentemente se esgotou em 1983, na Conferência Geral da Unesco, realizada em Paris, quando o Diretor Geral apresentou um relatório no qual demonstrou ter cumprido todas as determinações que havia recebido na Conferência de 1980: (a) a continuação da disseminação do Relatório, inclusive por meio de publicações de baixo custo; (b) a edição de um segundo livro, contendo mais de cem estudos preparados pelos membros da Comissão Internacional para o Estudo de Problemas da Comunicação, para ser publicado, em inglês e francês, em 1984; (c) o recebimento de comentários e observações ao Relatório, solicitadas a dezenas de países, organizações governamentais e não governamentais, ressaltando, contudo, que as respostas não permitiram identificar uma visão geral; (d) a criação de um setor responsável por assuntos de Comunicação no secretariado da Unesco; e (e) a realização de uma mesa redonda em Innsbruck, de 14 a 19 de setembro de 1983, em conjunto com a ONU¹² (UNESCO, 1983a).

A partir de 1984 referências ao Relatório MacBride nos documentos da Unesco são muito esparsos. O que adquire força e destaque é o Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (IPDC). Nos anos que se seguiram o Programa se constituiu em parceiro de organizações sociais, profissionais, de mídia e também governamentais dos países em desenvolvimento, no treinamento de pessoal e ajuda para a construção de infraestruturas de comunicação e informação. Mas deixou de abordar conceitualmente a criação da Nomic, inclusive porque, como advertiu o Diretor Geral da Unesco, Amadou-Mahtar M'Bow, na primeira reunião do Conselho Intergovernamental do Programa, em 1981, "(...) o Conselho manifestou a esperança de que, nesta fase inicial do IPDC a maior atenção deve se voltar para projetos regionais e sub-regionais."¹³ Em nenhum momento de sua fala ele abordou o tema Nomic. (UNESCO, 1981)

De qualquer forma, embora sem se referir explicitamente a uma Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação, o Conselho Intergovernamental do Programa decidiu, em 1995, realizar seis debates temáticos, de caráter conceitual, um por ano, sobre temas mais amplos: (1) em 1996, Tolerância e não-Violência na TV; (2) em 1997, Sociedades em Transição: desafios para a mídia; (3) em 1998, Desafios políticos, tecnológicos e econômicos para a TV pública; (4) em 1999, Comunicação e sociedade civil – alcançando o povo, áreas remotas e o pluralismo; (5) em 2000, IPDC: 20 anos a serviço do desenvolvimento da mídia – desafios e orientações no início do novo milênio; e (6) em 2001, Parceria internacional no desenvolvimento da mídia. (UNESCO, 2001, p.1)

¹²A Mesa Redonda teve como tema a Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação. Participaram 26 profissionais e pesquisadores de distintos países, além de especialistas vinculados a organizações profissionais, empresariais e de pesquisa de caráter internacional, e alguns observadores, oriundos de países distintos. Como tinha o objetivo de apenas debater o assunto, não houve votações nem conclusões. O único brasileiro participante foi o Editor Chefe do jornal O Estado de São Paulo, Oliveiros Ferreira, convidado pela Unesco, sem status de representação oficial do Brasil (UNESCO, 1983b).

¹³"(...) the council voiced the hope that, in this initial phase of IPDC, the greatest attention might be paid to regional and sub-regional projects."

Concluída a série de debates temáticos e pressionado pela precariedade financeira em que se encontravam suas atividades, o Conselho do Programa contratou, em 2001, uma consultoria independente para avaliar suas ações, no período 1996-2001. A avaliação relativa à atividade principal do IPDC, o financiamento de projetos, revelou, após serem examinados 76 dos projetos concluídos, a necessidade de mais efetividade em termos de formulação e implementação dessa atividade¹⁴. Levando em conta a avaliação, o Conselho decidiu estabelecer como áreas prioritárias para a aprovação de projetos, a partir de então: (1) melhoria do pluralismo da mídia e promoção da liberdade de imprensa; (2) treinamento; (3) criação e fortalecimento da mídia comunitária; (4) novas tecnologias de informação e comunicação. (UNESCO, 2001). Nada explicitamente referido à criação de uma Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação.

Na mesma reunião de avaliação, o Conselho, considerando que não havia recebido recursos financeiros suficientes, decidiu adiar o financiamento de 45 projetos já aprovados e suspender o recebimento de novos até 2002. Como propostas para o futuro o Programa indicou: (1) nova estratégia para levantar recursos financeiros; (2) reduzir o número de projetos aprovados anualmente para no máximo 30; (3) reduzir o número de assentos no Conselho; (4) unificar em um só órgão o Conselho e o Bureau, com no máximo 15 membros; e (5) **estabelecer como tema para 2002 a seguinte questão: "Há ainda necessidade do IPDC? Se sim, porque?"**. (UNESCO, 2001). Destaque do autor.

Na 22ª. Sessão do Conselho Intergovernamental do Programa, realizado em 2003, houve, de fato, o debate sobre a necessidade ou não do Programa, concluindo-se que sim, havia necessidade de manter o IPDC, para desenvolver a infraestrutura e os recursos humanos em países em desenvolvimento. Estabeleceu como seu objetivo o fomento do acesso universal à informação e ao conhecimento, por meio do fortalecimento das capacidades dos países em desenvolvimento, no campo da mídia eletrônica e impressa, dando prioridade a projetos nacionais, regionais e inter-regionais.

A partir de então, e até hoje, o IPDC se define como "o único fórum multilateral no sistema da ONU destinado a mobilizar a comunidade internacional para discutir e promover o desenvolvimento da mídia em países em desenvolvimento. Para isto, não somente provê suporte para projetos de mídia, mas também procura assegurar um ambiente saudável para o crescimento da mídia livre e pluralística em países em desenvolvimento" (UNESCO, 2020).

¹⁴No período analisado tinham sido aplicados \$11.094.000,00, em 178 projetos, distribuídos por 99 países: 31 na África, 28 na Ásia e Pacífico; 21 na América Latina e Caribe; 12 em Estados Árabes; e sete em países europeus.

Suas prioridades no século XXI, bem distantes da grandiosa proposta de criação de uma Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação, restringem-se a dar suporte: (1) à mídia comunitária; (2) ao aperfeiçoamento de auto-regulamentação e padrões de profissionais de mídia; (3) à segurança de jornalistas; (4) à reforma de legislação visando fortalecer a independência da mídia; (5) à contenção de discursos de ódio na mídia e redes sociais; (6) à pesquisas e avaliações da mídia; e (7) à capacitação de jornalistas e gestores de mídia. Essas prioridades continuam a ser realizadas por meio do financiamento de projetos. Em 2019, por exemplo, gastou cerca de \$1.800.000,00, dando suporte a 37 projetos, distribuídos pelas regiões: África, 12 projetos (\$426.200); Ásia e Pacífico, 11 projetos (\$503.400); América Latina e Caribe (nenhum do Brasil), 9 projetos (\$480.400); Estados Árabes, 2 projetos (\$94.600); e três projetos de caráter internacional (\$276.000). (UNESCO, 2019).

Na América Latina, os projetos beneficiados, e respectivos países, demonstram claramente a redução conceitual dos objetivos do IPDC: República Dominicana, "Promotion of digital and mobile security for journalists and citizen journalists"- \$35.744,00; Peru, "Training and empowerment of the judges for the defense of journalism and democracy" - \$31.000,00; México, "Indigenous and community radios with gender equality; capacity building and impact actions and gender"- \$86.450,00; Paraguai, "Promoting the protection and security of journalists from the Attorney General' Office" - \$26.400,00; Equador, "Capacity building of judges and judicial officials in freedom of expressions" - \$70.400,00; El Salvador, "Defending the rights of journalists en El Salvador" - \$35.900,00; Nicarágua, "Empowering indigenous communities" - \$37.964,00 (UNESCO, 2019).

A última avaliação formal do Programa foi realizada em 2018 pela própria Unesco e indicou pelo menos três problemas graves: primeiro, a ausência de clareza no foco estratégico e nas prioridades; segundo, o baixo volume de contribuições financeiras obtidas pelo Programa; e terceiro, o alto custo determinado por sua opção em selecionar e financiar um grande número de pequenos projetos em muitos países, ao invés de maiores projetos em menor número de países¹⁵ (UNESCO, 2018).

Por fim, cabe reafirmar que o Relatório MacBride, rapidamente saiu do debate e transformou-se em tema puramente acadêmico. Alegadamente por sua causa, Estados Unidos e Inglaterra se desligaram da Unesco¹⁶ (retornaram alguns anos depois), privando-a de 25% de seu orçamento, mesmo as ideias liberais tendo sido vencedoras no final. E, mais importante do que tudo, ignorando as recomendações do Relatório MacBride e as de outros órgãos supranacionais, os países ricos ajudaram a sedimentar a pré-existente ordem mundial de informação e comunicação, comandada pelas corporações transnacionais, dentro do espírito do neoliberalismo,

¹⁵Este texto foi concluído antes da realização da 32a. Sessão do Conselho Intergovernamental do IPDC, prevista para 25 e 26 de novembro de 2020, em Paris. Daí porque deixa-se de comentar aqui o exame da dura avaliação de 2018, que certamente terá sido objeto de debates naquela Sessão.

¹⁶Embora tenha ocorrido esta alegação, a versão mais próxima da verdade é a de que o real motivo do desligamento foi a recusa dos dois países – um império em decadência e o outro em ascensão – em serem considerados iguais aos demais, em termos de poder de voto. Isto é, Estados Unidos e Inglaterra têm, na ONU, voto de qualidade, poder de veto, mas na Unesco o sistema adotado é o de cada país um voto, independentemente de riqueza e poder militar. (Nordenstreng, 2010, p. 18).

que se tornou vitoriosa, e é, hoje, dominante em todo o mundo. Uma ordem mundial na qual os fluxos de informação e comunicação e seus conteúdos são bem mais unidirecionais do que eram quando da elaboração e aprovação do Relatório.

3. A improbabilidade de uma Nomic contemporânea

É possível pensar em uma nova Nomic? Uma que se fundamente no contexto político e econômico contemporâneo, e tenha propósitos não necessariamente iguais mas semelhantes – em termos anti-imperialistas e anticolonialistas – aos expostos no relatório MacBride e nos outros documentos que deram origem ao IPDC?

É difícil pensar em – e menos ainda reivindicar – tal objetivo: primeiro pela ausência de lideranças de alcance internacional, capazes de sugerir uma tarefa desta natureza; e, segundo, pela improbabilidade de, sendo instituída dentro do atual contexto, dominado por três potências capitalistas e imperialistas – Estados Unidos, China e Rússia – esposar conceitos e propósitos benéficos à humanidade. O mundo vive hoje um desenvolvimento incessante e convergente das tecnologias de informação e comunicação – o que, em princípio, pode parecer proativo na direção de uma ordem internacional mais democrática – mas, por outro lado, este desenvolvimento é condicionado pela expansão do pensamento neoliberal, da economia de mercado global, e da conglomeração de corporações industriais e comerciais nacionais e transnacionais do setor.

O contexto contemporâneo da informação e da comunicação é, a rigor, a ordem mundial real, implantada a partir do final dos anos 1970, com a ascensão ao poder de Margareth Thatcher, no Reino Unido (1979) e Ronald Reagan, nos Estados Unidos (1981). Foram eles, principalmente o segundo, que lideraram a consolidação do neoliberalismo no mundo, estendendo-o a todas as atividades humanas – econômicas, políticas, sociais e culturais. Nos anos 1980 ocorreu a adesão da China à mesma ideologia, e nos anos 1990, a dos países que compunham o mundo socialista, à frente a Federação Russa. Daí em diante os estados nacionais, um atrás do outro, inclusive o Brasil, seguiram o mesmo caminho e consolidaram o capitalismo transnacional, o império do mercado e o neoliberalismo.

Qualquer análise dentro da temática de comunicação e informação requer a compreensão desse contexto, no qual as empresas transnacionais controlam enormes volumes de capital e estenderam sua influência econômica para o ambiente político, transformando-se em núcleos de poder. No dizer de Mitchell:

Since capital can now migrate at far faster rates than people can, multinational capital can effectively use the threat of withdrawal from a community and so can more readily get the upper hand in its dealings with labor and with governments (2000, p. 109).

A internet e o rápido desenvolvimento das telecomunicações, da década de 1990 em diante, possibilitaram que as finanças internacionais atingissem um grau de integração muito avançado e deram grande mobilidade aos capitais. Os fluxos incontrolláveis desses capitais deram enorme poder às empresas transnacionais, permitindo que ajam "em escala mundial, sem compromissos nacionais, regionais ou de vizinhança". (German, 1997, p. 45).

Em suma, os estados-nações têm hoje seus poderes reduzidos, devido à existência e crescente fortalecimento de empresas transnacionais e de organizações supranacionais. Giddens alerta que é necessário se dar conta do dinamismo e escopo globalizante dessas organizações, que se sobrepõem aos interesses dos estados-nações, propondo uma ordem mundial centrada em aspirações, objetivos e mecanismos de caráter e valores supranacionais. Embora pareçam ser, à primeira vista, fruto de consenso da humanidade, na prática, porém, são fruto de articulação entre estados-nações, sob domínio dos que detêm maior poder econômico e militar. O que é considerado de caráter e valor supranacionais frequentemente não passa de objetivo estratégico dos estados-nações mais poderosos (1991).

O mais grave é que, embora considerados, no quadro conceitual da globalização, como relacionados predominantemente à economia e à política, os fluxos de informação e comunicação são, liminarmente, uma questão de cultura, de liberdade de expressão, de direito à informação e de exercício da cidadania. No dizer de Murdock:

Porque eles (os fluxos de comunicação) conectam com o público não somente como possuidores e consumidores de produtos e serviços de comunicação mas também como membros de comunidades políticas, eles devem ser julgados em sua habilidade de assegurar os direitos e responsabilidades da cidadania e seu potencial de negócios. Consequentemente, políticas de comunicação não podem jamais ser decididas com base exclusivamente em termos econômicos. Eles têm de ser vistos no contexto dos debates sobre o futuro da democracia¹⁷ (1994, p. 6).

O certo, contudo, é que esses serviços de informação e comunicação, hoje mais do que nunca, são operados sob licenças, acordos legais, tratados e protocolos supranacionais, oriundos sobretudo da União Internacional de Telecomunicações e da Organização Mundial do Comércio. Esta circunstância, associada à convergência das telecomunicações, da eletrônica e da informática, rapidamente envelheceu e fragilizou os fundamentos tradicionais das regulações nacionais, além de amplificar e aprofundar a lógica mercantil da exploração dos meios de comunicação e informação. Um mercado mundial foi estabelecido e a propriedade concomitante de empresas

¹⁷Because they connect with people not only as purchasers and consumers of communications products and services but as members of political communities, they must be judged on their ability to underwrite the rights and responsibilities of citizenship as well as their business potential. Consequently, communications policies can never be decided on purely economic grounds. They have to be seen in the context of debates about the future of democracy.

do setor tornou-se comum e até mesmo esperada, desejada e justificada. Do que decorrem frequentes realinhamentos empresariais, sobretudo com fusões de grandes e multifacetados complexos de informação, comunicação e entretenimento.

Dentro desse arcabouço socioeconômico, tanto a evolução da economia mundial como a intensificação de inovações científicas e tecnológicas convergiram para a criação de novos paradigmas sociais, culturais, políticos e econômicos. Por um lado, as redes interativas de computadores cresceram – e continuam crescendo – em quantidade e extensão, favorecendo a criação de novos canais de sociabilidade, de expressão cultural, de participação social e política, e de operações econômicas e financeiras. E, por outro, ocorreu um movimento da sociedade humana, com forte ênfase no desenvolvimento de um espírito empreendedor privado, focado nas necessidades individuais, ávidas por serem alimentadas pelo livre mercado.

Nessa nova configuração para a qual o mundo foi conduzido se destacam quatro principais características: a) formação e desenvolvimento de redes digitais virtuais, que ligam pessoas e grupos, independentemente de tempo e espaço; b) reorganização interativa dos processos políticos, sociais, econômicos, culturais e institucionais, com base em tecnologias avançadas de informações e comunicações; c) reconfiguração da vida cotidiana dos indivíduos, grupos sociais, governos, empresas e entidades em geral, por efeito da consolidação e crescente expansão de redes digitais. Na base dessas características está o impulso da dinâmica e da racionalidade da economia internacional, que levou as corporações transnacionais a interconectarem não só tecnologias, mas também investimentos financeiros, recursos humanos e materiais, políticas de relacionamento individual, institucional e corporativo, e estratégias de desenvolvimento de negócios. O Estado, por sua vez, integrou diversos aspectos das estratégias empresariais às políticas públicas para informação e comunicação, tornando-as interdependentes.

Esta é ordem mundial da informação e da comunicação que se estabeleceu e contra a qual se terá que ficar, se se quer uma outra ordem.

6. Conclusão

A proposta da Nomic, desenvolvida pela Unesco, foi construída em um cenário de lenta porém firme transformação socioeconômica e cultural, dirigida pelos países ricos do Ocidente. As reações ao Relatório MacBride derivaram dessa transformação. Os desenvolvimentos que se sucederam a partir de sua aprovação, mostraram claramente que, embora seu diagnóstico estivesse próximo da situação real, suas propostas estavam descoladas de um contexto real e objetivo, crescentemente dominado pelos princípios do neoliberalismo. Isto é,

reagindo ao ideário que defendia a intervenção dos estados nacionais na economia e na vida social das nações¹⁸, que tinha dominado o mundo a partir da Primeira Guerra Mundial, as grandes nações do Ocidente, lideradas pelos Estados Unidos e Inglaterra, estavam rapidamente retomando as propostas do liberalismo clássico.

A consequência natural da expansão das ideias neoliberais foi o desencadeamento, em todo o mundo, a partir dos anos 1980, de agressivas políticas nacionais e internacionais de privatizações e desregulamentações, retirando dos estados nacionais, tanto quanto possível, o poder de influenciar a organização e o funcionamento de suas economias, e passando esta função à "mão invisível do mercado". Questões sociais e culturais, assim como serviços de informação e comunicação, também passaram a estar submetidas a essas determinações, com pouca interferência dos estados nacionais.

Nesse contexto era pura utopia acreditar, como fazia o Relatório, que seria possível convencer os países ricos de que os produtos dos meios de comunicação deveriam ser compreendidos como bens culturais de caráter público, superando, portanto, o caráter industrial-comercial das empresas que os produzem. Também era utópico esperar que a comunicação fosse compreendida e apoiada pelos governos nacionais e pelas corporações transnacionais no papel de estimuladora e facilitadora do exercício da cidadania. E também o era pretender convencer as corporações de mídia a aceitar fluxos multilaterais de informação e comunicação como necessários ao intercâmbio de ideias, fatos e versões, visando a formação de opiniões livres.

Na verdade, a proposta de criação da Nomic enfrentou, de imediato, dois fortes condicionantes de natureza tanto conceitual quanto contextual: em primeiro lugar, a tendência de retirada progressiva dos estados nacionais dos processos decisórios de toda natureza, em benefício do interesse privado e mercantil, facilitando a acumulação de capital e a mercantilização dos espaços informacionais, comunicacionais e culturais; em segundo lugar, a tentativa crescente de instrumentalização direta das ações públicas em favor dos grupos empresariais, em prejuízo do interesse público e da democratização dos serviços informativo-culturais.

Os que propuseram a nova ordem subestimaram as tendências então em curso, que conduziam à consolidação de uma sociedade mundial fortemente influenciada pelos princípios da economia de mercado. Se se quisesse propor hoje uma Nomic contemporânea seria necessário ter em conta que aquelas tendências neoliberais, ao invés de se enfraquecerem, fortaleceram-se, consolidaram-se e são consistentes elementos do contexto contemporâneo. O que não deve impedir nem anular a busca de estratégias e ações eficazes visando construir uma ordem internacional democrática de informação e comunicação. Pelo contrário, reconhecer e compreender

¹⁸Durante a Primeira Guerra Mundial o liberalismo admitiu e mesmo defendeu a intervenção dos estados nacionais na economia e na organização de todos os aspectos das sociedades. Afinal, era uma situação de guerra! Mesmo depois da guerra esta postura continuou porque era preciso reorganizar tudo e só os estados nacionais podiam fazer isto. Em seguida veio a crise de 1929, e, por fim, a Segunda Guerra Mundial, que requereram intensa e profunda intervenção estatal. Com o fim da guerra, em 1945, lentamente os países ricos começaram a avançar no sentido de retomar o liberalismo clássico, com o nome de neoliberalismo.

tais tendências, consolidadas ou não, é crucial nessa busca: desconhecê-las ou subestimá-las, como ocorreu nas décadas de 1970 e 1980, pode levar apenas a novas utopias.

Referências

DEFORREST, Jackson. Unesco's MacBride Commission Report and the Editorial Reactions of Four Major Communications Trade Publications. Masters Theses, University of Tennessee, 1982. Disponível em: https://trace.tennessee.edu/utk_gradthes/3010

GERMAN, Christiano. Caminhos e descaminhos políticos para a sociedade da informação. In: Wilke, J. et al. Papers, n. 31. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 1997, p. 31-51. Disponível em: www.lep.ibge.gov.br/arnaldo/sociedade-informacao-politica.doc, acesso em 18.09.2003.

GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

MITCHELL, William J. e-topia. Cambridge, MA: The MIT Press, 2000.

MURDOCK, Graham. The New Mogul Empires: Media Concentration and Control in the Age of Convergence. Media Development, Londres, v. 41, n. 4, 1994.

NORDENSTRENG, Kaarle. MacBride report as a culmination of NWICO, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/265036640_MacBride_report_as_a_culmination_of_NWICO. Acesso em: 10.09.2020.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/por.pdf>. Acessado em 22.10.2020.

UNESCO. Declaración sobre los principios fundamentales relativos a la contribución de los medios de comunicación de masas al fortalecimiento de la paz y la comprensión internacional, a la promoción de los derechos humanos y a la lucha contra el racismo, el apartheid y la incitación a la guerra. 1978. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183664?posInSet=4&queryId=42aea916-2d89-48a9-b685-9d56a84a48a3>. Acesso em: 13.10.2020

UNESCO. Many Voices, One World. Londres, Kogan Page; New York, Unipub; Paris, Unesco: 1980a. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000040066/PDF/040066eng.pdf.multi>. Acesso em: 27.09.2020.

UNESCO. Records of the General Conference Twenty-first Session. Belgrade, 23 September to 28 October, 1980b. Volume 1 – Resolutions, p. 68. Disponível em: <http://ulis2.unesco.org/images/0011/001140/114029EO.pdf>. Acesso em: 30.09.2020.

UNESCO. Address by Mr Amadou-Mahtar M'Bow, Director-General of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco). First Session of the Intergovernmental Council of the International Programme for the Development of Communication-IPDC. 1981. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000045612?posInSet=3&queryId=6ea8a13f-48a2-424b-a6fe-9c4bb4127c59>. Acesso em: 20.09.2020.

UNESCO. Study of Communication Problems - Implementation of Resolutions 4/19 and 4/20 Adopted by the General Conference at its Twenty-First Session, in Belgrade, 1980. Report by the Director-General in the General Conference, Twenty-second Session. Paris, 1983a. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000057205?posInSet=4&queryId=7fd1222c-0bf3-46c6-b42e-52d83e259687>. Acesso em: 18.09.2020.

UNESCO. Round Table on a New World Information and Communication Order. Final Report. Innsbruck, Austria, 14 to 19 September 1983b. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000057205?posInSet=4&queryId=7fd1222c-0bf3-46c6-b42e-52d83e259687>. Acesso em: 23.09.2020).

UNESCO. Report by the Intergovernmental Council of the International Programme for the Development of Communication (IPDC) on its activities, 1996-2001. General Conference, 31st, 2001. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000123275?posInSet=1&queryId=3a67043f-b204-4805-8fff-740f5afe1fe9>. Acesso em 03.10.2020.

UNESCO. Report by the Intergovernmental Council of the International Programme for the Development of Communication (IPDC) on its activities (2002-2003). UNESCO. General Conference, 32nd, 2003. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000130810?posInSet=2&queryId=533d84ab-c86a-449c-9e72-8ef5863f2ab5>. Acesso em: 09.10.2020.

UNESCO. Intergovernmental Council of the International Programme for the Development of Communication, 31st, Paris, 2018. Decisions taken by the 31st Council Session of the International Programme for the Development of Communication (IPDC). Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000369563>. Acesso em: 30.09.2020.

UNESCO. IPDC Projects Approved - 2019. Disponível em: <https://teamsnet.unesco.org/en-us/Lists/IPDC%20Projects%20Approved%20%20%202019/Approved-by-Bureau.aspx>. Acesso em: 30.09.2020.

UNESCO. International Programme for the Development of Communication. 2020. Disponível em: <https://en.unesco.org/programme/ipdc>. Acesso em: 09.10.2020.

UNESCO. Declaração sobre los princípios fundamentais relativos a la contribuição de los médios de comunicação de masas al fortalecimento de la paz y la comprensión internacional, a la promoção de los derechos humanos y a la lucha contra el racismo, el apartheid y la incitación a la guerra. 1978. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183664?posInSet=4&queryId=42aea916-2d89-48a9-b685-9d56a84a48a3>. Acesso em: 13.10.2020

Um e muitas vozes ontem, hoje e amanhã

Fernando Oliveira Paulino

Antes de mais nada, agradeço ao Edgard Rebouças pelas palavras utilizadas na apresentação de minha presença nesta Mesa e pela amizade que temos de muitos anos. Igualmente, minha gratidão ao Giovandro Ferreira, presidente da INTERCOM, e à Nair Prata, Diretora Científica, pelo convite e não poderia deixar de expressar a honra de estar ao lado, mesmo que virtualmente, da querida Delia Covi, presidenta emérita da ALAIC. Também deixo meu abraço para Eduardo Meditsch, referência de integridade pessoal e acadêmica, e a meu quase xará, Othon Fernando Jambeiro, com quem compartilho, por herança familiar, sentimentos de baianidade.

Creio que a INTERCOM escolheu bem o tema deste Congresso. Debater o direito à comunicação é uma tarefa bastante atual e cada vez mais relevante que contribui para estabelecer parâmetros para políticas públicas associadas à área e para as atividades de ensino, pesquisa e extensão no Brasil e em outros países do mundo.

Com o objetivo de oferecer algumas contribuições, eu gostaria de contar com a atenção de vocês para quatro pontos que eu pretendo desenvolver a seguir. O primeiro está relacionado ao período de publicação do relatório "Um Mundo e Muitas Vozes" (UNESCO, 1980).

Depois, eu gostaria de falar do conteúdo do Relatório e algumas de suas contribuições. Na sequência, pretendo fazer algumas referências ao período posterior à publicação do Relatório e a atuação da UNESCO e por fim, mas não menos importante, gostaria de expressar algumas considerações da relevância de alguns dos seus princípios, não apenas em uma escala macro, mas também em questões e práticas mais micropolíticas.

Dessa forma, começo pelo período prévio à publicação do Relatório "Um Mundo e Muitas Vozes". Não quero repetir o que os colegas falaram anteriormente, mas é importante frisar que o Relatório resulta de atividades empreendidas pela "Comissão Internacional para os Estudos de Problemas da Comunicação" estabelecida pela UNESCO¹⁹, com ações concentradas no final dos anos 1970²⁰.

A Comissão foi presidida e por Seán MacBride²¹, um dos fundadores da Anistia Internacional e personalidade que havia recebido pouco tempo antes o Prêmio Nobel da Paz e o Prêmio Lênin da Paz, e resultava de um contexto histórico no qual a promoção de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC) estava mais presente na agenda de países e iniciativas sociais, sindicais e acadêmicas.

Os desejos de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação não se localizam de maneira restrita à Comissão MacBride. É importante fazer conexões entre o Relatório "Um Mundo e Muitas Vozes" com, por exemplo, ações relacionadas aos esforços e lutas pela descolonização entre os séculos XVI e XX. Nesse processo histórico é possível encontrar diversas referências à defesa da liberdade de expressão e à livre circulação de ideias em documentos relacionados, por exemplo, à Revolução Americana de 1776, à Revolução Francesa de 1789, à Revolução Haitiana de 1791 e à outras revoluções e declarações de independência que aconteceram na América Latina, na África, na Ásia e na Oceania.

Também é relevante estabelecer uma ponte histórica entre o Relatório e a referências de promoção do multilateralismo que contribuíram direta ou indiretamente para a construção da UNESCO, iniciativa das Nações Unidas voltada para a promoção da educação, da ciência e também da cultura. Para isso, vale a pena citar obras como "À Paz Perpétua", de Immanuel Kant (1989), e "O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa", de Afonso Arino de Melo Franco (2000). A percepção de que seria possível estabelecer um mundo no qual a pactuação ocorresse além de fronteiras nacionais, ou da imposição meramente da força, contribuiu para a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 e a elaboração, aprovação e publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, um documento que faz referência direta, em seu artigo XIX, ao direito de que as pessoas têm não apenas de receber, mas também de difundir opiniões sem limitações de fronteiras. Tal princípio tem sido fundamental para atividades e decisões associadas aos direitos à informação e à comunicação.

¹⁹A Comissão, que posteriormente também ficou conhecida pelo nome de seu presidente, foi criada oficialmente em 1977 pelo então Diretor da UNESCO Ahmadou-Mahtar M'Bow (Senegal) e contou com a participação de Seán MacBride (Irlanda) e de integrantes provenientes de outros quinze países, convidados devido a suas atividades como jornalistas, editores, acadêmicos e atividades de mídia. Os membros da Comissão MacBride foram: Elie Abel (EUA), Hubert Beuve-Méry (França), Elebe Ma Ekonzo (Zaire), Gabriel García Márquez (Colômbia), Sergey Losev (União Soviética), Mochtar Lubis (Indonésia), Mustapha Masmoudi (Tunísia), Michio Nagai (Japão), Fred Isaac Akpororo Omu (Nigéria), Bogdan Osolnik (Iugoslávia), Gamal El Oteify (Egito), Johannes Pieter Pronk (Holanda), Juan Somavía (Chile), Boobli George Verghese (Índia) e Betty Zimmerman (Canadá), em substituição à Marshall McLuhan, que ficou doente.

²⁰Imagens de sessão da Comissão Internacional para os Estudos de Problemas da Comunicação na Índia em 1979 estão disponíveis em <https://www.youtube.com/watch?v=I59rzrkGKIo> (Acesso em 14 de junho de 2021).

²¹Seán MacBride era atento às atividades realizadas por veículos de comunicação e pela força da opinião pública, conforme pode ser observado na entrevista que deu ao jornalista John Pilger disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mk89u4XICBEt=60s> (Acesso em 14 de junho de 2021).

O período posterior a criação da ONU e da publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos foi marcado pela atuação de duas superpotências (EUA e URSS) e pela intensificação de lutas e processos de descolonização principalmente em nações do hemisfério sul. Muitos governos do chamado “Terceiro Mundo”, se agruparam em torno de interesses compartilhados e formalizaram em 1961 a criação do “Movimento dos Países Não-Alinhados” com a promoção de uma agenda de soberania informativa e comunicacional e de defesa da autodeterminação, da soberania dos países, da luta contra o colonialismo e da rejeição de ameaças e da defesa da democratização das relações internacionais²².

Nos anos 1970, intensificaram-se debates e propostas favoráveis a políticas públicas que promovessem uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação, sendo que grande parte dessas ações foram desenvolvidas na e a partir da América Latina. Nomes como Luis Ramiro Beltrán, Luiz Gonzaga Motta, Salomão Amorim, Delia Crovi, Marco Antonio Rodrigues Dias, Mario Kaplún e Hector Schmucler merecem ser mencionados.

Tais raízes históricas foram fundamentais para criação e para a realização das atividades da Comissão MacBride. A iniciativa contou não apenas com a participação de dois integrantes latino-americanos, Gabriel Garcia Márquez e Juan Somavía, mas também é importante fazer referência à atuação de Fernando Reyes-Matta, diplomata chileno, que teve um trabalho relevante na sistematização das propostas debatidas, algo ressaltado em nota de rodapé da obra. O título do relatório, “Um mundo e muitas vozes”, é acompanhado do subtítulo “A caminho de uma nova ordem mundial da comunicação e informação mais justa e eficiente”, algo que se desdobra em análises e propostas. A perspectiva de que uma comunicação melhor e mais livre ocorreria quando os indivíduos se tornassem parceiros ativos e não meros objetos da comunicação, com uma maior variedade de mensagem e com uma maior qualidade na representação social e na comunicação.

Segundo o relatório MacBride, é preciso desenvolver um processo que leve a partilha de decisões e a promoção do direito à comunicação, sobretudo para públicos mais fragilizados tais como: pobres, deficientes, grupos geograficamente isolados ou que sofram discriminação social, cultural e econômica, minorias nacionais, étnicas, linguísticas e religiosas, mulheres, crianças e jovens. Essa preocupação é um ponto importante do Relatório por dar relevância não apenas a iniciativas de promoção da profissionalização da comunicação, principalmente às condições de trabalho satisfatórias para jornalistas. O documento também defende a necessidade de promoção do acesso às mídias por um lado e de promover formas de retorno e contato regular, entre os comunicadores e o público, fazendo com que houvesse mais condições de participação de não profissionais nos processos de construção, distribuição e acesso aos conteúdos.

²²Mais informações sobre o Movimento dos Países Não-Alinhados podem ser vistas em: <https://www.youtube.com/watch?v=Govr5-RcF6k> (Acesso em 14 de junho de 2021).

O Relatório defende o princípio de que a participação do público ocorra em uma escala de tomada de decisões e não apenas na crítica aos conteúdos produzidos, pois as demandas por um fluxo de mão-dupla, por livre troca, por acesso e participação são fundamentais para o exercício da liberdade de expressão. A partilha de poder tem condições de superar uma via de mão única que ocorre mesmo com a emergência de ferramentas que possibilitam, a priori, uma ação mais multilateral. Porém, na prática, também como consequência de fenômenos mais contemporâneos, associados à política, à prática das chamadas *fake news*, o diálogo, a transparência e a abertura de reflexões sobre o que é ou não produzido e publicado, não são colocados em prática.

Segundo o Relatório, a comunicação deve ser entendida como uma questão de direitos humanos que transcende à mera recepção de informações e promova a ideia de diálogo, em contraste com o monólogo. Tal perspectiva está na base e deve estar no cerne, do pensamento que leve a ações a favor da liberdade, da democracia e da ampliação dos direitos humanos e promova, com isso, um fluxo mais livre de ideias e práticas, contribuindo para a redução de impasses e colaborando para mais possibilidades de entendimento entre indivíduos, nações, forças políticas, comunidades culturais, econômicas, científicas e grupos sociais.

Em síntese, o documento apresenta uma necessidade de mudança de perspectiva, trazendo uma pluralidade de fontes e também contribuindo para uma democratização do processo de comunicação com fluxo mais multidirecional entre os seus participantes. Com isso e para isso, prescreve a necessidade de políticas públicas para a comunicação e para a cultura, promovendo a necessidade de que o Estado se envolva nessas ações e que consiga afirmar direitos e, assim, haja condições de efetivá-los.

Com as informações acima, procurei contextualizar alguns dos princípios, contextos e práticas que são apontadas no Relatório MacBride e para concluir minha exposição, gostaria de tecer comentários sobre a validade e a efetivação das propostas.

Quarenta anos depois da publicação do Relatório, o que podemos dizer sobre as propostas que dizem respeito a sua efetivação e a sua ainda possibilidade de aplicação contemporânea? Mesmo com as transformações tecnológicas nas ações de informação e comunicação, acredito que as bases do Relatório MacBride ainda são relevantes e atuais com suas medidas de acesso à informação, de inclusão e de rompimento da verticalidade em processos de comunicação e não apenas em discursos internacionais, nacionais e locais.

Por um lado, ainda existe uma significativa iniquidade em processos comunicacionais e isso pode ser percebido, por exemplo, na produção, distribuição e acesso a conteúdos acadêmicos de nossa área, algo que mobiliza esforços de entidades científicas como INTERCOM e ALAIC, que tem buscado uma maior incidência da academia brasileira e de outros países latino-americanos em fluxos informacionais e comunicacionais pelo mundo. Porém, além da academia, ainda é muito necessário debater os princípios do Relatório em práticas baseadas em fluxos sociais, econômicos, culturais, raciais e geográficos concentrados no chamado Norte Global.

Encontrar maior possibilidade de interação e propagação dos pensamentos realizados no Sul, no Leste e no Oeste do mundo são princípios presentes no Relatório e que merecem nossa permanente atenção. Essa agenda foi modificada em instituições internacionais muito possivelmente por conta da saída nos anos 1980 da UNESCO de países como EUA e Reino Unido, não necessariamente satisfeitos com os rumos da organização naquele período.

O Relatório MacBride foi apresentado e aprovado pela UNESCO no mesmo momento de criação do Programa internacional para o Desenvolvimento da Comunicação, que tem estimulado, mesmo com limitações, atividades relevantes e que podem ter um impacto ainda maior se houver um diálogo mais intensivo com as instituições de educação superior e seus professores, técnicos e estudantes. Parece-me essencial que busquemos uma maior interação com a UNESCO nas ações de Comunicação e Desenvolvimento e também em outras ações que a entidade desenvolve.

Uma delas se refere à criação de parâmetros e à classificação de cursos de educação superior através do *International Standard Classification of Education (ISCED)*. Junto com colegas como Eduardo Meditsch, temos buscado levantar informações sobre o último padrão estabelecido pela entidade para não seguir a classificação mais comum de designar Jornalismo, Comunicação Organizacional e Audiovisual como áreas da Comunicação. Essa medida, inicialmente feita para fins estatísticos, pode trazer impactos negativos na avaliação dos cursos de graduação e de pós-graduação e isso tem gerado uma preocupação em entidades vinculadas à SOCICOM. Transformar tal situação é algo que demanda articulação de associações e de pesquisadores e igualmente serve de estímulo para um fluxo mais intenso de contatos com a UNESCO e outras entidades nacionais e internacionais à favor de, inclusive, uma equidade científica e de um maior reconhecimento da comunicação como área científica.

Para concluir, gostaria de terminar a apresentação, fazendo uma conexão entre os princípios postulados pelo Relatório e movimentos e atividades mais recentes que têm promovido o direito à voz e à transformação. Vejo uma ligação direta entre os princípios da diversidade e democratização da comunicação e por políticas de comunicação com ações relacionadas à promoção do respeito aos direitos humanos por movimentos como *Black Lives Matter* e grupos de defesa dos direitos das mulheres, que demonstram a necessidade de superação das atividades de silenciamento, que ainda hoje é uma prática recorrente.

O silenciamento não será superado apenas pela concessão de canais de comunicação, mas sobretudo, eu gostaria de frisar esse ponto, na necessidade de partilha do poder nos processos de produção, distribuição e acesso a conteúdos. Creio que o Relatório MacBride pode ser lido nessa direção, numa perspectiva que, inclusive, nos desafia a pensar e desenvolver práticas que levem à partilha de poder e, com isso, à comunicação em todas as escalas possíveis.

O estímulo pelo diálogo e pela comunicação pode ser levado a frente, tanto no plano macro, que a gente debateu muito nessa mesa, mas também de ações minoritárias que estão mais presentes em relações

interpessoais. Uma comunicação mais eficiente e justa pode-se dar, por exemplo, em nossas salas de aula, nas pesquisas que fazemos e nas atividades de extensão que realizamos. Uma necessária questão é: temos criado espaço para um mundo e muitas vozes no nosso dia-a-dia, nas relações que desempenhamos na escala familiar, afetiva e profissional, gerando espaços para uma comunicação mais justa e mais eficiente?

Além da necessidade dessas reflexões na escala macro, desde a relação dos países aos fluxos informacionais formados entre estados, municípios e demais localidades, gostaria de propor, ou ao menos estimular, que as pessoas que participaram deste Congresso tentemos transpor para o nosso cotidiano princípios debatidos e sistematizados pela Comissão MacBride traduzindo o Relatório menos como uma declaração de intenções e mais como um guia, para transformação das nossas atitudes permanentemente, porque parafraseando Toni Morrison²³, em tempos de pavor, as(os) cientistas, sobretudo as pessoas que estudam e praticam a comunicação, nunca devem escolher permanecer em silêncio ou se omitirem diante de práticas de silenciamento e é nisso que eu acredito, por um mundo e muitas vozes. Muito obrigado pela atenção de vocês e tenhamos se não aqui virtualmente um debate, um diálogo contínuo. Sigo à disposição da INTERCOM e dos colegas, sobretudo pelo email paulino@unb.br. Muito obrigado!

Referências

FRANCO, AA DE M. **O índio brasileiro e a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: TopBooks, 2000

KANT, Immanuel. **À paz perpétua**. Porto Alegre: L&PM, 1989.

UNESCO (1980). **Many voices, one world: towards a new, more just, and more efficient world information and communication order**. UNESCO, International Commission for the Study of Communication Problems Language: English, 1980. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000040066>

²³<https://www.thenation.com/article/archive/no-place-self-pity-no-room-fear/>

As reviravoltas da Unesco e seus impactos na área acadêmica da Comunicação

Eduardo Meditsch

Introdução

Estamos aqui reunidos na 43ª edição de um dos maiores congressos de Comunicação do mundo. Devemos isso a uma série de fatores históricos que fizeram a área acadêmica de Comunicação no Brasil se tornar tão grande e tão consolidada. Uma história de sucesso até supreeendente, considerando-se que a Comunicação como área acadêmica não vingou em muitos países, que não há nada parecido conosco na América Latina e que mesmo em nosso país é notória a falta de consenso interno sobre o que essa área acadêmica é ou deva ser.

Em grande parte, esta situação se explica pelo protagonismo da Unesco em nossa área. A mesma Unesco que, em 1980, propôs uma Nova Ordem Internacional da Comunicação, encampando o Relatório MacBride, foi quem duas décadas antes internacionalizou a nascente disciplina da *Mass Communication Research*, através de suas escolas internacionais para a formação de professores de jornalismo, como o CIESJ de Estrasburgo e o Ciespal do Equador, e da criação da principal entidade acadêmica internacional da área até hoje, a AIERI/IAMCR, ainda que com motivações políticas bastante diferentes, se não opostas, às que levaram à proposição da Nomic, como trataremos adiante.

É considerando o peso que a Unesco teve na institucionalização da Comunicação como área acadêmica em nível internacional que devemos nos preocupar hoje com as iniciativas mais recentes da entidade com potencial para desorganizar a nossa área acadêmica, enfraquecê-la ou até extingui-la. Pois embora tenhamos sérias divergências internas na área sobre o que ela é e o que deva ser, temos pelo menos consenso em torno da ideia de que ela é importante e insubstituível, que deve continuar existindo e deve ser fortalecida. Queremos viver muitos outros congressos da INTERCOM além desse 43o. Mas a Unesco não parece mais muito interessada em colaborar com isso. Suas iniciativas mais recentes, como sua classificação de áreas de conhecimento, o Currículo Modelo para o Ensino de Jornalismo e a Classificação Internacional de Áreas de Ensino, recentemente adotada pelo Ministério da Educação do Brasil com a sigla Cine-Brasil, são propostas que desconsideram a história da área e desorganizam a Comunicação, e por isso devem nos preocupar.

Uma perspectiva histórica

James Carey observou não existir ainda uma história da pesquisa em comunicação em sentido estrito: "a narrativa que daí emergiu (...) não é uma história inocente, porque foi inventada com um propósito político: uma intenção de obter lealdades, resolver disputas, guiar políticas públicas, confundir a oposição e legitimar instituições; resumindo, a história que surgiu é um episódio menor das batalhas sociais, políticas e ideológicas do Século XX (CAREY, 1997, p. 14-15)."

Em resposta a isto, começaram a aparecer estudos críticos da história do campo, como os reunidos por David Park e Jefferson Pooley (2008). Os autores propõem "reconstituir as ideias, figuras, batalhas por recursos, e qualquer outro objeto de estudo, dentro do contexto todo de sua localização original no espaço e no tempo". O presente trabalho adota esta perspectiva crítica em relação à história da atuação da Unesco no campo, e sua eventual relevância reside no que esta perspectiva histórica possa contribuir para o autoconhecimento do campo acadêmico.

Em 2017, o então recém iniciado governo de Donald Trump anunciou a retirada dos Estados Unidos da Unesco, no que foi seguido por Israel, devido ao fato da entidade ter admitido dar voz à Palestina. No ano de 1984, os norte-americanos já haviam se retirado da Organização por discordarem de sua orientação por uma Nova Ordem Internacional da Informação e da Comunicação, posição que foi revista mais tarde com a atenuação da posição da entidade internacional a este respeito. Embora a retirada mais recente não tenha relação direta com questões da área de Comunicação, ela expõe mais uma vez as viradas de posição em consequência das lutas internas pela hegemonia da organização multilateral da Onu dedicada à Educação, Comunicação e Cultura.

A Unesco, desde a sua fundação, atua no campo da formação profissional e da produção científica da área da Comunicação. São marcos deste protagonismo os vários estudos e documentos da entidade sobre estes temas, a criação de escolas internacionais como as de Estrasburgo e do Ciespal, assim como a criação da principal entidade acadêmica da área, a IAMCR/AIERI.

A Unesco havia sido criada ao final da Segunda Guerra Mundial, como uma extensão da Organização das Nações Unidas voltada para a Educação, a Cultura e a Comunicação. Desde o seu início, o uso dos meios de comunicação de massa foi visto como estratégico para seus objetivos de "favorecer o conhecimento e a compreensão mútua entre as nações", "imprimir um vigoroso impulso à educação popular e à difusão da cultura" além de ajudar "na manutenção, no progresso e na difusão do saber" (UNESCO, 1945). Já em 1948, a Conferência da ONU havia considerado a liberdade de informação uma das liberdades básicas e a pedra de toque de todas as liberdades a que se dedica a Organização das Nações Unidas. Em seus documentos iniciais, a Unesco afirma que "...em um mundo livre, o direito à informação se apresenta como um prolongamento do direito à educação" (FELICIANO, 1987 p. 26).

Ciesj e Ciespal

Nesta pesquisa buscamos recuperar a história de como isso se deu no Terceiro Mundo a partir dos registros mantidos no Centro de Documentação do Ciespal, na cidade de Quito, no Equador e Centro Internacional de Estudos Superiores em Jornalismo (CieSJ), na França. O Centro Internacional de Estudos Superiores de Periodismo para a América Latina (Ciespal) foi fundado em Quito em 1959, a partir de um esforço diplomático do governo equatoriano e da Universidade Central del Ecuador para sediar no país a instituição, cuja criação estava prevista na estratégia definida pela Unesco para qualificar a formação de jornalistas em todo o mundo. A criação do Ciespal tinha como objetivo ampliar para a América Latina a experiência iniciada dois anos antes na Université de Strasbourg, na França, em 1957, com atuação prevista para a Europa, África e Oriente Médio. Na década de 1960, o projeto seria ampliado para a Ásia com a criação de um terceiro centro ligado à Universidade de Manilla, nas Filipinas.

Desde 1947 se articulava no âmbito da organização a criação de um Instituto Internacional de Imprensa e Informação que articulasse ensino e pesquisa, mas a ideia não prospera por falta de articulação e disputa por seu controle entre os países membros. Como resultado desta disputa, surgem duas organizações independentes, o Institut Français de Press em Paris, mais próximo dos objetivos da Unesco mas de abrangência quase que apenas nacional, e o International Press Institute, com sede em Zurich, uma organização fundada por editores de jornal

de vários países financiada por fundações estadunidenses, mas mais próxima às orientações dos *publishers* e ao alinhamento ao “mundo livre” na Guerra Fria. A falta de abrangência multilateral e as finalidades também limitadas de ambas as instituições fizeram com que mais tarde a Unesco se dedicasse à criação da International Association of Mass Communication Research, a IAMCR.

Paralelamente a suas iniciativas em relação à pesquisa, a Unesco seguiu então incentivando estudos sobre a formação de jornalistas em todo o mundo (como o publicado pelo professor Robert Desmond, em 1949) e a promover reuniões de peritos para discutir a questão. Em reuniões realizadas em Paris e New Delhi em 1956 são definidos a necessidade e os princípios que norteariam a criação de centros regionais de formação:

Seriam ligados a universidades ou instituições ou mesmo independentes e teriam como tarefas principais a formação do corpo docente das escolas já existentes, a melhoria dos métodos e técnicas de ensino, a constituição de um conjunto de dados de natureza educativa, bem como a seleção dos manuais-modelo e outros auxiliares de ensino. Tinham como meta, ainda, coordenar a teoria e a prática concernentes aos meios de grande informação e seus efeitos, proceder aos estudos sobre a base e a estrutura dos meios de maior informação, bem como sobre a liberdade de informação, além de organizar programas de estudos e cursos de aperfeiçoamento de interesse dos professores e dos jornalistas e publicar estudos especializados e relatórios sobre pesquisas realizadas. Esperava-se, ainda, propiciar o intercâmbio de ideias e experiências entre jornalistas, professores e outros especialistas em informação, além de preencher eventuais lacunas na formação desses profissionais, já que aos centros competiria a função social de aperfeiçoamento. (FELICIANO, 1987, p. 36-37)

Parece haver, no entanto, uma notável variação de perspectivas adotadas pelos centros internacionais criados pela Unesco em Strasbourg e em Quito durante os anos 1960. No primeiro caso, na França, o Centro liderado pelo jurista Jacques Léauté adota uma perspectiva multilateral, convocando palestrantes de várias partes do mundo para tratar do ensino de jornalismo, notadamente de ambos os lados da Guerra Fria, com participação de jornalistas tanto dos Estados Unidos e da Europa Ocidental quanto da União Soviética e de outros países da Europa Oriental, além de convidados da África e Ásia para participar de seus colóquios sobre a profissão e seu ensino (TOPUZ, 1960).

Já, no Equador, os primeiros anos de funcionamento do Ciespal são caracterizados por uma forte instrumentalização política de sua atuação na Guerra Fria, o que encontra explicação no contexto vivido pela América Latina e pelo Equador nos anos 1960, marcados por uma série de golpes de estado patrocinados pelos Estados Unidos no âmbito de sua política de contra-insurgência após a revolução cubana de 1959. Apesar de vinculado formalmente à Universidad Central del Ecuador, o centro da Unesco em Quito será liderado por Jorge Fernández, um profissional ligado à direção do jornal conservador *El Comercio*, que teve intensa participação na promoção do golpe de estado ocorrido no país em 1963 (AGEE, 1976).

Dentro deste espírito, Jorge Fernández apóia o golpe de estado em seu país (FERNÁNDEZ, 2012, p. 44-61), torna o Ciespal um órgão claramente alinhado ao que se considerava então "a luta anticomunista no continente", e privilegia a presença de professores norteamericanos, vinculados aos programas de "guerra psicológica", como seus palestrantes e consultores, destacando-se entre eles Raymond Nixon e Wilbur Schramm, obtendo com isso um forte apoio de fundações privadas para as atividades da entidade. Num relatório em que presta contas de suas viagens pelo continente encaminhado à Fundação Ford e ao Departamento de Estado que as haviam patrocinado, o professor Raymond Nixon, então docente da University of Minesota e presidente da IAMCR, deixa clara a articulação entre os serviços diplomáticos e de informação do governo americano com as fundações privadas e ele próprio para colaborar com o desenvolvimento do ensino de jornalismo no continente e preservá-lo do perigo comunista (NIXON, 1963).

Nesta perspectiva, o Ciespal proporá logo a substituição do ensino de jornalismo pela formação de "agentes de comunicação", que se dedicassem simultaneamente à informação, à propaganda nas diversas mídias e à investigação científica, dentro de uma perspectiva difusionista de "comunicação para o desenvolvimento" e controle da opinião pública. Os cursos do Ciespal nos anos 1960, com apoio de bolsas da Unesco, da OEA e da Fundação Ford, levaram a Quito centenas de professores e jornalistas de toda a América Latina e tiveram um impacto capaz de transformar as escolas de jornalismo no continente, ao oferecer orientação pedagógica, bibliografia internacional, formação e status científico a uma área acadêmica ainda imatura na região e que não contava antes com praticamente nada disso (ARAGÃO, 2017).

O Ciespal propôs então a "padronização" de todas as escolas do continente como escolas de "Ciências da Informação" (mais tarde de "Comunicação Social") e a transformação dos jornalistas em "comunicadores polivalentes".

Na África, esta mesma concepção seria levada às escolas de jornalismo com outra denominação, a de "jornalistas para o desenvolvimento", mas a participação da Escola de Estrasburgo na afirmação deste conceito é mais difícil de ser demonstrada. Mais fácil é localizá-la nas obras dos "consultores independentes" dos Estados Unidos na Unesco, como Daniel Lerner e Wilbur Schramm, que não tiveram em Estrasburgo o mesmo espaço que tiveram em Quito para a difusão de suas ideias, embora elas também tivessem passado por lá.

IAMCR

Além de seu protagonismo no ensino de jornalismo, como apontado acima, a Unesco teve desde o seu início a iniciativa de fortalecer e promover o intercâmbio internacional da pesquisa em Comunicação. No mesmo

encontro de 1956 que propôs a criação das escolas internacionais de formação profissional, foi proposta a criação da IAMCR, efetivada no ano seguinte em Paris, sob a presidência provisória de Fernand Terrou (1957-1959) que já presidia o Institut Français de Presse que serviu de sede provisória da nova entidade. Embora se tornasse uma entidade autônoma desde a sua criação, a IAMCR não teria sido criada na altura sem a intervenção da Unesco.

Dois anos depois, na primeira eleição da entidade, a presidência foi repassada ao norteamericano Raymond Nixon (período 1959-1964) e criadas quatro sessões permanentes dedicadas ao estudo da história, das políticas e legislações, da economia e tecnologias, e da psicologia e sociologia da Comunicação, esta última encabeçada por Wilbur Schramm. Reproduziu-se assim, na entidade acadêmica internacional da área, o conflito de interesses e finalidades que se instaurava nos cursos de comunicação.

Em 1966 foi criada a sessão de Comunicação para o Desenvolvimento, e várias outras ao longo dos anos. Kaarle Nordensteng (2008) relata que a Associação sempre se debateu entre a criação de sessões sobre temas mais gerais ou mais específicos. Mas ao longo da história da entidade prevaleceram as mais gerais que, junto com um esforço de aproximação a entidades e perspectivas de outras ciências humanas, ajudaram a moldar o campo das Ciências da Comunicação como uma área multidisciplinar e de fronteiras difusas, além de distante das questões suscitadas pelas práticas profissionais. Uma sessão de Estudos de Jornalismo só foi admitida pela entidade no início do Século XXI, e se tornou uma das mais concorridas nos congressos seguintes, recuperando em parte o espírito original dos institutos de imprensa.

Nordensteng (2008) localiza em 1968 o início de "uma virada anti-positivista" na história da IAMCR, com o aparecimento de pesquisadores críticos à linha imposta pelos norteamericanos à entidade. Durante os anos 1970 esta concepção crítica vai ganhar força e o debate entre ambas as linhas de pensamento vai marcar os encontros da IAMCR ao longo da década. Este amadurecimento crítico vai ser observado também no setor de comunicação da Unesco, com a entidade sob nova hegemonia, mais sensível ao diálogo norte-sul e ao multilateralismo do que aos alinhamentos da Guerra Fria.

Esta nova perspectiva da Unesco vai culminar com a proposição de uma Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação (Nomic), a partir do diagnóstico realizado pela comissão presidida pelo vencedor do Prêmio Nobel da Paz Sean Macbride, que apontou a concentração da mídia, a comercialização, o desequilíbrio dos fluxos informativos e o acesso desigual à informação e à comunicação. O Relatório MacBride esboçado em 1978 e endossado por unanimidade pela Assembleia Geral da Unesco em 1980, propõe como alternativa a democratização da comunicação com o fortalecimento das mídias nacionais nos países em desenvolvimento para equilibrar o fluxo de informação com os países desenvolvidos (Unesco, 1980).

O Relatório Macbride foi condenado pelos Estados Unidos e pela Inglaterra como um ataque à liberdade de imprensa e ao livre fluxo de informações, e utilizado como motivo para a primeira retirada estadunidense da

Unesco (a que retornaria em 2003). No entanto, recebeu um considerável apoio no resto do mundo e pautou grande parte da pesquisa em comunicação na década seguinte, notadamente na América Latina, onde o Ciespal, ainda ligado à Unesco, se transformou num polo de produção crítica sobre a mídia hegemônica e a dominação neocolonial, e de afirmação de uma comunicação para a emancipação dos povos, pesquisa esta agora financiada principalmente pelas fundações ligadas à sociodemocracia europeia.

É preciso registrar que a fase crítico-emancipatória do Ciespal não modificou a hegemonia conquistada no interior do campo pelos acadêmicos de ciências sociais admitidos nele na etapa anterior. Embora tenha havido uma notável substituição do paradigma funcionalista pelo marxista e das metodologias quantitativas pelas qualitativas, a substituição das referências profissionais da área pelas de outras disciplinas persistiu, e com ela o fosso entre teoria e prática.

É exemplar neste sentido o depoimento do professor Jesus Martin-Barbero, um dos mais importantes pensadores da Comunicação no continente, para perceber a incompreensão mútua que foi criada entre os professores ligados às profissões da área e os definidores da Comunicação vindos das ciências sociais. Em várias entrevistas, o respeitado comunicólogo espanhol manifestou orgulho por ter fechado um curso de jornalismo. Em uma outra entrevista de 2015, ao falar do seu famoso livro *Dos meios às mediações*, Barbero é sincero ao dizer que não era um livro dirigido aos professores da área: "Claro que este livro foi escrito mais para leitores provenientes das ciências sociais do que para jornalistas ou professores de jornalismo.(...) Isso pesou para que os interlocutores colombianos do livro fossem historiadores, sociólogos e cientistas políticos. É um livro com uma forte carga filosófica, o que o colocava fora do alcance imediato de muitos dos professores de Comunicação da América Latina, que em geral eram jornalistas de imprensa ou de rádio".(apud TORRES, 2015, p. 49). Esta incompreensão mútua, que não é uma exclusividade da América Latina nem do Brasil, fragilizará ainda mais a área numa nova virada política da Unesco.

Currículo Modelo

Nos anos 1990, a Unesco se afasta gradualmente da perspectiva da Nomic, e com a volta dos Estados Unidos e da Inglaterra à Organização adota "uma solução neoliberal para os problemas da Comunicação". Neste período, esvazia seu apoio tanto à IAMCR quanto às escolas internacionais e dirige seus investimentos para a Orbicom, uma rede de Cátedras Unesco em Comunicação instaladas em universidades e parcialmente subvencionadas pela Organização, "a maioria representando a comunidade acadêmica e empresarial do Ocidente" (NORDENSTRENG, 2008, p. 244-5).

Nesta nova perspectiva, em 2007, a Unesco lança no Congresso Mundial de Ensino de Jornalismo organizado por ela na Cingapura um Currículo Modelo de Ensino de Jornalismo, destinado "aos países em desenvolvimento e democracias emergentes". O novo currículo da Unesco retoma e atualiza o modelo das escolas norte-americanas fundadas há um século e mantidas até o surgimento da Comunicação como disciplina, propondo uma combinação de ensino das técnicas profissionais e dos fundamentos do jornalismo com as *liberal arts* (conhecimentos gerais, ciências e humanidades).

O currículo modelo foi elaborado em várias etapas a partir de 2005, com a participação de várias comissões de especialistas convidadas pela Unesco. Partiu de um esboço elaborado por quatro professores da Inglaterra, Canadá, Dinamarca e Líbano, depois submetido às críticas de vinte experts de várias partes do mundo e teve a versão final redigida por dezesseis professores²⁴. Quando de seu lançamento em 2007, toda a bibliografia proposta para os cursos era de língua inglesa, com a promessa de que seria ampliada nas traduções do documento para as diversas línguas, que efetivamente não foi cumprida no caso das traduções para o português (Unesco, 2010) e espanhol (Unesco, 2007).

Chama a atenção o fato do novo Currículo Modelo propor a desvinculação do ensino de jornalismo em relação à Comunicação, revendo a posição da entidade adotada anteriormente:

Os currículos estão direcionados à formação de estudantes para a prática do jornalismo. Eles não foram concebidos para preparar os estudantes para estudos acadêmicos sobre como pessoas e organizações se comunicam por meio da mídia de massa. Durante o curso, incluímos a realização de trabalhos com o intuito de auxiliar os alunos a entender o contexto em que se exerce a profissão, abarcando a história e as formas diferentes pelas quais os meios de comunicação se organizam e atuam na sociedade. Pretendemos, igualmente, preparar os estudantes para que sejam críticos a respeito do seu próprio trabalho e em relação ao de outros jornalistas. Nosso modelo, porém, não inclui disciplinas de estudos de comunicação de massa ou estudos de cinema, estudos da informação, relações públicas ou publicidade, já que consideramos que estes devem ser oferecidos separadamente (UNESCO, 2010, p. 7).

O surpreendente nesta orientação do Currículo Modelo é que em nenhum momento o documento discute o fato de o ensino de jornalismo estar vinculado, na maior parte dos países, a cursos de Comunicação Social, por um paradigma anterior disseminado pela própria Unesco. E embora o Currículo Modelo reoriente a teoria ensinada nos cursos às necessidades da formação profissional, aproximando-a portanto da prática, o documento não registra e tampouco discute a emergente produção teórica sobre jornalismo, que se expressa nas revistas nacionais e internacionais, nas sociedades científicas e nos grupos de interesse especializados no objeto que

²⁴Nas várias fases deste processo, o espaço ibero-americano foi representado pelo argentino Jorge Liotti, a chilena Silvia Pellegrini e os brasileiros Rosental Calmon Alves, Sonia Virginia Moreira e Antonio Brasil.

surgiram a partir do ano 2000. Desta forma, tende a dificultar a exequibilidade de sua aplicação, exacerbando a incompreensão mútua entre o ensino de jornalismo e a universidade voltada à pesquisa científica, pela exacerbação do histórico "conflito das faculdades" em seu anterior (KANT, 2008), como constatamos no caso brasileiro durante a reforma curricular atualmente em processo (MEDITSCH, 2015b).

A classificação das áreas do conhecimento e da educação

No Brasil, temos nos dividido internamente, na área de Comunicação, a respeito de como ela estaria melhor representada na classificação das áreas de conhecimento adotada pelo CNPq. Um debate a respeito promovido pela professora Maria Immacolata Vassalo Lopes, então integrante do Comitê Assessor da Comunicação na agência, há mais de uma década, terminou com posições irreconciliáveis entre a Compós e as demais entidades da área, que levaram propostas divergentes à direção do CNPq.

Nenhuma das propostas defendidas naquele debate, no entanto, encontra respaldo na árvore do conhecimento definida numa Nomenclatura Internacional para a Área de Ciência e Tecnologia proposta pela Unesco na década de 1970 e atualizada até 1988, onde a Comunicação, disciplina disseminada pelo mundo pela entidade, paradoxalmente aparece totalmente fragmentada. Assim, *rádio som e TV; TV por cabo; e cinematografia* são apresentadas como sub-áreas de **Tecnologias da Comunicação**. *Publicidade* aparece como sub-área das **Ciências Econômicas** mas também da **Psicologia Social**. Nesta última, igualmente aparecem como sub-áreas *Opinião Pública* e *Comunicação Simbólica*. A **Ciência Política** também tem como sub-área *Opinião Pública*, além de *Informação; Meios de Comunicação de Massa, Imprensa e Propaganda*. A **Sociologia** tem uma sub-área chamada *Sociologia dos Meios de Comunicação de Massa*. A **História** comporta a sub-área *História do Jornalismo*. *Comunicações* é uma sub-área de **Planejamento Urbano**. E, finalmente, a área de **Comunicações Sociais** tem como sub-áreas o estudo de *Signos, Sociolinguística e Símbolos*. Outras sub-áreas reconhecidas por aqui, como *Relações Públicas e Editoração*, não aparecem lá, e o próprio *Jornalismo* só aparece como *Informação* ou como sub-área da *História*. (Unesco, 1988).

Esta classificação torta, embora fosse oficialmente abandonada, seguiu sendo utilizada em muitos lugares, por inércia, e mais recentemente evoluiu para uma nova classificação, agora das áreas de Educação, proposta pela área de estatística da Unesco (Unesco 2013). Esta nova classificação, adotada acriticamente pelo Ministério da Educação, através do Inep, para enquadrar os cursos de graduação (BRASIL 2019), criaria a área de **Jornalismo e Reportagem** em relação à qual à *Comunicação* apareceria como sub-área.

Diante dos protestos das entidades da área, o Inep emendou a área para a denominação igualmente esdrúxula de **Comunicação e Reportagem**, incluindo sob este rótulo todos os cursos de *Comunicação Social, Jornalismo, Produção Editorial e Rádio, TV e Internet*. Os cursos de *Cinema e Audiovisual* voltaram a ser classificados na área de **Artes**, e os de *Publicidade e Relações Públicas* na área de **Negócios e Administração**. Assim, com uma só tacada, a classificação do Inep entra em conflito com a árvore de conhecimento do CNPq e com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho Nacional de Educação. E a área de Comunicação implode mais uma vez devido a esta nova iniciativa, de padronização internacional, da Unesco.

Considerações

No breve panorama possibilitado por este espaço, elencamos algumas das principais iniciativas da Unesco em relação à área acadêmica da Comunicação e ao ensino de Jornalismo, destacando os documentos iniciais que propunham a criação de um Instituto de Investigação da Imprensa, a criação das escolas internacionais de formação profissional em Estrasburgo e Quito, a criação da IAMCR, a proposição da NOMIC, a Nomenclatura das Áreas de Conhecimento, o Currículo Modelo para o Ensino de Jornalismo e a classificação internacional das áreas de educação.

Analisando estas iniciativas, procuramos demonstrar como o protagonismo da entidade internacional provocou impulsos contraditórios na institucionalização do campo, com consequências duradouras que se refletem em sua institucionalização cognitiva, caracterizada pela falta de consenso interno sobre sua própria identidade e propósito e pela consequente exacerbação de um "conflito de faculdades", que juntamente com os choques externos provocados por estas medidas ameaçam a estabilidade de sua institucionalização como área acadêmica..

Como uma organização internacional multilateral dedicada à educação, comunicação e cultura, é fácil compreender que a Unesco oscile em suas posições sobre qualquer área em que atua, em função das composições e das hegemonias que vigoram entre os estados membros em diferentes momentos históricos e das variações de sua composição interna, que pode sofrer alterações bruscas a partir das políticas que adota e dos interesses atingidos por elas, como se observou quando da proposição da Nomic e se observa mais uma vez no século XXI, com a hegemonia neoliberal que desvaloriza o pensamento crítico e teórico em suas orientações para o Jornalismo e a Comunicação.

Cabe justamente ao pensamento crítico dentro da área, colocando-se acima das divergências internas, investigar e tentar compreender este percurso, contextualizando os diversos momentos e iniciativas deste protagonismo da entidade internacional, no que influenciaram a conformação e a deformação de nossa área acadêmica ao redor do mundo. A compreensão histórica da construção de nossa realidade institucional também é importante para ancorar um debate epistemológico no interior da área mais maduro e produtivo. Este texto espera ter contribuído nesta direção.

Referências

- AGEE, Philip. **Dentro da “Companhia”**: diário da CIA. São Paulo: Círculo do Livro, 1976
- ARAGÃO, Yuri Parente. Primeira década do Ciespal: fundação e indicações de investigação. **Chasqui – Revista Latinoamericana de Comunicación**. 135 set-nov 2017 ps. 339-360
- BRASIL. Ministério da Educação. Inep. **Manual de Classificação dos Cursos de Graduação e Sequenciais**. 2019
- FELICIANO, Fátima Aparecida. **Jornalismo: a prática e a gramática**. Dissertação de Mestrado em Jornalismo e Editoração. Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo. 1987
- FERNÁNDEZ, Jorge. Pensamiento sociopolítico in MELO, J.M. (org.) **Jorge Fernández: artífice del pensamiento comunicacional latino-americano**. Quito: Ciespal, 2012 ps. 39-68
- KANT, Imanuel. **O conflito das faculdades**. Covilhã: Universidade da Beira Inferior, 2008
- MEDITSCH, Eduardo. **O Conhecimento do Jornalismo: elo perdido no ensino da Comunicação**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação. Universidade de São Paulo, 1990.
- MEDITSCH, Eduardo. Profissão derrotada, ciência não legitimada: é preciso entender a institucionalização do campo jornalístico. **Brazilian Journalism Research** 6 (1), 2010. Ps. 97-113
- MEDITSCH, Eduardo. **Pedagogia e Pesquisa para o Jornalismo que está por vir: a função social da Universidade e os obstáculos para sua realização**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.
- MEDITSCH, Eduardo. Las venas abiertas del periodismo en el área académica de America Latina. In BOLAÑO, C.; DRUETTA, D.C.; CIMADEVILLA, G. **La Contribución de América Latina al campo de la comunicación**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2015
- MEDITSCH, Eduardo. As diretrizes críticas e a crítica das diretrizes: o conflito das faculdades na área acadêmica da Comunicação. **Questões Transversais – Revista de Epistemologia da Comunicação**. 3(5) jan-jun 2015. Ps. 22-26
- NIXON, Raymond. **Journalism Education in Latin America: a report based upon personal visits and inquiries in the Summer and Fall of 1962**. February 1, 1963. Original datilografado, arquivado no Centro de Documentação do Ciespal em Quito, Ecuador.

NORDENSTRENG, Kaarle. Institutional networking: the history of the International Association for Media and Communication Research (IAMCR) in PARK. D.W.; POOLEY, J. (eds.), **The History of Media and Communication Research: contested memories**. New York: Peter Lang: 2008

PARK. D.W.; POOLEY, J. (eds.), **The History of Media and Communication Research: contested memories**. New York: Peter Lang: 2008

RÜDIGER, Francisco. **Origens do pensamento acadêmico em jornalismo: Alemanha, União Soviética e Japão**. Florianópolis: Editora Insular, 2017

SIMPSON, Christopher. **Science of Coercion: Communication Research & Psychological Warfare 1945-1960**. New York: Oxford University Press, 1994

TOPUZ, Hifzi. La formacion de profesores de periodismo en Asia y Africa. In s.a. **Los profesores de periodismo**. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1970. P. 145-154

CIMADEVILLA, G. (coords.) **La Contribución de América Latina al campo de la comunicación**. Buenos Aires, Prometeo Libros, 2015. ps. 39-54.

UNESCO. **Conference for the Establishment of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization**. 1945 Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001176/117626Eb.pdf> (último acesso em 12/10/2017)

UNESCO. **Voix multiplex, un seul monde**. Rapport MacBride. Paris: Unesco, 1980


UNESCO. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000082946> 1988. Acesso em 30 de outubro de 2020.

UNESCO. **Plan modelo de estudios de periodismo**. Tradução espanhola. Paris: Unesco, 2007

UNESCO. **Modelo curricular da Unesco para o Ensino de Jornalismo**. Tradução brasileira. Brasília: Unesco, 2010.

UNESCO. **International Standard Classification Classification of Education**. Disponível em <http://uis.unesco.org/sites/default/files/documents/iscd-fields-of-education-and-training-2013-en.pdf> Acesso em 30 de outubro de 2020.

WHITLEY, Richard. **Social Processes of Scientific Development**. London: Routledge, 1974



2ª PARTE
VOZES EM CRISE:
DISCURSOS, NARRATIVAS E SUSTENTABILIDADE

O público: de personagem do relatório a leitor do acontecimento

Antônio Fausto Neto

1. Nota Introdutória

O tema suscitado pelo 43º Ciclo de Estudo Interdisciplinares da Comunicação evoca uma das últimas manifestações de instituições afinadas com cenários de multi-sistemas, como é o caso da UNESCO, voltadas para temas da comunicação.

No contexto internacional ainda permeado pelos efeitos de uma ordem política egressa da guerra fria, UNESCO propõe, no final dos anos 70 o desencadeamento junto aos seus países-membros, de reflexão sobre a ordem da comunicação e da informação. Para tanto, elabora e divulga o Relatório Mac Bride intitulado: "Um mundo e muitas vozes :a comunicação e a informação da nossa época" (NOMIC), visando a discussão de uma nova ordem que pudesse corrigir as condições de políticas e práticas de comunicação, em um contexto mundial de diversidades, mas no qual que já se antevia primeiros vestígios da globalização emergente.

Trata-se de uma das primeiras – e talvez única, antes da entrada do novo século – iniciativas de uma agência de caráter internacional que elege o tema de comunicação como questão de pauta de seus debates, subsidiados por diagnóstico elaborado por uma comissão constituída por intelectuais de 16 países, dentre eles, o escritor colombiano Gabriel García Márquez. Quando colocado em circulação, este estudo chamou atenção para diversas questões relacionadas com a comunicação na sociedade, e foi recebido com resistências que sinalizavam

divergências face as recomendações sugeridas. Segundo leituras de alguns países-membros, tratava-se de um documento que propunha perspectivas de políticas de comunicação, de natureza unificante, ameaçando fundamentos das liberdades das empresas e de grupos de comunicação, conforme convicções de alguns deles. Ou, segundo outras perspectivas, formulava apenas questões muito superficiais sobre a situação da concentração dos meios, nas mãos de poucos grupos de influência e de pressão. Se historiadores e analistas de sistemas de comunicação estivessem se dedicando na atualidade, ao estudo deste tema, encontrariam ainda farta documentação sinalizando ações por parte de grupos econômicos e políticos, em defesa da manutenção de um cenário comunicacional caracterizado por poucas vozes com poder de regulação sobre as condições de acesso a sentidos, por parte de vastos coletivos.

O documento da Unesco não estava dissociado da vocação mediacionista das estruturas de comunicação vigentes, valorizando-as, largamente, na medida em que denunciava os efeitos sobre elas de práticas de censuras, por parte de regimes políticos. Recomendava a importância dos processos de formação dos jornalistas. Enfatizava o papel dos públicos no âmbito de um novo "contrato comunicacional". E, neste caso, eles deveriam ser vistos como sujeitos, através de políticas de comunicação de fluxos de mão- dupla. E lembrava a necessidade de mudança nas condições de acesso dos grupos sociais aos processos midiáticos, algo que iria além de uma dimensão quantitativa, ensejando aos públicos possibilidades qualitativas para se transformar em sujeitos no âmbito de processos interacionais.

2. Do acesso à revolução do acesso

Em linhas gerais, o relatório MacBride examina temas, como por exemplo, as possibilidades de transformação das condições de acesso dos atores sociais aos meios, enquanto dimensão central para instituir o que poderia ser um novo "contrato comunicacional". Esta questão afetaria, segundo outras circunstâncias, as estruturas midiáticas ao buscarem soluções visando inserir os atores sociais em suas rotinas discursivas. Temendo a própria concorrência intermeios, com a fuga de leitores para outras paisagens midiáticas, novas possibilidades de relações passam a ser redesenhadas em cenários da produção de mensagens midiáticas, com a valorização da problemática dos "contratos de leituras" nele se antevendo possibilidades de novas formas de vínculos entre oferta e recepção de discursos midiáticos. Este aspecto tem se complexificado ao longo de momentos sucessivos, e crescentemente no contexto da atual "arquitetura comunicacional" na qual os mass media não mais detêm os rituais de contatos com seus mercados discursivos.

O documento acentua também, aspectos relacionados com as incidências de tecnológicas emergentes na organização social, especialmente os efeitos sobre a natureza de interações resultantes de suas manifestações. Mas, talvez por se constituir em tema emergente, apenas alguns aspectos sobre as TICs são lembrados, como por exemplo, os impactos de tecnologias sobre as condições de acesso e de uso dos meios, por parte dos atores sociais. O potencial destas tecnologias é destacado como dimensão facilitadora de do funcionamento de novas práticas sociais. Mas, pontua-se também efeitos problemáticos, por não levarem em conta as consequências do seu uso em relação as necessidades dos grupos sociais. Ao enfatizar o potencial de experimentação e de adaptação das tecnologias emergentes, o texto do RMB, lembra que esta questão deveria ser examinada além do "poder mágico" atribuído às novas técnicas, e que seus usos deveriam estar a serviço de situações voltadas para solução de problemas da sociedade.

Deve-se ser lembrado que o aparecimento das TICS suscita o que poderíamos chamar de situação de experimentações, fazendo apontar, em termos seminais, uma cultura de uso das novas tecnologias emergentes especialmente, naqueles contextos de demandas e de lógicas equidistantes, e distintas, à natureza da ação dos mass media. Registre-se, por exemplo, que no contexto europeu contemporâneo ao RMB, processos de experimentações de novas tecnologias estiveram associados às situações específicas, como aquelas em que poderiam instituir vínculos entre os mundos do trabalho, da família e o da escola, conforme relatam experiências desenvolvidas na França, Bélgica, Alemanha etc. A América Latina foi um solo fértil para disseminação das TICs, no âmbito de práticas sociais diversas, como as das práticas de educação agrícolas, associativas, cooperativismo, saúde, sindical e religiosa, dentre outras. Ampliam-se as possibilidades de práticas comunicativas indo além daquelas organizadas pelas lógicas mass mediáticas. Dissemina-se vertente desta cultura nomeada como "comunicação alternativa" - ou "comunicação horizontal" - centrada no acionamento de possibilidades de interações que valorizassem experimentações de circuitos emergentes. Desta problemática se ocupam as análises em redes de investigação acadêmicas e de intervenção social. Apresentada por discursos que se especificavam como distintos aos fundamentos dos mass media, a singularidade da matriz técnica da "comunicação alternativa" era mais destacada como elemento central, do que propriamente as problemáticas as quais ela estaria subordinada, ou então, por elas tensionadas. Resultam dentre outras consequências, cenários sobre práticas comunicacionais distintas as dos media, como novos "mercados", enquanto nicho de reflexão e de produção de ações comunicacionais, tendo como referências epistemológicas que valorizavam: "o pequeno é belo"; "mediações sociais"; a "folkcomunicação"; "comunicação para o desenvolvimento"; "cultura técnica" etc. Pode-se dizer, a título de hipótese, haver articulações entre algumas questões sustentadas pelo Relatório MacBride e as epistemologias inspiradoras de ações comunicacionais alternativas, por se acreditar que seus protocolos em si, já

possibilitariam redimensionamento das condições de acesso dos atores sociais nos circuitos de produção, circulação e de recepção de conhecimentos.

Este solo de experimentação tem também afinidades com ecos das discussões que diziam respeito ao desaparecimento de grandes relatos na sociedade pós-industrial, apontando o descentramento de processos enunciativos, até então hipertrofiados, em termos de produção de sentidos. Se por um lado, na esfera da teoria comunicacional valorizava-se a emergente problemática teórica das mediações sociais, no plano da reflexão mais abrangente - sobre as condições de funcionamento da organização social - destacavam-se os primeiros vestígios da "sociedade líquida", conforme os escritos precursores elaborados por Marshall Berman sobre a "sociedade líquida", ainda nos anos 70 do século passado. Chamavam atenção para o deslocamento da problemática das estruturas produtivas para a de fluxos, circuitos, bifurcações, algo que foi descrito por ele como "tudo o que é sólido desmancha se desmancha no ar". Tal descentramento teria efeitos muito significativos sobre o que viria a ser, 30 anos depois, a "revolução do acesso" produzida pela internet, que tem sido nomeado como a "revolução do acesso".

3. Nova ambiência comunicacional

O aparecimento da WWW resulta de longos processos de invenção e de experimentação de tecnologias e de práticas sociais. Desponta com preocupações específicas, como as que envolveriam a eficácia de protocolos sócio-técnicos na logística de controle militar. Porém, seus efeitos posteriormente, ultrapassariam tais protocolos na medida em que produzem mutações sobre o funcionamento de práticas sociais diversas. Especificamente, nas condições de acesso e nas relações dos atores entre si, com o conhecimento; a cultura; em suma, nos vínculos do ator social com as instituições (VERÓN, 2013). Do Relatório MacBride à invenção da Internet resulta o aparecimento de uma nova realidade de comunicação, na qual os mass media perdem a sua centralidade, suas estruturas mediacionais esmaecem, coletivos emergem e práticas sociais de diversas naturezas são afetadas por lógicas e complexas operações de tecno-interação que promovem ligações diretas entre instituições e seus usuários. Em suma, emerge uma nova ambiência comunicacional, a da midiatização em processo, cuja arquitetura comunicacional vai desencadear de modo intenso, processos de interações sociais configurados e dinamizados por tecnologias convertidas em meios. Práticas sociais são constituídas segundo lógicas de redes que operam segundo fluxos de transversalidades e retroações de feedbacks, não causalistas. A dinâmica comunicacional desloca-se do protagonismo dos campos sociais para o de circuitos alterando as condições de produção,

circulação e de recepção de discursos sociais. As relações entre sistemas sociais se dão segundo complexas interpenetrações, e suas práticas se enunciam em torno de feixes de sentidos segundo dinâmicas de descontinuidades e, portanto, afastados das noções de equilíbrio. O Relatório MacBride é contemporâneo de uma atmosfera epistemológica, em termos comunicacionais, cujos equipamentos de leitura sobre o funcionamento da organização social e suas práticas comunicacionais, inspiravam-se em teorias, como a da ação social organizada. Porém, a mutação suscitada posteriormente pela internet aponta para uma mudança de paradigma uma vez que todos os processos sistêmicos são permeados por diversidades de lógicas e operações, de novas formas de contato e intercâmbio; em suma, de entrelaçamentos de discursos e de sentidos, gerando vínculos, segundo trajetórias de alta complexidade. Se os antigos esquemas funcionalistas prometiam a transmissibilidade de mensagens e a ocorrência automática dos seus efeitos, em termos de sentidos os paradigmas emergentes apontam ao contrário ao pontuar que os fluxos das transmissões se bifurcam em novas dinâmicas gerando mutações na paisagem circulatória dos sentidos.

Desta maneira, a dinamização da mediação se dá segundo processos cujas racionalidades afetam, segundo retroações, práticas dos sistemas sociais em torno de incertezas e instabilidades. As recomendações do RMB voltavam-se para a melhoria da atividade da arquitetura mediacional, segundo fundamentos de um contrato social em cujos fundamentos éticos repousariam as condições de acesso e de interação entre meios e os atores sociais. Na ambiência da mediação diluem-se as estruturas sólidas, como as dos campos sociais. O dispositivo comunicacional de "um falar para muitos" dá lugar a outra forma de conversação entre instituições e atores, fundada em novas formas de processos enunciativos que funcionam a partir de lógicas e operações de outra economia narrativa. Se tudo que é sólido se desmancha no ar, as condições de produção e de reconhecimento dos discursos, e dos seus efeitos, não se fazem segundo horizontes e lógicas de convergências, pois o processo de intercambialidade de mensagens se faz cada vez mais em torno de "mal-entendidos". Como diz Morin (2020, p.15), estamos "em uma sociedade de expansão dos conhecimentos, mas também de regressão de conhecimentos". Nestes cenários os discursos se enunciam segundo a diversidade de acoplamentos gerando não só diversidades, mas heterogeneidades de sentidos que se enunciam segundo estratégias emergentes, inclusive aquelas que se voltam para novas formas de vigilância sobre os sistemas sociais e atores sociais.

A ambiência da mediação, suas práticas, bem como os processos de circulação de discursos que nela se enunciam, não se constituem em práticas lineares, são atravessadas por diferentes lógicas e racionalidades, enquanto condições de produção. E, nestas condições, a mediação é ambiência e solo de acontecimentos cujos engendramentos condensam lógicas e operações diversas, segundo ainda acoplamentos de saberes e fundamentos distintos. Ela é tecida também por heterogeneidades de gramáticas e lógicas as quais, em muitas

circunstâncias, podem favorecer processos observacionais retirando de cena "pontos cegos" que ofuscam a inteligibilidade e o alcance de sentidos de acontecimentos.

4. O público, de espectador a cooperador do acontecimento

À lua destas reflexões, e de um certo lugar de observação, desejamos apresentar alguns comentários sobre a construção de acontecimentos na ambiência da midiatização, levando em considerando algumas pistas do Relatório Mac Bride. Especificamente, as que se voltam para transformações de práticas discursivas que passam a ser coenunciadas pelo lugar do público, cujas racionalidades se acoplam às interpenetrações de outras instâncias narrativas. É certo que entre o momento da produção do RMB e a atualidade, o conceito de público sofre transformações importantes, desembocando em outras noções, como por exemplo a de coletivos, conforme apontam contribuições de matrizes analíticas mais recentes. Também, a noção de acontecimento passa por outras construções ao se levar em conta as transformações dos processos de discursividades sociais que se manifestam na sociedade em midiatização. Durante alguns anos nos ocupamos no trabalho de análise discursiva de acontecimentos, tendo como centralidade o status dos "mass media" como lugar de engendramento. Examinávamos acontecimentos enunciados no contexto da "sociedade dos meios" destacando a singularidade do campo jornalístico como um "leitor-social". Acontecimentos tinham como referências centrais o trabalho midiático indo além da condição mediadora de relatos. Seus processos observacionais fluuavam entre um lugar de tematização de representações e o de um ator-operador da própria realidade social. O público que por longo tempo era concebido como "multidão solitária", desponta no cenário comunicacional como um cooperador no trabalho de produção do acontecimento. Retirado de uma cena espectral, o público opera sentidos permeadas por gramáticas e lógicas distintas daquelas das instituições produtoras de mensagens, instituindo-se entre elas uma intercambialidade fundada em assimétricos processos de produção de significação. O público age, intervém nos processos interacionais e põe em circulação marcas das operações por ele enunciadas no contexto de acontecimentos complexos, como foi a morte de João Alberto Silva ocorrida em complexos contextos sistêmicos de vigilância.

Em tempos de midiatização, o trabalho de produção de acontecimentos ultrapassa largamente, as fronteiras dos mass medias que deixam de ser "elos de contatos" uma vez que a centralidade do seu trabalho de construção de referência passaria a ser, ao lado da construção de outros sistemas, constituintes de novos protocolos de oferta e circulação de discursos. Os acontecimentos são engendrados segundo novas ações em uma arquitetura

comunicacional configurada por vários entrelaçamentos de sistemas em cujo contexto os referenciais midiáticos se enunciam ao lado de outras construções discursivas, como as que emanam da semantização dos públicos, algo que vai afetar não só o status, mas a própria fabricação do acontecimento.

À luz desta problemática, comentamos abaixo, alguns aspectos desta problemática acima exposta, no cenário do acontecimento em que se dá a morte João Alberto Freitas, em 2020, em Porto Alegre. Morte que se produz na interface do público –privado, na ambiência e solo da midiaticização, na medida em que a presença do "homem ordinário" afeta os postulados de segurança/de vigilância de instituições complexas. Ocorre em um "Carrefour" - zona de entrelaçamento em cuja topografia transitam marcas do privado e do público, práticas etc. - que se cruzam constituindo um espaço gerador de estratégias e de sentidos. João, ator-consumidor desta paisagem, torna-se outro tipo do personagem, quando ações que nela se desenvolvem sob as lógicas e operações de vigilância, impedem a sua circulação e, produzem em ato, a sua morte, testemunhada e cooperada por circuitos de tecnologias de comunicação, enquanto braços dos dispositivos de vigilância.

De modo sucinto, a morte de João passa por um ritual de um dispositivo de câmeras e outros operadores instalados neste ambiente que integram células dispositivo de controle e que monitoram o vaguear do homem ordinário, ao longo das alamedas do "Carrefour". Nela, a sua imagem é captada, codificada e distribuída ao sistema de vigilância que o transforma em fonte geradora de ameaça. Os postulados da vigilância entram em ação visando conter a circulação de João pela passarela. Em um segundo momento, o dispositivo intervém sobre o corpo de João, privando-o de sua mobilidade no ambiente e, por ser suspeito, é instado a dele se retirar. Sob a monitoração de imagens e acossado por vigilantes é conduzido para fora do ambiente comercial, mas guardando com o mesmo vínculo de contato na medida em que é seguido por câmeras que cuida, de midiaticizar o acontecimento que ali se engendra. Após trocas de palavras, cuja gestualidade labial é captada pelas máquinas, João é projetado para parte externa do edifício do Carrefour, sendo interditado e golpeado pelos vigilantes, conforme imagens que continuavam sendo geradas pelo núcleo da vigilância do estabelecimento. Imaginando, ou não, que o ato estivesse sendo filmado, os agressores aprofundam golpes sobre o corpo de João, ao mesmo tempo em que outros funcionários ameaçam interditar a presença de populares, talvez por julgar que aquele fato seria, apenas, um evento privado á orbita dos vigilantes daquela organização comercial. À deriva destas injunções, câmera de um motoqueiro acompanha e grava o passo-a-passo da morte de João, ato que os vigilantes não teriam controle. Golpes sucessivos são dados em João pelos vigilantes que permanecem indiferentes aos apelos de pessoas que pedem para que cessem seus ataques. Funcionários do estabelecimento comercial tentam conter coletivos que protestam, ameaçando-os, sem sucesso. Diante de um corpo inanimado, os vigilantes cessam o ataque. A morte de João é anunciada por serviços de primeiros socorros, mas é capturada pela câmera do celular do motoqueiro,

cujas imagens que escapam a interdição da vigilância são por ele postas em circulação para sistemas midiáticos que tratam de levá-las, adiante.

Um novo processo de produção de sentidos é desenvolvido neste contexto, por um outro circuito de vigilância, mas que é desencadeado por lógicas e estratégias que emanam dos públicos. O motoqueiro, enquanto personagem deste amplo coletivo, leva o acontecimento adiante, inserindo-o em circuitos diversos. O acontecimento não fica retido nos circuitos de vigilância, vai além, mediatizando-se e, inclusive, afetando os processos de investigação policial. Acontecimentos que se engendram nos contextos da mediatização, escapam de protocolos que os pré-enquadraria segundo determinadas versões e intencionalidades, pois seus processos de semiotização e seus produtos escapam às fronteiras da vigilância institucional. Os atores que integram esta vasta camada de públicos estão nesta ambiência e, em lugares - e em posições de leituras- nos quais nunca estimamos encontrá-los.

Nota em Conclusão

Dois registros unem Relatório MacBride e o assassinato de João. O primeiro, mostra que as distopias e intolerâncias aqui tematizadas, como um dos ângulos das discussões, já vinham sendo tecidas já em outras décadas não tão distantes. No contexto em que se produzia o RMB vozes dissonantes exteriorizavam suas discordâncias, segundo argumentos que desqualificariam as pessoas responsáveis pela sua existência. A recusa pelas teses sustentadas pelo Relatório Mc Bride era justificada pelo fato dele ter sido coordenado por um homem que era portador de três pecados: ser negro, mulçumano e ter nascido em um país africano, o Senegal. O pecador nada mais era do que o presidente da Unesco, naquele instante, sr. Amadou-Mahtar M' Bow, impulsor da realização deste relatório.

Como segundo registro, João Alberto não é morto no "não lugar". É assassinado em um outro Carrefour – uma outra praça onde as pessoas transitam, onde outros olhares puderam captar o acontecimento, em seu momento agônico, produzindo uma narrativa que põe o acontecimento em circulação, indo além do arquivo organizacional da vigilância, ganhando a história. De alguma forma, esta morte produz impactos complexos sobre a vida das organizações complexas, justamente em tempos da pandemia, nos quais elas anunciavam suas disposições em rever seus protocolos de interação com o mundo dos atores sociais. O paradoxo se institui, a vigilância não só controla. Mas, pune e mata! O tema da vigilância no âmbito das estratégias das organizações deve ser reaberto, inclusive, como fonte central nos estudos da comunicação organizacional. Pouco se sabe sobre a autoria e destino

dos produtos resultantes da atividade de vigilância desenvolvida pelas instituições, hoje. Também sobre possíveis estudos, cujas metodologias inspiram a o funcionamento da vigilância e seus efeitos sobre a organização social.

O RMB em algumas de recomendações destacava a importância da inserção do público em "contratos de comunicação" nos quais suas vozes viessem a ser ouvidas. Tempo depois, os efeitos da midiatização mostram coletivos e atores sociais desenvolvendo, segundo suas lógicas e gramáticas, estratégias pelas quais se desviam de modelos e práticas comunicacionais protagonizando de outra forma, a comunicação tentativa. Não pedem e nem ficam mais a espera de sua inclusão nos "contratos de leitura". Tão pouco, são apenas objeto de agendas e de relatos discursivos, onde são enunciados, apenas como figurantes. Tentam ir adiante, enfraquecendo e chegando mesmo a destruir algumas matrizes panópticas. E, assim, ampliam de modo tentativo, as possibilidades de serem hermeneutas de sua própria existência. sim, ampliam de modo tentativo, as possibilidades de serem hermeneutas de sua própria existência.

Vozes em crise: discursos, narrativas e sustentabilidade

Zulu Araújo

Quero, em primeiro lugar, saudar o 43º Congresso Nacional de Ciências da Comunicação e agradecer o convite para participar do evento. Gostaria de saudar, também, o professor Emiliano José, mediador desta mesa e que é um amigo. Antes, vou aproveitar para fazer um pequeno complemento na apresentação da minha pessoa. Tenho duas coisas que tenho muita honra de ter conquistado. A primeira delas é ter sido presidente da Fundação Cultural Palmares, na gestão do Ministro Gilberto Gil, primeiro enquanto diretor e depois como presidente. Sempre que posso, faço questão de citar essa trajetória porque ela contribuiu muito, inclusive para um segundo passo que eu dei na minha vida, depois que saí da Palmares, que foi fazer o curso de Mestrado em Cultura e Sociedade pela Universidade Federal da Bahia, na qual eu já havia me graduado enquanto arquiteto.

Então, foi uma sequência de trabalho, junto com pesquisa e reflexão, que muito me ajudou e tem me ajudado a continuar na luta. Quero saudar também o Tiago Gomes, do Canal Futura, um amigo recente que conheci nas festas literárias de Ilhéus e de Salvador, com quem tenho dividido sonhos e utopias para a juventude. Quero também saudar o professor Antônio Fausto Neto, da Unisinos, um homem do mundo, como ele disse. Sua fala irá contribuir bastante para novas reflexões nesse campo.

Hoje pela manhã tive a oportunidade de compartilhar com o professor Muniz Sodré, que também é meu amigo e que foi meu companheiro de viagem na gestão do Ministro Gilberto Gil, quando ocupou o cargo de presidente da Fundação Biblioteca Nacional, a conferência que ele fez com o tema "Um Mundo e Muitas Vozes: da Utopia e Distopia". Disse pela manhã e gostaria de repetir agora: nada mais apropriado do que uma temática como esta. Estamos vivendo, na verdade, com muitas vozes, mas também com muita distopia protagonizada pela pandemia. A partir dessa reflexão inicial, vamos tratar do tema desta mesa: "Vozes em crises, discursos, narrativas e sustentabilidade".

Que vozes são essas que estão em crise? Pois as vozes do retrocesso, da intolerância, do racismo, do negacionismo, estão mais do que nunca em plena atividade, não apenas aqui no Brasil, como em várias partes do mundo. Para mim, as vozes que estão em crise, neste momento, são aquelas que têm a democracia como sua referência maior e o respeito à vida como um elemento fundamental do processo civilizatório. Nesses tempos de pandemia, há um verdadeiro *tsunami* de retrocessos mundo afora e as ferramentas tecnológicas de comunicação tem tido um papel fundamental nessa desconstrução.

"Zaps", Instagram, Twitter, Facebook, Youtube, têm sido utilizados como verdadeiras plataformas de lançamento das campanhas de ódio, de misoginia, de racismo, facismo e seus derivados, culminando com o estímulo puro e simples ao uso da violência enquanto forma de superação das dificuldades e diferenças.

Neste sentido, as *fake news* são a face mais visível dessa crise. Esse fenômeno tem interferido nas vidas íntimas das pessoas, dos grupos, das comunidades e até mesmo de sociedades complexas como as dos Estados Unidos e Brasil. Sem dúvida alguma, *fake news* é o grande desafio do momento para qualquer um de nós, particularmente nós que estamos na transição entre o analógico e o virtual ou o analógico e o digital, mas, sobretudo, para aqueles que se encontram no campo democrático.

Compreender a razão pela qual as *fake news* têm tido tanto sucesso entre muitos de nós, ainda é algo que nos surpreende. Aliás, inúmeras pesquisas e estudos realizados indicam que as *fake news* se proliferam em maior velocidade exatamente entre os mais bem informados do ponto de vista acadêmico. O negacionismo, o histerionismo, a mentira, por mais deslavada que seja, a exemplo do terraplanismo, tem ganhado um espaço enorme, seja na discussão ou na sua difusão. É no rastro desse fenômeno que temos uma crise democrática, uma crise de valores e uma crise que eu chamaria de humanitária, na qual as vozes dos direitos humanos, da pluralidade, da diversidade, da generosidade, do respeito ao próximo, sofreram um enorme baque. Creio que precisaremos atualizar urgentemente as formas, os mecanismos e os instrumentos de exercício democrático para fazermos frente a esta crise.

Apesar do gigantesco volume de informações a que temos tido acesso, bem como as possibilidades de se informar, de verificar, de checar, vivemos a era da glamourização da misoginia e do racismo, como afirmei anteriormente. Há como se fosse um culto à violência, onde tudo e qualquer coisa, ou qualquer denúncia é chamada de "mi mi mi" e, mais uma vez, as redes sociais tem sido o grande veículo de propagação dessas ideias. O negacionismo, o terraplanismo e o autoritarismo nunca esteve tão valorizado no mundo ocidental como neste momento. Há verdadeiras "hordas" de seguidores, ou seja, a previsão de Umberto Eco parece estar se tornando realidade. Para quem não sabe, Umberto Eco afirmava, alguns anos atrás, que as redes sociais deram voz à uma legião de imbecis e que o drama da internet é que ela promoveu o idiota da aldeia ao portador da verdade.

Portanto, está na hora de, como se diz popularmente aqui na Bahia: "ir devagar com o andor, pois o santo além de ser de barro, cavalo não desce escada", como diria Ibrahim Sued, um grande comunicador da década de 70. Por isso mesmo, encontros como esses são de fundamental importância para que possamos refletir, debater e encontrar saídas para os novos desafios que se apresentam no campo da comunicação. Talvez tenhamos de nos socorrer em Foucault, com seu antológico: "A Ordem do Discurso", para entender um pouco melhor as agruras pelas quais estamos passando.

Não podemos esquecer o que ele disse sobre a produção do discurso: "A produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos, que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório e esquivar sua pesada e temível materialidade". E foi isso, nada mais do que isso que a mídia brasileira fez, ou ajudou a fazer em nosso país no período de 2014 a 2016, momento em que ocorreu o impeachment da presidente Dilma, aliás, vem fazendo até os dias atuais, particularmente no que diz respeito à demonização da esquerda no Brasil.

A produção, organização e disseminação do discurso de ódio, o discurso da intolerância, o discurso moral e moralista, o discurso da pureza de propósito encarnada pelo Juiz Sergio Moro e sua trupe de procuradores liderados pelo Deltan Dallagnol tem tido presença quase que obrigatória nos veículos de comunicação da chamada grande imprensa. Além, evidentemente, das redes sociais com os chamados disparos que custam milhões de dólares e continuam fazendo um estrago monumental. Não nos iludamos. Este discurso ainda continua presente e reverberando nos corações e mentes de milhões de brasileiros e, creio eu, ainda produzirá efeitos nefastos durante um bom tempo. O resultado das eleições municipais, recém encerrada, mostra isso com absoluta clareza.

Até por isso, mais uma vez, eu gostaria de afirmar que: "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo qual se luta e o poder pelo qual nós queremos nos apoderar", essas também são palavras de Foucault. O discurso que estamos enfrentando no país, ainda sem a devida

contraparte – visto que a esquerda brasileira e os setores progressistas ainda estão perplexos ou meio paralisados com a empatia que o mesmo possui com parte significativa da população – é o discurso que se apoderou do poder, por meios escusos, é bem verdade. Antidemocráticos, mentirosos, mas o fato é que eles foram vitoriosos e pretendem consolidar esse discurso de maneira mais civilizada em 2022, mas os propósitos continuam sendo os mesmos: manutenção dos privilégios e das desigualdades seculares.

Para que essa disputa convença suas vítimas e se consolide, é necessário que uma determinada narrativa seja hegemônica, seja absorvida, seja chancelada. Até porque narrativa não é nada mais do que uma exposição de fatos e uma forma de se contar a história e esta forma de se contar a história do Brasil, que tem sido expressa por diversas linguagens, é aquela que representa os interesses da elite brasileira que sempre foi e continua sendo escravocrata e exclusivista. Elite que engendrou a tal da democracia racial. É dela que também vem os principais ataques quando falamos em racismo estrutural.

Outro elemento importante é que, mesmo que ingenuamente, consideremos a internet como é algo democrático e aberto, ela também é uma ferramenta tem tido um mecanismo de controle fenomenal. Quase todos os servidores ou são norte-americanos ou dos seus associados. E não apenas as nossas palavras, mas as nossas ideias, os nossos movimentos, estão hoje sob quase que absoluto controle da chamada grande mídia. Grande mídia não. Do grande provedor. Não é à toa, aliás, a briga entre a China e os Estados Unidos em torno do 5G.

Por isso, considero ser de fundamental importância disputarmos as narrativas sobre o desenvolvimento, a história e a formação social e econômica do Brasil. É necessário que a gente procure e entenda as causas dessa desigualdade brutal que o Brasil possui. Isso significa contar de fato a história do Brasil de uma maneira mais penetrante, mais diversa, com visões de outros que não sejam exclusivamente os representantes da elite. É trazer à luz do dia os aspectos para além do puro acontecimento, é passar do desenho histórico ao romance psicológico. É por isso mesmo que não tem sentido colocarmos em lados opostos as narrativas. Como se a narrativa das elites fosse verdadeira e a narrativa do povo fosse uma inverdade.

Talvez tenhamos que entender que, hoje, a disputa política pela narrativa é uma disputa histórica. Sendo uma disputa histórica, é importante compreender que o movimento negro disputa narrativa com historiografia oficial e isto implica na desconstrução do mito da democracia racial e a afirmação que todas as relações interpessoais, econômicas e sociais no Brasil estão subordinadas à dimensão racial. Ou seja, o racismo no Brasil é algo estrutural e não uma invenção de ativistas ou de radicais no movimento negro, mas uma realidade viva e presente na nossa sociedade.

Um exemplo mais concreto disso foi a bestialidade do assassinato do qual foi vítima o João Alberto, no estacionamento do Carrefour. Essa cena mostra com absoluta clareza como é o racismo estrutural do Brasil. Ali não foi apenas um espancamento, havia um cenário, havia protagonistas, havia figurantes, havia observadores. Você tinha, desde a chefe da segurança dizendo para o João Alberto que ele não fizesse cena, porque aquilo ele já deveria esperar que iria acontecer; as pessoas filmando no entorno sem mover um único dedo para ajudar aquele cidadão, aquele ser humano que estava sendo brutalmente espancado, fato este que o levou à morte. Essa é a expressão mais bem acabada do que podemos chamar de racismo estrutural, nada diferente do que ocorreu ao longo de quase 400 anos no período escravocrata brasileiro e que muitas vezes continua acontecendo nas salas escuras de supermercado, onde não tem quem filme ou quem registre.

Por isso mesmo que, assim como os negros, os homossexuais precisam disputar a narrativa com os heteronormativos para não aceitarem mais serem colocados como doentes ou desajustados socialmente. Do mesmo modo, as mulheres precisam disputar a narrativa com a estrutura machista e violenta da nossa sociedade, que sempre lhe destinou um lugar de subalternidade. E a esquerda, embora meio perdida no momento, precisa disputar a narrativa com a direita e a extrema direita sobre temas considerados importantíssimos para a nossa sociedade. Direitos humanos, paz, igualdade, fraternidade, meio ambiente, diversidade, pluralidade, democracia, distribuição de riquezas precisam fazer parte da nossa pauta e da nossa agenda nas narrativas e, nesse sentido, a impressão que eu tenho é de que as redes sociais têm sido apropriadas pela extrema direita, pelos conservadores, pelos fundamentalistas religiosos no sentido de desequilibrar essa disputa.

Os setores chamados avançados de esquerda do nosso país, parecem que foram pegos de surpresa, não apenas com essa agressividade, mas com o próprio uso dessas ferramentas. Vejo que é fundamental que a gente se aproprie desses mecanismos, para que possamos, assim, fazer com que esse equilíbrio de forças volte a funcionar no nosso país. A face mais visível desse retrocesso no Brasil foi a eleição de Bolsonaro em 2018. Mas é bom que se diga que a comunidade negra, em particular os adeptos e as adeptas das religiões de matriz africana, assim como a juventude negra brasileira, já vêm sentindo os efeitos desses retrocessos há pelo menos 20 anos. O Atlas da Violência revela que, nos últimos 20 anos, houve crescimento exponencial dos assassinatos de jovens negros no Brasil, e isso ocorre exatamente no momento onde tivemos o apogeu, ou a bonanza, democrática e econômica do nosso país.

É como se a carne mais barata do mercado fosse mesmo a carne negra e ela pagasse a conta daquilo que nós consideramos o momento áureo da presença da centro esquerda nos governos federais. Os setores conservadores, particularmente os fundamentalistas evangélicos, cresceram muito exatamente neste período, isto porque não tivemos a devida atenção para perceber os objetivos que esses grupamentos tinham. Eles cresceram tanto que não

fizeram vítimas apenas aqui no Brasil, fizeram vítimas também no continente africano, a exemplo de Moçambique e Angola.

Precisamos, por fim, fazer com que as vozes que estão em crise ecoem. Que os discursos e narrativas que são hoje hegemônicos no nosso país e que espelham o atraso, o retrocesso, a violência, o negacionismo, possam ser superados da maneira mais rápida possível com a implementação não apenas de políticas públicas de comunicação, mas de um Estado verdadeiramente democrático de direito, que possibilite a existência da diversidade, da pluralidade, da generosidade, da fraternidade. Nós merecemos isso porque o Brasil é grande o suficiente e tem força suficiente para fazer com que a democracia seja nossa principal referência.

Vozes em crise

Tiago Gomes

Inicialmente, compartilho alguns títulos de filmes que falam sobre territórios de favela. Uma das letras diz o seguinte: “Câmera na mão, plano um, tomada três, porque é que a miséria dá ibope pra vocês? Tá aí, não sei. Faz o foco onde quiser, a bilheteria é sua, só não abuse da minha fé. Glamouriza minha vida distorcendo a realidade em cartaz. Em cartaz, a grande mentira nos melhores cinemas da cidade.”

Trago essa reflexão porque quando vejo títulos como: Cidade de Deus, Tropa de Elite, Ônibus 174, Falcão Meninos do Tráfico, Era Uma Vez Maré, Nossa História de Amor; qual é a questão que todos esses filmes trazem? Como colocam o jovem preto? Como é que o jovem preto é visto no centro dessas narrativas? Ou ele é marginal, ou ele foi, ou ele será. Em qualquer uma dessas narrativas, a juventude preta de favela é vista ou narrada desta maneira.

Quando penso na minha trajetória como um goiano de pé rachado, comedor de pequi, mas radicado no Rio de Janeiro há quinze anos, sempre digo que minha pele, que eu empreteço ou embranqueço de acordo com os espaços em que eu circulo. Eu tenho o meu biotipo, mas o espaço, o figurino e a companhia me empretecem ou me embranquecem de acordo com os espaços onde circulo.

O que estou querendo dizer com isso? É isso: meu nome é Tiago Gomes, tenho mestrado na FGV, fui presidente do Conselho Estadual da Juventude, sou membro do Conselho Nacional de Juventude, mas não adianta. Se eu estiver no Complexo do Alemão, com mais três amigos pretos, não tem a menor chance de eu não ser parado pela polícia e ficar seminu na porta de um colégio, no muro. Enfim, a possibilidade de eu ser revistado pela polícia e de ficar praticamente na toda vez que eu desço o Complexo do Alemão, a Rocinha, ou Acari, no Rio de Janeiro, com amigos pretos, é quase cem por cento.

O que isso nos leva a refletir? É que o meu biotipo, ele tem, ele diz, ele diz muito. Minha companhia, o espaço que eu estou circulando, o figurino, tudo isso compõe uma cena, e um discurso, onde o racismo estrutural grita. Agora, se eu estiver em Ipanema, com a minha esposa branca, de terno, a porta do banco não trava, o carro para na faixa de pedestre para que eu possa passar, os vigias dos prédios dão bom dia, ou boa tarde, ou boa noite caso eu esteja passando.

Então, são essas reflexões que eu gosto de trazer para pensarmos sobre como essas narrativas sobre toda juventude de favela se dão no mundo real. Como é que esse espaço simbólico traduz o mundo real. Apresento também alguns números: segundo relatório da ONU, 900 milhões de pessoas moram em favelas no mundo. As grandes cidades ocupam apenas 2% do território global, mas concentram 50% da população mundial. Em 2014, 54% da população global vivia em cidades, mas a estimativa é que, em 2050, 66% da população deve morar em favelas, ou seja, 1,8 bilhões de pessoas vão estar morando em favelas.

Na América Latina, temos hoje 111 milhões de pessoas morando em favelas, ou vilas, ou territórios populares – em cada espaço chamamos isso de uma maneira. No Brasil, tem 12 milhões e no Rio de Janeiro 2 milhões de pessoas morando em favelas, segundo dados da ONU e do Instituto Data Popular, no livro *Um País Chamado Favela*.

A partir desses dados surge uma pergunta, uma provocação: no Rio de Janeiro, como é que enxergamos as periferias e como são tratados os moradores de favela/periferias? Essa é uma reflexão que fala um pouco sobre narrativa e realidade. Lembro de uma conversa no Complexo do Alemão sobre o Censo 2010 e o Censo dizia que a população do Complexo do Alemão era de 69.147 pessoas, aproximadamente. Sendo 17.500 jovens.

Toda vez que alguém olha para o Complexo do Alemão ou como o Complexo do Alemão é narrado, seja no cinema, na dramaturgia, no jornalismo, é sempre um espaço violento, associado a tráfico, miséria e violência. O Complexo do Alemão é uma favela que conheço muito, tenho muitos amigos, transito por lá há muito tempo lá, e posso garantir que não passam de 100 a 150 pessoas, entre adultos e jovens, envolvidas com alguma atividade com o poder paralelo.

Ou seja, em um universo de quase 70 mil moradores, no campo simbólico, quase todo mundo paga essa conta. Pois quando alguém olha para o Complexo do Alemão, o que se vê é isso: tráfico, violência e miséria. E o que, na verdade, existe é uma imensa maioria de pessoas que são trabalhadoras, que tem uma juventude extremamente pulsante, criativa. O Complexo do Alemão é um dos lugares no Rio de Janeiro, onde existe mais movimentos de jovens fazendo trabalhos de relevância, como Voz da Comunidade, como o Papo Reto, como o grupo Pensar. Existe uma série de iniciativas no Complexo do Alemão que contrapõe ou que vem tentando contrapor essa narrativa.

As favelas, de modo geral, têm uma narrativa muito perversa sobre elas. Aqueles filmes que citei inicialmente, todos eles colocam a favela como um espaço violento e esse morador de favela, principalmente esse jovem preto, como um marginal. Então, como é que a gente tem buscado criar outras narrativas que contrapõem essas narrativas que já estão dadas?

Essa narrativa constrói um imaginário que influencia totalmente na trajetória desses jovens. Temos discutido muito em como criar outras narrativas que contrapõem essas narrativas que já tão dadas nos filmes "Ônibus 174", "Tropa de Elite", "Cidade de Deus", nos perguntando como isso impacta na vida real. Como são vistos estes territórios no âmbito da segurança pública, no âmbito da saúde, da educação, da habitação, da cultura. No caso da cultura, no Rio de Janeiro, percebemos experiências exitosas que, depois de muita pressão e de muita ativação política, conseguiram fazer diferença na vida de jovens.

Nesse sentido, importante descrever um pouco as gerações de jovens de favela. Uma primeira geração foi a geração CUFA, AfroReggae, a primeira que colocou a mão em dispositivos digitais para poder produzir as suas próprias narrativas. A CUFA fez um filme chamado "Falcão Meninos do Tráfico" e o AfroReggae fez um filme chamado "Nenhum motivo explica a guerra". Qual foi a questão que se colocou em relação a essas narrativas? Elas repetiam o que a classe média retratava sobre nós, de certa maneira. Porque era, de novo, o jovem preto matando outros jovens pretos.

Houve então uma certa ruptura com essa geração, que a gente respeita e entende como importante. A minha geração, mais de 2009, 2005, 2007, começou a produzir as nossas narrativas. A gente dizia: precisamos criar outras narrativas sobre as favelas, precisamos falar de outros universos, precisamos falar de filmes sobre amizade, histórias de amor, de terror, ou seja, precisamos produzir outros gêneros sobre esses territórios. Parte dessa geração produziu alguns filmes que cito aqui: o curta metragem "Até o Fim", que fala sobre amizade de dois jovens e é um filme lindo, que ganhou muitos prêmios. O próprio "5x Favela - Agora por nós mesmos", lançado em 2010, com produção do Cacá Diegues, é um filme que, embora um dos cinco episódios retrate especificamente o tráfico, os outros quatro já não abordam tanto essa questão. Enfim, já amplia mais o horizonte em relação a essas narrativas. E "Favela Gay", em 2010, é um exemplo de uma narrativa mais diversa sobre esses territórios, incluindo também uma agenda LGBTQI+.

Há uma terceira geração agora muito potente, de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020, que se organiza em coletivos, como o "Voz da Comunidade", o próprio "Papo Reto", o "FalaCario". Nos anos 2006, 2010, havia uma grande sede por fazer filmes, hoje, as pessoas se organizam muito em coletivos de comunicação. Então vemos uma série de coletivos de comunicação em favelas que fazem um trabalho muito interessante de contrapor, ou seja, não só de apresentar problemas e questões para que o governo e o poder público atuem nesses territórios, mas também produzindo outras narrativas. E também realizam muitas ações sociais: fazer natal, doação de cestas, ou seja, tem um trabalho bem intenso que continua disputando essa narrativa, mas também no campo da ação, de modo concreto.

O Canal Futura há muito tempo já tem trabalhado com conteúdo, apresentando novas narrativas sobre esses territórios, em programas como o "Afronta" e o "Diz aí". Acabamos de fazer uma série agora sobre branquitude, vamos ter uma nova falando sobre juventudes, enfim, o Futura tem essa preocupação há muito tempo. É um canal que se preocupa em produzir não só para, mas com. A gente tem jovens de territórios populares envolvidos em todo o processo, muitas vezes diretores, roteiristas destes conteúdos.

Quero destacar também minha passagem pelo poder público, quando, imbuído dessa causa de criar novas narrativas, fizemos uma agenda de exportação do funk, entendendo que o funk é um espaço de diálogo em grande escala com a juventude popular de favela. Realizamos uma ação em Nova York, um baile funk, apoiamos a ida dos meninos do passinho, que foram convidados para dançar no Lincoln Center. Levamos também o filme "A Batalha do Passinho", que foi premiado no Festival do Rio. Ou seja, foi uma grande ação de exportação do funk que gerou renda, gerou emprego, a esses jovens. Muitos deles fizeram turnê pela Europa e pela Ásia depois disso. Foi uma ação extremamente exitosa graças a esse start inicial que fizemos em Nova York. Esse grupo participou também da abertura das Olimpíadas, o que potencializou ainda mais para que esses jovens visibilidade para trabalhar e monetizar.


Outra ação foi a criação da Biblioteca Parque Estadual que, de alguma maneira, representa uma ruptura em relação a equipamentos de cultura em territórios populares. Temos, no Rio de Janeiro, as bibliotecas parque na Rocinha, em Manguinhos, uma Biblioteca Parque do Centro, que desenvolvem um trabalho extremamente interessante e importante.

Tenho vários casos para contar, mas vou destacar um deles: o da Biblioteca Parque de Manguinhos. Gosto de contar essa história para dizer que quando a política pública é feita dialogando com a comunidade, respeitando-a, isso tem muito valor. Ao fundo havia um prédio abandonado que havia sido ocupado. O BOPE iria expulsar as pessoas que haviam ocupado ali, atrás da biblioteca. Na época, a secretaria estava muito preocupada com a ação de desocupação e o perigo das pessoas invadirem e quebrarem a biblioteca.

Como fiz mediação de conflito durante um bom tempo, fui chamado para conversar com os líderes da ocupação. Disse a eles que tínhamos muita preocupação e carinho pela biblioteca, que havia demorado muito para construir. A conversa foi ótima e os líderes informaram que já havia a recomendação de que, quando o BOPE chegasse, todos saíssem pela lateral do prédio e que alguns tentariam resistir, mas que ninguém iria sair pelos fundos porque entendiam que a biblioteca era da comunidade, era usada pelos filhos, irmãos e familiares. “A biblioteca nem é sua, a biblioteca é nossa. Então você pode ficar bem tranquilo que nada irá acontecer com ela”, disse-me a liderança do movimento.

De fato, o BOPE chegou e eu ainda estava lá dentro e fiquei junto com eles. A lição que fica foi: quando você cria um equipamento com qualidade, dialogando com a população, você tem esse tipo de resposta. Na crise que o estado do Rio de Janeiro enfrentou em 2015/2016, a biblioteca foi fechada e havia a preocupação de que fossem depredar, que fossem destruí-la. Mas, pelo contrário, houve vários protestos para que a biblioteca fosse reaberta.

Por fim, existem muitas narrativas sobre esse território que são muito perversas e, como atores que somos, atores que ocupam certos espaços, como podemos contribuir para fazer com que outras narrativas possam contrapor às existentes sobre esses territórios? É um território com muita inventividade, com muita criatividade. Lembro-me que, em 2019, estive na FLIM (Festa Literária Nacional), em Cajazeiras, Salvador (BA). Foi mais uma experiência que mostra como ações positivas, como ações que empoderam e contribuem para essas narrativas, têm resposta, têm retorno. Precisamos investir em contrapor essas narrativas existentes.

The page features decorative geometric patterns in the corners. On the left side, there is a vertical pattern of multiple parallel lines forming a series of nested, right-pointing chevrons. A similar pattern is located in the top right corner, also consisting of multiple parallel lines forming nested chevrons.

3ª PARTE
UM BRASIL, MUITAS VOZES:
COMUNICAÇÃO POPULAR, MOVIMENTOS SOCIAIS
E A GARANTIA DA PARTICIPAÇÃO

Um Brasil, muitas vozes: a voz dos movimentos populares no exercício do direito de comunicar e vozes dissonantes²⁵

Cicilia M. Krohling Peruzzo

Introdução

A analogia do tema central - *Um Brasil, muitas vozes: da utopia à distopia* - do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Congresso Intercom de 2020, ao título do Informe MacBride - *Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação em nossa época* -, publicado há cerca de 40 anos, é oportuna ao rememorar tão importante iniciativa da Organização das Nações Unidas e por nos instigar a refletir sobre avanços na democratização da comunicação no Brasil.

A sociedade brasileira desde os anos 1980 desenhou uma nova Constituição para por fim as Leis da ditadura militar (1964-1985), promulgada em 1988, e avançou na democratização social conquistando paulatinamente direitos políticos, civis, sociais, jurídicos, culturais e comunicacionais. Os meios de comunicação - do impresso às telecomunicações e depois também a internet, passaram a exercer a liberdade de imprensa antes negada, assim como foram abertos mais canais e novos emissores entraram em cena. Contudo, as estruturas de propriedade e de controle midiático permanecem, conforme veremos mais adiante.

²⁵Texto escrito a partir de palestra proferida no Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, modalidade virtual, realizado desde Salvador, FACOM - Universidade Federal da Bahia, dia 02 de dezembro de 2020.

O Informe MacBride, publicado em português em 1983²⁶, foi elaborado pela Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, com integrantes de 16 países, instituída pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que detectou situações de desequilíbrio no fluxo internacional da informação com a supremacia dos Estados Unidos e de países da Europa, defendeu políticas para a democracia da comunicação apontando, inclusive, o direito à comunicação como direito dos povos, além de deixar uma embrionária proposta de uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC), tema tratado a partir de discussões realizadas em vários fóruns internacionais nos anos 1970. Os princípios norteadores de uma NOMIC falam de "maior justiça, maior equidade, maior reciprocidade no intercâmbio de informação, menos dependência em relação às correntes de comunicação, menos difusão em sentido descendente, maior 'autossuficiência' e identidade cultural e maior número de vantagens para toda a humanidade" (MACBRIDE, 1983, p.XIII). Mas, para este texto enfocamos apenas o tema do direito à comunicação recuperando as noções básicas registradas no referido Informe.

O Informe MacBride deparou-se com muita resistência institucional, até por parte de membros da Organização das Nações Unidas (ONU), transformando-o em documento amorfo. Mas, no início deste século o tema do direito à comunicação é recuperado no debate acadêmico e político-institucional em nível internacional em Conferências Mundiais da Sociedade da Informação (CMSI). Criou-se até a Campanha Cris (Communication Rights in the Information Society), Direito à Comunicação na Sociedade da Informação (PERUZZO, 2005), no contexto do debate sobre a desigualdade no acesso à internet no mundo. No Brasil, acompanhou-se esse debate trazendo-o à tona nas últimas décadas como reivindicação de democracia comunicacional e como conquista, quando o direito de comunicar é exercido na prática, por exemplo, ao se operar rádios livres comunitárias quando ainda não havia legislação pertinente.

Este texto tem o objetivo de refletir sobre o que representam as vozes dos movimentos sociais populares ao reivindicarem direitos e exercerem o direito de comunicar, além de discutir a existência de outras vozes, distópicas, que criam uma dissonância que também se reverbera na sociedade.

O tema será tratado em três tópicos, a saber: movimentos sociais, direito à comunicação e a amplificação de vozes cidadãos; um Brasil, muitas vozes e vozes distópicas; e a comunicação popular como facilitadora da conquista de direitos.

²⁶ A versão original é de 1981.

Movimentos sociais, direito à comunicação e a amplificação de vozes cidadãs

Passadas quatro décadas em que o Informe, ou Relatório MacBride, analisou as várias formas de controle internacional do fluxo de informação e, entre outros temas, propôs o reconhecimento do direito de comunicar, um direito ainda não foi plenamente conquistado no Brasil. Por um lado, os principais meios de comunicação, chamados na década de 1980 de meios de comunicação de massa, e que hoje incorporam seus portais na internet, continuam sendo de propriedade dos mesmos grandes grupos econômicos, com raras exceções, e servindo os interesses econômicos e políticos das classes dominantes, embora tenha aumentado substancialmente a presença de segmentos religiosos no controle midiático e se fortalecido o papel de grandes grupos regionais. Permanece também o controle dos meios públicos de rádio e televisão pelos governos federal e estaduais, portanto, são perfilados no atendimento de demandas políticas daqueles segmentos colocados no exercício do poder governamental. Como dissemos na introdução, houve certa democratização dos meios de comunicação, principalmente, se estes forem comparados à época da ditadura militar, pois aumentou o número de emissores e a liberdade de imprensa foi restabelecida. Por outro lado, a democratização também avançou devido as lutas pela desconcentração dos meios travada por comunicadores e organizações civis (sindicatos de jornalistas, frentes pela democratização) e a inovação trazida pelo sistema de televisão a cabo cuja lei (8.977/1995), elaborada com efetiva participação do Fórum Nacional de Democratização da Comunicação (FNDC), que acabou determinando a obrigatoriedade de destinação pelas operadoras de televisão a cabo de canais de uso público gratuito, como os comunitários, universitários, legislativos, educacionais, e dos poderes Executivo e Judiciário. Outro avanço foi a promulgação da lei de radiodifusão comunitária (9.612/1998), apesar de seu caráter restritivo em termos de alcance do sinal e abrangência de tipos de comunidade (só permite a autorização para comunidades territoriais), pois, até então não existia legislação de emissoras de baixa potência. Contudo, essas frestas de democratização não chegam a permitir a realização do direito à comunicação às comunidades e movimentos sociais em igualdade de condições com os setores corporativos, pois a eles são permitidas apenas a rabeira dos espectros radiofônicos e televisivos (só na televisão por assinatura), além da proibição da sustentabilidade por meio da publicidade comercial. O acesso à internet modifica bastante o cenário possibilitando maior presença das organizações da sociedade civil na esfera pública, já que não há dependência de autorização ou outorga de concessão para o uso de canais na internet para se comunicar.

Também convém lembrar que a noção de direito à comunicação não surgiu com o Informe MacBride. O próprio documento alerta que

o direito à comunicação constitui um prolongamento lógico do progresso constante em direção à liberdade e à democracia. Em todas as épocas históricas, o homem lutou para se libertar dos poderes que o dominavam, independentemente de que fossem políticos, econômicos, sociais ou religiosos, e que tentavam impedir a comunicação. Graças apenas a alguns esforços fervorosos e infatigáveis, os povos conseguiram a liberdade de palavra, de imprensa e de informação. Hoje em dia prossegue a luta por entender os direitos humanos e conseguir com que o mundo das comunicações seja mais democrático que agora (UM MUNDO..., [1981] 1983, p.287).

Na compreensão da comissão que elaborou o Informe MacBride, a comunicação é um dos aspectos dos direitos humanos, cada vez mais

concebido como direito de comunicar, passando-se por cima do direito de receber comunicação ou de ser informado. [...] Ter-se-á que reconhecer, ou que rejeitar, a existência de um direito novo, que poderia ser somado aos direitos do homem já adquiridos, e não substituí-los. [...] Os elementos que integram esse direito fundamental do homem são os seguintes, sem que sejam de modo algum limitativos: a) direito de reunião, de discussão, de participação e outros direitos de associação; b) o direito de fazer perguntas, de ser informado, de informar e outros direitos de informação; c) o direito à cultura, o direito de escolher, o direito à proteção da vida privada e outros direitos relativos ao desenvolvimento do indivíduo. Para garantir o direito de comunicar seria preciso dedicar todos os recursos tecnológicos de comunicação a atender às necessidades da humanidade a esse respeito (UM MUNDO..., [1981] 1983, p.287-288).

Como se pode observar, há elementos centrais nas configurações do direito à comunicação expressos na definição acima que transcende a ideia de informar e ser informado e reconhece os vários elementos facilitadores da comunic(ação) direta dialogal e do acesso às tecnologias de comunicação, passando pelo direito à cultura e proteção à vida. Contudo, podemos ser ainda mais claros. Como já esclarecemos em outros textos (PERUZZO, 2005, 2013), o direito à comunicação reafirma os preceitos legais, historicamente conquistados que garantem o acesso à informação e o direito à liberdade de opinião, criação e expressão, mas, ao mesmo tempo, são enfatizadas novas perspectivas. Ele se renova enquanto direito humano à comunicação como garantidor do acesso do/a cidadão/cidadã e de suas organizações coletivas representativas aos meios de comunicação social na condição de emissores – produtores e difusores – de conteúdos e, ao mesmo tempo, receptores. A questão diz respeito à democratização do poder de comunicar, cujo reconhecimento pressupõe o amparo legal e a democratização das tecnologias de comunicação e das condições de sua operacionalização (infraestruturas, espectros radiofônicos, televisivos e de internet, além do conhecimento técnico), enfim o reconhecimento desse direito implica em democracia do poder, repetindo, no caso, do poder de comunicar, de operar meios e canais na condição de protagonistas. Em outros termos, esse poder de comunicar pode ser traduzido como a apropriação e o

empoderamento de canais tecnológicos de rádio e televisão e de ambientes comunicacionais da internet pelos próprios movimentos sociais populares, sob sua gestão, controle e operacionalização, mas como bens públicos e coletivos. Portanto, não pertencem a pessoas individualmente, mas a organizações coletivas sem fins de lucro da sociedade civil, seja uma associação comunitária, um sindicato de trabalhadores ou um movimento social.

Esse tipo de empoderamento representa o poder de desfrutar da liberdade de expressão para dar visibilidade à causas de interesse público, denunciar situações de desrespeito aos direitos humanos e de cidadania, além de tornar públicas as reivindicações e propostas de políticas públicas de interesse social. Em outras palavras, trata-se de liberdade para se expressar com vistas a satisfazer demandas de segmentos sociais cívicos e da sociedade no seu conjunto, e não apenas de pessoas individualmente.

Nesse sentido, a comunicação se realiza entrelaçada às lutas sociais e contribui para a conquista dos demais direitos de cidadania, como veremos mais adiante. Mas, a comunicação no contexto dos movimentos sociais e organizações populares afins, também tem uma dimensão interna importante, pois ajuda na conscientização e na mobilização social cívica. Ela desenvolve um processo educativo, de educação para a cidadania. Referimo-nos à dinâmica participativa efetivada no contexto dos movimentos populares, pois ali se desenvolve um processo de educação informal e não-formal. Em outras palavras, a comunicação nesse contexto vai além de meios (rádio, televisão, jornal, sítios na internet) e da produção e difusão de conteúdos. Ela é dialógica e se realiza também na coordenação de ações entrelaçando-se às várias formas de participação. Ela é processo, no qual meios e canais são importantes, mas não de forma isolada (PERUZZO, 2020). Envolve a participação popular ativa na dinâmica do fazer comunicacional.

Os movimentos sociais populares são protagonizados por atores sociais diversos, mas organizados, pois, representam diferentes segmentos da população que, uma vez conscientes de sua condição de opressão pela falta de respeito aos seus direitos, se organizam para lutar a fim de conquistá-los.

A possibilidade da construção de sujeitos e da transformação desses sujeitos em atores politicamente ativos não transcorre como uma necessidade imediata da vivência de carências. A carência por si só não produz movimentos sociais. O movimento resulta do sentido coletivo atribuído a essa carência e da possibilidade de identificação subjetiva em torno dela (SCHEREN-WARREN, 2008, p. 508).

A diversidade de atores que protagonizam ações coletivas, como diz Melluci (1989, p.52),

[...] não pode ser analisada somente dentro das contradições estruturais. A ação tem que ser considerada como uma interação de objetivos, recursos e obstáculos, como uma orientação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidades e coerções. Os movimentos são sistemas de ação que operam num campo sistêmico de possibilidades e limites. É por isso que a organização se torna um ponto crítico de observação, um nível analítico que não pode ser ignorado. O modo como os atores constituem sua ação é a conexão concreta entre orientações e oportunidades e coerções sistêmicas."

O autor se refere aos movimentos sociais que aglutinam lutas em torno das identidades culturais, as quais apesar de levantarem bandeiras antigas ganham mais visibilidade na contemporaneidade, e se somam aos movimentos sociais focados nas lutas contra as desigualdades de base econômica e política. No conjunto, são movimentos de mulheres, dos povos indígenas, camponeses, juventudes, ambientalistas, negros, pessoas sem terra, pessoas sem moradia, professores, pessoas LGBTQIA+²⁷, estudantes, atingidos por barragens, população de rua, moradores de bairros periféricos etc.

Nesse sentido, observa-se um Brasil em que vozes civis se amplificam e participam do debate público político e ideológico, embora muitas vezes essas vozes não repercutem de modo justo nos espaços privilegiados da grande mídia eletrônica, impressa e digital do país, nem no Congresso Nacional e nas instâncias legislativas estaduais e municipais devido a abordagens parciais, omissões e visões deturpadas por tendenciosidade ideológica.

A repercussão desfavorável aos movimentos sociais pode estar relacionada a não aceitação do novo que os movimentos sociais populares representam em sua práxis. Historicamente eles apontam para avanços na qualidade da cidadania demandada e conquistada pela sociedade. Seja o reconhecimento legal do direito à igualdade entre homem e mulher, o respeito à dignidade humana de todos, respeito à vida, à justiça, ao meio ambiente saudável, às diferenças de gênero e étnicas na sua diversidade, e assim por diante. Nesse sentido, eles estão à frente do seu tempo. Estão à frente do tempo daqueles que se alimentam de valores competitivos, individualistas, racistas, machistas e discriminatórios.

Desse modo, os movimentos sociais populares podem ser vistos como portadores de vozes dissonantes em relação à visão das supremacias no exercício do poder de decisão governamental e de algumas instâncias públicas e privadas em determinados momentos históricos, mesmo sendo vozes de setores majoritários. São vozes realistas e utópicas, ao mesmo tempo, em busca de participação cívica, não só como capacidade política de interferir na feitura da sociedade, mas também usufruindo de direitos de cidadania na perspectiva do acesso aos bens do patrimônio social. Ou seja, aspiram participar com igualdade de um modo de vida digno. Nesse sentido, opera-se com a dialética realidade-utopia, mas esta última é tomada como algo que pode vir a ser, na perspectiva de justiça, de paz e de respeito às diferenças - desde a clássica concepção de Thomas More (1478-1535), mesmo que o

²⁷Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais e Assexuais.

significado da palavra utopia no grego seja "lugar nenhum" (MORE, 2004). E, ainda, podemos entender a utopia como uma possibilidade do ser humano de "ser mais" em sua humanização e consciência social (FREIRE, 1976). Em suma, o caráter utópico da possibilidade de constituição de uma solidariedade igualitária, de bem-estar social equitativo e convivência não competitiva, mais do que algo irrealizável é algo que inspira mundos possíveis, em conexão com a Mãe Terra.

A outra face da dialética acima mencionada, a realidade, se faz presente ao evidenciar-se em conquistas de lutas sociais cívicas. São lutas, que por serem políticas não ocorrem numa arena pacífica. Aliás, essas lutas nunca foram pacíficas na história da humanidade como evidenciam os processos reivindicatórios por direitos civis e sociais desde a época dos plebeus, ainda nos séculos V e VI a.C. (FUNARI, 2003). O reconhecimento de direitos civis, políticos e sociais e a consequente ampliação do status da cidadania sempre foram conflituosos (PINSKY; BASSANEZI PINSKY, 2003), envolveram lutas, luto e conquistas. Das tradicionais bandeiras do direito à vida digna e à participação política até o direito à igualdade na diferença, não obstante ser uma reivindicação antiga continua na ordem do dia, como o tratamento igual para mulheres e homens e os segmentos LGBTQIA+²⁸, o respeito à diversidade dos seres humanos em suas distintas etnias e culturas, respeito aos direitos dos empobrecidos por acesso às condições de vida com dignidade e assim por diante.

O racismo e a discriminação percorrem os séculos e sua transparência resultou, entre tantas mortes, como as de grandes heróis antirracistas, no século passado, como Mahatma Gandhi (1948) e Martin Luther King (1968), símbolos das lutas por mudanças de visões e nas estruturas discriminatórias.

O mesmo tipo de luta foi liderada por Nelson Mandela (1918-2013), que sofreu, junto com o seu povo, o racismo estrutural (ALMEIDA, 2018; RIBEIRO, 2019) por décadas, que tanto mancha o mundo de sangue e de luto, continua na ordem do dia. Ele mostra sua cara ao escravizar pessoas negras (e brancas nas atuais formas de escravidão) mundo a fora durante séculos, mas que recentemente matou George Floyd, em 2020, e tantos outros negros e negros nos Estados Unidos. Que matou João Alberto Silveira Freitas numa das lojas de supermercado do Carrefour, em Porto Alegre, no Brasil, no dia 23 de novembro de 2020. Mas, que também mata centenas de negros e brancos no país pelas armas de policiais – violência institucional ou de Estado, a exemplo do menino negro João Pedro, de 14 anos, assassinado dentro de uma casa no Rio de Janeiro em maio de 2020, como também o Guilherme, também negro, menino de 15 anos, assinado em São Paulo, no dia 17 de junho do mesmo ano. Essa violência de Estado se soma as demais formas de violência existentes na sociedade e acaba por fortalecer e se reproduzir em violências cotidianas, pois, contribui para naturalizar narrativas que as exaltam ou as justificam como se fossem legítimas, apesar de serem criminosas do ponto de vista penal, constitucional e humano, haja

²⁸ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais e Assexuais.

vista o crescente número de feminicídio e a violência contra pessoas LGBTQIA+²⁹, às vezes dentro das próprias famílias, mas também nas ruas, nas escolas, nos shoppings e entre as paredes das instituições.

Racismo estrutural quer dizer que "ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. [...] O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para formas de desigualdade e violência que moldam a vida cotidiana" (ALMEIDA, 2018, p.13-14).

Contudo, apesar do curso histórico que amplia o status da cidadania, atualmente, em pleno século XXI, passa-se por uma crise política e cultural agravada pela reverberação de visões anticívicas de segmentos conservadores extremistas que se negam a reconhecer a igualdade como direito de todos e como princípio civilizatório que a Carta Magna garante. E assim registram-se situações características da distopia em que alguns se consideram superiores e com mais direitos do que os outros, por sua cor da pele, condição sócio econômica ou de gênero e se julgam no direito de discriminar - e até assassinar - mulheres, negros, indígenas, pobres, gays etc. Mas, são vozes minoritárias, que são rechaçadas pela voz dos movimentos sociais. Os povos intensificam o seu basta ao machismo e ao racismo estrutural entranhando nos alicerces da sociedade e que são reproduzidos individual e institucionalmente. A evidência está no surgimento ou fortalecimento de movimentos sociais e na organização de grandes marchas públicas antirracistas e feministas de protesto em vários países, inclusive, no Brasil, como aquelas em empunham bandeiras "Vidas Negras Importam" (Black Lives Matter), contra o racismo, e "Eu Também" (Me Too), movimento social contra o assédio moral e sexual de meninas e mulheres. São movimentos sociais que denunciam a opressão e o desrespeito e clamam por mudanças nas concepções ideológicas e estruturantes que nutrem a competição típica do capitalismo e as visões racistas - individualistas, institucionais e estruturais (ALMEIDA, 2018) - e as visões machistas, que não diferem destes níveis de aparição. São vozes clamando por (re)humanização da humanidade (FREIRE, 1996), vozes dizendo mereço dignidade e tenho valor, como disse Colin Chasi em palestra proferida no evento Centenário Paulo Freire³⁰.

O racismo como decorrente de processo histórico e político "cria condições para que, direta ou indiretamente, grupos sociais racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática" (ALMEIDA, 2018, p. 39) reproduzindo-se nas relações sociais, políticas, econômicas, culturais, jurídicas e até familiares.

O racismo, por ser inerente à uma ordem social, a única forma de uma instituição combatê-lo é por meio da implementação de práticas antirracistas (ALMEIDA, 2018), seja ela a família, a escola, as associações comunitárias, a empresa ou as instituições do Estado. É nesse patamar que os movimentos sociais antirracistas reverberam as bandeiras de lutas e registram conquistas progressivas, como por exemplo, a promulgação de lei (7.716/1989) que criminaliza a discriminação.

²⁹Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais e Assexuais.

³⁰Palestra proferida no dia 23 de março de 2021 no "Paulo Freire Centennial", Simpósio organizado pela Loughborough University, de Londres, e a ONG Ubíqua, do Brasil, realizado de 09 a 24 de março de 2021. Ver: <https://www.paulofreirecentennial.org/principal/>

Um Brasil, muitas vozes e vozes distópicas

As vozes dissonantes mencionadas antes operam no sentido do tom destoante que as vozes dos movimentos sociais populares representam num contexto de lutas por amplificação do respeito aos direitos humanos fundamentais e a defesa dos direitos de cidadania, aqueles já assegurados por aparatos legais, como a Constituição e leis complementares, perante uma sociedade desigual e controversa. Essas vozes representam a maioria, haja vista as desigualdades culturais e sócio econômicas expressas em estatísticas de baixa escolaridade, de pessoas empobrecidas, que passam fome, daqueles que têm seus direitos fundamentais violados. Apesar dessa situação, não deixam de existir vozes distópicas à visão humanista e à ancestral de convívio com o planeta terra, que chegam a considerar tais demandas de "mimimi", expressando um pensamento negacionista à democracia cultural, política e econômica, à ciência da saúde em plena na pandemia, visão assumida por segmentos conservadores que se fizeram representar até no Poder Executivo nacional e no Congresso. Enfim, são vozes de outra forma de dissonância – a destrutiva – que vem às claras quando se rechaça os avanços democráticos crescentes conquistados pela sociedade brasileira desde o processo constituinte e confirmados com a promulgação da Constituição cidadã de 1988.

Nesse contexto, insistir na defesa do direito à comunicação como um direito humano e no direito à liberdade de expressão, mas que não cabe ser usada para justificar a disseminação do ódio e a prática de crime de calúnia, injúria e difamação, é de suma importância para intensificar a participação cívica na esfera pública.

Em síntese e em outros termos, por um lado seguem as lutas e as narrativas pela defesa dos direitos das pessoas e, por outro, há a negação desses direitos por certos setores da sociedade brasileira. O pior é que esses segmentos negacionistas estão representados no poder de Estado, o que empodera pessoas e algumas instituições a negar direitos constitucionais. O cenário é conflituoso, cujo jogo de interesses em perpetuar a dominação por parte daqueles que desfrutam de privilégios, também tem o seu contrário. O movimento civilizatório histórico pela ampliação do status da cidadania pode até ser contestado momentaneamente, mas é um caminho guiado pelas utopias que inspiram um olhar para um horizonte novo e pleno de civilidades. Os governos no exercício do poder não são permanentes. As leis garantem a democracia e a igualdade de direitos. O preconceito e a discriminação são crimes e como tal merecem ser tratados, ao contrário do modo de pensar dos que querem naturalizar a discriminação e a violência.

Como ensina Paulo Freire (1996, p.19-20), faz parte do

pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Quão longe dela nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam negros, dos que inferiorizam as mulheres [...]. Pensar e fazer errado [...] não tem nada que ver com o bom senso que regula nossos exageros e evita as nossas caminhadas até o ridículo e a insensatez.

Essa crise de substantividade do ser humano identificada por Freire nos anos oitenta e noventa do século passado, ao contrário do esperado, não foi resolvida, e parece ter sido acirrada. Os movimentos sociais populares são constituídos justamente para contestar as situações de violações de direitos e para mobilizar a sociedade na direção da justiça, da democracia, da prevalência do interesse público, do estabelecimento de condições dignas de existência, da participação na política e pela feitura de políticas públicas para a garantia da justiça social.

As lutas por igualdade social, econômica, étnica, política, de gênero, cultural, jurídica e comunicacional são situadas historicamente conforme cada conjuntura, mas atravessam os séculos e só são conquistadas a partir de pressão social organizada pelos movimentos sociais e demais organizações e outras forças progressistas. A necessidade de reconhecimento de direitos, sentida pela população, precede o seu reconhecimento legal e ordenamento jurídico. Nesse sentido, como protagonistas dessas forças cívicas, os movimentos populares projetam o futuro, estão à frente do tempo concreto e contribuem para o avanço da qualidade da cidadania.

Os direitos de cidadania são aqueles reconhecidos pelo Estado. Mas, o próprio ato de participar na feitura da sociedade é uma conquista. Não há Estado generoso (DEMO, 1988). Este só reconhece direitos quando há pressão social organizada, quando existem organizações fortes e capazes de interferir nas decisões políticas em favor da sociedade, nunca contra ela.

A comunicação como facilitadora da conquista de direitos

A comunicação e os meios de comunicação fazem parte dos movimentos populares de resistência e de lutas pela constituição de cenários democráticos novos, seja por intermédio de processos dialógicos da comunicação direta ou envolvendo canais mediadores tecnológicos. Não há possibilidade de organização e de mobilização civil para externar denúncias de violações e as reivindicações de direitos sem processos de comunicação e o diálogo no seu interior. Basta observar como a comunicação se entrelaça na práxis dos movimentos sociais que combatem o racismo estrutural e os valores patriarcais embutidos e legitimados em leis, costumes e nas práticas de agentes

públicos e mesmo de cidadãos, daqueles que lutam por reforma agrária, contra as barragens e por políticas públicas hídricas de interesse público, daqueles que defendem o respeito aos direitos humanos e à diversidade, e assim por diante. Portanto, o exercício do direito à comunicação contribui na conquista de outros direitos.

É nesses ambientes de ação cidadã cívica que a comunicação popular, comunitária e alternativa tem se desenvolvido e exerce um papel fundamental exercitando o direito de comunicar. Ela participa de dinâmicas educação para a cidadania que ajudam a formar a consciência crítica e a conquistar os direitos pelos quais os movimentos populares se mobilizam.

Consideramos que os meios de comunicação convencionais privados e públicos tem responsabilidade no exercício da liberdade de expressão em benefício da democracia e do debate político na esfera pública. Estes são imprescindíveis no exercício da liberdade de imprensa, mesmo que em meio a contradições em geral motivadas por interesses econômicos, políticos de ideológicos das classes que representam. Contudo, não há como desconsiderar a existência e a importância de outras formas e meios autônomos de comunicação criados na sociedade civil por meio de atores como os movimentos sociais populares, associações comunitárias, coletivos populares, ONGs etc. Estes estão e chegam aonde os poderosos meios convencionais de comunicação não chegam, ou se chegam não são capazes de atender todas as demandas e necessidades de comunicação dos grupos populares e comunidades.

A comunicação popular, comunitária e alternativa, em suas singularidades, pode trabalhar a contrainformação e combater as fake news através do podcast, da rádio comunitária, do vídeo documentário ou da webTV, mas também ao "pé do ouvido", na tela do celular e no nível grupal. Assim sendo, ela também é imprescindível. A comunicação pode tanto vincular-se às lutas sociais amplas para fazer avançar o respeito aos direitos humanos e de cidadania, como é capaz de adaptar-se às realidades das comunidades num trabalho cotidiano de intervenção social, como tão bem mostrou sua performance no tempo da pandemia do Coronavírus.

Para deixar mais clara essa potencialidade, comentamos algumas dimensões e exemplos dessa comunicação popular, que pode ser vista como conceito-mãe ao abarcar várias outras denominações correlatas (comunitária, alternativa, participativa, dialógica, educativa etc.) que se configuram em práticas distintas ao longo do tempo, mas que conservam o espírito "comunicação povo" e o grito por cidadania comunicacional.

Um primeiro aspecto é a vinculação da comunicação popular com as lutas mais amplas por direitos, como já falamos. A título de exemplo e para deixar mais claro como se dá esse tipo de vínculo, menciono a experiência da *Agência de Jovens Comunicadores da Amazônia* (AJC)³¹. Trata-se de uma organização não governamental agregadora de jovens e adolescentes que atua em favor da vida dos jovens negros, contra a morte de jovens negros na periferia de Belém, e atua nos seguintes processos: a) na formação da consciência crítica dos próprios jovens; b) na promoção de mobilizações locais de denúncia, reivindicação e construção de narrativas alternativas àquelas visões dominantes que permeiam os meios de comunicação convencionais e muitas outras instituições e são reproduzidas por amplos setores civis da sociedade; c) na construção de canais e redes colaborativos de comunicação próprios, alternativos e comunitários como forma de poderem falar por eles mesmos no “enfrentamento ao genocídio das juventudes negras, feminicídio e lgbtfobia” (AGÊNCIA..., s./d.).

Como se pode observar, o trabalho se desenvolve como luta por respeito à vida e contra o racismo e, ao mesmo tempo, se exerce o direito à comunicação: empoderamento de processos e canais de comunicação para transmitir a própria voz desde as demandas dos próprios jovens.

O segundo aspecto refere-se à capacidade de adaptação da comunicação popular e comunitária às realidades locais e contém dois sentidos. O primeiro diz respeito à facilidade dessa comunicação falar diretamente às pessoas porque é situada na mesma realidade e sabe falar a linguagem das comunidades às quais se dirige. O segundo sentido é demonstrado, no período da pandemia do Sars-Cov-2/Covid-19, quando houve um claro redirecionamento das ações de intervenção social das associações comunitárias e da produção de conteúdos para os canais de comunicação utilizados – no caso de podcast, rádio comunitária e perfis em mídias sociais digitais, para tratar as problemáticas relativas à doença e à saúde pública. Passa-se a desenvolver programas de assistência e a dar espaço para as informações confiáveis e esclarecedoras sobre como requisitar o auxílio emergencial (renda básica temporária aprovada pelo Congresso Nacional), locais de distribuição de cestas básicas, sobre os testes para detectar a doença e acerca da própria doença, os modos de contágio e as medidas de prevenção com base na ciência – contra todas as formas de notícias falsas disseminadas nas redes digitais e em outros canais de expressão. Enfim, ressalta-se a constituição de um processo de conscientização por meio da educação informal e, desse modo, enfatizam-se a informação e serviços de utilidade pública como prioridades. Nesse contexto, agrega-se o fator persuasão como uma característica da comunicação popular e comunitária no tempo de grave problema de saúde pública e de crise humanitária. Uma persuasão auto mobilizadora, solidária, de caráter ético de interesse

³¹A Agência de Notícia Jovens Comunicadores da Amazônia surge do Projeto Jovens Comunicadores da Amazônia, o qual envolveu adolescentes e jovens da Região Metropolitana de Belém que participaram do Curso de Comunicação Popular ministrado pela Instituto Universidade Poder Popular (UNIPOP). O curso proporcionou vivências de processos de mobilização e produção de conteúdos para internet, redes sociais, blogs, sites etc. A Agência de Notícia é constituída a partir de um grupo de jovens participante das atividades da UNIPOP em parceria com entidades como o Coletivo Tela Firme, Jovens + Pará, –Coletivo de Juventude do Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará CEDENPA, estudantes de comunicação, jornalista e educadores populares (AGÊNCIA..., s/d.2)

coletivo em prol de novos comportamentos – o cuidado individual consigo mesmo e o cuidado para com o outro, em defesa da vida e da solidariedade.

Outro exemplo demonstrativo do potencial de ajustamento à realidade por parte da comunicação popular e das mídias comunitárias, no caso, devido as circunstâncias geradas pela pandemia, foi a iniciativa de algumas emissoras de rádio comunitárias em permitir a transmissão de aulas da escola formal através das ondas do rádio. Com o adiamento de aulas presenciais devido à pandemia, em regiões onde o acesso à internet e a equipamentos tais como celulares e computadores é restrito, professora/es ministraram aulas transmitidas através do rádio como forma de amenizar o problema ensino-aprendizagem das crianças e adolescentes no meio rural. Entre as iniciativas nesse sentido, ressaltamos uma em Mulungu, interior do estado do Ceará – a 82 quilômetros de Fortaleza, e outra na região de Tucumán, na Argentina, onde a rádio comunitária Paz FM e a Rádio Antena 2, respetivamente, cederam espaços para transmissão de aulas das escolas públicas locais.

No Ceará, professores da Escola Estadual de Ensino Médio Professor Milton Façanha Abreu ocuparam as ondas do rádio, com áudios pré-gravados, três vezes por semana para transmitirem aulas de matemática, ciências da natureza, ciências humanas, linguagens e artes (PROFESSORES..., 2020)³².

Na Argentina, a experiência iniciada por uma professora, Miriam Mabel Lera na Rádio Antena2, da Escuela Intercultural em Amaicha del Vale, uma comunidade rural de Diaguita-Calchaquí, foi seguida por outros docentes e emissoras (MAESTRA..., 2020)³³. Da mesma forma, as experiências nesse sentido se multiplicaram no Brasil diante do prolongamento da pandemia e das grandes dificuldades advindas da pobreza e do acesso precário à internet de alta qualidade³⁴.

E assim, na crise de saúde pública com graves reflexos no sistema educacional, (re)descobre-se no rádio a oportunidade de volta às suas origens educativas.

O exercício concreto da comunicação popular, em suas várias derivações denominativas, é um direito; coloca em prática o direito de comunicar. Ao se efetivar, permite ampliar as vozes civis – de protesto, de reivindicação e enunciação de perspectivas para a construção de uma nova sociedade na qual o espírito do respeito aos direitos iguais na diversidade e respeito pelo outro seja o motor da história

³²O tema foi até matéria no Jornal Nacional, da Televisão Globo. Ver em: <https://globoplay.globo.com/v/8673143/>

³³Ver <https://www.nossouniverso.com.br/2020/06/18/professora-usa-radio-comunitaria-para-ensinar-alunos-que-nao-tem-internet/>

³⁴Ver <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/07/09/sem-internet-estudantes-de-sao-paulo-e-ceara-recebem-conteudo-pelo-radio-durante-a-pandemia.ghtml> e <https://www.portalnoroeste.net.br/noticia/153742/radio-comunitaria-e-usada-por-professora-para-ensinar-alunos-que-n%C3%83o-t%C3%84m-internet>

Considerações finais

Um Brasil, muitas vozes. Vozes de muitos tipos e tons. Vozes cidadãos e vozes distópicas. Vozes que clamam por justiça e vozes anticívicas. A comunicação face a face e grupal, os meios de comunicação tecnológicos, e agora os ambientes comunicacionais de tecnologia digital, são espaços de encontro e de repercussão dessas vozes. A liberdade de comunicar que se exerce nesse cenário é uma conquista, assim como o desenvolvimento tecnológico que a humanidade cria para servir à sociedade. Conflitos existem diante da diversidade política, ideológica e cultural constitutiva dos povos. A crueldade das vozes distópicas não impedem a aceleração de sua negação. A democratização de ideias, valores e práticas sociais mira um novo mundo possível, a ser construído em favor da humanidade do ser humano. A sociedade existe para todos e esse reconhecimento se desenvolve no espaço e no tempo, pressupõe organização e lutas sociais por mudanças de visões ideológicas e de normas jurídicas, como mostra história da cidadania (PINSKY; BASSANEZI PINSKY, 2003). O respeito a direitos iguais na diversidade não é uma questão de escolha, de opção individual, mas um dever de cidadania que pertence a todos nas sociedades democráticas.

Referências

- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista.** São Paulo: Cortez, 1988.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- AGÊNCIA Jovens Comunicadores da Amazônia. Perfil no Facebook: <https://www.facebook.com/AgenciaJCA/s/d>.
- AGÊNCIA Jovens Comunicadores da Amazônia. Instituto Universidade Popular (UNIPOP). Belém, s./d/2. Disponível em: <http://agenciajca.blogspot.com/p/objetivo.html>
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- FUNARI, Pedro P. A cidadania entre os romanos. *In*: PINSKY, J.; BASSANEZI PINSKY, C. (Orgs). **História da cidadania.** São Paulo: Contexto, 2003. p.49-79.
- PINSKY, J.; BASSANEZI PINSKY, C. (Orgs). **História da cidadania.** São Paulo: Contexto, 2003. 591p.
- MACBRIDE, Sean. Prólogo. **Um mundo e muitas vozes.** Comunicação e informação na nossa época. Tradução de Eliane Zagury. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983. p.XI-XVI.
- MAESTRA usa la radio comunitaria para de clases en Tucumán. **Desinformémonos.** México, 09 jun.2020. Disponível em: também <https://desinformemonos.org/maestra-usa-la-radio-comunitaria-para-dar-clases-entucuman/> Acesso em: 05 jun.2020.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais?. Lua Nova [online]. 1989, n.17, pp. 49-66.

MORE, Thomas. **Utopia/Thomas More**. Tradução de Anah de Melo Franco. Brasília: Editora Universidade de Brasília, [1516] 2004.

PROFESSORES de escola em Mulungu usam rádio comunitária para dar aulas aos alunos em internet. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 24 jun.2020. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/dias-melhores/professores-de-escola-em-mulungu-usam-radio-comunitaria-para-dar-aulas-aos-alunos-sem-internet-1.2958957>. Acesso em: 13 fev.2021.

PERUZZO, Círcia M.K. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Revista Latinoamericana de Ciências de la Comunicación**. São Paulo, ALAIC, a.II, n.3, p.18-41, jul/dic. 2005 Disponível em: Acesso em: 18 abr.2015.
<http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/145>

_____. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. **Contemporânea**. Revista de Comunicação e Cultura. Salvador, FACOM-UFBA, v.11, n.1, p.138-158, jan.-abr.2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/6980/0>

_____. Paulo Freire's role and influence on the praxis of popular communication in Brazil. **International Communication Gazette**, Londres, Sage, v. 82 , n. 5, p.425-439, 28 July 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1748048520943693>

RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHERER-WARREN, Ilse. REDES DE MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA - caminhos para uma política emancipatória? Cad. CRH [online]. 2008, vol.21, n.54, pp. 505-517, Set./Dez.

UM MUNDO E MUITAS VOZES. Comunicação e informação na nossa época. Tradução de Eliane Zagury. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

Epistemologia compreensiva: garantia para pluralidade de vozes

Raquel Paiva

Introdução

Desde meados de 2014, a temática em torno do conceito de comunidade retomou com força às pesquisas no mundo todo. Desta vez com uma nova formatação vocabular – o Comum – que já havia sido alçado ao patamar das temáticas a serem revisitadas na década anterior com a perspectiva política conferida por Hard e Negri (“Commonwealth”, em 2009). O compêndio teórico dos dois filósofos franceses Laval e Dardot (“Commun”, 2014) de fato eletrizou os pensadores e estudiosos de tal forma que começaram a surgir inúmeras aplicações do comum em todo tipo de pesquisa, da saúde à tecnologia, passando por juventude e consumo. Tudo em torno de uma alternativa, de um suposto “comum”, em síntese de um desejo de estabelecer pesquisas que pudessem ter um caráter mais integrado ao local e que pudesse significar possibilidades de vinculação entre as pessoas.

De fato, desde os estudos fundadores de Tönnies (1935), autor frequentemente citado e efetivamente pouco lido, as variações em torno da temática ocorrem de maneira incessante com os mais variados formatos, angariando uma horda de defensores e críticos do que seria o conceito de comunidade. Comunidade transformou-se ao longo dos tempos em uma dessas palavras que podem querer significar tudo o que esteja no rol do local, proximidade, solidariedade, conectividade, enfim uma idéia que se oponha a fragmentação, globalismo, desigualdade etc.

Mas afinal seria o cenário atual aquele propício para evocar essa proposta como uma força propulsora capaz de reverter o excessivo individualismo e a exorbitante desigualdade social entre hemisférios norte e sul? Afinal, como bem disse Boaventura Souza Santos, "hoje não se trata tanto de sobreviver como de saber viver. Para isso é necessária uma outra forma de conhecimento, um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos una pessoalmente ao que estudamos" (Boaventura, 2007, p.54).

Epistemologia significa literalmente "teoria da ciência", entretanto é uma palavra de criação recente, que sequer existe na filosofia grega. Os gregos não possuíam a palavra "ciência", e sim "episteme", que significa conhecimento. Só após o século XVIII, a palavra "ciência" adquiriu o sentido mais estreito e preciso que se conhece na atualidade. Desta forma, "epistemologia" pode também ser entendida como "teoria do conhecimento", que hoje se limita a uma única forma de conhecimento: o conhecimento científico. Assim como a estética é uma reflexão sobre a arte, a epistemologia é uma reflexão sobre a ciência. Portanto, pode-se precisar que a epistemologia pretende responder à pergunta "quais são as possibilidades de conhecimento científico de um determinado objeto?". Finalmente, a metodologia (estudo dos métodos científicos) deve ser considerada um dos elementos da epistemologia.

Entretanto, o que se pretende é assinalar - na trilha do que pensava Piaget na sua "Lógica e Conhecimento Científico" - é que "a reflexão epistemológica surge sempre a propósito das crises dessa ou daquela ciência, e essas crises resultam de uma lacuna dos métodos anteriores, para serem superados graças à invenção de métodos novos" (Piaget apud Blanchè, 1972, p.22). Ou seja, a crise de que vamos nos ocupar diz respeito à crise da metodologia das ciências sociais, instaurada pela Comunicação.

Inicialmente, faz-se necessário estudar a natureza desta crise na medida em que "as ideias pelas quais nós interpretamos os fatos se incorporam pouco a pouco aos próprios fatos tal como nós os percebemos, de maneira que nós não os distinguimos mais como tais e acreditamos que os estamos lendo diretamente na experiência. As ideias de uma geração tornam-se, assim, fatos para a geração seguinte" (Whewell apud Blanchè, 1972, p. 83). Neste sentido, pretende-se pôr em crise o conceito de *comunicação funcional*, que vem impondo-se há décadas como o código do novo ordenamento social. Aos discursos e às práticas por trás do ataque generalizado ao Estado social e por trás da entronização da nova ordem socioeconômica inerente à financeirização, é imprescindível a codificação da fala e das consciências imersas no conjunto de dispositivos e práticas atinentes a um novo modo de governo dos homens.

Comunicação como saber compreensivo

A hegemonia perfaz-se no que se tem chamado de *mediatização*, isto é, na articulação de organizações e instituições com os dispositivos de informação. Esse fenômeno comporta formas diferenciadas, a depender da historicidade que particulariza cada território nacional. A atmosfera liberal persistente nas tecnodemocracias ocidentais pode contrapor-se aos aspectos hegemônicos da mediatização, posta a serviço do controle físico e direto da população (identificação facial, atribuição de "créditos" sociais ou bônus de comportamento padronizado, etc.) por sistemas de vigilância eletrônica.

Porém, faz-se politicamente imperativo liberar de qualquer viés apocalíptico esse diagnóstico teórico sobre a hegemonia do código comunicacional. O primeiro passo seria possivelmente dar-se conta de que o espectro teórico e prático do conceito é mais amplo em termos *genealógicos* (históricos, antropológicos, filosóficos) do que as operações tecnológicas de sua codificação, o que permite abordar a comunicação, unindo origens e atualidade, como um campo geral dos processos de organização e reverberação de influências no âmbito da coesão social. Desta maneira, ressalta ao olhar crítico o fato de que, no empenho de hegemonia por parte da dimensão do código, dá-se uma abertura para aquilo que na atualidade tem se consolidado nomear, a partir do pensamento gramsciano, como luta "contra-hegemônica".

Pode-se a partir dessa dupla via compreender a comunicação com uma amplitude na medida em que se consolida como "mal", mas também como "bem". Em outras palavras, aquilo que ameaça o estatuto clássico das instituições dispõe ao mesmo tempo de novas possibilidades operativas quanto a outras formas de ação social. Neste escopo, a sociedade mediatizada pode ser também interpretada como o advento de outra dinâmica social, em que um novo tipo de cotidiano reforça uma nova dimensão de costume, progressivamente concorrente à tradição normativa do Estado.

De fato, as experiências de proximidade comunitária propiciadas pelas mutações do consumo e pela velocidade das redes, assim como as inovações nos estilos de vida, nos modos de percepção e o vácuo das grandes certezas teóricas colocam a realidade empírica num patamar em geral inadaptável aos caminhos normativos da sociabilidade tradicional. Partem daí os esquemas e os registros inseridos no fenômeno chamado de "estetização do mundo". Isso nos obriga a trocar o posicionamento epistemológico, marcado pela busca da pura inteligibilidade e do puro entendimento objetivo, pelo hermenêutico, ou seja, pela possibilidade interpretativa, nos moldes propostos pelo filósofo italiano Gianni Vattimo, com seu "pensiero debole" (1997), colocando-nos mais próximos de uma *epistemologia compreensiva* do que das medições científicas.

Compreensiva, portanto, no sentido da partilha do sentimento de construção e re-construção coletivas. Por "debole", Vattimo nomeava uma perspectiva inclusiva e horizontalizante, colocando de lado a face determinista e

positiva do entendimento, que exclui visões com as quais não compactua e desconhece narrativas que não se inserem no estreito espectro de conhecimento a partir de um modelo determinado.

Neste sentido possui valor paradigmático a experiência de pesquisa científica realizada por um grupo de investigadores contratados pelo partido socialista austríaco e sindicatos, para durante quatro meses durante o ano de 1931 estudarem os efeitos da Grande Depressão na pequena cidade de Marienthal, formada por 1.486 habitantes, quando grande parte da população ficou desempregada. "Los parados de Marienthal: sociografia de una comunidade golpeada por el desempleo" foi publicado após a conclusão do trabalho realizado por Paulo Lazarsfeld, Marie Jahoda e Hans Zeisel, deixando para a posteridade a acentuação da grande discussão científica em torno da questão sujeito-objeto bem como a predominância do quantitativo sobre o qualitativo.

A obsessão positivista de quantificar e objetivar dados reforçou a trajetória intelectual de um dos vértices do trabalho, consagrando Paulo Lazarsfeld no viés do "empirismo abstrato", a partir do qual conseguiu erigir-se como um dos pilares da pesquisa de mercado norte-americana, para onde migrou em definitivo em 1933 e produziu neste mesmo ano um texto no qual sintetizou as regras metodológicas extraídas da pesquisa conjunta:

1. O estudo de casos deve ser combinado adequadamente com a informação estatística
2. A informação sobre o objeto de estudo deve ser complementada com informações sobre as fases históricas previamente atravessadas pelo objeto.
3. A combinação dos dados naturais com os experimentais (experimentais são aqueles conseguidos através de questionários e informes, ao passo que os naturais são os dados da vida quotidiana obtidos sem interferência do pesquisador) (Alvarez-Uria Et Varela, apresentação, 1996, p.21).

Conhece-se o outro lado da história a partir principalmente da narrativa envolvente de Martin Jay (2008) sobre a Escola de Frankfurt e a criação do Instituto de Pesquisas Sociais. Marie Jahoda, a responsável final pelo relatório da pesquisa, incluiu no texto aspectos que conferem uma visão "humana", com histórias de vida de pessoas da pequena cidade, descrição ou etnografia da cidade e seus modos de vida, além de ter realizado uma verdadeira pesquisa-ação, na medida em que se envolveu com as pessoas e procurou criar condições de superação da situação de apatia e extremo individualismo em que se encontravam, produzindo cursos de formação e reuniões com grupos de mulheres e atividades para as crianças. Enfim, atuação de Jahoda se aproxima da proposição de Adorno de uma sociologia crítica, a partir da perspectiva do sujeito e do cidadão.

Vale aqui retomar o pensamento de Boaventura Souza Santos (2007) no seu esforço em renovar a teoria crítica, alertando para o fato incontestável de que as grandes teorias das ciências sociais foram produzidas em três ou quatro países no hemisfério norte. Desta forma, argumenta, para quem vive no Sul "as teorias estão fora de lugar e não se ajustam a essas realidades" (Boaventura, 2007, pg.19). Otavio Ianni complementa essa

argumentação, ao reforçar que a reflexão em torno dos problemas sociais nasce e desenvolve-se na modernidade, e reconhece que, por um lado, a América Latina, África ou Ásia, reproduzem as ideias e teorias das sociologias europeias e americanas, situando-se em torno dos mesmos temas e explicações. Admite mesmo a existência de contribuições que parecem anacrônicas, exóticas ou ecléticas, embora ressaltando que "há criações originais, inovações, colocam-se novos temas e outras explicações: surpreendem e desafiam, pela originalidade, força e invenção" (Ianni, 1988, p. 16).

A concepção de Ianni é de que a América Latina, por exemplo, é em certa medida criação do Mundo Moderno e, assim como parte da Ásia e África, é desdobramento das forças sociais que movimentaram a sociedade moderna. Desenvolveram-se, seguindo as transformações que aconteceram na Europa e nos Estados Unidos e por isso se aliam desigualmente, na maior parte das vezes, àquilo que parece ser a força civilizatória do capital, trafegando em temáticas como "colonialismo, imperialismo, nacionalismo, cosmopolitismo e internacionalismo e podem ser vistos como produtos e condições de um amplo processo de europeização do mundo" (Ianni, 1988, p.16).

Saberes periférico

Por outro lado, pode-se refletir que se há uma tendência à repetição de temáticas e metodologias a partir de uma postura eurocêntrica, em sua abordagem, a questão se complica enormemente na medida em que se inserem outras questões pertinentes a fragilidade democrática vigente nesses países, como a enorme desigualdade social, grande responsável pela exclusão de saberes autóctones -- permanentemente alijados dos lugares autorizados de fala. A perspectiva compreensiva permitiria contornar aquilo que Sousa Santos chama de "monocultura do saber e do rigor", ou seja, "a ideia de que o único saber rigoroso é o saber científico, portanto, outros conhecimentos não têm a validade nem o rigor do conhecimento científico" (Boaventura, 2007, p. 29).

A suposição do "saber único" reprime uma parte importante da realidade, "porque há práticas sociais baseadas em conhecimentos populares, conhecimentos indígenas, conhecimentos camponeses, conhecimentos urbanos, mas que não são avaliados como importantes ou rigorosos" (idem). Seus efeitos são danosos no tocante à educação, porque o monoculturalismo que privilegia a língua hegemônica impede o pluralismo das linguagens, característico de indivíduos provenientes de diferentes estratos sociais, senão de outras regiões emigratórias do mundo.

Um exemplo prático de como esse pluralismo vem empoderando minorias étnicas é dado pela etnia yawanawá (aldeia situada em plena Floresta Amazônica, no alto Rio Gregório, município de Tarauacá, no estado do Acre), espiritualmente liderada por Putanny Yawanawá, de 40 anos, a primeira mulher dessa etnia a se tornar pajé.

Responsável pelo resgate de uma cultura local em vias de desaparecimento, ela contornou os saberes monoculturalistas da escola oficial em favor do conhecimento ritualístico dos banhos de argila e de ervas, assim dos cantos, das danças e dos sonhos, que deram nova potência ao grupo³³.

A questão dos saberes indígenas tem sido objeto de estudos e de inúmeras tentativas e integração e valorização na América Latina por organismos e instituições diversas desde a década de 70. Apesar de todos os investimentos no reconhecimento, valorização e divulgação desses saberes, sazonalmente o continente convive com governos que tentam promover a dizimação não apenas dos avanços conseguidos, mas de todos os povos. Trata-se de uma luta permanente e muito difícil como atesta Cristina Bazán sobre a presença indígena na cidade do México, onde as pessoas convivem em torno de 46 diferentes línguas, que ainda assim enfrentam "a persistência de sistemas de classificação social que tendem a colocar essas coletividades culturais à margem do mercado de trabalho e da vida urbana" (Bazán, 2004, p.388), constituindo uma verdadeira "cidade invisível", como ela nomeia esse volumoso segmento, descrevendo etnograficamente em seu estudo cada parte da cidade e a forma de aglomeração que adotam.

Em termos metodológicos, a etnografia, descrição minuciosa de uma realidade, tem constituído um dos mais importantes recursos para a epistemologia do hemisfério sul. Ao lado das histórias de vida, da observação participante e da quase obrigatória pesquisa-ação, a etnografia tem se constituído como aquela narrativa capaz de "tocar", emocionar, afetar os pesquisadores do norte no sentido de conseguirem olhar com respeito e preocupação para as questões próprias do Hemisfério Sul. Isso sem, contudo, deixar de reconhecer ter sido a própria etnografia, na sua origem, uma metodologia mercenária e colonialista, responsável pela construção de muitos estereótipos, como reconhecem alguns dos atuais expoentes do método.

Já se levam em consideração as novas e novíssimas formas etnográficas, como a auto-etnografia ou ainda a inclusão de outros tantos formatos que presidem ao olhar científico sobre os mais variados discursos, como a análise da própria mídia. Este é um desafio que a etnografia tradicional passou a enfrentar desde que a Associação de Antropologia Americana acrescentou o termo antropologia midiática (Bhandari, 2019, p. 195).

Essas narrativas são capazes de produzir um sentimento de solidariedade, tal como previa o filósofo pragmatista americano Richard Rorty, ao reconhecer não ser a solidariedade um sentimento natural ao ser humano. Rorty afiança que "nosso sentido de solidariedade é mais forte quando se pensa naqueles relativamente aos quais se exprime solidariedade como se fossem 'um de nós', em que 'nós' significa algo de menor e mais local do que a raça humana" (Rorty, 1994, p.238). Por esta razão, ele enfatiza que o valor das narrativas capazes de

³³Available: <https://oglobo.globo.com/cultura/vem-ai-era-da-verdade-diz-paje-que-esta-renovando-cultura-yawanawa-no-acre-24166868>. Accessed: 2020.01.18

promover este olhar inicial para com o outro como semelhante, adquire significativa importância nos relatos jornalísticos e na literatura.

Por outro lado, faz-se necessário neste ponto explicitar mais apropriadamente o que se pretende quando se elenca um conceito como o de solidariedade. Até mesmo porque ele constitui parte importante do que aqui se propõe como uma epistemologia da compreensão. Não se invoca aqui a solidariedade do voluntariado, que se converte em meramente assistencialista, fragmentária e personalística, no sentido da auto-ajuda ou do self-help. Estes são traços de um movimento pré-político, "desideologizante" sem intuito de promover qualquer alteração na estrutura social. A perspectiva em pauta concentra-se na solidariedade política, na medida em que está fortemente marcada pelo propósito de que a sociedade civil possa recriar-se e dinamizar-se no atual patamar da história.

A proposição em torno da ideia de solidariedade toma como pano de fundo a constatação de que, na atualidade, são inúmeros os discursos sobre as desigualdades sociais, ao passo que têm sido insignificantes as ações no sentido de reduzi-las. A permanência do fosso que separa os países, as cidades, os bairros que se constituem em polos de poder dos países, cidades e bairros periféricos prossegue em grandes dimensões e agora marcados pela impressão, graças a produção midiática, de que há uma partilha comunal global. Constata-se por toda parte a aceitação da desigualdade como uma maneira natural da existência humana, sendo as cidades, em especial as metrópoles, o mais visível espaço de constatação dessa pacífica e entorpecedora convivialidade.

Exatamente por esta razão o estudo das cidades, uma espécie de epistemologia urbana, constitui um desafio a ser aceito pelos pesquisadores da área da comunicação. Afinal, como destacou Canclini, sem deixar de enfatizar a importância das clássicas definições sociodemográficas e espaciais sobre as cidades, "necessitamos de uma definição sócio-comunicacional que inclua o papel estrutural dos meios, sua atuação informativa constitutiva de representações e imaginários sobre a vida urbana" (Canclini, 2004, p.65).

América Latina e Brasil

Estudar a influência da produção midiática, produzir análises críticas sobre os conglomerados de mídia, sobre as narrativas que produzem e finalmente habilitar a audiência para a produção de seus próprios conteúdos tem sido uma das mais interessantes proposições que os continentes periféricos têm realizado. A América Latina foi um polo gerador dessa cultura desde os anos 70, com inúmeros e conhecidos trabalhos até hoje utilizados. Propostas criativas com metodologias inventivas que, ainda hoje são reinterpretadas para a atualidade, continuam sendo utilizadas por inúmeros movimentos sociais.

Essas práticas se inserem certamente no rol do que se nomeia como epistemologia compreensiva, na medida em que se inserem no horizonte da proposição de uma nova estrutura social, especialmente mais diversa e inclusiva. Muitas são elas na atualidade, espalhadas por todos os países com os mais diferentes matizes, seja com preocupação ecológica, urbana, educacional e artística. Todas partem do pressuposto metodológico de Paulo Freire (2005), que prevê uma habilitação para a leitura do cotidiano e do contexto social, não para o adestramento ou mera capacitação, mas sim para uma 'pedagogia para a liberdade'. Uma vez que todos esses novos projetos possuem seus relatos específicos, optou-se por trazer uma experiência histórica e fundadora para as inúmeras e atuais proposições que produzem novos materiais a partir de uma metodologia de leitura inaugurada nos anos 70. No Brasil, é preciso mencionar que atuação e o material produzido pela UCBC (União Cristã Brasileira de Comunicação Social), foi largamente utilizado e reinterpretado ao longo dos anos por novos movimentos sociais que foram surgindo.

A União Cristã Brasileira de Comunicação Social oferecia cursos de comunicação de curta duração para agentes pastorais, religiosos e estudantes secundaristas, com uma metodologia que se concentrava nos excessos da televisão, como a violência, o sexo, as mensagens estereotipadas. Em 1979, a UCBC e um núcleo de professores da Metodista de São Bernardo do Campo sistematizam uma oferta de cursos, privilegiando o tratamento sócio-político-ideológico. A temática em destaque neste período é composta pela Indústria Cultural, Impactos dos Meios de Comunicação, Políticas de Comunicação, NOMIC (Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação), Comunicação Popular e Alternativa, Comunicação e Liturgia.

Deste instante em diante, os debates concentram-se nos excessos cometidos pelos veículos formadores da opinião pública, denunciando a manipulação exercida pelos meios massivos. Os documentos da UCBC demonstram que, em 1980, com a presença de Paulo Freire, os cursos que eram apenas de palestras acabaram transformando-se em um programa orgânico denominado "Projeto de Leitura Crítica da Comunicação".

Ao mesmo tempo, eram oferecidos, ainda pelo próprio programa LCC, cursos práticos de produção em comunicação, especialmente na área do jornalismo, rádio e vídeo. Ainda na década de 80, tem início a publicação da coleção "Para uma Leitura Crítica". Foram publicados: "Para uma Leitura Crítica dos Jornais", "Para uma Leitura Crítica da televisão", "Para uma Leitura Crítica da Publicidade" e "Para uma Leitura Crítica da História em Quadrinhos", tendo como público-alvo os professores e agentes culturais.

É importante mencionar também outros movimentos e projetos sistematizados na América Latina por este mesmo período, além da UCBC e o seu LCC, todos com o mesmo propósito. Dentre eles, o Ceneca (Centro de Indagação, Expressão Cultural e Artística) do Chile, ou ainda o Cinep (Centro de Investigação e Educação Popular) na Colômbia, dentre outros, além da atuação do Ciespal (Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para América Latina), no Equador e de diversos teóricos e comunicadores latino-americanos como

Juan Dias Bordenave, Mario Kaplún, Daniel Pietro, Antonio Cabezas, que produziram um ambiente propício no continente com a discussão centrada na preocupação em analisar criticamente a produção midiática e em consequência a capacitação das mais diversificadas populações do continente para a produção de suas próprias mensagens e para os diferentes meios de comunicação. Destaca-se ainda a proposta da Educomunicação, com Ismar Soares, como idealizador e gestor do projeto que, além de alcançar uma atuação junto a diversas escolas de primeiro e segundo grau no estado de São Paulo, conseguiu implantar uma licenciatura em 2012, em uma das mais importantes universidades do país a Universidade de São Paulo.

Talvez a proposta dos teóricos e pesquisadores dos países periféricos, como os da América Latina devessem, considerando a prerrogativa primeira das propostas "alfabetizadoras" para a produção midiática e para a compreensão da realidade, partir para um projeto hermenêutico com relação as teorias produzidas no Hemisfério Sul e gerar um horizonte viável para uma Sociologia das Emergências nos moldes propostos por Boaventura Souza Santos (2007). Segundo Antonio Pasquali (2011), seria importante gerar uma "geopolítica do pensamento menos desequilibrada e injusta", e que os "investigadores do Norte comecem a ler e a citar seus colegas do Sul". Ele argumenta ainda:

Não nos referimos à dimensão nacionalista do problema, senão às assimetrias estruturais Norte-Sul a que devemos corrigir primeiramente nós do Sul se queremos sobreviver com certa independência em um mundo que almejamos multipolar, tolerante e solidário. O Sul deve definitivamente afastar-se de suas condutas e comportamentos de inferioridade. É preciso admitir que no Norte, há muitas décadas, funcionam centenas de muito bem financiados Institutos de Estudos Latino-Americanos que monitoram a América Latina em todas as suas facetas, com laboratórios, bibliotecas multimídias e centros de investigação. Parte de sua produção científica beneficia o saber em geral e outra parte action oriented termina nas mesas de políticos, transnacionais, departamentos de segurança, publicitários, centros de estudos estratégicos e ministérios do país que os hospeda. Na América Latina, salvo engano, não dispomos de um único desses institutos, que faça o mesmo, que investigue e pense o norte em todas as suas facetas. Assim, o Norte que nos pensa, sabe até o ainda não pensado pelo Sul, o outorgando a uma dupla vantagem que aprofunda dia a dia as brechas atuais (Pasquali, 2011, p 146).

Diante dessa abordagem, a pergunta que se interpõe é : A quem se destina o conhecimento ? A quem serve o progresso científico ? Esta é uma questão crucial e coloca em discussão a própria produção do saber, porque afinal qual é o seu objetivo ? A redução da reflexão ao cientificismo, a partir principalmente do positivismo, não tem demonstrado capacidade para dar conta do real-histórico das sociedade, nem mesmo do indivíduo e sua existência. Atualmente, com a suspeita de que a ideologia do progress ilimitado para todos tenha sido um delírio dos centros de poder, a discussão encaminha-se para o questionamento da possibilidade de existencia coletiva e igualitária dos indivíduos.

No que diz respeito ao conhecimento específico, já se admite que não há uma única razão universal para todo tempo e lugar -- ainda que assim pretenda a razão cartesiana, legada pela modernidade ocidental. Trata-se de uma racionalidade que, pela sua própria origem eurocêntrica, excluiu da "ciência" os conhecimentos de outras culturas e lugares reduzindo-os a um lugar marginal. O colonialismo europeu das "grandes descobertas" teve sua continuidade em um colonialismo do saber. Os conhecimentos dos povos originários latino-americanos e em geral das "massas incultas", são considerados ainda hoje, como pertencentes ao rol da "sabedoria popular", sem respaldo científico.

Entretanto, o que se constata, diante da falência dos grandes modelos e da incapacidade de os modelos científicos responderem ubiquamente a todas as questões, é que esses conhecimentos tradicionais e populares são cada vez mais objeto de estudo das ciências autorizadas. E ainda que em muitos casos, terminam sendo devolvidos à sociedade global, agora sim, como conhecimentos "verdadeiros".

Nestes últimos anos, isso se consolidou como um rentável negócio, através das regulamentações internacionais de propriedade intelectual. Exemplo disso é a apropriação privada de antigos saberes comunitários ou locais, transformados em versões e produtos comercializadas massivamente a nível global e a preços exorbitantes, como acontece com o mercado de sementes e medicamentos. As patentes expropriam conhecimentos antes coletivos em favor de empresas, que privatizam um saber que era produzido e consumido comunitariamente. A relação entre este tipo de ciência e suas aplicações cada vez mais decisiva, afeita ao terreno da tecnologia, onde fica evidenciada a separação entre a autoria ou propriedade do conhecimento e aquele que o recebe e pode apenas restringir-se a utilizá-lo.

Conclusão

Finalmente, objetivando um distanciamento da "monocultura do saber e do rigor", nos moldes sugeridos por Boaventura (2007), é preciso concentrar-se nos termos de uma epistemologia compreensiva das ciências do homem, focalizando o "agir social" -- em vez de "sociedade" como categoria totalizante, privilegiada pela epistemologia sociológica --, mas não um agir exclusivamente individual, e sim comunitário, investido de tonalidades afetivas. É o "agir em comunidade" que torna transindividual o conhecimento prático da instituição e que pode defini-lo como um modo de pensar e de fazer independente do indivíduo.

Esse agir é, portanto, constitutivo de um *comum*. Ou se poderia também dizer constitutivo do *com*, que filósofos apõem a termos designativos de coexistência e convivialidade etc.: *ser-com*, *estar-com* etc. Os atos de

perceber, sentir, pensar, conhecer, empenhar-se e fazer implicam o levar-se a si mesmo ao encontro ("com") de um comum, que é o centro aglutinador da instituição.

O agir *com*, mas também a obrigação para com o outro, inscrita em múnus, nos direciona ao início desse trabalho, corroborando a ideia de Ianni de que "comunidade e sociedade seja talvez o tema mais recorrente no pensamento sociológico, estando praticamente em todas as obras fundamentais, desafiando as diversas abordagens teóricas" (Ianni, 1988, p.19). E, apesar de se transformar em palavra-sensação, que ressurgue de tempos em tempos, propiciando ambivalências capazes de fazê-la por momentos ganhar os mais diferentes envoltórios, é inegável a sua constância e inspiração em direção a utopia, como conceitua Paulo Freire:

Nunca falo da utopia como uma impossibilidade que, às vezes, pode dar certo. Menos ainda da utopia como refúgio dos que não atuam ou ainda como incansável pronuncia de quem apenas devaneia. Ao contrário, falo de utopia como necessidade fundamental do ser humano (Freire, 2001, p. 85).

Referências

- Tonnies, F. (1979) *Comunidad y asociación – el comunismo y el socialismo como formas de vida social*. Barcelona, Edicions 62 sa.
- Laval, C. & Dardot, P. (2015). *Común – ensayo sobre la revolucion del siglo XXI*, Barcelona, Gedisa.
- Lazarsfeld, P. Jahoda, M. & Zeisel, H. (1996) *Los parados dfe Mariethal – sociografia de una comunidad golpeada pelo desempleo*. Trad. Alvarez-Uria.F. & Varela, J. Madrid, La Piqueta.
- Santos, B. (2007) *Um discurso sobre as ciências*. Porto, Afrontamento.
- Santos, B. (2007) *Renovar a Teoria Critica e Reinventar a Emancipação Social*. São Paulo, Boitempo.
- Jay, M. (2008) *A imaginação dialética – 1923 – 1950 – História da Escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- Blanchè, Robert. 1972, *L'Épistémologie*. Coll. Que Sais-Je? PUF, Paris.
- Sodré, Muniz. 2019, *The Science of the commons*. Palgrave Macmillan, Switzerland.
- Sodré, M. (2006) *As estratégias sensíveis– afeto, mídia e política*. Petrópolis: Vozes
- Vattimo, G. & Rovatti, P. (1983). *Il pensiero debole* . Milano, Feltrinelli.
- Ianni, O. (1988). *A Sociologia e o Mundo Moderno*. São Paulo. Educ.
- Rorty, R. (1994). *Contingência, ironia e solidariedade*. Lisboa, Ed. Presença.
- Bazán, C. (2004) *La ciudad de Mexico vista a través de la presencia indígena*. In: Navia, P. & Zimmerman, M. *Las ciudades latino-americanas en el nuevo ordem mundial*. Mexico, Siglo XXI.

- Bhandari, B. K. (2019). Media Ethnography: Demands Alternativa. At: The Qualitative Report. Vol. 24, Number 1, 193-203p. Available: <https://nsuworks.nova.edu/tqr/vol24/iss1/15/>. Accessed: 2019.03.15.
- Canclini, N. (2004). El dinamismo de la descomposicion: megaciudades latino-americanas. In: Navia, P. & Zimmerman, M. Las ciudades latino-americanas en el nuevo orden mundial. Mexico, Siglo XXI.
- Freire, P. (2005) Educação como prática da liberdade. São Paulo, Paz e Terra.
- Freire, P. (2001) Algumas Reflexões em torno da Utopia. In: Freire, A.M. Pedagogia dos sonhos possíveis. São Paulo, UNESP.
- Pasquali, A. (2011) La comunicación Mundo – releer um mundo transfigurado por las comunicaciones. Espanha, Comunicacion Social, Ediciones y Publicaciones.

As organizações da sociedade civil e o direito à comunicação: caminhos e perspectivas

Nilton dos Santos Lopes Filho

Eu sou um homem preto, comunicador, originário de uma comunidade popular aqui da Bahia, de Salvador. A minha trajetória vem de participação em organizações da sociedade civil. Ingressei em algumas organizações. Mesmo a minha trajetória acadêmica foi totalmente vinculada a minha participação em organizações da sociedade civil. A minha fala não vai ser da academia, mas de quem está no front do trabalho dentro dos movimentos sociais.

É importante localizar esse meu lugar de quem fala para criar as expectativas em relação ao que eu tenho a trazer para cá. Meu percurso de fala vai ser exatamente trazer um pouco, na prática, o que eu tenho enxergado em relação à participação da sociedade civil, no que tange a questão da pluralidade de vozes e também na garantia do direito ao acesso à comunicação, além de tentar trazer algumas pistas que eu considero importantes sobre esse processo de mobilização e o caminho que a gente ainda precisa percorrer.

Eu vi que a professora Raquel trouxe bastante dessa trajetória de trabalho desde o começo da década de 1980. Vou aproveitar essa fala da professora para dizer o seguinte: Eu vou tentar trazer um histórico mais recente da luta. De como foram pensadas as estratégias de mobilização. Vou trazer a experiência daqui da Bahia, principalmente, para falar sobre a participação dos movimentos sociais pelo direito à comunicação. É importante ter essa fala da professora antes, para dizer que essa mobilização pelo direito à comunicação não é recente. Os

movimentos sociais já têm se articulado há muito tempo para trazer esse tema como pauta emergencial, para a prática política, enfim. Não é à toa que esse tema já vem na Declaração Universal dos Direitos Humanos, já está na nossa Constituição, mas vou tentar trazer um pouco das respostas que os movimentos deram nestes últimos anos. Falo especificamente daquele momento entre a década de 2000 e 2010, que foi uma década super importante para os movimentos da sociedade civil em relação ao direito à comunicação.

Em 2005, durante o Fórum Social Mundial, que aconteceu em Porto Alegre, aconteceu também o Fórum Mundial de Comunicação e Informação, que foi um marco para a articulação de diversos movimentos que já atuavam pelo direito à comunicação, mas que estavam pensando numa nova plataforma de atuação a partir daí. Muitos mobilizados por uma possível inserção dessa discussão do direito à comunicação, transformada em política pública, a partir de um pensamento de um governo mais progressista no Brasil e principalmente por uma força de um pensamento mais estruturado para a garantia da pluralidade de vozes entre as organizações de uma forma mais geral.

Aqui na Bahia isso se reverberou muito forte. As organizações daqui se espelharam muito nesse processo, beberam muito nessa fonte, para fazer uma articulação de forma bem assertiva. Algumas organizações trabalhavam de forma isolada, individual, mas acabaram surfando nessa onda crescente de uma articulação política pela garantia do direito à comunicação no Brasil e fazendo uma ação aqui muito frutífera. Eu falo frutífera, porque foram essas organizações, muito imbuídas nesse processo, que conseguiram conquistar um espaço da criação de uma conferência de comunicação. A gente tinha espaço nesse quesito da participação política, as conferências estavam muito em voga. Eu posso falar especificamente das conferências de juventude, que eu participei mais ativamente como parte pelo movimento pela luta da garantia dos direitos dos jovens, que também junto com o direito à comunicação já tem um lastro importante, vindo de uma movimentação política dos movimentos sociais, mas que também nessa década de 2000 e 2010 ganhou uma força para conseguir conquistar um espaço específico dentro da garantia das políticas públicas mesmo.

Imbuídos nisso, a gente conseguiu aqui propor e provocar o poder público local (assim como tiveram outras conferências) a fazer uma conferência de comunicação. Isso foi importante, porque foi para a refundação do movimento pelo direito à comunicação. Falo de uma articulação de múltiplas instituições que tinham organizações da sociedade civil, tinham sindicatos, estruturas das universidades, os professores e alguns grupos específicos. Os próprios movimentos sociais que atuavam em outras temáticas, mas que entenderam a comunicação como parte de sua militância como o Movimento Sem Terra e o Movimento Sem Teto e algumas pessoas militantes pelo direito à educação também entraram nessa seara. Então, a articulação da sociedade civil era de múltiplos organismos e organizações que entenderam que aquele era o momento importante e crucial para

que essa pauta do direito à comunicação ficasse em voga e mobilizasse outras pessoas e outros grupos políticos para entender, que sem o direito à comunicação, nenhum outro direito poderia ser, de fato, necessariamente efetivado.

Isso foi importante, porque quando a gente vai verificar na criação da conferência, a primeira conferência de comunicação aconteceu aqui na Bahia em 2008 e foi uma experiência na qual a sociedade civil mobilizou o poder público local que abriu espaço para a gente conseguir fazer essa discussão para dentro da esfera do estado, a gente conseguiu trazer temas que não são necessariamente os temas ligados a políticas públicas de comunicação pura e simplesmente, mas que fosse tangenciado com outras políticas importantes.

É importante lembrar que essa conferência de 2008 que aconteceu em Salvador também foi um carro-chefe para a gente conquistar a primeira conferência nacional de comunicação, que aconteceu em 2009. A sociedade civil daqui também entendeu a importância da gente (apesar de já termos feito uma conferência em 2008) se mobilizar para fazer uma conferência em 2009. Ganhar força e dar um caldo ainda maior para essa discussão, tornar mais pública a discussão sobre o direito à comunicação.

Em 2009, a gente fez uma segunda conferência de comunicação na Bahia, como parte da conferência nacional de comunicação e o resultado disso foi a criação do Conselho de Comunicação do Estado. Foi um ganho fundamental da sociedade civil, nesse sentido. A gente está falando de uma participação ativa e expressiva da sociedade civil na possibilidade de construir políticas públicas de comunicação no estado e trazer uma outra discussão que estava fora do âmbito estadual no entendimento de que a política pública de comunicação também poderia ser feita pelos estados e municípios. Tinha uma visão que a política de comunicação estava apenas referendada pelo governo federal e a gente pautou isso de como o estado da Bahia, por exemplo, poderia criar uma política efetiva de comunicação. Nos baseamos em alguns estudos, em algumas experiências de políticas territoriais feitas por algumas prefeituras e por alguns estados, que já tinham essa experiência em algumas políticas de comunicação.

Ganhou força, por exemplo, nesse momento, o Instituto de Radiodifusão do Estado da Bahia (Irdeb), no intuito de que essa era uma política pública de comunicação que era feita mais para uma comunicação estatal, do que para uma comunicação pública e que a gente começou a tencionar o Governo da Bahia para que o Irdeb - como ela se diz pública - ela de fato se tornasse pública como as professoras falaram aqui. As políticas públicas de comunicação devem ser efetivadas por uma participação efetiva do público, da sociedade como um todo e os movimentos sociais têm uma possibilidade de garantir experiências importantes que possam se tornar políticas públicas nesse sentido.

Sobre o ganho do Conselho de Comunicação - para além de ser uma conquista para a participação política da sociedade civil - foi um ganho para pensar novas estruturas de participação social, porque o Conselho de Comunicação teve duas partes da sociedade civil: Os movimentos sociais, as organizações, os sindicatos como uma parte da sociedade civil e também os interesses do empresariado que também entendeu que tinha uma outra possibilidade de atuar nas políticas de comunicação do estado, que não fosse exclusivamente através lobby, de um lobby específico para conseguir recurso público para garantir o funcionamento das empresas de comunicação, mas entendendo de que eles, como parte da sociedade, deveriam atuar e fazer essa atuação de forma mais democrática, conversando junto com a outra parte da sociedade civil não comercial e o poder público. Acho que isso teve ganhos e teve perdas, mas é importante salientar que isso aconteceu. É importante dizer que a gente deu esse passo aqui também.

O que eu queria trazer é exatamente isso. Que esta ideia de participação da sociedade civil, ela se deu de forma muito visceral, de forma que compreendesse as novas práticas de atuação política, principalmente de uma abertura significativa.

O que está acontecendo agora? Depois da conquista do Conselho e das conferências, a gente teve uma crise nas organizações e é importante trazer isso. A luta pelo direito à comunicação não esmoreceu, mas as organizações da sociedade civil, de uma forma geral, tiveram dificuldade de se manter. Eu posso trazer, por exemplo, a questão da Rede ANDI Brasil, que era uma rede que nesse momento de crise ela acabou não conseguindo se manter. Era uma rede de monitoramento dos meios de comunicação de massa para as coberturas em relação à criança e adolescente e fundada pela Agência de Notícias do Direito à Infância (ANDI), que é uma organização de Brasília, que criou uma metodologia de monitoramento dos meios de comunicação e que partilhava isso com outras organizações da sociedade civil do Brasil inteiro e desde 1999. Nesse momento, depois de 2008/2009 e nesse momento de crise política no país e crise financeira, as organizações acabaram tendo dificuldade em se manter em articulação. Isso aconteceu também com as organizações aqui da Bahia. A necessidade de se rever e de pensar como essas organizações iam se manter mesmo, de sustentabilidade política e financeira, acabaram por afetar as possibilidades das articulações políticas. Como se manter em meio a crise e como manter uma articulação política para garantir a continuidade desses processos e dessas conquistas pelo direito à comunicação que a gente teve aqui nesses últimos anos. Isso acabou esmorecendo a capacidade de atuação em rede dessas organizações tão diversas.

Eu também queria salientar que a gente aqui na Bahia também teve uma mudança no cenário político. Enquanto a gente tinha, mesmo sendo um governo do mesmo partido, o governador anterior a esse, que está

processo formativo online não aconteceu porque não temos a garantia do direito à internet, que é parte importante do direito humano na comunicação.

E o que eu considero que tem que ser a principal discussão nossa que é a questão do genocídio da juventude negra. As professoras já falaram, tanto da leitura crítica da mídia trazida pela professora Raquel, mas também pela questão das contra narrativas que a professora Cícilia trouxe, que é super importante trazer isso aqui. Os jovens negros e as jovens negras, elas morrem simbolicamente no nosso país antes mesmo de uma bala acertarem. Antes mesmo de assassinar os corpos, a gente já tem uma morte simbólica e por mais que a gente seja afetado, que as pessoas tenham falado cada vez mais sobre a questão antirracista, sobre a questão violência do Estado contra esses corpos de jovens negros e também das violações dos direitos, principalmente essa juventude negra que é a que mais morre assassinada no nosso país, números de guerra, é importante dizer que: Sem um direito à comunicação, sem uma contra narrativa, onde esses próprios jovens podem expressar a importância da sua vida e trazer isso com pauta simbólica para o nosso estado, a gente não vai conseguir enfrentar. Isso é o principal câncer da nossa sociedade, esse genocídio da juventude negra. É super importante que a gente centre esforços nesse sentido.

agora assumindo o governo da Bahia, ele tinha uma abertura maior para entender a política pública de comunicação de fato. Isso dava um alento e uma reverberação de ação positiva da sociedade civil, dos movimentos sociais.


Esse novo governo acabou retrocedendo em relação a esse pensamento das políticas públicas. Isso foi um marco para que essas organizações sociais acabassem esmorecendo a atuação. Então, a ação dentro do Conselho de Comunicação acabou sendo uma ação menos ativa do que antes, algumas organizações deixaram de participar por conta desse novo momento do governo do estado, que todo o passo que tinha sido dado para a criação de política pública, criação de uma secretaria específica de comunicação para o estado – que abandonasse o entendimento do governo que a comunicação era apenas uma ferramenta política para aquela administração – entendesse a comunicação como política se colocou de forma muito parte importante desse processo de esmorecimento.

Aconteceu um Plano Estadual de Comunicação há pouco tempo, que acabou não compreendendo esse processo de manutenção das conquistas das políticas públicas. Foi um plano, na verdade, um plano de comunicação do governo, menos um plano de política pública de comunicação.

Para fechar, acho que tem algumas coisas que eu acho importante eu falar, de pistas do que a gente precisa fazer. A primeira é que a gente tem um caminho a percorrer, não advoga-se o mesmo, de voltar a fortalecer essas organizações para que pressionem os estados e municípios para que esses tenham políticas de comunicação efetiva. Eu particularmente fui olhar nos planos de governo das candidatas e candidatos à Prefeitura de Salvador (2020) e nenhum deles versava sobre política de comunicação. Não tem absolutamente nada. A ação que poderia ter sido continuada dos movimentos sociais, para garantir uma possibilidade de uma política de comunicação nos governos municipais, por exemplo, não aconteceu de fato. Isso não significa que a gente não possa continuar enquanto movimento atuando para que isso faça parte do novo governo municipal, até para propor uma discussão sobre a candidatura às eleições daqui a dois anos.

A gente está falando do que: de política pública de fomento à produção, de abertura de espaços de difusão e também do monitoramento das violações dos direitos humanos na mídia -importante o que a gente fez, falar do trabalho que a própria Facom fez e faz de monitoramento das violações dos direitos humanos na mídia, através do Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania, um órgão suplementar que a CIPÓ – organização que faço parte – atua também.

Para finalizar, duas questões que eu acho que são emergenciais nesta pandemia. Acho que se evidenciou que o direito à internet é um direito humano fundamental e que o não direito à internet acabou sendo limitador da garantia do direito à educação de milhões de estudantes pelo Brasil afora. A possibilidade de fazer, de continuar o



4ª PARTE
O MUNDO HOJE:
CAPITALISMO DE DADOS E
IMPACTOS NA PLURALIDADE DE VOZES

A indústria da desinformação: fábricas de mentiras, *ad-techs* e as novas formas de resistência

Rose Marie Santini

1. Introdução

A internet completou 30 anos em 2019 e, desde sua invenção, a vida em sociedade mudou em muitos aspectos. A web possibilitou a aproximação entre pessoas, expandiu o acesso ao conhecimento em uma escala sem precedentes e diminuiu as barreiras de comunicação entre bilhões de pessoas em todo o mundo. Essas características nos levaram a pensar a internet como um espaço de liberdade e como uma tecnologia revolucionária. Entretanto, "estar online" não significa apenas usufruir do potencial da tecnologia para encurtar o tempo, o espaço e o acesso à informação, mas também encarar seus efeitos nocivos - como é o caso das chamadas "*fake news*". Atualmente, as campanhas de desinformação desafiam todas as instituições políticas e sociais no mundo, e nenhum país está imune. A desinformação tem sido usada como estratégia, não só no contexto de eleições, mas como ferramenta de governança, em "operações de influência"³⁴ e como estratégia de propaganda em massa.

³⁴"Operação de influência" se refere à coleta de informações táticas sobre um adversário, bem como a disseminação de propaganda e informações falsas em busca de uma vantagem competitiva sobre um oponente. Considerada como fator fundamental para ganhar uma guerra, as operações de influência usam métodos multidimensionais de persuasão. O objetivo é afetar a vulnerabilidades de comunidades e indivíduos em sua estrutura social para gerar mudanças de comportamento, percepção e atitude desejadas do(s) público(s)-alvo. Um exemplo é o uso de bots controlados pela Agência Russa de Pesquisa na Internet (*Internet Research Agency*) para tentar plantar histórias falsas e manipular o debate político em outros países, como nas eleições dos EUA ou nos protestos em Hong Kong, e assim desestabilizar o cenário geopolítico.

As plataformas online - empresas globais que atuam como mídias sociais, buscadores ou aplicativos de celulares - modificaram a forma como a sociedade se informa. Nesse contexto, a desinformação tornou-se um dos maiores desafios contemporâneos no campo da comunicação e tem incendiado os debates sobre a regulamentação dos mercados de mídia, esbarrando em controvérsias sobre liberdade de expressão e o discurso de ódio, entre outras. Há uma intensa polêmica em torno das vantagens e desvantagens da regulamentação do mercado de comunicação para o bom funcionamento da democracia, porém a questão é mais profunda. As soluções para sanar o problema da desinformação online colocam em cheque o modelo de negócio e de monetização das plataformas online, além de envolver aspectos culturais, sociais, políticos e comportamentais de toda a sociedade. Portanto, o debate da regulamentação das plataformas online exige um diagnóstico muito preciso e detalhado das lógicas, processos e interesses envolvidos na indústria da desinformação e sua cadeia de valor. Para combater a desinformação precisamos compreender as intenções dos agentes e as estratégias envolvidas; onde a desinformação começa; como se desenvolve; suas consequências sociais e quais são os incentivos que retroalimentam seu ciclo de vida.

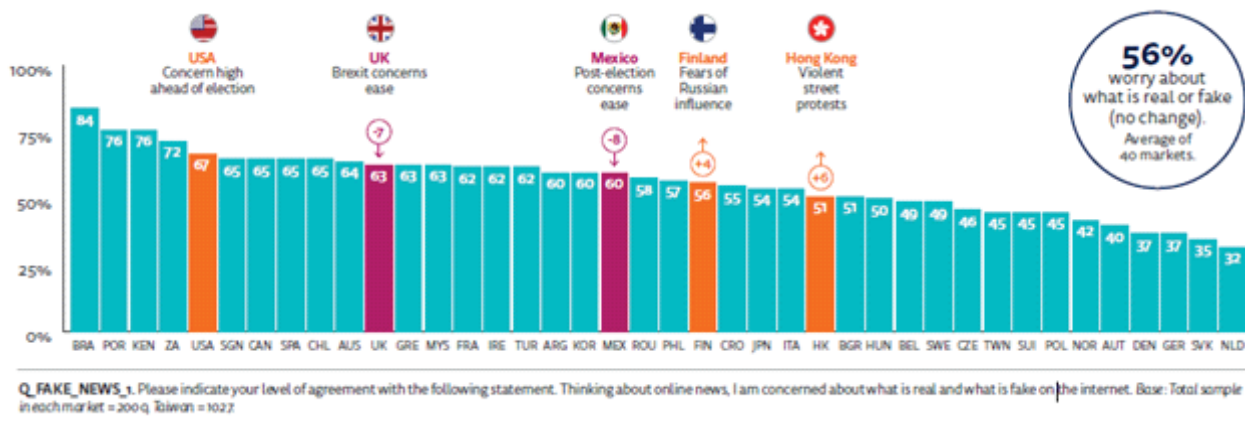
As motivações para desinformar podem ser políticas, financeiras ou uma combinação de ambas. Entretanto, cabe chamar atenção que a motivação financeira é um ponto fundamental: não só porque explica a dinâmica do mercado lícito e ilícito pelo qual a desinformação circula e do qual se beneficia, mas porque explica como seu modelo de financiamento viabiliza campanhas políticas, ideológicas ou de concorrência desleal com custo baixo ou quase nulo. Portanto, é a indústria da publicidade online, chamada de *ad-tech* ("anúncios digitais" em tradução livre), que tem viabilizado economicamente a desinformação no mundo.

2. A era da desinformação e suas condições de possibilidade: como chegamos até aqui?

A desinformação, como todo fenômeno complexo, é fruto de múltiplos fatores, que conjugados, criaram uma tempestade perfeita. Varias mudanças estruturais, tecnológicas, comportamentais e de mercado transformaram o mundo da publicidade na última década. Listo aqui alguns fatores que criaram as condições de possibilidade para que atores mal-intencionados conseguissem alcançar uma escala, relevância social, distribuição massiva e recompensas financeiras sem precedentes com a produção e distribuição de desinformação no mundo.

Fator 1: a quantidade de fontes de notícias online explodiu enquanto a confiança na mídia tradicional está cada vez mais abalada. Com a internet, a criação de sites de notícias passou a ser descentralizada, democratizada e multiplicada e o modelo de publicidade programática tornou possível monetizar todo tipo de fonte de informação online. Além disso, os usuários também contribuem para a diversidade de conteúdos disponíveis online. Por exemplo, centenas de horas de vídeos são enviadas ao YouTube a cada minuto". Uma média de 6.000 posts são publicados a cada segundo no Twitter e mais de mais de 660.000 postagens são curtidas a cada 10 segundos no Facebook. Com toda essa diversidade de conteúdos, cada vez mais pessoas recorrem às plataformas online para consumir notícias em formatos que geralmente não possuem os atributos típicos de uma fonte da informação profissional e confiável, mas que o público geral não é capaz de identificar. Atualmente a mídia é considerada a instituição menos confiável do mundo. No Brasil, segundo o Reuters Institute for the Study of Journalism, 87% da população acessa notícias pelas redes sociais (mais do que a televisão) e 84% afirma não saber identificar a diferença entre uma notícia falsa e verdadeira na internet.

Figura 1: Proporção sobre o que é real e o que é falso na internet quando se trata de notícias



Fonte: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2020.

Fator 2: "News will find me" e os novos hábitos de consumir notícias. Estudos recentes sugerem que há um excesso de confiança (e também de comodismo) por parte dos usuários em ler notícias e se informar diariamente sobre assuntos de interesse público nas mídias sociais. Essa confiança está associada à crença comumente compartilhada de que não é mais necessário buscar informações ativamente. Em vez disso, os indivíduos acreditam, seja de forma consciente ou inconsciente, que "as notícias irão me encontrar". Os pesquisadores

desenvolveram uma nova teoria da comunicação baseada em uma ampla pesquisa de campo batizada de "News will find me" (NFM). Com base em evidências coletadas em diversos países do mundo, a pesquisa mostra as pessoas tendem cada vez mais a se afastar do hábito regular de buscar ativamente notícias ou ler um jornal específico de sua escolha. Isso ocorre porque há uma expectativa de que as informações relevantes chegarão ao cidadão de qualquer maneira - seja pela recomendação e curadoria dos algoritmos na timeline das mídias sociais, seja pelo compartilhamento de amigos e/ou conhecidos. Segundo, os usuários mais ativos nas mídias sociais (*heavy users*) são justamente os que mais acreditam que as notícias simplesmente os encontrarão. Os autores também identificaram e examinaram os efeitos da NFM no conhecimento político, no interesse por política e na participação eleitoral dos entrevistados. Segundo a pesquisa, o comportamento NFM afeta negativamente o interesse e o conhecimento político dos cidadãos, mas não apresenta impacto significativo na participação em votações e eleições - o que pode causar distorções preocupantes para a democracia.

Fator 3: as verbas publicitárias estão migrando das mídias tradicionais para os espaços online. Em 2016 os gastos com anúncios online ultrapassaram a alocação de verbas publicitárias na televisão. Há uma expectativa no mercado de que até o final de 2020 os anúncios em plataformas online representem dois terços do crescimento esperado em publicidade em nível global. No entanto, é importante notar que as marcas não são os únicos players gastando mais com publicidade online. Os gastos com anúncios políticos em plataformas de mídias digitais aumentaram exponencialmente no mesmo período, sem qualquer regulamentação, controle ou supervisão adequada dos órgãos de regulação e fiscalização eleitoral. Por exemplo, estima-se que em 2014 o valor gasto com anúncios digitais nas campanhas políticas norte-americanas era da ordem de US\$ 71 milhões e que em 2018 esse valor saltou para US\$ 1,9 bilhão.

Fator 4: A opacidade dos intermediários digitais. As empresas envolvidas no mercado de anúncios digitais proliferaram na última década, em um espaço onde existiam pouquíssimos players. Números recentes sugerem que apenas 15 empresas controlam cerca de 40% do mercado de publicidade online, sendo o restante ocupado por milhares de pequenos fornecedores focados em diferentes nichos. Como acontece com todo mercado promissor onde circula grande volume de capital, as fraudes também tem crescido consideravelmente. Estas fraudes podem assumir, por exemplo, a forma de anúncios alocados em sites visitados apenas por bots, anúncios não exibidos, ou exibidos apenas abaixo da "dobra" da página. A Federação Mundial de Anunciantes (*World Federation of Advertisers*) calcula que as fraudes no mercado publicitário online custa aos anunciantes cerca de US\$ 51 milhões por dia, e que até 2025 esse valor ultrapassará o comércio de drogas ilícitas e causará US\$ 50 bilhões em perdas anuais aos anunciantes.

Fator 5: Os bots e a inteligência artificial à serviço da falsificação de conteúdos e audiências. Os "social bots" são perfis programados para atuar nas redes sociais com algum grau de automação e coordenação. Existem várias técnicas para identificar contas suspeitas e automatizadas nas redes sociais, todas baseadas em algum tipo de reconhecimento de padrão. As técnicas mais avançadas usam inteligência artificial (IA), especialmente *machine learning* para a identificação do que chamamos de "social bots" (robôs nas mídias sociais). Contas falsas, contas maliciosas e bots existem em todas as redes sociais. Por exemplo, o Facebook removeu 2,2 bilhões de contas falsas no primeiro semestre de 2019 e mais 3,2 bilhões de contas falsas no segundo semestre. Também existem denúncias, investigações jornalísticas e artigos científicos que mostraram a presença de bots maliciosos em redes como LinkedIn, Instagram e WhatsApp, porém estas plataformas tem mantido as APIs fechadas impedindo o acesso aos dados para análise dos pesquisadores. A única plataforma que permite coleta de dados sobre os usuários é o Twitter. Entretanto, o problema dos bots extrapola as redes sociais. Por exemplo, estima-se que 51.8% de todo o tráfego na rede é feito por bots, sendo 22.9% feito pelos chamados "good bots" (bots benígnos) e 28.9% de "bad bots" (bots malignos). Os bots benignos funcionam como "abelhas operárias" na internet, assumem que são bots e seus proprietários são visíveis, normalmente empresas que usam bots legitimamente para automatizar tarefas, incluindo preenchimento de formulários, coleta de dados e verificação de sites. Ao contrário, os bots malignos possuem um grau de personificação: eles se camuflam como visitantes reais e legítimos para gerar cliques falsos, furar soluções de segurança ou articular ciber-ataques. Por exemplo, há bots que fazem buscas e alteram os resultados do Google Trends, e há bots que derrubam páginas com ataques DDoS.

Fator 6: a disputa na economia da atenção: A tecnologia se aproveita de velhos preconceitos presentes na sociedade para tornar-nos particularmente vulneráveis a mensagens de desinformação. E os nossos vieses psicológicos são propícios para retroalimentar a máquina de desinformação que se criou na internet, como por exemplo: (a) *ponto cego da polarização*: quanto mais polarizado estiver um debate ou assunto, mais as pessoas possuem uma tendência de perceber todas as falhas possíveis no argumento de seu oponente, enquanto permanecem cegas para reconhecer as falhas em seu ponto de vista ou raciocínio; (b) *viés de confirmação*: reforçado pela arquitetura e os algoritmos de todas as mídias sociais, refere a tendência de um indivíduo de pesquisar ou interpretar informações de forma que confirme suas opiniões pré-existent. Esta é uma das principais razões pelas quais as pessoas são mais propensas a clicar em uma informação falsa que reforce sua visão de mundo e é o motivo pelo qual os algoritmos tendem a reforçar esse viés para garantir a audiência; (c) *compartamento de manada*: tendência em acreditar que algo é verdadeiro e/ou bom porque muitas outras pessoas parecem acreditar nisso. Esse viés psicológico ajuda os agentes de desinformação a espalhar suas mensagens e alcançar grande volume de cliques, curtidas ou compartilhamentos, mesmo que seja de bots; (d)

efeito bolha: as pessoas têm uma tendência de superestimar a extensão na qual os outros compartilham das mesmas opiniões, percebendo apenas o comportamento de sua própria bolha. As redes sociais aumentam esse efeito de "falso consenso" graças aos seus algoritmos, que tendem a orientar e recomendar conteúdo de forma personalizada, de acordo com visões de mundo pré-existentes –".

Fator 7: Publicidade automatizada, personalizada e escalável: a microssegmentação e a mídia programática.

Com o aumento dos gastos em publicidade online, tem havido um aumento da alocação automática de anúncios, chamada de "mídia ou publicidade programática". A mídia programática pode ser descrita, de forma genérica, como um processo automatizado de distribuição (veiculação) de anúncios em plataformas digitais. Diante disso, os anunciantes definem o tipo de audiência que desejam atingir para que os algoritmos possam distribuir automaticamente os anúncios nos inúmeros sites existentes, de acordo com a segmentação do público desejado. A estratégia de microssegmentação desses anúncios online, operada por algoritmos, é baseada em dados pessoais e comportamentais muito detalhados que são continuamente coletados sobre cada usuário sempre que usa a internet - seja para ler notícias, clicar em uma postagem, vídeo ou comprar algo. Esses dados revelam todo o comportamento online do usuário: o que compra, pesquisa, clica, pula, curte ou compartilha. Estima-se que uma plataforma de mídia social consegue cruzar mais de 52.000 atributos pessoais para classificar as pessoas com base em seus interesses . À medida que mais informações sobre os usuários são coletadas, mais são usadas pelos anunciantes para aprimorar o direcionamento de seus anúncios online, em tempo real, para os públicos-alvo. Cada vez que um usuário carrega um site, ocorre um leilão de publicidade automatizado e leva cerca de 150 milésimos de segundos para ser concluído . O impacto desse processo automatizado é remover a tomada de decisão humana sobre onde um anúncio será alocado. Com a variedade e quantidade de sites disponíveis na internet para veiculação de publicidade, muitas vezes as marcas desconhecem onde suas campanhas estão sendo veiculadas. Ou seja, a automatização do processo gera o risco de que os anúncios possam ser veiculados em sites de conteúdo impróprio, tóxico, questionável ou falso, comprometendo em última instância a imagem da marca.

3. Os agentes por trás da desinformação

No contexto desta pesquisa, o conceito de "desinformação" é usado na perspectiva de — que o concebe como uma categoria ampla que descreve os diferentes tipos de informação online que podem levar a percepções errôneas sobre a realidade, que incluem: informação voluntariamente falsa; informação involuntariamente falsa;

notícias hiper-partidárias, notícias falsas (ex: *fake news*), pseudociência, rumores, teorias da conspiração e *clickbaits* (interações e cliques falsos e/ou pagos).

Os agentes de desinformação são um problema antigo, mas a escala, profundidade e velocidade que suas ações ganharam com as plataformas online não tem precedentes. Em vez de uma única fonte para uma única mensagem, a desinformação no mundo de hoje permite que várias fontes transmitam simultaneamente a mesma desinformação, em várias mídias sociais e em diferentes meios de comunicação. Com as tecnologias digitais, apoiadas por mineração de dados e inteligência artificial, alguns agentes de desinformação são capazes de testar e modificar mensagens e conteúdos em tempo real, à medida que notícias e eventos acontecem e de acordo com as reações e respostas dos públicos-alvo.

Entretanto, a criação de sites de desinformação ou *junk news* possuem diferentes motivações. A intenção de um agente pode ser simplesmente usar informações falsas, imprecisas e sensacionalistas para obter mais tráfego para seu site e assim aumentar a sua receita com anúncios. Ou um site de conteúdo nocivo pode ser parte de uma campanha direcionada para influenciar a opinião pública, as preferências políticas e os votos. Há ainda aqueles agentes que produzem desinformação apenas por "esporte" ou pelo prazer de trollar.

Segundo o *Global Disinformation Index*³⁵ (2019), os agentes de desinformação podem ser classificados em quatro grandes categorias, organizados por suas motivações (que podem ser políticas e/ou financeiras) e por sua estrutura de organização e coordenação (graus diferentes de centralização e descentralização). Estes agentes podem ter finalidades e objetivos diferentes (por exemplo, dinheiro ou engajamento), mas todos os atores usam e abusam do sistema da publicidade online de maneira semelhante para financiar suas páginas. São eles:

1. Agentes estatais: incluem governos, pessoas vinculadas ao estado que fazem propaganda sobre o governo ou trabalham para atacar e intimidar os inimigos do governo. Esses atores costumam usar canais online e também veículos de mídia tradicionais (rádio, TV e mídia impressa) alinhados e/ou aliados ao governo. Esses atores normalmente possuem uma ação centralizada, porém sigilosa e pouco transparente, amparados pela segurança do Estado. Governos são historicamente ativos na produção de desinformação, entretanto estas estratégias de atuação ganharam uma nova escala de produção, difusão e capacidade de influência com a produção de conteúdo online. Frequentemente os agentes de Estado não dependem do financiamento oriundo de anúncios para manter os sites de desinformação, porém o anonimato da internet os interessa. Desde 2010 vários governos no mundo têm sido acusados de ações de divulgação de desinformação. Em 2020 o Twitter removeu mais de 32.242 contas relacionadas a operações de influência vinculadas a diferentes países

³⁵<https://disinformationindex.org/>.

como China, Rússia e Turquia'. Em março de 2019, o Facebook removeu muitas páginas relacionadas a notícias, grupos e contas vistas como vinculadas a "comportamento inautêntico" com operações conectadas ao Irã, Rússia, Macedônia e Kosovo. No Brasil o Facebook também removeu páginas de desinformação suspeitas de terem sido produzidas pelo chamado "gabinete do ódio", ligada a presidência da república.

2. Operadores privados de "influência": são empresas em forma de agências que prestam serviços de comunicação e inteligência, como a extinta *Cambridge Analytica*, que administram campanhas de marketing e relações públicas com o objetivo de desinformar, influenciar e manipular determinados públicos. As campanhas desenvolvidas por estas "agências de influência" normalmente envolvem uma agenda ideológica, psicológica, comportamental ou política específica e costumam ser caras. A desinformação como estratégia de disputa de narrativas virou uma indústria lucrativa, que movimenta bastante dinheiro, na maioria das vezes em bitcoin. Uma campanha de desinformação baseada no uso de bots pode chegar a custar mais de 6 milhões de reais'. Um exemplo é a empresa MSCHF que está oferecendo aos usuários do TikTok premiações de mais de 20 mil dolares para postar vídeos atacando grandes empresas como Tesla, Amazon, Facebook e Palantir, com uma iniciativa chamada de *anti-advertising club* (Duffy, 2020).

3. Trolls ativistas: muitas vezes são indivíduos ou grupos que se unem em torno de um problema ou causa específica, como por exemplo #gamergate – ou #pizzagate. O conteúdo e atividade online produzidos por esses agentes podem se concentrar em discurso de ódio, assédio moral ou sexual, ou podem fazer campanhas coordenadas para tentar levar uma narrativa falsa à cobertura de jornalistas e veiculação nos meios de comunicação. Os trolls muitas vezes se organizam em fóruns de redes anônimas como o 4chan ou 8chan, depois passam para outras plataformas intermediárias como o Reddit e, finalmente, migram para redes sociais populares como Facebook, Twitter e Instagram. O sinal de sucesso da campanha de um troll é quando consegue fazer chegar sua mensagem ao noticiário da mídia convencional. Os trolls podem ter uma agenda ideológica específica ou podem apenas fazer por "esporte ou divertimento", podem ser voluntários, profissionais pagos ou freelances.

4. Mercenários de aluguel: Este grupo está apenas atrás dos cliques e do dinheiro que acompanha a mídia programática. São agentes de desinformação cujo objetivo é direcionar visitantes a seus sites para que possam arrecadar com anúncios, e costumam usar *bots* e estratégias de *black hats*³⁶ para anabolizar o tráfego de seus sites. Este tipo de agente costumam usar e abusar de linguagens e imagens sensacionalistas, manchetes explosivas ou "clickbait" para atrair as audiências curiosas. Muitas fábricas de clickbait ou de "likes", que costumam utilizar tecnologia de automação e grandes coleções de contas falsas, foram instaladas em países

³⁶Black hats SEO refere-se a um conjunto de estratégias de manipulação deliberada e maliciosa de mecanismos de buscas com o objetivo de aumentar a relevância de um site em resultados de buscas, ou seja, aumentar a chance de um site ser colocado no topo das páginas de resultados nos motores de busca.

como Bangladesh (O'Sullivan, 2018) e Kosovo (Miller, 2018). A força de trabalho costuma ser baseada em trabalhadores precários e *freelancers* que ganham centavos por dia para produzir cliques, postar mensagens e administrar redes de bots semi-automatizados, enquanto os cafetões digitais ganham milhares dólares por dia a produção das fábricas de *likes* automatizados e do trabalho dos "escravos digitais".

É comum que os interesses dos agentes de desinformação nessas várias categorias se sobreponham e por isso contam uns com os outros para amplificar suas mensagens e alimentar o mercado da desinformação. Significa dizer que mesmo os atores que não são diretamente dependentes da receita de publicidade online (como é o caso dos governos) provavelmente seriam enfraquecidos ou prejudicados se o fluxo de monetização for interrompido em alguma ponta da cadeia de valor da indústria da desinformação. Por exemplo, muitas conspirações políticas se originam em mídias sociais marginais (como 4Chan, Reddit ou 8Chan), que dependem da existência de sites com motivação financeira para legitimar o conteúdo tóxico que circula dentro destas redes. Portanto, interferir na monetização dos sites que alimentam e conectam as mídias sociais marginais com as mídias sociais mainstream pode dificultar o crescimento e a disseminação da desinformação.

4. "Ativismo ad-tech": o movimento Sleeping Giants no Brasil

Inspirado no Sleeping Giants estadunidense, a iniciativa Sleeping Giants Brasil, criada em 18 de maio, alcançou repercussão inédita ao conseguir retirar anúncios de sites checados por agências de fact-checking e classificados como fontes de desinformação, de discurso de ódio e de preconceito. O Sleeping Giants estimula que os próprios usuários das plataformas online colaborem e avisem quando são impactados por anúncios de grandes marcas em sites de desinformação e "fake news". A atuação do movimento Sleeping Giants sugere a seguinte estratégia: (1) monitoramento e acompanhamento de sites que disseminam conteúdo falso e que foram checados; (2) seleção dos sites com maior audiência; (3) convocação da colaboração dos usuários; (4) convidar publicamente os anunciantes associados pelos usuários ao conteúdo falso dos sites a se manifestarem publicamente.

Com isso, em 18 de maio de 2020, o movimento identificou o primeiro site alvo da iniciativa: O Jornal da Cidade Online. A escolha deste site parece estar associada ao fato de, nesse mesmo dia, o portal ter sido citado pelo Digital Forensic Research Lab (DFR Lab)³⁷ como um dos principais portais associado a campanhas de desinformação no Brasil. Os dois primeiros anunciantes identificados e expostos no Twitter pelo Sleeping Giants no Brasil foram o Tribunal de Contas do Estado do MS e a Rede Telecine.

³⁷Para ver o relatório do DFR Lab: <https://medium.com/dfrlab/pro-bolsonaro-website-receives-more-facebook-engagement-than-traditional-media-on-covid-19-coverage-2543573942f5>

A Rede Telecine foi quem primeiro respondeu aderindo ao movimento, suspendendo seus anúncios no site Jornal da Cidade Online (<https://www.jornaldacidadeonline.com.br/>). Imediatamente e sequencialmente, empresas como Dell, Brastemp, Samsung e Banco do Brasil também foram expostas pelos usuários, divulgadas pelo perfil do Sleeping Giant no Twitter e convidadas pelo movimento a se posicionarem. Todas se manifestaram publicamente e se comprometeram em retirar seus anúncios do site, aderindo de forma rápida ao movimento. Entretanto, diante do posicionamento do Banco do Brasil, que é uma empresa pública, o filho do presidente da república, deputado federal Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), ampliou radicalmente a rede de perfis engajados no assunto no dia 20 de maio. Assim teve início uma grande mobilização no Twitter, polarizada entre defensores e opositores dos principais atores envolvidos: o movimento Sleeping Giants, o Jornal da Cidade Online, o próprio Banco do Brasil e as diversas outras marcas que já haviam se posicionado.

Assim teve início uma grande mobilização no Twitter, polarizada entre defensores e opositores dos principais atores envolvidos: o movimento Sleeping Giants, o Jornal da Cidade Online, o próprio Banco do Brasil e as diversas outras marcas que já haviam se posicionado. Se inicialmente as empresas fugiram de associações com canais de desinformação, agora estavam sendo acusadas de censura e comunismo por um parlamentar e filho do presidente da república.

5. O contra-ataque do exército de bots e a guerra da desinformação envolvendo marcas

No laboratório de pesquisa NetLab³⁸ que coordeno na Escola de Comunicação da UFRJ, em parceria com a start-up de data science Twist Systems³⁹, identificamos 715.513 publicações no Twitter sobre o tema entre 18 e 28 de maio de 2020. Considerando a taxa de amostragem probabilística sugerida pela plataforma, este número corresponde a 1% de todas as mensagens que debateram o assunto nesse período. Em outras palavras, o debate pró e contra Sleeping Giants Brasil teria gerado mais de 71 milhões de tweets em 10 dias.

O Grafo apresentado na Figura 2 representa a rede de perfis do Twitter que publicaram sobre o tema neste período. Os dados foram extraídos seguindo um protocolo de coleta com busca textual dos principais termos e hashtags envolvendo todas as marcas e perfis envolvidos até então. À primeira vista, os grupos em rosa e azul (respectivamente, pró e contra o movimento) são praticamente equivalentes na disputa. O perfil @JornaldaCidadeO é o mais influente da rede e lidera o grupo azul, junto de perfis como @leandrohuschel, @taoquei1, @profpaulamarisa, @CarlaZambelli38 e @GigantesReais. No grupo rosa, os destaques são

³⁸<http://www.netlab.eco.ufrj.br/>

³⁹<https://www.twist.systems/pt-br/>

@slpng_giants_pt e @felipeneto. A atuação dos grupos vermelho e azul foi tão intensa que hashtags de ambos os lados estiveram entre as mais compartilhadas do Twitter.

As empresas mais mencionadas foram Dell, Brastemp, e principalmente o Banco do Brasil, que acatou a crítica do deputado e voltou a veicular os anúncios no site de desinformação. O caso chegou ao Tribunal de Contas da União (TCU), que mandou suspender temporariamente diversas propagandas do banco online.

Esses dados da rede poderiam sugerir que, apesar de haver um forte movimento espontâneo entre os usuários estimulando que as marcas parem de anunciar no Jornal da Cidade Online, há um grupo ainda maior e mais influente defendendo o portal e ameaçando boicotar as marcas que dialogam com o Sleeping Giants. É o que apontava o editorial do próprio jornal, alegando que essas marcas estariam perdendo clientes "de maneira avassaladora" ao deixar de anunciar no site. Mas em que medida essa rede de perfis e publicações corresponde à ação de usuários reais?

Figura 2: O debate sobre o Sleeping Giants no Twitter

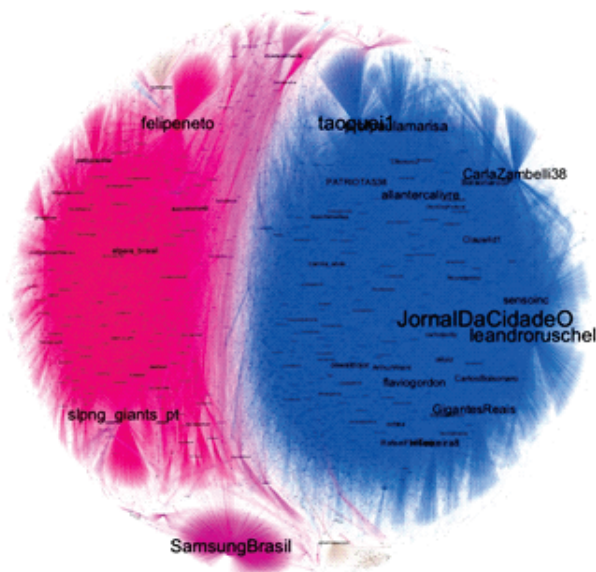
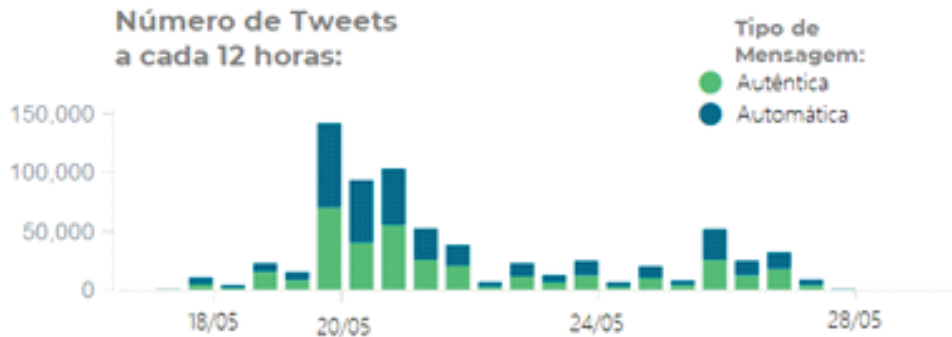


Figura 3: Porcentagem de bots a cada 12 horas no caso Sleeping Giant

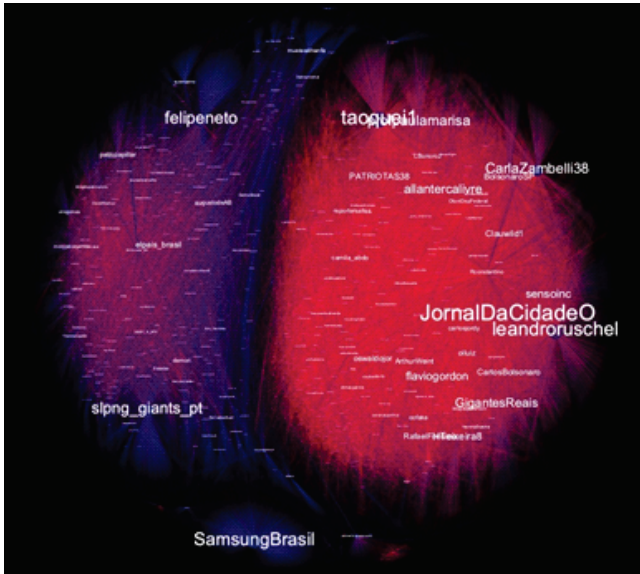


Com a ajuda da tecnologia Gotcha (algoritmo de classificação de bots desenvolvido pela parceria NetLab/Twist), é possível identificar que 56,53% das publicações da amostra apresentam fortes indícios de automação, chegando a picos de 56,7% em alguns momentos, o que muda radicalmente a percepção do debate. A utilização de algoritmos que simulam a interação humana em redes sociais (os chamados "social bots") é um recurso cada vez mais sofisticado e presente em diversas campanhas de ataque ou defesa de marcas e figuras públicas.

O Gotcha vem ganhando relevância em estudos de diversas áreas pela sua capacidade de constante otimização na identificação de bots, inspirado no Botometer⁴⁰, da Universidade de Indiana (EUA). Ambos aplicam métodos de machine learning para captar, entre mais de 1000 parâmetros, até que ponto uma conta do Twitter tem características de automação. Como a ferramenta original é treinada para identificar contas que publicam em inglês, o NetLab e a Twist treinaram o algoritmo para identificar bots que postam e interagem em português, refinando a classificação a cada banco de dados analisado.

⁴⁰<https://botometer.osome.iu.edu/>

Figura 4: O debate sobre o Sleeping Giants no Twitter com a macaço de bots e não-bots



A Figura 4 mostra o mesmo grafo da Figura 2 com novas informações: as cores variam de acordo com o grau de automação identificado pelo Gotcha em cada perfil e suas publicações. A cor rosa representa tuitos ou retuitos de contas automatizadas ou semi-automatizadas (bots ou ciborgues), e a cor azul indica comportamento humano. O lado direito da rede (promovendo boicote às marcas e defendendo o Jornal da Cidade Online) está completamente imerso em interações com alto nível de automação. Ainda que vários hubs desta rede (perfis mais influentes, representados por pontos maiores) tenham comportamento autêntico, seu posicionamento em um conjunto potencial de bots indica que sua "influência" também é forjada.

É possível encontrar automação na periferia esquerda do gráfico, mas distante dos dois hubs principais deste grupo (@slpng_giants_pt e @felipeneto), indicio de que ambos possuem uma rede orgânica de usuários engajados em torno de suas publicações.

6. Considerações finais

A conclusão deste estudo aponta que a vigilância dos consumidores nas redes sociais é cada vez mais necessária para combater a desinformação. Por um lado, até o momento não há uma maneira eficaz para indicar aos anunciantes o risco de desinformação de um determinado site, no qual seus anúncios podem ser veiculados. Por outro, a mídia programática é uma realidade e cada vez mais os anunciantes serão arrastados para questões sensíveis, como o debate político em torno das "fake news" que circulam na internet.

Os dados indicam que o ataque às marcas que apoiaram o Sleeping Giants Brasil não foi uma reação orgânica da maior parte do público, mas fruto de uma reação ordenada e impulsionada por milhares de bots no Twitter. A rede de bots conseguiu alavancar hashtags de boicote às marcas (#BBfinanciaFakeNews #BrastempApoiaoComunismo, #NãoCompreDell etc.). Entretanto, uma mobilização realmente orgânica, em escala inesperada, foi a reação dos milhares de perfis reais que prontamente atuaram em defesa dessas mesmas marcas - também alavancando hashtags como #SóCompreDell e #BBédoBrasil.

Há uma consolidada literatura internacional no campo da comunicação e da sociologia que evidencia que o uso de robôs nas redes sociais direciona a conversação online, rouba a atenção dos usuários, funciona como uma nova forma de agendamento da imprensa e cria uma opinião pública artificial. Por isso os bots são uma peça chave nas estratégias de manipulação das redes sociais. Os bots têm mudado constantemente de perfil e padrão, tornando-se cada vez mais sofisticados e difíceis de serem identificados.

Entretanto, as técnicas de automação fazem parte do mundo online e teremos que encarar os benefícios e os efeitos colaterais da Inteligência Artificial no campo da comunicação. A automação é bem vinda quando contribui para melhorar a vida das pessoas, dentro de uma convivência democrática, respeitosa e transparente. Mas são nocivas quando tentam falsificar a realidade para manipular o comportamento dos indivíduos. Um ambiente de informação deliberadamente manipulado ameaça as relações de credibilidade e segurança em vários níveis - desde políticas públicas à gestão de anúncios de empresas em sites com conteúdo de baixa qualidade e que estimulam a desinformação.

As empresas e marcas anunciantes podem ser uma peça chave no combate a desinformação e precisam se posicionar contra os bots, as clickfarms e os sites de desinformação. A neutralidade das marcas tende a fazê-las perder cada vez mais relevância no debate público, deixando estas empresas sem voz no curto prazo e com "reputação anêmica" no médio e longo prazo. Quem for neutro perde força simbólica, porque nas redes a reputação não é medida pela falta de inimigos, mas pela ausência de um exército de apoiadores pronto para defender - e/ou contra-atacar.

Referências

- Adshad, S., Forsyth, G., Wood, S., & Wilkinson, L. (2019). **Online advertising in the UK**. Retrieved from https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/777996/Plum_DCMS_Online_Advertising_in_the_UK.pdf
- Borrell. (2017). **2018 local political advertising outlook**. Retrieved from www.borrellassociates.com/industry-papers/papers/2018-local-political-advertising-outlook-detail
- Carey-Simos, G. (2015). How much data is generated every minute on social media? **Wersm**. Retrieved from <https://wersm.com/how-much-data-is-generated-every-minute-on-social-media/>
- Colomé, J. P. (2020). "Eu fui um 'bot": as confissões de um agente dedicado a mentir no Twitter. **El País**. Retrieved from <https://brasil.elpais.com/tecnologia/2020-05-22/eu-fui-um-bot-as-confissoes-de-um-agente-dedicado-a-mentir-no-twitter.html>
- Cooper, P. (2019). 25 Twitter Stats All Marketers Need to Know in 2020. Retrieved from <https://blog.hootsuite.com/twitter-statistics/>
- Duffy, K. (2020). A group is offering TikTok users up to \$20,000 to post "takedowns" of Amazon, Tesla, Facebook, and Palantir. **Business Insider**. Retrieved from <https://www.businessinsider.com/tiktok-users-offered-thousands-takedowns-amazon-tesla-facebook-others-2020-10>
- European Data Protection Supervisor. (2018). **EDPS Opinion on online manipulation and personal data**. Retrieved from https://edps.europa.eu/sites/edp/files/publication/18-03-19_online_manipulation_en.pdf
- Facebook. (2019). Removing coordinated inauthentic behaviour from Iran, Russia, Macedonia and Kosovo. Retrieved from <https://newsroom.fb.com/news/2019/03/cib-iran-russia-macedonia-kosovo/>
- G1 e TV Globo. (2020). **Exclusivo: detalhes inéditos da investigação do Facebook que derrubou perfis bolsonaristas**. Retrieved from <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/08/02/exclusivo-detalhes-ineditos-da-investigacao-do-facebook-que-derrubou-perfis-bolsonaristas.ghtml>
- Gil de Zúñiga, H., & Diehl, T. (2019). News finds me perception and democracy: Effects on political knowledge, political interest, and voting. **New Media and Society**, 21(6), 1253–1271. <https://doi.org/10.1177/1461444818817548>
- Gil de Zúñiga, H., Weeks, B., & Ardèvol-Abreu, A. (2017). Effects of the News-Finds-Me Perception in Communication: Social Media Use Implications for News Seeking and Learning About Politics. **Journal of Computer-Mediated Communication**, 22(3), 105–123. <https://doi.org/10.1111/jcc4.12185>
- Handley, L. (2018). No US and UK join up to tackle ad fraud, a \$50 billion problem. **CNBC**. Retrieved from <https://www.cnbc.com/2018/10/23/us-and-uk-join-up-to-tackle-ad-fraud-a-50-billion->

problem.html#:~:text=The U.S. and U.K. are,wasting billions of dollars online.&text=The program has been in use in the U.S. since 2016.

Janetsky, M. (2018). **Low transparency, low regulation online political ads skyrocket**. Retrieved from www.opensecrets.org/news/2018/03/low-transparency-low-regulation-online-political-ads-skyrocket/

Kasprak, A., & Palma, B. (2019). Hiding in Plain Sight: PAC-Connected Activists Set Up 'Local News' Outlets. **Snopes**. Retrieved from <https://www.snopes.com/>, activists set up 'local news' outlets. Retrieved from [News/2019/03/04/activists-setup-local-news-sites/](https://www.snopes.com/news/2019/03/04/activists-setup-local-news-sites/).

Lord, C., Ross, L., & Lepper, M. (1979). Biased assimilation and attitude polarization: The effects of prior theories on subsequently considered evidence. **Journal of Personality and Social Psychology**, 37(11), 2098–3009. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.37.11.2098>

MacDonald, K. (2019). We've seen Carl Benjamin's rank misogyny before – remember Gamergate? **The Guardian**. Retrieved from <https://www.theguardian.com/commentisfree/2019/may/09/gamergate-carl-benjamin-ukip-mep>

Miller, C. (2018). **The dangerous powers of the clickbait king**. Retrieved from <https://kosovotwopointzero.com/en/the-dangerous-powers-of-the-clickbait-king/>

Miller, Carl. (2018). **The Death of the Gods: The New Global Power Grab**. London: Cornerstone Digital.

Molla, R. (2018). Advertisers will spend \$40 billion more on internet ads than on TV ads this year. **Vox**. Retrieved from www.recode.net/2018/3/26/17163852/online-internet-advertisers-outspend-tv-ads-advertisers-social-video-mobile-40-billion-2018

NBCNews. (2019). **Facebook says it removed 3.2 billion fake accounts in 6 months**. Retrieved from <https://www.nbcnews.com/tech/tech-news/facebook-says-it-removed-3-2-billion-fake-accounts-6-n1081936>

Newman, N., Richard Fletcher, W., Schulz, A., Andi, S., & Kleis Nielsen, R. (2020). **Reuters Institute Digital News Report 2020**.

O'Sullivan, D. (2018). Exclusive: Women's March target of elaborate Facebook scam run from Bangladesh. **CNN**. Retrieved from <https://edition.cnn.com/2018/10/17/tech/womens-march-facebook-scam-bangladesh/index.html>

Ross, L., Greene, D., & House, P. (1977). The 'false consensus effect': An egocentric bias in social perception and attribution processes. **Journal of Experimental Social Psychology**, 13(3), 279–301.

Samuelson, K. (2016). What to know about pizzagate, the fake news story with real consequences. **Time**.

Swann, W. B., & Read, S. J. (1981). Acquiring self-knowledge: The search for feedback that fits. **Journal of Personality and Social Psychology**, 41(6), 1119–1128. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.41.6.1119>

Trust Barometer, E. (2019). **Trust Barometer**.

Tucker, J. A., Guess, A., Barbera, P., Vaccari, C., Siegel, A., Sanovich, S., ... Nyhan, B. (2018). Social media, political polarization, and political disinformation. **InfoAnimales.Com**, (March), 1–95. <https://doi.org/10.2139/ssrn.3144139>

Twitter (2020). Disclosing networks of state-linked information operations we've removed. Retrieved November 3, 2020, from Blog Twitter Safety website: https://blog.twitter.com/en_us/topics/company/2020/information-operations-june-2020.html

Wagner, K. (2019). Facebook Removes a Record 2.2 Billion Fake Accounts. **Bloomberg**. Retrieved from <https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-05-23/facebook-removed-2-2-billion-fake-accounts-in-first-quarter>

Weide, K., & Shirer, M. (2018). **Worldwide ad-tech market still highly fragmented despite intense M&A activity**, continuing strong growth spells opportunity, according to IDC. Retrieved from www.idc.com/getdoc.jsp?container-Id=prUS44288518

Zeifman, I. (2017). **Bot Traffic Report 2016: Bots & DDOS, Performance, Security**. Retrieved from <https://www.imperva.com/blog/bot-traffic-report-2016/>

Zenith. (2018). **Global intelligence: Data & insights for the new age of communication**. Retrieved from https://www.zenithmedia.com/wp-content/uploads/2018/11/Global-Intelligence-07_small.pdf

Colonialidade automatizada: algoritmos e aprendizado de máquina nas plataformas de mídias sociais

Tarcizio Silva

Plataformização, aprendizado de máquina e reprodutibilidade do colonial

A ordenação do mundo nos últimos cinco séculos é fruto da sanha colonial da Europa e projetos imperialistas decorrentes, com impactos nas esferas econômicas, biopolíticas e epistemológicas. Ao longo da construção de imaginários sociotécnicos que desembocaram no mundo contemporâneo, podemos entender "raça como um tipo de ferramenta – desenhada para estratificar e santificar injustiça social como parte da arquitetura da vida cotidiana"⁴¹ (BENJAMIN, 2019, p. 17). Produzindo a ideia de raças humanas e sub-humanas como justificativa para genocídio e exploração de boa parte do globo, o colonialismo europeu promoveu compartimentalizações cambiantes do mundo e da população, adaptáveis a cada fase do capitalismo para a manutenção do poder.

A gênese da hipervigilância e de mecanismos tecnológicos de controle de populações estratificadas é posicionada neste período por Simone Browne como a produção diferencial de vigilância distribuída, que reuniria os dispositivos estatais e empresariais à anuência e colaboração de amplas parcelas da população de estratos dominantes – brancos e patriarcais – no controle e disposição da violência contra grupos racializados, sobretudo afrodiaspóricas no caso de países como Brasil e Estados Unidos. Partindo da compreensão do navio negreiro como

⁴¹Tradução livre de: "race itself as a kind of tool – one designed to stratify and sanctify social injustice as part of the architecture of everyday life"

protótipo da lógica panóptica e iterações posteriores, Browne explica que "sob tais condições de terror e violenta regulação da negritude através da vigilância, as inequidades entre aqueles vigiados e aqueles que realizam a vigilância são reveladas"⁴² (BROWNE, 2015, p.38).

Entre artefatos considerados comunicacionais e os produzidos estritamente para vigilância, uma dualidade se intensificou com o surgimento de meios de comunicação de massa e registro, a exemplo dos anúncios para perseguição de escravizados em fuga. Nos termos de Browne, trava-se também da construção de uma "comunidade imaginária de vigilância: os olhos e ouvidos da espreita, observação e regulação face a face" (BROWNE, 2015, p.72). Veículos do século XIX no Brasil também foram usados para este fim e já como mecanismos de construção ideológica da figura da "vadiagem" para enquadrar qualquer atividade de grupos minorizados – sobretudo ex-escravizados – que questionasse a submissão completa à exploração pelo capital e burguesias locais nascentes (ABREU, 2012) que aprendiam socialmente a manter a estratificação social racializada a seu favor, apoiando e contando com a violência estatal para tal.

Inventando raça e racismo para a distribuição de poder e direções escópicas da vigilância, a colonialidade, para Quijano, significou a

imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América (QUIJANO, 2009, p.73).

Ao longo do presente texto, consideramos tal proposição loquaz para avançarmos ideias e conceitos que permitam uma práxis analítica dos modos pelos quais a ordenação algorítmica na contemporaneidade intensifica, reproduz e reinventa mecanismos da colonialidade em prol da concentração de poder, subjetividades e dominação epistêmica.

A imaginação carcerária na tecnologia, descrita por Benjamin como central para o entendimento sobre como a evolução dos dispositivos digitais, inclusive plataformas de mídias sociais, carrega em si presunções sobre "*quem e o que é fixado no mesmo lugar* – classificado, encurralado e/ou coagido, para permitir a inovação" (BENJAMIN, 2020, p.18). Nos ambientes digitais, apesar da aparente democratização dos meios de emissão, reproduziu-se o racismo como "princípio constitutivo da colonialidade, que estabelece uma linha divisória entre aqueles que têm o direito de viver e os que não o têm, haja vista o conflito entre forças do Estado e populações negras periféricas das grandes cidades brasileiras" (BERNARDINO-COSTA, MALDONADO-TORRES & GROSFUGUEL, 2019, p.11).

⁴²Tradução livre de "under these conditions of terror and the violent regulation of blackness by way of surveillance, the inequities between those who were watched over and those who did the watching are revealed"

Diferentemente do que concepções tecnolibertárias sobre a internet levaram a crer, a formação da web e da internet promoveu distribuições racializadas e generificadas, além de classistas, de acesso, consumo, produção e representação no ambiente digital (DANIELS, 2009). A produção de ódio racial online é potencializado "com o crowdsourcing multinacional da supremacia branca e sua síntese é o repúdio provocativo à ideia moderna e conservadora de que o pensamento racial foi superado e pode agora ser relegado ao passado" (GILROY, 2018, p.21)

Em conjugação com a opacidade desse ocultamento estratégico do racismo, do legado do colonialismo e da colonialidade contemporânea através de mitos da "democracia racial" (NASCIMENTO, 2016) ou do pós-racialismo (BONILLA-SILVA, 2015), a plataformização da internet, da web e de serviços dataficados promove a naturalização de processos e relações automatizadas através da inteligência artificial. Em outro momento, definimos tal relação como dupla opacidade, o "modo pelo qual os discursos hegemônicos invisibilizam tanto os aspectos sociais da tecnologia quanto os debates sobre a primazia de questões raciais nas diversas esferas da sociedade – incluindo a tecnologia, recursivamente" (SILVA, 2019, p.131).

Plataformização, especificamente, é o termo que tem sido utilizado para explicar também como grandes oligopólios da tecnologia, sobretudo do Vale do Silício, transformaram a experiência de uso da internet de bilhões em torno do mundo. Ambientes como mídias sociais abrangentes para relacionamento (ex: Facebook, Twitter), plataformas de streaming de conteúdo e entretenimento (YouTube, Spotify, Netflix etc), aplicativos para transporte (Uber, 99), consumo (Uber Eats, iFood, Amazon Food etc), varejo através dos chamados *marketplaces* (Amazon ecommerce, eBay, Alibaba etc) e até para fins afetivo-sexuais (Tinder, Grindr, Happn etc) possuem em comum a centralização de fluxos e trocas por fornecedores de tecnologia que tentam se posicionar apenas como intermediários. Para Sérgio Amadeu da Silveira,

Os baixos níveis de lucratividade obtidos a partir da ascensão neoliberal mostraram que o modelo das plataformas digitais era extremamente adequado ao crescimento e a busca incessante por vencer a concorrência. Plataformas são estruturas tecnológicas online que articulam quem tem algo a oferecer com quem precisa adquirir os produtos e serviços oferecidos. São intermediários que facilitam e organizam as transações. Em geral não possuem ou não produzem aquilo que oferecem (SILVEIRA, 2019, p.255).

Além da sua posição como intermediários, três características do negócio das plataformas são essenciais para compreender suas incidências diferenciais em variados Estados e estratos demográficos. Em primeiro lugar, através da diferença abissal de capital financeiro disponível a detentores de plataformas, a lógica de expansão global permite que negócios como Uber passem meses ou anos a rigor perdendo dinheiro nas transações individuais, para que se torne a opção viável, quebre mercados locais e domestique consumidores através de

dumping; em segundo lugar, como veremos melhor a seguir, o cruzamento de dados entre serviços próprios ou de terceiros permite a grandes conglomerados de tecnologia construir modelos de previsão e modulação de comportamento que reforçam as dinâmicas de acumulação em rede; e, por fim, agendamentos discursos na esfera pública e *lobbying* legislativo permitem que as práticas de exploração sejam mais intensas em países submetidos ao reforço neoliberal, resultando na compra popular de ideias como "economia compartilhada" em aplicativos de transporte ou "mercado de influenciadores" nas mídias sociais, por exemplo. Buscaremos discorrer como estes desenhos políticos e socioeconômicos engendram materializações sociotécnicas de dinâmicas próprias do colonial na disseminação da inteligência artificial.

Incidências da colonialidade no racismo algorítmico

A compreensão da modulação algorítmica em plataformas de mídias sociais necessita que retomemos rapidamente às bases do atual modelo de desenvolvimento da inteligência artificial e decisão automatizada baseada em algoritmos, que regem tarefas nas plataformas como recomendação de conteúdo, moderação, visão computacional e entrega de anúncios. Para Alpaydin, no aprendizado de máquina o objetivo é

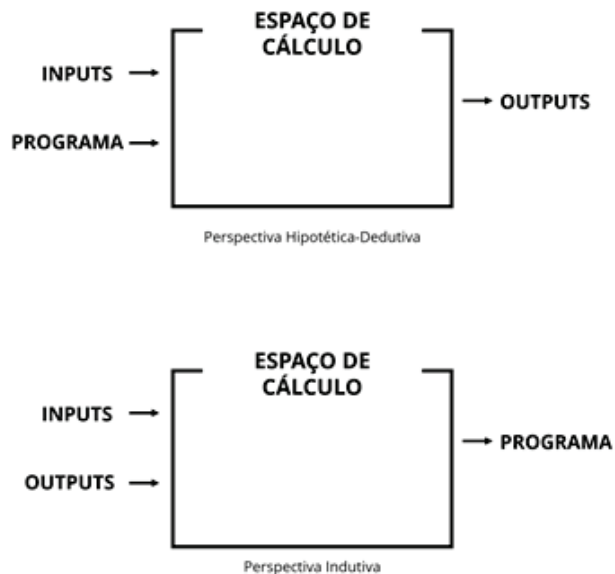
construir um programa que se adapta aos dados fornecidos. Um programa de aprendizado é diferente de um programa comum na medida em que é um *template geral com parâmetros modificáveis*, e ao atribuir diferentes valores a estes parâmetros, o programa pode fazer coisas diversas⁴³ (ALPAYDIN, 2016, pos. 435).

O domínio do aprendizado de máquina como abordagem da inteligência artificial tem sido realizado em uma crescente desde a década de 1990, graças à abordagem Conexionista-Indutiva. Na era do *big data*, quando dados sobre os mais variados aspectos físicos e sociais do mundo passaram a estar amplamente disponíveis para computação potente, facilmente compartilháveis e relativamente bem etiquetados – marcados com categorias e qualificadores adicionais – o *deep learning* ou "aprendizado profundo" passou a vigorar. Cardon e colaboradores explicam que o campo de produção de sistemas de inteligência artificial em escala passou a focar em desenvolver modelos que conectem gigantescas bases de dados de entrada ("input") a saídas desejáveis ("outputs") em desenhos que não necessariamente podem ser explicados matematicamente.

⁴³Tradução livre de: construct a program that fits the given data. A learning program is different from an ordinary program in that it is a *general template with modifiable parameters*, and by assigning different values to these parameters the program can do different things

Em contraste, na perspectiva anterior, Hipotética-Dedutiva, um programa de cálculo é construído pensando na transformação de inputs em outputs desejáveis. Na perspectiva Conexionista-Indutiva, por sua vez, a produção busca gerar softwares adaptáveis que aumentem os resultados desejáveis, a partir da descoberta de correlações entre os inputs e outputs anteriores (CARDON et al, 2008). Em sistemas adaptáveis, isto significa que o ambiente de interação aprende continuamente com as tendências de uso – por exemplo, um sistema de recomendação de conteúdo num serviço de streaming que se adapta imediatamente às tendências de consumo de seus usuários para gerar mais resultados em métricas de negócio. A Figura 1, abaixo, representa esquematicamente a transição da abordagem.

Figura 1: Perspectiva Hipotética-Dedutiva x Indutiva na Inteligência Artificial



(CARDON et al, 2008, tradução nossa)

Para determinados fins – ou interpretada de forma tecnocêntrica e limitada – a abordagem Conexionista-Indutiva construída sobre bases de *big data* representaria para alguns uma ruptura tão grande no processamento de informações e efetividade das ações resultantes que o próprio "método científico estaria obsoleto graças ao dilúvio dos dados". A absurda afirmação, quase *ipsis litteris*, foi proclamada em título da

influyente revista *Wired* em 2008 pelo seu então editor-chefe Chris Anderson. Para o físico e entusiasta da tecnologia, a evolução da capacidade computacional e profusão de sensores físicos e sociais levaria a uma rejeição do próprio método científico, pois "correlação substitui causalidade, e a ciência pode avançar mesmo sem modelos coerentes, teorias unificadas ou qualquer explicação mecanicista sequer"⁴⁴ (ANDERSON, 2008, s.p.).

Entretanto, Cardon nos lembra que a perspectiva conexcionista-indutiva da inteligência artificial significa que "o alvo do cálculo não está no ambiente de processamento, mas no mundo que forneceu exemplos 'etiquetados'. Os resultados – produzidos, simbolizados e enviesados por humanos – hoje constituem os inputs mais importantes para as máquinas conexcionistas"⁴⁵ (CARDON et al, 2018, p.30). Ao imaginar o avanço científico como uma história única sem controvérsias, Anderson e outros technochauvinistas (BROUSSARD, 2019) normalizaram uma nova equivalência entre positivismo pela inteligência artificial relacionada à gestão neoliberal do mundo.

Retroalimentação da colonialidade nos "loops de feedback"

Aquela retroalimentação entre inputs e outputs em grandes plataformas baseadas em sistemas algorítmicos e dominadas por um oligopólio específico nos lembra que, a rigor, apesar do potencial de efetivamente realizarem objetivos de globalização, são particularistas:

enquanto dispositivos de uma específica ordem econômica e tecnológica estão regidos por um código particular de gestão do social. A decantada "aldeia global" é de fato a uniformização de um código tecnoeconômico, que não dá margem a nenhuma transcendência (SODRÉ, 2014, pos. 3545).

Em torno desse particularismo, aponta Sodré, a mídia reproduziria imperativos de gestão das relações intersubjetivas, promovendo a autorreferência em seu funcionamento (2014). Quando consideramos aceitável e desejável reproduzir o histórico de um determinado comportamento através do registro passado, assim como seguir a ideia behaviorista de que a interação de um usuário com o sistema deve ser reforçada, as plataformas tratam de se posicionarem como "mecanismos de ordem que criam loops de feedback diretos e indiretos entre conhecimento e poder de modos difíceis de superestimar"⁴⁶ (RIEDER, 2020, p. 53)

⁴⁴Tradução livre de "correlation supersedes causation, and science can advance even without coherent models, unified theories, or really any mechanistic explanation at all"

⁴⁵Tradução livre de "calculation target belongs not to the calculator but rather to the world that has given it "labelled" examples. The outputs – produced, symbolized, and biased by humans – today constitute one of the most important inputs of connectionist machines"

⁴⁶Tradução livre de "engines of order that create direct and indirect feedback loops between knowledge and power in ways that are hard to overstate"

Estudos que identificaram o potencial radicalizador de sistemas de recomendação de conteúdo em ambientes como o YouTube jogaram luz sobre como os sistemas podem ser operacionalizados por radicalismos de grupos afluentes engajados em tecnologias digitais, como criadores de conteúdo supremacistas brancos. Rieder e colaboradores descobriram que as culturas de ranqueamento do YouTube permitem que "exploradores de nicho" altamente ativos consigam níveis de visibilidade excepcionais. Ao aproveitar controvérsias e audiências leais, "estes canais consistentemente aparecem nas posições do topo, mesmo que seus vídeos frequentemente recebam menos visualizações que vozes mais conciliatórias ou mainstream"⁴⁷ (RIEDER et al, 2018, p. 64). De modo similar, o cientista Manoel Horta Ribeiro e colaboradores estudaram como canais extremistas cresceram de forma consistente nos últimos anos, descobrindo uma tendência de migração de visualizações e comentários dos usuários para vídeos cada vez mais extremistas, quando parte dos "usuários comentadores sistematicamente migra de comentar exclusivamente em conteúdo moderado para comentar em conteúdo mais extremo" (RIBEIRO et al, 2020, p.140)

Mesmo retirando intencionalidades destrutivas explícitas da baila, a lógica de retroalimentação que leva a extremismo nas plataformas de mídias sociais impacta diferentemente Estados, em prol de métricas de negócio e transformação de valor dos dados globais à receita concentrada nos países-sede das empresas de tecnologia. Em texto onde Tufekci chama o YouTube do "grande radicalizador", a pesquisadora conclama para refletirmos sobre a razão de "permitir uma empresa fazer tanto dinheiro enquanto potencialmente ajuda a radicalizar bilhões de pessoas, colhendo os benefícios financeiros enquanto exige que a sociedade lide com boa parte dos custos"⁴⁸ (2018, s.p.).

Casos de influência de plataformas como Whatsapp, YouTube ou Facebook na radicalização de grupos e mesmo violência genocida são registrados em países como Myanmar, Gambia (STEVENSON, 2018), Índia (AL JAZEERA, 2020) e Etiópia (INTERNET SANS FRONTIÈRES, 2020). Ao comentar sobre como o Kenya, entre outros países, foram locais de experimentos de persuasão algorítmica em massa antes do Brexit e eleição de Trump, Nanjala Nyabola alerta que "quando aqueles que estão lucrando não sofrem diretamente os resultados da política que promovem – um modo de colonialismo digital que extrai lucros, mas não investe nada no país – as consequências podem ser severas"⁴⁹ (NYABOLA, 2018, p.200).

⁴⁷Tradução livre de "these channels consistently appear in top positions, even if their videos most often receive fewer views than more mainstream or conciliatory voices"

⁴⁸Tradução livre de "let a company make so much money while potentially helping to radicalize billions of people, reaping the financial benefits while asking society to bear so many of the costs"

⁴⁹Tradução livre de "when those profiting don't have a direct stake in the outcome of that politics – a form of digital colonialism that extracts profits but invests nothing in the country – the consequences can be dire"

Redistribuição da pesquisa e interpretação do social do local

A recusa de grupos como Facebook e Alphabet em admitirem publicamente sua capacidade editorial e influência na esfera pública tem se transformado e intensificado nos últimos anos, devido à pressão pública para tornar tais empresas e suas plataformas responsabilizáveis por danos, inclusive algorítmicos. Napoli e Caplan desvelam como o enquadramento de

plataformas de mídias sociais e curadores de conteúdo digital puramente como empresas de tecnologia marginaliza as cada vez mais proeminentes dimensões políticas e culturais de suas operações, que crescem mais pronunciadamente na medida em que estas plataformas se tornam gatekeepers centrais de notícias e informação no ecossistema contemporâneo de mídia (NAPOLI & CAPLAN, 2017, p.155).

Podemos evocar aqui a noção de redistribuição dos métodos de pesquisa que tem sido proposta por autores como Marres (2012) ao se engajarem criticamente com os modos pelos quais o digital mudou práticas e relações entre instituições sobre a interpretação do social. Com a geração rotineira de dados sobre as atividades humanas, a cisão entre o que era considerado "virtual" ou "ciberespaço" como instâncias deslocadas do "real" ou "presencial" tornou-se anacrônica, gerando possibilidades novas para pesquisadores das ciências sociais e humanidades. Entretanto, a crescente restrição de acesso aos dados criou barreiras para os pesquisadores em torno do mundo (MEIRELLES, 2019), aumentando a assimetria entre capacidades corporativas de análise da sociedade até em comparação a Estados.

Duas manifestações relevantes relacionadas à desproporção de influência na interpretação e incidência sobre dados digitais e a própria infraestrutura da internet são o projeto *Internet.Org* e o mapa de densidade populacional da África criado pelo Facebook em 2016. Com o pretensioso nome *Internet.Org*, o primeiro foi uma parceria entre a plataforma Facebook e empresas de telecomunicações como Samsung, Ericsson e Nokia. Desde 2013 o grupo tenta oferecer internet limitada a regiões vulnerabilizadas em termos de estrutura, sobretudo no Sul Global, com a suposta missão de conectar o mundo. A rigor, a iniciativa busca minar a neutralidade de rede em países que vão do Timor Leste a Costa do Marfim. Chamado de "Free Basics" oferece acesso apenas a um punhado de websites, priorizando os sites e serviços do Facebook e parceiros. Alguns movimentos, como o SaveTheInternet na Índia, que em carta aberta ao Facebook lembrou que a empresa foi beneficiada durante seu crescimento pela abertura e neutralidade e deveria "apoiar e advogar pela Neutralidade de Rede e inovação livre na Índia, do mesmo modo que fez nos EUA"⁵⁰ (ET ONLINE, 2015).

⁵⁰Tradução livre de "support and advocate for Net Neutrality and permissionless innovation in India, the way it has done in the US"

A discrepância entre a propriedade de infraestrutura e recursos humanos permite a grandes corporações de tecnologia preencherem supostas lacunas de conhecimento sobre o espaço físico, urbano ou populacional – mas interpretando e produzindo os dados em seus próprios benefícios. Foi o que ocorreu com o lançamento de mapa de densidade populacional de todo o continente africano, realizado pelo Facebook entre 2016 e 2019. De forma independente, a empresa gerou o mapa de todo o continente com resolução demográfica inédita. No texto sobre a tecnologia, a empresa enquadrou a questão como ligada a atuação em desastres, trabalho humanitário e afins, descolado dos interesses e especificidades de cada região, país ou povo africano. Para Abeba Birhane, comentando a iniciativa, "o colonialismo tradicional e o colonialismo algorítmico compartilham o desejo comum de dominar, monitorar e influenciar o discurso social, político e cultural através do controle dos principais meios de comunicação e infraestrutura" (BIRHANE, 2020, p. 158).

Distribuição do trabalho

O debate sobre a quantidade de trabalho gratuito realizado em plataformas de mídias sociais nos lembra que a colonialidade teve como principal objetivo "impor a ideia de 'raça' como pilar da divisão mundial de trabalho e de migração e na classificação social e geocultural da população mundial"⁵¹ (QUIJANO, 1999, p. 149). Ao permitir construir diversas iterações da supremacia branca pelos esforços coloniais, de súmulas papais ao racismo científico de bases iluministas, o colonialismo se atualiza nas práticas da colonialidade de divisão do trabalho que constrói e alimenta os próprios conglomerados de sistemas algorítmicos que as reproduzem.

Ampla e longitudinal bibliografia analisa como polos de produção de tecnologia digital no Norte Global são estratificados racialmente. A dificuldade de trabalhadores de grupos racialmente minoritários no Vale do Silício (NELSON, TU & HINES, 2001) em lidar com o racismo pervasivo e com o investimento da branquitude em mitos meritocráticos e na ideia de neutralidade tecnológica suprime "os questionamentos sobre racismo e discriminação, mesmo quando os produtos das elites digitais são infundidos com marcadores de raça, classe e gênero" (NOBLE & ROBERTS, 2020, p.45) – prática que se irmana com as descobertas por Amrute ao analisar trabalhadores migrantes indianos na Alemanha (AMRUTE, 2016).

Um dos exemplos mais interessantes sobre a divisão internacional do trabalho em prol de um avanço técnico na inteligência artificial é a base de imagens etiquetadas ImageNet e suas aplicações. Apresentada inicialmente em 2009, a base ImageNet tornou-se famosa por ser uma das maiores bases abertas de imagens etiquetadas para

⁵¹Tradução livre de "imponer la idea de "raza" en la base de la división mundial de trabajo y de intercambio y en la clasificación social y geocultural de la población mundial"

treinamento de inteligência artificial útil a avançar a visão computacional. Suas milhões de imagens foram classificadas com qualidade inédita com etiquetas - ou tags - de objetos, conceitos, entidades e afins em mais de 20 mil categorias diferentes. Nos anos seguintes, times de universidades afluentes do Norte Global usaram a base como ponto de partida para treinar redes neurais que fizeram avançar como computadores percebem imagens.

O modo pelo qual as imagens foram etiquetadas é um lembrete da distribuição de trabalho e valor. As milhões de imagens foram marcadas com categorias para permitir o aprendizado de máquina - sobretudo através de trabalho do modelo "crowdsourced" (CRAWFORD & PAGLEN, 2019) realizado por profissionais precarizados em países como Filipinas e Índia com softwares como a *Amazon Mechanical Turk*. O trabalho braçal foi realizado sobre as imagens extraídas sem preocupações éticas sobre consentimento ou mesmo relacionadas a qualidade, como diversidade de origem. Como resultado, suas imagens vêm sobretudo de países europeus e EUA, hipervisibilizando pessoas e ambientes destes países e invisibilizando estéticas do Sul Global. Mais da metade das fotos foram produzidas nos EUA e Reino Unido, países que concentram apenas cerca de 5% da população mundial, hiper-representando suas culturas visuais e demográficas eurocêtricas (SHANKAR, 2017).

A partir da base, competições de construção de modelos algorítmicos para identificação de imagens foram realizadas por centros científicos dos países afluentes. Como resultado, isto significou a reprodução opaca de modelos algorítmicos de interpretação de imagens em visão computacional que apagam ou interpretam erroneamente pessoas e ambientes não-eurocêtricos ao mesmo tempo que transferiu trabalho e recursos reproduzíveis e escaláveis para os centros afluentes da tecnologia global. Vinay Prabhu e Abeba Birhane chamaram, ao explorar os problemas na construção de grandes datasets de imagens para visão computacional, seus resultados de "vitória pírrica" devido às práticas nocivas que normalizaram no campo, lembrando também que a própria posição de definir como acontecerão as "tarefas de classificação, taxonomização e etiquetamento dota o classificador com o poder de decidir qual o modo legítimo, normal ou correto de ser, agir ou se comportar no mundo social"⁵² (PRABHU & BIRHANE, 2020, p.6).

In/Visibilidades racializadas

Os fatores anteriores levam a uma distribuição diferencial da visibilidade ou invisibilidade de diferentes grupos demográficos em torno do mundo. Um exemplo de particular interesse é o já clássico experimento que Buolamwini e Gebre realizaram nos serviços de reconhecimento facial da IBM, Microsoft e Face++. O estudo

⁵²Tradução livre de "classification, taxonomization, and labeling task endows the classifier with the power to decide what is a legitimate, normal, or correct way of being, acting, and behaving in the social world"

identifica o que foi chamado de "disparidade interseccional": taxas de erro maiores em visão computacional em fotos de pessoas negras, sobretudo mulheres. Para resolver o problema, as pesquisadoras desenvolveram um *dataset* cuidadosamente planejado, usando fotografias padronizadas de parlamentares da África do Sul, Senegal, Ruanda, Finlândia, Islândia e Suécia, para melhor representar a diversidade de tons de pele e traços fenotípicos do mundo (BUOLAMWINI & GEBRU, 2018). Esta simples tática de trabalhar com a diferença de forma fundamentada e positiva gerou impactos na indústria da visão computacional em amplo contraste com o racismo supostamente "oculto" dos desenvolvedores que produziam sistemas racistas justamente por não levar em conta diferenças demográficas.

Entender visibilidade ou invisibilidades diferenciais é uma tarefa essencial para compreender e combater a colonialidade nas plataformas. A ocultação ou imprecisão no processamento de imagens de pessoas negras em plataformas ou aplicativos tem sido registrada em buscadores (NOBLE, 2018), bancos de imagens (CARRERA & CARVALHO, 2020), plataformas de mídias sociais (BRUST et al, 2020), filtros de *selfies* (SILVA, 2020a) e até mesmo aplicativos de transporte (WILSON et al, 2019) ou emissão de passaportes (AHMED, 2020).

A ideia de que algoritmos de ordenação de conteúdo apenas representam a realidade social é um perigo que normaliza inequidades presentes em comportamentos de maiorias hegemônicas. Safiya Noble, ao estudar a hipervisibilidade sexualizada de mulheres negras no buscador Google, questiona a ideia de que um possível algoritmo que apenas reproduza fielmente as tendências globais de busca seja adequado:

se todas garotas negras estivessem empenhadas em pesquisar a si mesmas usando o mito da democracia digital, elas ainda assim estariam em menor número do que buscas por pornografia. Assim, sua identidade está sujeita a controle por pessoas procurando por pornografia, e tais buscas não precisam sequer ser explícitas (NOBLE, 2013, s.p.)

A visibilidade diferencial com impactos diretamente necropolíticos ultrapassa e se relaciona com as plataformas de mídias sociais. Os conglomerados de tecnologia digital conseguem desenvolver suas empresas de inteligência artificial através do trabalho distribuído de milhões de indivíduos, incluindo a coleta de imagens. Nossas representações são "quantificadas e nosso universo de objetos e espaços também são provavelmente transformados em conhecimento que abastece a acumulação de capital e concentração de poder"⁵³ (RICAURTE, 2019, p.2).

⁵³Tradução livre de "quantified, and our universe of objects and spaces has likewise been transformed into knowledge that fuels capital accumulation and power concentration"

Ainda que compartilhadas de forma voluntária, os Termos de Uso das plataformas são fugidios e abrem a possibilidade de extração e processamento das imagens pelas próprias plataformas ou, pior, por organizações terceiras. Foi o caso da extração massiva de imagens e dados de usuários pela *Clearview AI* (SMITH, 2020), controversa empresa de inteligência artificial que oferece serviços a departamentos de polícia e a órgãos do governo estadunidense responsáveis pela perseguição de migrantes e implementação de campos de concentração (MAC et al, 2020).

Humanidade estratificada na/pela tecnologia

À guisa de conclusão, podemos adicionar como característica da colonialidade na tecnologia algorítmica o modo pelo qual seus danos resistem a reações e remediações de acordo com a estratificação global da humanidade. Sylvia Wynter lembra como a colonialidade performa graças à acumulação da exploração colonial uma

produção coletiva contínua de um modo etnoclassista de ser humano, Homem: sobretudo, sua hiperrepresentação de seu bem estar como equivalente à espécie humana como um todo, ao invés de como é veridicamente: aquelas do Ocidente e das ocidentalizadas (ou inversamente) classes médias globais⁵⁴ (WYNTER, 2003, p.313).

Na busca por compreender, minimizar ou reagir aos impactos nocivos potenciais da pervasividade da ordenação algorítmica do mundo através de plataformas, acreditamos essencial observar que a colonialidade formata e perpassa a capacidade de reações e remediações de populações politicamente minorizadas. Tal acontece tanto nas reações de grupos orgânicos emergentes quanto no nível macro de definição política e/ou regulatória.

Um exemplo na esfera micro é a louvável influência do grupo francês *#SEOLesbienne*, que conseguiu pressionar pela modificação o algoritmo do buscador Google, que hiperssexualizava de forma misógina resultados por palavras como “lesbian”. Na ocasião, um VP da empresa, Pandu Nayak, reconheceu o problema como este em várias línguas e explicou a decisão de tomar medidas “em casos em que e quando há uma razão para a palavra ser interpretada de um modo não-pornográfico, que esta interpretação seja priorizada” (CURTIS, 2019).

⁵⁴Tradução livre “ongoing collective production of our present ethnoclass mode of being human, Man: above all, its overrepresentation of its well-being as that of the human species as a whole, rather than as it is veridically: that of the Western and westernized (or conversely) global middle classes”

A declaração e ação tomada contrastaram diametralmente com reações da empresa no Brasil, em casos variados incluindo a hipersexualização de mulheres negras (GERALDO, 2020). Em uma das ocasiões, a Google de forma evasiva declarou que "a busca pode espelhar estereótipos existentes na internet e no mundo real em função da maneira como alguns autores criam e rotulam seu conteúdo" (ROGERO, 2019, s.p.).

Estudos sobre as táticas discursivas das corporações de tecnologia mostram que, na ocasião do desvelamento público de um determinado dano algorítmico, as empresas tentam buscar simplificar ou evitar o debate sobre danos algorítmicos através de variados expedientes (SILVEIRA & SILVA, 2020), que incluem evasão direta ou defesa do tecnocentrismo que justificaria a implementação de sistemas falhos que seriam supostamente melhorados continuamente.

Em contraste a esta visão, grupos buscam defender suspensão, moratória ou regulação internacional (ACHIUME, 2020) de sistemas algorítmicos. Exemplos incluem de reconhecimento facial para fins policiais (BAN FACIAL RECOGNITION, 2020), recomendação automatizada de grupos no Facebook, *trending topics* no Twitter e tecnologias de vigilância horizontal (MOZILLA, 2020).

Entretanto, a diferença de poder regulatório estabelece cisões entre as capacidades de Estados e populações na resistência contra extrações neocoloniais de dados e modulação algorítmica decorrente. Em grande medida, a defesa de ideias ultrapassadas de progresso e desenvolvimento é frequentemente construída "sobre formas de subjugação social e política que exigem atualização na forma de novas técnicas de classificação e controle" (BENJAMIN, 2020, p.17). O retorno da eugenia por outros nomes na pesquisa de *big data* e inteligência artificial (SAINI, 2019) e as batalhas correntes contra a teoria racial crítica em torno do mundo nos lembram que "contínuo engajamento e enriquecimento crítico de nosso vocabulário são necessários para articular nossas opressões e experiência, nos permitindo superar supremacia branca, racismo e colonialidade condicionados e internalizados"⁵⁵ (BIRHANE & GUEST, p.7).

Referências

ABREU, Tenner Inauhiny de. "Nascidos no Grêmio da Sociedade": Racialização e mestiçagem entre os trabalhadores na Província do Amazonas (1850-1889), Dissertação de Mestrado - PPG em História da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

⁵⁵Tradução livre de "continued critical engagement and enrichment of our vocabularies are necessary to articulate our oppressions and experiences, allowing us to overcome conditioned and internalized white supremacy, racism, and coloniality"

ACHIUME, E. Tendayi. **Racial Discrimination and Emerging Digital Technologies: A Human Rights Analysis** Report of the Special Rapporteur on contemporary forms of racism, racial discrimination, xenophobia and related intolerance to the United Nations Human Rights Council, 2020.

AHMED, Maryam. "UK passport photo checker shows bias against dark-skinned women", BBC, 07 out. 2020, disponível em <<https://www.bbc.com/news/technology-54349538>>, acesso em: 09 out. 2020.

AL JAZEERA. Facebook bias spurs violence in India, US rights groups say, Al Jazeera, 10 set. 2020, disponível em <<https://www.aljazeera.com/news/2020/9/10/facebook-bias-spurs-violence-in-india-us-rights-groups-say>>, acesso em: 15 set. 2020.

ALPAYDIN, Ethem. **Machine Learning: The New AI**. The MIT Press, 2016.

AHMED, Maryam. "UK passport photo checker shows bias against dark-skinned women", BBC, 07 out. 2020, disponível em <<https://www.bbc.com/news/technology-54349538>>, acesso em: 09 out. 2020.

BAN FACIAL RECOGNITION. Website "Ban Facial Recognition", disponível em "<https://www.banfacialrecognition.com/>", acesso em: 01 out. 2020.

BENJAMIN, Ruha. **Race after Technology: abolitionist tools for the New Jim Code**. Cambridge (UK): Polity Press, 2019.

BENJAMIN, Ruha. "Retomando nosso Fôlego: estudos de ciência e tecnologia, teoria racial crítica e a imaginação carcerária". In: SILVA, Tarcizio (orgs). **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: olhares afrodiáspóricos**, São Paulo: LiteraRUA, 2020.

BIRHANE, Abeba. Colonização Algorítmica da África. In.: SILVA, Tarcizio (org.). **Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: olhares afrodiáspóricos**. LiteraRUA: São Paulo, 2020.

BIRHANE, Abeba; GUEST, Olivia. Towards decolonising computational sciences. **arXiv:2009.14258v1**, 2020.

BONILLA-SILVA, Eduardo. The structure of racism in color-blind, "post-racial" America. **American Behavioral Scientists**, vol. 59, n. 11, 2015, pp. 1358-1376.

BROUSSARD, Meredith. **Artificial (Un)intelligence: How Computers Misunderstand the World**. MIT Press, 2018.

BROWNE, Simone. **Dark Matters: on the surveillance of blackness**. Londres: Duke University Press, 2015, p.16.

BRUST, A. C.; BASTOS, B.; RODRIGUES, F; BERGER, L; DRUZIAN, L; REFOSCO, M. "O uso de reconhecimento facial por Twitter e Zoom escancara o racismo algorítmico das plataformas digitais". CEPEDI - UFSM, 22 set. 2020, disponível em <<https://cepedi.org/2020/09/22/o-uso-de-reconhecimento-facial-por-twitter-e-zoom-escancara-o-racismo-algoritmico-das-plataformas-digitais/>>, acesso em: 23 set. 2020.

BUOLAMWINI, Joy; GEBRU, Timnit. **Gender Shades: Intersectional Accuracy Disparities in Commercial Gender Classification**. Proceedings of Machine Learning Research, vol. 81, pp.1-15, 2018.

CARDON, Dominique; COINET, Jean-Philippe; MAZIERES, Antoine. Neurons spike back. The invention of inductive machines and the artificial intelligence controversy. *Réseaux*, v. 36, n. 211, 2018.

CARRERA, Fernanda; CARVALHO, Denise. Algoritmos racistas: a hiper-ritualização da solidão da mulher negra em bancos de imagens digitais. *Galáxia (São Paulo)*, n. 43, p. 99-114, 2020.

CRAWFORD, Kate; PAGLEN, Trevon. **Excavating AI**: The politics of images in machine learning training sets, website, 2019, disponível em: <<https://www.excavating.ai/>>, acesso em: 03 fev. 2020,

CURTIS, Cara. "Google tweaks algorithm to show less porn when searching for 'lesbian' content". The Next Web, 07 ago. 2019, disponível em <<https://thenextweb.com/tech/2019/08/07/google-tweaks-algorithm-to-show-less-porn-when-searching-for-lesbian-content/>>, acesso em: 20 jan. 2020.

DANIELS, Jessie. **Cyber Racism: White Supremacy Online and the New Attack on Civil Rights**. Plymouth (UK): Rowman & Littlefield Publishers, 2009.

ET ONLINE. "Savetheinternet.in takes on Zuckerberg and Internet.org on Net Neutrality half-truths; blames Facebook on creating 'digital divide' in India". Economic Times India, 29 out. 2015. Disponível em xxxxxxxxxxxxxxx

GILROY, Paul. Civilizacionismo, a "alt-right" e o futuro da política antirracista: um informe da Grã-Bretanha. *Eco Pós*, v. 21, n.3, 2018, pp.17-34.

INTERNET SANS FRONTIÈRES. **Ethiopia's New Hate Speech Law is a Consequence of Social Media Platform's Limited Action**. Internet Sans Frontières, 2020. Disponível em <<https://internetwithoutborders.org/ethiopia-new-hate-speech-law-is-a-consequence-of-social-media-platforms-limited-action/>>, acesso em 05 out. 2020.

MAC et al, "Clearview's Facial Recognition App Has Been Used By The Justice Department, ICE, Macy's, Walmart, And The NBA", *BuzzFeed News*, 27 fev. 2020, disponível em <<https://www.buzzfeednews.com/article/ryanmac/clearview-ai-fbi-ice-global-law-enforcement>>, acesso em: 05 mar. 2020.

MEIRELLES, Pedro. **Histórico das APIs no monitoramento e pesquisa em mídias sociais**. Brasília: Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados - IBPAD, 2019.

MOZILLA. "Tell Amazon Ring: stop sharing information with police". Disponível em <<https://foundation.mozilla.org/pt/campaigns/tell-amazon-ring-stop-sharing-information-police-services/>>, acesso em: 01 out. 2020.

NAPOLI, Philip; CAPLAN, Robyn. Por que empresas de mídia insistem que não são empresas de mídia, por que estão erradas e por que isso importa". *Parágrafo*, v. 6, n. 1, 2018, pp. 143-163.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Editora Perspectiva SA, 2016.

NELSON, Alondra; TU, Thuy Linh Nguyen; HINES, Alicia Headlam (orgs.). **Technicolor: Race, technology, and everyday life**. NYU Press, 2001.

NOBLE, Safiya Umoja. Google search: Hyper-visibility as a means of rendering black women and girls invisible. **InVisible Culture**, n. 19, 2013., s.p.

NOBLE, Safiya Umoja; ROBERTS, Sarah T. Elites tecnológicas, meritocracia e mitos pós raciais no Vale do Silício. **Fronteiras – estudos midiáticos**, vol. 22, n.1, 2020, p.36-46.

NYABOLA, Nanjala. **Digital Democracy, Analogue Politics: How the Internet Era is Transforming Politics in Kenya**. Londres (Reino Unido): Zed Books, 2018.

PRABHU, Vinay Uday; BIRHANE, Abeba. Large Datasets: A Pyrrhic Win for Computer Vision?" **arXiv:2006.16923v2**, 2020.

QUEIROZ, Ivo Pereira de. **Fanon, o reconhecimento do negro e o novo humanismo: horizontes descoloniais da tecnologia**. Tese (Doutorado) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Tecnologia. Curitiba, 2013.

QUIJANO, Aníbal. ¡Que tal raza!. **Ecuador Debate**, n. 48, 1999.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra (Portugal): Edições Almedina, 2009.

RIBEIRO, Manoel Horta; OTTONI, Raphael; WEST, Robert; ALMEIDA, Virgílio A. F.; MEIRA JR., Wagner. Auditing Radicalization Pathways on YouTube. **FAT* '20**, Barcwellona, Espanha, 2020, pp.131-141.

RICAURTE, Paola. Data epistemologies, the coloniality of power, and resistance. **Television & New Media**, v. 20, n. 4, p. 350-365, 2019.

RIEDER, Bernhard; MATAMOROS-FERNANDEZ, Ariadna; COROMINA, Óscar. From ranking algorithms to 'ranking cultures' Investigating the modulation of visibility in YouTube search results. **Convergence**, v. 24, n. 1, 2018, pp.50-68.

RIEDER, Bernhard. **Engines of Order: a mechanology of algorithmic techniques**. Amsterdam (Holanda): Amsterdam University Press, 2020.

SAINI, Angela. **Superior: the return of race science**. Boston (USA): Beacon Press, 2019.

SHANKAR, Shreya et al., **No Classification without Representation: Assessing Geodiversity Issues in Open Data Sets for the Developing World**, arXiv:1711.08536v1, 2017.

SILVA, Tarcizio. Teoria racial crítica e comunicação digital: conexões contra a dupla opacidade. In: POLIVANOV, B.; ARAÚJO, W.; OLIVEIRA, C. C. G.; SILVA, Tarcizio (orgs.). **Fluxos em redes sociotécnicas: das micronarrativas ao big data**. São Paulo: INTERCOM, 2019.

SILVA, Tarcízio. *Visão Computacional e Racismo Algorítmico: branquitude e opacidade no aprendizado de máquina*. *Revista da ABPN*, v.12. n.31, 2020a.

SILVA, Tarcízio. *Racismo algorítmico: das plataformas à seletividade penal*. São Paulo: Sesc Edições, 2020b (no prelo).

SILVA, T.; SILVEIRA, S. A. Controvérsias sobre Danos Algorítmicos: discursos corporativos sobre discriminação codificada. *Revista Observatório*, 2020 (no prelo).

SILVEIRA, S. A. A internet em crise. In: SADER, Emir. *E agora, Brasil?*. Rio de Janeiro: UERJ- LPP, 2019.

SMITH, Adam. "Facial Recognition that Scrapes Social Media Sites to be Investigated by UK and Australia", *Independent*, 09 jul. 2020, disponível em <<https://www.independent.co.uk/life-style/gadgets-and-tech/news/facial-recognition-ai-social-media-sites-uk-australia-investigation-a9610456.html>>, acesso em: 01 ago. 2020.

SODRÉ, Muniz. *A Ciência do Comum: notas para o método comunicacional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

STEVENSON, Alexandra. "Facebook Admits It Was Used to Incite Violence in Myanmar", *The New York Times*, 06 nov. 2017. Disponível em <<https://www.nytimes.com/2018/11/06/technology/myanmar-facebook.html>>, acesso em 05 out. 2020.

TUFEKCI, Zeynep. "YouTube, the Great Radicalizer", *New York Times*, 10 mar. 2018. Disponível em <<https://www.nytimes.com/2018/03/10/opinion/sunday/youtube-politics-radical.html>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

WILSON, Benjamin; HOFFMAN, Judy; MORGENSTERN, Jamie. Predictive inequity in object detection. arXiv preprint [arXiv:1902.11097](https://arxiv.org/abs/1902.11097), 2019.

WYNTER, Sylvia. Unsettling the Coloniality of Being/Power/Truth/Freedom: Towards the Human, After Man, Its Overrepresentation - An Argument. CR: *The New Centennial Review*, Volume 3, Number 3, 2003, pp. 257-337.

Do entusiasmo à dependência: um relato de dez anos cobrindo tecnologia

Tatiana K. de M. Dias

Parte 1: 'É preciso fugir da demonização'

Era o meu primeiro mês como repórter no jornal *O Estado de S.Paulo*. Eu ainda estava me ambientando à cobertura hard news de tecnologia – lançamentos, tendências, resenhas de aparelhos – quando vem a notícia que Mark Zuckerberg estaria no Brasil e daria uma entrevista para nós. Lembro do dia em que o repórter designado para a missão voltou para a redação depois de ter se encontrado com o milionário de 25 anos, para depois sentar para escrever o texto sobre a rede social. Então com 250 milhões de usuários no mundo, o Facebook no Brasil na época enfrentava o Orkut, adquirido pelo Google em 2008. Os dois ensaiavam o seu modelo de negócios: publicidade segmentada com base no comportamento das pessoas. Era o embrião do que mais tarde, se convencionou a chamar de capitalismo de dados – mas ninguém sabia disso.

A reportagem apresentava assim o novo modelo:

"O executivo afirma que o site 'já faz dinheiro'. O modelo é o de anúncios segmentados. Como a rede social possui muitas informações sobre os usuários, como gostos e amigos, é possível exibir publicidade exclusiva para cada perfil de internauta. 'Para as pessoas é bom, pois elas têm anúncios com maior relevância. E os patrocinadores fazem o melhor investimento'.

Esse tipo de publicidade, diz, 'ainda está nos primeiros estágios'. 'Mas irá funcionar muito bem', garante. 'Fizemos pesquisas com as pessoas para saber se elas aprovavam. Perguntamos se elas gostariam de anúncios segmentados. O resultado foi bom. O Facebook é um ambiente em que as pessoas confiam. E, quando confiam, elas se mostram mais, compartilham informações de forma segura. E é a melhor forma para a publicidade', afirma."

O Estado de S.Paulo, L1, 13 de julho de 2009

Zuckerberg sabia que, para que seu modelo de negócios desse certo, ele deveria convencer as pessoas a compartilharem suas informações no Facebook. O botão "curtir", lançado naquele mesmo ano, foi o divisor de águas: permitia que os usuários, a partir de uma interação mínima – apertar o botão – interagissem com o conteúdo; e, do outro lado, informava à rede social seus gostos e preferências. Naquele ano, o Facebook não apenas dobrou seu número de usuários – pulou de 150 milhões em janeiro para 300 milhões em setembro – como também fez com que as pessoas passassem cada vez mais tempo nela.

No ano seguinte, eu mesma escreveria sobre o assunto. Em um texto sobre o seminário da Associação Brasileira de Direito da Informática e Telecomunicações no dia 9 de novembro de 2010, falei sobre como a publicidade segmentada levantava "discussões sobre privacidade". "Nesta nova realidade online, os dados dos cidadãos valem ouro. Para a indústria, é interessante saber quem está do outro lado do computador para otimizar a publicidade. Para os usuários, há a vantagem de ter acesso à publicidade segmentada", escrevi, ponderando: "mas a que preço? Hoje já dá para monitorar a navegação com ferramentas sofisticadas de behavioral targeting – monitoramento comportamental". Em uma aspa no texto, o então professor da FGV-SP e mais tarde responsável pela área de políticas públicas do Google, Marcel Leonardi, admitiu:

"Não existe almoço grátis. Queremos serviços gratuitos, mas em troca há a coleta de dados. É preciso fugir da demonização disso".

No ano seguinte, o Facebook seguia na sofisticação da plataforma e lançou o Open Graph, que permitia que todos os sites tivessem o botão "curtir" – levando a rede social para toda a internet, e a internet para dentro da rede social (as curtidas apareciam nas linhas do tempo). Em uma reportagem de capa no dia 7 de março de 2011, o Link

falou da evolução do botão e do seu impacto em uma reportagem ilustrada com a foto de Ferris Bueller, personagem principal do filme *Curtindo a Vida Adoidado* (1986).

"Não é só um botãozinho. Curtir é a unidade mínima da web 2.0, a partícula elementar que transforma qualquer leitor passivo em alguém que publica."

Alexandre Matias e Heloisa Lupinacci, O Estado de S.Paulo, pág. L2, 7 de março de 2011

O entusiasmo teve um único contraponto: um box que alertava o leitor para o fato de que "cada joinha dado" é uma nova medição de audiência e informações sobre o consumidor, e que não era possível saber o que o Facebook faria com a informação depois.

Na época não tínhamos nos dado conta – mas o botão curtir, as notificações e os sistemas de comentários, inovações que recebíamos entusiasmados, eram "tecnologias aditivas" (Alter, 2017), ferramentas dedicadas a reter ao máximo a atenção dos usuários ao mesmo tempo em que os seduziam a entregar informações e preferências pessoais para entregar publicidade direcionada. O "curtir" é uma reação que provoca uma sensação de reconhecimento e recompensa, que se retroalimenta: mais posts, mais curtidas, mais informação, mais tempo gasto na plataforma.

Essas inovações eram essenciais para as empresas que tinham seus negócios baseados na "economia da atenção" (Wu, 2016), ou seja, em transformar a escassez de atenção entre o infinito de informações na internet em oportunidades comerciais. As interações dos usuários passaram a ser capitalizadas: informações pessoais, gostos e preferências se tornaram o valor vendido pelas grandes corporações, que passaram a não apenas aprender sobre o comportamento de seus usuários, mas também prevê-lo e moldá-lo, transformando-o em matéria prima para seus negócios, como descrito por Shoshana Zuboff. O capitalismo de vigilância é fundamentalmente ligado ao ambiente digital, mas prosperou graças à ideologia e políticas neoliberais que providenciaram o habitat pouco regulado em que ele pôde prosperar (Zuboff, 2015).

Duas empresas se sobressaíram nesse negócio: Facebook e Google, donas de um gigantesco acervo de informações pessoais, com as quais alimentavam suas próprias plataformas para exibir conteúdos com maior potencial de vício nos seus usuários.

Em 2012, um relatório publicado pelo IAB, Internet Advertising Bureau, mostrou como essas mudanças se refletiram no mercado publicitário brasileiro. Naquele ano, pela primeira vez, a publicidade na internet ultrapassou a publicidade em jornais. A TV aberta ainda liderava com folga, com 60,63% do mercado, seguida pela internet (11,98%) e jornais (11,06%). As projeções do instituto, que concentra empresas de marketing digital, eram sempre otimistas e indicavam anualmente crescimentos na casa de dois dígitos.

Enquanto isso, a publicidade para jornais e revistas minguava (Costa, 2014). Os jornais já sentiam, desde a década anterior, o impacto financeiro e de audiência provocado pela internet (Magalhães, 2008); mas a mudança começou a se intensificar em 2013. Naquele ano, publicidade na internet ultrapassou pela primeira vez a de revistas, e em jornais a queda se acentuava. O fenômeno era global. "Declínio da publicidade impressa pressiona jornais", dizia uma manchete do Wall Street Journal em 2016. A reportagem narrava que, naquele ano, gastos globais com anúncios em jornais impressos diminuiriam 8,7%, para US\$ 52,6 bilhões, segundo estimativas da GroupM. Era a maior queda desde a crise econômica de 2009.

Ao mesmo tempo, jornais impressos perdiam audiência – dos 10 maiores, a tiragem caiu de 1,2 milhão de exemplares impressos em 2014 para 588,6 mil em outubro de 2019, segundo dados do Instituto Verificador de Comunicação. O impacto foi sentido no enxugamento das redações (Camponez, 2009). O número de postos formais caiu, jornalistas passaram a ter exigências de formação maiores e ficaram mais sobrecarregados (Pithan, Vaclavik, Oltramari, 2020). Ser jornalista nunca foi fácil; mas foi definitivamente ficando muito mais complicado diante das rápidas mudanças no cenário da comunicação.

Senti na pele o fenômeno ainda no Estadão: em 2013, em uma reformulação forçada por corte de custos, a equipe do Link foi reduzida e o caderno, descontinuado. Dois repórteres foram demitidos e a cobertura de tecnologia aconteceria, dali em diante, apenas em uma página no caderno de Economia. Fui transferida para outra editoria e, de lá, fui trabalhar na Editora Globo.

Nas organizações Globo, naquele ano, vigorava a ordem de que conteúdos produzidos pelas empresas da organização não podiam ser postados nos perfis oficiais de Facebook; a justificativa era que as redes sociais eram responsáveis pela queda de audiência dos veículos da empresa. A ordem, recebida com estranhamento pelos jornalistas, acabou derrubada sete meses depois. A Globo se dobrou ao Facebook e voltou a abastecer as redes sociais com seu conteúdo.

Parte 2: A sofisticação dos mecanismos

As *big techs* continuavam em posição confortável. Em 2012, o Facebook comprou o Instagram e atingiu seu primeiro bilhão de usuários; dois anos depois, adquiriu o WhatsApp. Em 2012, registrou no primeiro quadrimestre lucro de US\$ 1,058 bilhão, número que dobrou em 2014. Em 2020, para efeito de comparação, esse número ultrapassou US\$ 17 bilhões. O Google também cresceu de forma galopante: no primeiro quadrimestre de 2012, registrou lucro de US\$ 8,14 bilhões; dois anos depois, o número foi para US\$ 15,42 bilhões. Hoje, está na casa dos US\$ 41.16 bilhões.

Os lucros foram otimizados por uma constante aprimoração nos mecanismos de vigilância para sofisticar o principal modelo de negócios das empresas, a publicidade direcionada. Em 2018, o Facebook anunciou uma mudança no algoritmo que passaria a privilegiar conteúdos dos amigos, em vez de posts de empresas – o que incluiu a mídia, com alcance derrubado.

A justificativa, segundo Mark Zuckerberg, era que o Facebook havia sido construído "para ajudar as pessoas a permanecerem conectadas" e "nos aproximarmos das pessoas que são importantes para nós". "É por isso que sempre colocamos amigos e familiares no centro da experiência. A pesquisa mostra que o fortalecimento de nossos relacionamentos melhora nosso bem-estar e felicidade", dizia o comunicado, reproduzido na imprensa de forma obediente.

A mudança, obviamente, não tinha exatamente a ver com buscar a felicidade dos usuários – mas, sim, de privilegiar o tipo de conteúdo mais capaz de prender a atenção dos usuários. Se só seus amigos que gostam de suas opiniões vêem o que você posta, há mais chance de você ganhar likes e continuar alimentando sua satisfação pessoal dedicando tempo e entregando informações à plataforma – em mais um exemplo de tecnologia aditiva descrita por Alter em 2017. O efeito colateral foi sentido na própria mídia: veículos jornalísticos que tinham o Facebook como principal meio de distribuição viram cair o número de interações (Cornia, Sell, Levy, 2018).

O YouTube, do Google, também se aprimorou. A rede social de vídeos lançou um sistema de recomendações em 2010 – imediatamente, o sistema passou a ser responsável por 60% dos cliques dos usuários (Davidson, 2010), segundo os próprios cientistas do Google. Em 2017, o YouTube passou a rodar sobre uma plataforma de inteligência artificial, o Tensorflow, que usa aprendizado de máquina para melhorar seu sistema de recomendações.

A tecnologia atribui significados aos vídeos e os combina com diferentes outras variáveis (Covington, Adams, Sargin, 2017) – que vão desde tempo assistido a comentários e posição do cursor do mouse, por exemplo – para encontrar vídeos mais sedutores para os usuários. O sistema seleciona os vídeos a serem selecionados para rodarem automaticamente no autoplay e os que estão na home, sempre customizada de acordo com as preferências dos usuários. A reação dos espectadores aos conteúdos é monitorada constantemente – mesmo sem likes ou participação ativa – e é usada para alimentar o algoritmo que calcula a relevância dos vídeos.

Como resultado, criou-se um sistema eficiente para prender a atenção dos usuários, apontado por alguns pesquisadores como responsável por promover radicalização (Tufekci, 2018). "Existe um incentivo para os produtores fazerem vídeos cada vez mais extremos e bizarros para prender a audiência o máximo possível", escreveu a pesquisadora Yasodara Córdova em artigo no The Intercept Brasil.

O ex-funcionário do Google Guillaume Chaslot mostrou que nas eleições norte-americanas em 2016 o sistema de recomendações do YouTube privilegiou conteúdo pró-Trump em detrimento de materiais pró-Hillary Clinton (Chaslot, Gorbatay, 2016). Embora trabalhos mostrem que talvez não seja possível afirmar que o algoritmo do YouTube, por si, provoque radicalização dos usuários (Ledwich, Anna Zaitsev, 2019), outros mostram que o sistema favorece a criação de redes de extrema-direita (Kaiser, Rauchfleisch, 2019), com um ecossistema de canais extremistas se beneficiando do sistema de recomendação mútua.

Como resultado, o YouTube se tornou um ambiente potencialmente tóxico e propício para a propagação de discurso de ódio. Mulheres são subrepresentadas e recebem muito mais comentários hostis e sexistas (Döring, Mohseni, 2018) do que os homens que produzem conteúdos na plataforma. Ameaças, xenofobia, homofobia, racismo, misoginia e ataques ligados à religião (Andrew F. Sellars, 2019) cresceram em todo o mundo na internet.

Além de ser ambiente fértil para a propagação de discurso de ódio, o ecossistema que privilegia cliques e atenção também se tornou um lugar propício para propagação de notícias falsas (Morozov, 2018). Para as grandes plataformas cujo modelo de negócio é centrado em dados, conteúdos se tornam lucrativos à medida em que circulam. Assim, notícias com potencial apelativo para gerar engajamento e cliques são mais interessantes, do ponto de vista financeiro, para as plataformas.

É por isso que o Google, por exemplo, chegou a treinar blogueiros de extrema-direita para aumentar o engajamento de seus conteúdos na época do impeachment de Dilma Rousseff, entre 2015 e 2016. Os blogueiros foram orientados a adotar técnicas de SEO específicas para impulsionar a audiência de seus sites, que usavam o AdSense, plataforma de anúncios programáticos do Google. Quanto mais audiência, maior a possibilidade de cliques nos anúncios; os valores, pagos pelos anunciantes, eram divididos entre Google e blogueiros, que chegavam a faturar até R\$ 25 mil por mês só com o AdSense. Nós só ficamos sabendo disso porque um deles, arrependido, me procurou para contar essa história com os documentos que a comprovam.

Discurso extremista, conteúdo de ódio, notícias falsas – é nesse ambiente, mediado por grandes plataformas, que prioritariamente as pessoas se informam no Brasil. Estudo da consultoria Comscore em 2020 mostrou que redes sociais – Facebook, LinkedIn e Twitter – são as principais fontes de informação para 55% dos entrevistados da geração Z. Entre os Millennials, esse número é de 40%; e entre a X, 25%. Entre os jovens, a maioria também lê notícias de forma rápida ou superficial – só os títulos, por exemplo.

No ano passado, pela primeira vez, as redes sociais ultrapassaram a TV como principal fonte de informação, segundo o Reuters Digital News Report. Facebook, WhatsApp e YouTube são os principais meios mencionados pelos entrevistados. Ao mesmo tempo, o grau de confiança nas pessoas na mídia passou a derreter – em 2020, uma pesquisa realizada pelo DataFolha mostrou que a imprensa foi a única instituição a ter alta relevante no nível de desconfiança (em abril de 2019, 26% dos entrevistados não confiavam; em julho, o número subiu para 30%).

Parte 3: Incentivo ou mordação?

Cientes do cenário que ajudaram a criar, e pressionadas pela sociedade civil, as grandes plataformas passaram a anunciar iniciativas de combate à desinformação e incentivo aos jornalistas. Em 2018, o Google e o Facebook ajudaram a financiar o projeto Comprova, um consórcio de 24 redações para checar notícias de forma sistemática. O lançamento foi no Congresso da Abraji, Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, também patrocinado pelas mesmas empresas, com apoio do Twitter. A iniciativa foi muito bem recebida por profissionais e executivos de imprensa, e poucos problematizaram o fato de o financiamento para o projeto estar vindo justamente de quem causou o problema.

No mundo, diz o Google, US\$ 6,5 milhões foram investidos em iniciativas de combate à desinformação em 2020. (Perto do faturamento total da empresa, no entanto, o valor é ínfimo: no segundo trimestre deste ano, a empresa lucrou mais de US\$ 6,96 bilhões.)

Além do projeto Comprova, Agência Lupa e Aos Fatos, duas das principais agências de checagem do Brasil, receberam apoio financeiro do Google e do Facebook. O Google News Initiative, lançado pela empresa para financiar projetos jornalísticos, ajuda a financiar dezenas de organizações jornalísticas no mundo. Elas incluem, por exemplo, a Abraji, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. Outros 12 sites e projetos jornalísticos, que incluem O Globo, Bandeirantes, Congresso e Foco e AzMina, entre outros, foram selecionados para o Desafio de Inovação da empresa, com financiamentos de até US\$ 300 mil, selecionados por "Googlers" e "executivos da indústria de tecnologia".

Em 2020, outros 10 projetos jornalísticos receberam US\$ 20 mil do Google no projeto Startup Lab, onde terão acesso a "mentoria, treinamento e workshops sobre assuntos como estratégia, produto, modelos de negócio, vendas, marketing, construção de comunidade e levantamento de fundos" – tudo mediado pela empresa.

Além de ver prosperar um mercado jornalístico borbulhante que depende de big techs para sobreviver, nos últimos anos eu vi, também, muitos colegas sendo contratados por elas. Ex-repórteres e editores passaram para o "outro lado do balcão", no jargão jornalístico, e passaram a atuar como assessores de imprensa dessas empresas. É um movimento esperado: em um cenário de crise na profissão, desesperança e precarização – salários mais baixos, jornadas mais exaustivas e pressão – muitos profissionais decidem deixar a profissão (Pithan, Vaclavick, Oltramari, 2020), e a assessoria é uma alternativa vista como não muito distante do jornalismo. Os altos salários e pacote de benefícios – muito diferentes de redações – tornam as propostas sedutoras.

Para quem persiste, em um cenário de crise, com fechamentos e demissões, o financiamento por meio de empresas como Google e Facebook é, muitas vezes, a única chance de viabilizar projetos jornalísticos. Assim, prosperam os projetos que passam pelo escrutínio dos executivos das empresas de tecnologia, com base em seus

próprios critérios. A criação desse novo mercado jornalístico, mediado e restrito às regras das pelas próprias plataformas que ajudaram a corroer o jornalismo, ainda é um fenômeno pouco estudado. Qual é o impacto dessa dependência na produção jornalística e na cobertura crítica dessas empresas que o financiam?

Em um relatório recente, o Stigler Center, da Universidade de Chicago, classifica Google e Facebook como os maiores agentes políticos dos nossos tempos. Isso porque as empresas concentram um enorme poder econômico, complexidade e opacidade, conectividade e a mídia, que lhes permite "moldar o discurso público". Como o financiamento de iniciativas jornalísticas – que vão desde startups e ONGs a grandes redações – influencia na cobertura dos financiados?

Parte 4: Autocrítica e futuros caminhos

Como jornalistas, nós caímos no conto de fadas do Vale do Silício, o de que as redes sociais ajudariam a diminuir distâncias, unir as pessoas e reduzir desigualdades. Mas falhamos em identificar os mecanismos com os quais essa retórica manipulou os resultados finais. Noticiamos fusões e aquisições que, hoje, são emblemáticas para explicar a concentração de mercado – a compra do WhatsApp e Instagram pelo Facebook, por exemplo – sem problematizar o fato de que elas aumentariam o poder de vigilância e a incidência dessas empresas.

Criamos novas editorias para cobrir o emergente e borbulhante mercado de tecnologia, com termos como "unicórnios" para definir empresas que atingem o valor de R\$ 1 bilhão, sem nos darmos conta de muitas representantes desse mesmo mercado surgiram, apenas, com o fim de enriquecer especuladores e, no fim, serem adquiridas por uma gigante de tecnologia. Entre happy hours, viagens e comunicados herméticos que engolimos, compactuamos com a total falta de transparência dessas empresas (Hoofnagle, 2009).

Não fomos céticos o suficiente. Como classe jornalística, fomos coniventes com a criação de um novo modelo capitalista baseado na concentração de informações nas mãos de poucas e poderosas empresas e, pior, hoje nos beneficiamos disso. Embora tenhamos sentido na pele todos os efeitos nefastos da transformação do cenário de consumo de conteúdo e da concentração de mercado – a crise financeira e de confiança na mídia, a deterioração do discurso público e propagação de discurso de ódio e notícias falsas –, essas empresas encontraram maneiras de continuar exercendo poder sobre o fazer jornalístico.

Nos tornamos dependentes de regras privadas de difusão de conteúdo – uma mudança de algoritmo é suficiente para sufocar audiência de um veículo – e também podemos nos tornar dependentes também financeiramente, recebendo os valores que essas empresas se dispõem a doar para iniciativas que se enquadram

em seus próprios critérios. Redações inteiras estão dependendo do capital de gigantes de tecnologia, e as que não dependem têm sua independência comprometida por receberem verba para projetos específicos de empresas que, em tese, deveriam fiscalizar.

Não aprendemos muita coisa.

O que cobrimos de forma entusiasmada em 2010 – "a partícula que transforma qualquer leitor passivo em alguém que publica" – desembocou no fenômeno que o filósofo sul-coreano Byung Chul-Han chamou de "desmediatização". Mídias sociais como Facebook e Google permitiram a qualquer pessoa produzir informação e se comunicar sem a necessidade de intermediários. "A desmediatização da comunicação faz com que jornalistas, esses antigos representantes elitistas, esses fazedores de opinião e mesmo sacerdotes de opinião, pareçam completamente superficiais e anacrônicos", ele escreveu. A promessa de democratização da comunicação se transformou no que Chul-Han chamou de "massificação" onde "linguagem e cultura se achatam".

Assistimos passivamente a cidadãos serem transformados em meros consumidores, noticiando o tecnosolucionismo com entusiasmo, sem nos aprofundar nos impactos regulatórios e sociais. E agora?

Evgeny Morozov e tantos outros pensadores defendem que é necessário diminuir a dependência das big techs do jornalismo – o contrário do que tem sido feito. Ele escreve: "é libertar nossas redes de comunicação de sua dependência em relação ao extrativismo de dados e baseá-las num conjunto diferente de princípios, que não estejam alicerçados na coleta de dados, seja para fins publicitários ou de inteligência artificial".

Em um cenário em que a produção e a distribuição de informação estão diretamente atreladas à grandes corporações, não há saída senão buscar a independência máxima dessas plataformas. Essa mudança passa por estratégias de distribuição descentralizadas – multiplataforma, incluindo newsletter – e modelos de financiamento alternativos e de fontes diversas e independência editorial máxima para cobrir o poder econômico. Também passa por reconquistar a confiança do público, estabelecendo novos modelos de interação e conversa com o público. Jornalistas tornaram-se anacrônicos para um grande público que, talvez, nunca tenha se aproximado ou confiado na imprensa. É hora de reconstruir essa relação.

Não é absolutamente negativo que novas tecnologias subvertam o elitismo e permitam que qualquer pessoa se autopublique; é compreensível que tenhamos nos entusiasmado com a possibilidade de democratização proporcionada pelas redes sociais dez ou quinze anos atrás. Mas falhamos em mostrar como o poder de grandes corporações como Google e Facebook transformaram essa possibilidade em negócios privados, com uma concentração de poder, capital e controle de mídia.

A ascensão do capitalismo de vigilância, diz Shoshana Zuboff, "traiu as esperanças e expectativas de muitos netizens [usuários de internet]" entusiasmados com a promessa emancipatória da sociedade conectada.

Agora, precisamos tratar e investigar essas corporações como o ecossistema poderoso e influente que elas são, e romper a barreira que as blinda do escrutínio público.

Referências

ALTER, A. Irresistible: The rise of addictive technology and the business of keeping us hooked. New York: Penguin, 2017.

CAMPONEZ, J. Fundamentos de deontologia do jornalismo: a autorregulação frustrada dos jornalistas portugueses (1974-2007). Lisboa: Edições Almedina, 2011.

CHASSLOT, G., YouTube's AI was divisive in the US Presidential Election. Disponível em <https://medium.com/the-graph/youtubes-ai-is-neutral-towards-clicks-but-is-biased-towards-people-and-ideas-3a2f643dea9a>

CHUL-HAN, B., No Enxame. Editora Vozes; 1ª edição (31 outubro 2018)

CORNIA, A., SEHL, A., LEVY, D.A.L., NIELSEN, R.K. Private Sector News, Social Media Distribution, and Algorithm Change, Digital News Project, September 2018.

COSTA, C. Um modelo de negócio para o jornalismo digital: como os jornais devem abraçar a tecnologia, as redes sociais e os serviços de valor adicionado. Revista de Jornalismo ESPM, v. 9, p. 51-115, 2014

COVINGTON, P., ADAMS, J., SARGIN, E, Deep Neural Networks for YouTube Recommendations, Google, 2018

GHEDIN, R., DIAS, T., RIBEIRO, P., Fake news a R\$ 25 mil por mês: como o Google treinou e enriqueceu blogueiros antipetistas. Disponível em <https://theintercept.com/2019/11/19/fake-news-google-blogueiros-antipetistas/>

HOOFNAGLE, Chris. (2009). Beyond Google and Evil: How Policy Makers, Journalists and Consumers Should Talk Differently about Google and Privacy. First Monday. 14. 10.5210/fm.v14i4.2326.

KAISER, J., RAUCHFLEISCH, A., Unite the Right? How YouTube's Recommendation Algorithm Connects The U.S. Far-Right. Disponível em <https://medium.com/@MediaManipulation/unite-the-right-how-youtubes-recommendation-algorithm-connects-the-u-s-far-right-9f1387ccfabd>

LADWICH, M., ZAITSEV, A., Algorithmic Extermism: Examinin YouTube's Rabbit Hole of Radicalization. arXiv preprint arXiv:1912.11211, 2019 - arxiv.org

LUPINACCI, H., MATIAS, ALEXANDRE: Adoro. O Estado de S.Paulo, pág. L2, 7 de março de 2011. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20110307-42874-spo-38-inf-l2-not/busca/Curtir+Facebook>

MAGALHÃES, L.A. Jornalismo: Reinvenção ou Decadência. Revista UFG / Dezembro 2008 / Ano X. no 5, p. 23

MOROZOV, E. Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018. 189 p. ISBN 978 85 7126 012 2

Nicola Döring, M. Rohangis Mohseni. (2019) Fail videos and related video comments on YouTube: a case of sexualization of women and gendered hate speech?. *Communication Research Reports*36:3, pages 254-264.

PITHAN, L.H, VACLAVIK, M.C, OLTRAMARI, A.P., Carreiras vulneráveis: uma análise das demissões da mídia como um ponto de inflexão para jornalistas. *Cad. EBAPE.BR* vol.18 no.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2020

SELLARS, Andrew, Defining Hate Speech (December 1, 2016). Berkman Klein Center Research Publication No. 2016-20, Boston Univ. School of Law, Public Law Research Paper No. 16-48, Available at SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2882244>

TUFECKI, Z., YouTube, o grande agente da radicalização. *O Estado de S. Paulo*, 17 de março de 2018. Disponível em <https://internacional.estadao.com.br/noticias/nytiw,youtube-o-grande-agente-da-radicalizacao,70002228900>

WU, T. *The Attention Merchants: The Epic Scramble To Get Inside Our Heads*. London: Atlantic Books, 2016.

ZUBOFF, S. *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. New York: PublicAffairs, 2019.

Sobre os autores

Antônio Fausto Neto

Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1972), mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília (1977), doutor em Sciences de La Communication Et de Linformation - Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales - França (1982) e estudos de pós-doutorado na UFRJ - RJ (1990). Pesquisador 1A do CNPq; membro do Comitê Científico do CNPq (área de comunicação); Consultor ad hoc: CAPES, CNPq, Fundação Carlos Chagas. Professor titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); ex-professor na UFRJ, UFPB, UnB e PUC-Minas. Professor Colaborador do Mestrado Profissional em Jornalismo da UFPB Campus João Pessoa. Presidente do Centro Internacional de Semiótica e Comunicação (CISECO). Co-fundador da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação - Compós. Autor de livros "Mortes em derrapagem" (1991); "O impeachment da televisão" (1995); "Ensinando à TV Escola" (2001); "Desconstruindo os sentidos" (2001); "Lula Presidente - Televisão e política na campanha eleitoral" (2003); O mundo das mídias (2004). afaustoneto@gmail.com

Cicilia M. Krohling Peruzzo

Professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e do Póscom da Universidade Federal do Espírito Santo. Investigadora Colaborada do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho - Braga, Portugal. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado pela Universidad Nacional Autónoma de México. Fez o mestrado em Comunicação Social na Universidade Metodista de São Paulo e a graduação em Comunicação Social pela Faculdade de Comunicação Social Anhembi. Pesquisadora das linhas de Comunicação popular, comunitária, alternativa e mídia local, além de Relações Públicas, na perspectiva crítica e dos movimentos sociais. Foi coordenadora do Grupo de Trabalho Comunicação e Culturas Populares da Intercom, do Grupo de

Trabalho Comunicación Popular, Comunitária y Ciudadanía da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIIC), do GT Comunicação e Cidadania da Associação Brasileira de Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) e do Grupo de Pesquisa Comunicação, Responsabilidade Social e Cidadania (Abrapcorp). Coordena o Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local (COMUNI). Foi coordenadora executiva e membro da equipe de coordenação do GT Comunicação e Cidadania da Assilbercom (Associação Ibero-Americana de Comunicação). Foi presidente e fundadora da Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores Populares em Comunicação Comunitária e Cidadã (ABPCom). Pesquisadora PQ 1B do CNPq. Foi membro de Comitê de Assessoramento de Artes, Ciências da Informação e Comunicação (AC) do CNPq (2016-2019). Presidente da Associação Ibero-Americana de Investigadores da Comunicação (Assibercom). kperuzzo@uol.com.br

Delia Covi Druetta

Nasceu na Argentina, fez o bacharelado em Jornalismo e Ciências da Informação pela Pontificia Universidade Católica da Argentina, em 1971. Fez o Mestrado em Comunicação e Desenvolvimento, pela Universidad Iberoamericana, em 1981 e também o Mestrado em Ciências da Comunicação, pela Universidad Nacional Autónoma do México, em 1991. O Doutorado foi feito em Estudos Latino-Americanos, também pela Universidad Nacional Autónoma de México, em 1995. Hoje é professora e pesquisadora em comunicação e estudos latino-americanos na Universidad Nacional Autónoma de México. croidelia@gmail.com

Eduardo Meditsch

Pesquisador do CNPq atualmente é Professor Visitante do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília. É também Professor do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, instituição em que atua desde 1982 e onde segue atuando com trabalho voluntário após sua aposentadoria como Professor Titular em 2016. Realizou estágio sênior de pós-doutorado na University of Texas at Austin (2010/2011) com bolsa da Capes. Possui doutorado em Ciências da Comunicação/Jornalismo pela Universidade Nova de Lisboa (1997), mestrado em Ciências da Comunicação/Jornalismo pela Universidade de São Paulo (1990) e graduação em

Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1979). Integra conselhos editoriais de uma dezena de revistas acadêmicas do Brasil, América Latina e Portugal. Como jornalista, atuou na Rádio Continental, Rádio Gaúcha, Rádio Guaíba, TV Guaíba, jornal Folha da Tarde, todos no Rio Grande do Sul, e na Rádio Jornal do Brasil e TV Educativa no Rio de Janeiro. Foi colaborador de diversos órgãos da imprensa alternativa brasileira e também do jornal Público de Lisboa. Sócio-fundador da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), foi seu primeiro diretor científico. Coordenou o Núcleo de Pesquisa em Rádio e Mídia Sonora da Intercom e o GT Estudos de Jornalismo da Associação Latino-Americana dos Pesquisadores em Comunicação (ALAIC). Foi membro da Comissão Nacional de Ética dos Jornalistas (Fenaj) e da coordenação do Forum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ). Recebeu os prêmios Vladimir Herzog de Jornalismo e Direitos Humanos (1980), Luiz Beltrão de Ciências da Comunicação (Liderança Emergente em 2003; Maturidade Acadêmica em 2019) e Adelmo Genro Filho de Pesquisa em Jornalismo (Pesquisador Sênior, 2015). Participou do Comitê de Assessoramento de Artes, Comunicação e Ciências da Informação do CNPq (2018-2021), da Comissão de Especialistas que elaborou as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Jornalismo e de Comissão de Avaliação da Pós-Graduação da área na Capes. Fundou, na UFSC, o Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, a revista Estudos em Jornalismo e Mídia, a webemissora Rádio Ponto UFSC e o Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Conhecimento. Colidera o Grupo de Investigação em Rádio, Fonografia e Áudio. Tem experiência acadêmica na área de Comunicação, com ênfase em Teoria e Ensino do Jornalismo, Estudos de Rádio e Áudio, Processos e Produtos Jornalísticos e Mídia e Conhecimento. emeditsch@gmail.com

Fernando Oliveira Paulino

Doutor (2008, com estágio na Universidad de Sevilla) e mestre (2003) em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). Professor em cursos de pós-graduação e graduação na UnB. Professor visitante da TU Dortmund. Presidente da Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (SOCICOM) e Vice-Presidente da Associação Latino-Americana de Investigadores da Comunicação (ALAIC). Diretor da Faculdade de Comunicação da UnB entre 2015 e 2019. Pesquisador e Coordenador do Laboratório de Políticas de Comunicação (LaPCom-UnB), do Projeto Comunicação

Comunitária e Cidadania (CNPq), do Projeto Comunicação e Cidadania no Distrito Federal (UnB-MCTIC) e do Projeto Comunicação, Mobilização Social, Educação e Acesso à Informação (FAP-DF). Um dos gestores do Termo de Cooperação Empresa Brasil de Comunicação (EBC)-UnB responsável por pesquisa sobre Comunicação Pública (2013-2015) e pelo programa "Rádio em Debate" (2009-2012). Diretor de Relações Internacionais da ALAIC (2014-2020), coordenador do Grupo "Ética, Liberdade de Expressão e Direito à Comunicação" (2012-2020), Coordenador Geral de três edições da Escola de Verão "Pesquisa em Comunicação na América Latina" (2013-2016) e integrante das Comissões Organizadoras das iniciativas em 2017, 2018, 2019 e 2020, integrante do grupo de trabalho ALAIC-ECREA e ex-diretor administrativo da entidade entre 2009 e 2014. Diretor de Relações Internacionais da Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (SOCICOM, 2018-2020). Um dos coordenadores do Grupo de Trabalho Comunicação pública, popular ou alternativa, ULEPICC-Brasil (2014-2018), responsável pelo Programa de Extensão de Ação Contínua "Comunicação Comunitária" (www.comcom.fac.unb.br) com atividades desde 2002, e membro fundador da Rede Nacional de Observatórios da Imprensa (RENOI, desde 2005). Coordenador Executivo da Comissão UnB.Futuro (www.unbfuturo.unb.br) entre 2012 e 2015, Gestor de Termos de Cooperação entre UnB e UA Ruhr (Alemanha), UnB e Communication University of China, UnB e California State University, Fullerton (EUA), UnB e Universidade do Minho e UnB e Universidade de Coimbra. Integrante da Coordenação do Fórum de Direito de Acesso a Informações Públicas (www.informacaopublica.org.br). Tem experiência em atividades de ensino, pesquisa e extensão ligadas a Políticas de Comunicação, Comunicação Comunitária, Saúde e Mobilização Social, e Ética e Legislação, desenvolvendo os temas: mídia, ética, direito à informação, saúde, cidadania e responsabilidade social. Autor de artigos e livros científicos, dentre eles "Comunicação Pública em Debate: Ouvidoria e Rádio", disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/14774> Membro de entidades científicas: Intercom (desde 1997), SBPJOR (um dos seus fundadores em 2003), ALAIC (desde 2005), IAMCR (desde 2010), Ulepigg Brasil (desde 2012) e ICA (desde 2014). Pareceristas de revistas nacionais e internacionais. Jornalista e radialista, foi Ouvidor Adjunto da EBC entre 2008 e 2009. Um dos fundadores do Projeto de Pesquisa e Extensão "SOS-Imprensa" (www.unb.br/fac/sos), Coordenador Executivo da Comissão UnB 50 Anos entre 2011 e 2013 (www.unb50anos.com.br) e consultor na Universidade Solidária (1999-2014). Foi

professor no Instituto de Educação Superior de Brasília, IESB (2001-2009), onde coordenou o curso de pós-graduação em Assessoria em Comunicação Pública (2007-2009). Membro da Comissão Organizadora da 1.ª Conferência Nacional de Comunicação (2009). Foi integrante do Conselho Diretor do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC, 2004-2010) e fez parte da Comissão de Ética do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF (2001-2010). fopaulino@gmail.com

Ivanise Hilbig Andrade

Jornalista, Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Estudos de Linguagens, área de concentração Linguística e Semiótica, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Atualmente é professora adjunta na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde atua na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, além de professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pesquisadora visitante do Institut Français de Presse - Université Paris 2 - Panthéon Assas (2019). Diretora de Comunicação da INTERCOM - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Vice-líder do Centro de Estudos e Pesquisas em Análise do Discurso e Mídia (CEPAD/UFBA) e consultora do CCDC/UFBA (Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania). Áreas de atuação: Teorias da Comunicação, Jornalismo, Produção de texto, Análise de Discursos e Semiótica. ivaniseha@gmail.com

Muniz Sodré

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal da Bahia (1964), mestrado em Sociologia da Informação e Comunicação - Université de Paris IV (Paris-Sorbonne) (1967) e doutorado em Letras (Ciência da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1978) e é Livre-Docente em Comunicação pela UFRJ. Atualmente é Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi Presidente da Fundação Biblioteca Nacional de 2005 a 2011, órgão vinculado ao Ministério da Cultura. Possui cerca de 40 livros publicados nas áreas de Comunicação e Cultura. Ocupa a cadeira 33 na Academia de Letras da Bahia. sodremuniz@hotmail.com

Nair Prata

Jornalista (UFMG) e doutora em Linguística Aplicada (UFMG), realizou estágio de pós-doutoramento na Universidad de Navarra (Espanha). Trabalhou durante 18 anos em emissoras de rádio, principalmente a Rádio Itatiaia, em Belo Horizonte. É professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). É diretora científica da Intercom (2017-2020; 2020-2023). Coordenou o Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom por dois mandatos (2011-2012; 2012-2014), foi diretora Regional Sudeste da Intercom (2014-2017) e vice-presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (2015-2019). É vencedora do Prêmio Luiz Beltrão 2013, categoria Liderança Emergente. nairprata@uol.com.br

Nilton dos Santos Lopes Filho

Brasileiro, natural de Sapeaçu/Bahia, reside na capital baiana. É bacharel em Comunicação Social com habilitação em jornalismo pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (Facom/UFBA). Coordena a CIPÓ – Comunicação Interativa, atuando na instituição desde 2007, como educador e jornalista mobilizador no Programa de Mobilização e Ação Política. Pela CIPÓ, foi conselheiro do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), Conselho Estadual de Juventude da Bahia (Cejuve/Bahia) e do Conselho Estadual de Comunicação Social da Bahia. Nilton fez parte de outras organizações não-governamentais de Salvador, como a Organização de Auxílio Fraternal, onde participou como mediador da Universidade da Criança e do Adolescente. No Centro de Referência Integral de Adolescentes (CRIA) atuou no Núcleo de Comunicação da instituição. nilton@cipo.org.br

Othon Jambeiro

Possui graduação em Jornalismo pela Universidade Federal da Bahia (1966), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1971) e doutorado em Comunicação pela Politécnica Central de Londres, atual University of Westminster (1995). Fez estudos pós-doutorais em Comunicação na Universidade de Brasília (2006). É Professor Titular da Universidade Federal da Bahia, onde iniciou e desenvolveu suas atividades acadêmicas desde 1968. Nesta instituição foi Chefe de Departamento, Coordenador de Curso de Graduação, Coordenador de Programa de Pós-Graduação, Diretor de Unidade,

Pró-Reitor e Vice-Reitor. Pesquisa e tem publicações na área de Informação e Comunicação, com ênfase em Políticas, Economia Política e Regulação da Informação, Cultura de Massa e Comunicações. É membro do corpo permanente do programa de pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da UFBA, onde coordena o Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Rede Digitais (CP-redes). Seus mais recentes trabalhos são: de 2008 a 2011 coordenou o projeto Cidades Contemporâneas e Políticas de Informação e Comunicações; de 2011 a 2017 o projeto Cidades e TICs - Participação Civil e Transparência de Gestão; e de 2016 a 2017 o projeto Fomentando a Indústria do Audiovisual no Brasil: o Olhar dos Produtores independentes. Todos financiados pelo CNPQ. Entre 2018 e 2020 desenvolveu e concluiu o projeto "Política de comunicação pública online: websites municipais e a lei de acesso à informação". othonfernando@gmail.com

Raquel Paiva

Possui graduação em jornalismo pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (1981), especialização em Taller de Post-Grado pelo Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación Para América Latina (1985) e aperfeiçoamento em Latin America Electronic Media Exchange Program pela Arizona State University (1985). Mestrado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1991), doutorado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997), PDE pela Università degli Studi di Torino, Itália. Fundadora ex-cordenadora do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária - LECC. Atualmente é Professora Emérita da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Comunicação, com ênfase em Teoria Crítica da Comunicação. paivaraquel@hotmail.com

Rose Marie Santini

Professora Associada da Escola de Comunicação da UFRJ. Professora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do convênio ECO-UFRJ/IBICT. Pós-doutorado no Centre d'Estudis i de Recerca d'Humanitats do Departamento de Economia da Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha (2011). Doutorado em Ciência da Informação no Instituto Brasileiro de Informação Ciência e Tecnologia (IBICT) em convênio com a Universidade Federal Fluminense (2010) com doutorado sanduíche na Universidade

Rey Juan Carlos de Madrid (2007–2009). Mestrado em Comunicação Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2004). Graduação em Comunicação Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001). Possui experiência na área de Comunicação e Informação com ênfase em Estudos de Internet (Internet Studies). Atua principalmente nos seguintes temas: microssociologia aplicada a estudos de rede; curadoria algorítmica e sistemas de recomendação online; manipulação e desinformação nas redes sociais; social bots; propaganda computacional; comportamento e manipulação da opinião pública online. Fundadora e coordenadora do Laboratório NetLab (<http://www.netlab.eco.ufrj.br/>). marie.santini@eco.ufrj.br

Sônia Caldas Pessoa

Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professora permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM/UFMG). Co-Coordenadora do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades, com cadastro no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Em 2018 recebeu o Prêmio O Erasmus+, programa da União Europeia para os domínios da Educação, da Formação, da Juventude e do Desporto para o período de 2014 a 2020, com vista a apoiar a execução da Agenda Política Europeia para a justiça social, a inclusão, o crescimento e o emprego. Em 2019 recebeu, junto com o orientando Gabriel José Faleiro, premiação na Categoria Escrita Júnior do Prêmio Mercosul de Jornalismo Científico, El Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (CONACYT), do Paraguai, e o 11º Prêmio Jovem Jornalista Fernando Pacheco Jordão, do Instituto Vladimir Herzog, pela orientação do mesmo aluno. Doutora em Estudos Linguísticos pela Faculdade de Letras (FALE) da UFMG (2015). É autora do livro *Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência: experiências e partilhas*. Foi Bolsista do CNPQ em doutorado sanduíche na Université Paris Est-Crèteil: Le Céditec (Centre d'étude des discours, images, textes, écrits, communication), Paris, França (2013/2014) e bolsista da Capes no Brasil (2012/2015). Coordenadora da Rádio Terceiro Andar, webrádio vinculada ao Curso de Comunicação Social da UFMG. É idealizadora do Blog Tudo Bem Ser Diferente (<https://tudobemserdiferente.wordpress.com>), que aborda a educação inclusiva, compreendendo as diferenças, as deficiências e a diversidade. O blog foi criado para compartilhar desafios e narrativas sobre a inclusão da partir da experiência com o filho Pedro, que morreu aos 10 anos, em 2016, com

hidrocefalia. Diretora científica adjunta da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) na gestão 2017/2020. E-mail: soniacaldaspessoa@gmail.com. Site: www.afetos.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7970114585457261>. soniacaldaspessoa@gmail.com

Suzana Barbosa

Professora Associada II do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (PósCom) da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (FACOM UFBA). Atualmente, está em seu segundo mandato como diretora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (2017-2021). Investigadora e coordenadora do Grupo de Pesquisa em Jornalismo On-line (GJOL). Coordenou o Projeto Laboratório de Jornalismo Convergente (MCTI/CNPq/MEC/CAPES 22/2014), com vigência de dezembro de 2014 até junho de 2017. A investigação no âmbito deste projeto iniciou em 2011, a partir do Edital PPP nº 0060, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB, 2011-2014). Graduou-se em Comunicação - Habilitação Jornalismo - pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (FACOM UFBA) em 1993. É doutora e mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas pelo PósCom FACOM UFBA. Realizou estágio doutoral no Laboratório de Comunicação e Conteúdos Online (LabCOM), da Universidade da Beira Interior (Portugal), sob a orientação do Professor António Fidalgo. Fez pós-doutorado na Universidade de Santiago de Compostela, Espanha, através do Programa de Cooperação Brasil-Espanha (financiado pelo MEC/CAPES/DGU e Ministerio de Educación y Ciencia de España). Atuou por dois anos (2008-2010) como professora adjunta no Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). Em 2008 recebeu o Prêmio Adelmo Genro Filho concedido pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) de "Melhor Tese de Doutorado em Jornalismo" (intitulada "Jornalismo Digital em Base de Dados (JDBD) - Um paradigma para produtos jornalísticos digitais dinâmicos"). suzana.barbosa@gmail.com

Tarcízio Silva

Pesquisador, produtor cultural e mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela UFBA; realiza doutorado em Ciências Humanas e Sociais na UFABC, onde estuda imaginários sociotécnicos de resistência. Tech + Society Fellow (2020-2022) na Fundação Mozilla, atuando em promoção de segurança digital e defesa contra danos algorítmicos. Organizou publicações como "Comunidades, Algoritmos e Ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos" (LiteraRUA, 2020), "Estudando Cultura e Comunicação com Mídias Sociais" (Editora IBPAD, 2018) e "Monitoramento e Pesquisa em Mídias Sociais: metodologias, aplicações e inovações" (Uva Limão, 2016). Fundador da Desvelar, projeto editorial de promoção de conhecimento contra-coloniais e afrodiaspóricos sobre tecnologia e sociedade. tarushijio@gmail.com

Tatiana K. de M. Dias

Jornalista há mais de uma década em São Paulo, principalmente nas áreas de tecnologia e direitos digitais, direitos humanos, ciência e comportamento. Já trabalhei no Estadão, Galileo, HuffPost e Nexø, além de ter dado aula de jornalismo para alunos das periferias de São Paulo. tatiana.dias@theintercept.com

Tiago Gomes

Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais pela Fundação Getúlio Vargas, com graduação em Cinema e Artes Cênicas. Foi gestor de inúmeros cursos profissionalizantes para jovens na CUFA – Central Única Favelas. Eleito presidente do Conselho Estadual de Juventude, onde iniciou o texto base que virou lei criando o fundo estadual de juventudes. Foi também idealizador/gestor do Programa Favela Criativa, que atendeu milhares de jovens de origem popular no Estado do Rio de Janeiro. Atualmente é Conselheiro Nacional de Juventude e líder de projetos na Fundação Roberto Marinho / Canal Futura. tiago.gomes@futura.org.br

Zulu Araújo

Edvaldo Mendes Araújo, mais conhecido como Zulu Araújo, é diretor da Fundação Pedro Calmon (FPC), órgão de estímulo à leitura, livros, memória e arquivo, que é vinculado à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Zulu Araújo é um dos mais destacados expoentes na militância do movimento negro. Foi diretor de Cultura e conselheiro do Grupo Cultural Olodum por 10 anos, administrador e coordenador cultural da Praça do Reggae, assessor especial da Secretaria de Cultura da Bahia e da Fundação Cultural do Estado e coordenador-geral da celebração dos 300 anos de Zumbi dos Palmares. Em 2003, se tornou diretor de Promoção, Intercâmbio e Divulgação de Cultura Afro-brasileira da Fundação Palmares. Foi representante do Brasil na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. diretoria.fpc@fpc.ba.gov.br

